



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VINÍCIUS MENDES

**OPERAÇÕES URBANAS E REESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS
PÚBLICOS DE LAZER EM CATALÃO (GO) DE 2017 A 2023**

CATALÃO (GO)
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: -- <https://www.ufcat.edu.br>

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA)

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES
ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E
DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCA)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Catalão (UFCA) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFCA), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFCA é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação ou Tese?

DISSERTAÇÃO

2. Nome completo do autor

Nome: VINÍCIUS MENDES

3. Título do trabalho

Título: "OPERAÇÕES URBANAS E REESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM CATALÃO (GO) DE 2017 A 2023"

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento: [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa.

Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor



Documento assinado eletronicamente por **CARMEM LUCIA COSTA, Orientador(a)**, em 27/02/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS MENDES, Usuário Externo**, em 21/06/2024, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0042755** e o código CRC **81D95A87**.

VINÍCIUS MENDES

**OPERAÇÕES URBANAS E REESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS
PÚBLICOS DE LAZER EM CATALÃO (GO) DE 2017 A 2023**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, da Universidade Federal de Catalão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Geografia e ordenamento do Território. Linha de pesquisa: Dinâmica dos espaços rural e urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Lúcia Costa.

Catalão (GO)
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

MENDES, VINÍCIUS

OPERAÇÕES URBANAS E REESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS
PÚBLICOS DE LAZER EM CATALÃO (GO) DE 2017 A 2023 /

VINÍCIUS MENDES. - 2024.

238, CCXXXVIII f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Lúcia Costa.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto
de Geografia, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Catalão, 2024.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista
de figuras, lista de tabelas.

1. Geografia Urbana. 2. Direito à cidade. 3. Lugar. 4. Operação
Urbana. 5. Lazer. I. Costa, Carmem Lúcia , orient. II. Título.

CDU 911.375.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, número 1120, - Bairro Setor Universitário, Catalão/GO, CEP 75704-020
Telefone: - - <https://www.ufcat.edu.br>

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 215 da Sessão de Defesa de Dissertação de **VINÍCIUS MENDES**, que confere o título de **Mestre em Geografia**, na área de concentração em "Geografia e Ordenamento do Território".

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, a partir das 14h, no Laboratório de Cartografia, do Instituto de Geografia/UFCAT, realizou-se a Sessão Pública de Defesa de Dissertação intitulada "OPERAÇÕES URBANAS E REESTRUTURAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER EM CATALÃO (GO) DE 2017 A 2023". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Dra. CARMEM LÚCIA COSTA (IGEO/UFCAT), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Dra. BEATRIZ RIBEIRO SOARES (Geografia/UFU), membro titular externo, cuja participação ocorreu por videoconferência; Professora Dra. MAGDA VALÉRIA DA SILVA (IGEO/UFCAT), membro titular interno. Durante a arguição os membros da Banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em Sessão Secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o Candidato APROVADO pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Dra. Carmem Lúcia Costa, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente Ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às 16:05h, devendo o mestrando cumprir os trâmites formais do Programa e UFCAT para os encaminhamentos devidos.



Documento assinado eletronicamente por **CARMEM LUCIA COSTA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/02/2024, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAGDA VALERIA DA SILVA, Professor(a) do Magistério Superior**, em 21/02/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Soares registrado(a) civilmente como Beatriz Ribeiro Soares, Usuário Externo**, em 27/02/2024, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufcat.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0033548** e o código CRC **BEB45851**.

*Dedico esta dissertação às pessoas que estão
ao meu lado, minha mãe Maria Aparecida,
minha companheira Yasmin, e a todos/as
aqueles/as que são movidos/as pela utopia de
construir um mundo melhor para todos/as, que
a nossa sede de mudança seja saciada.
Com muito amor, o sentimento mais
revolucionário!*

Portanto, convenhamos: a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (embora eles existam em grande número, como sabemos). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero (Harvey, 2014, p. 15).

AGRADECIMENTOS

Este momento é a realização de um sonho, mas também o resultado de muito estudo, trabalho, esforço e dedicação, um árduo caminho trilhado e por vezes a solidão da pesquisa marcou o desenvolvimento deste trabalho. É muito difícil querer trilhar um caminho o qual não foi feito para nós, infelizmente gente que vem de onde eu vim dificilmente chega na universidade e muito menos em um curso de mestrado, deve ser por isso ser tão difícil encontrar apoio dentro da minha própria família. Contudo, é também, por eles que ainda insisto em nadar contra a corrente, é pelas nossas gerações as quais estão crescendo que me fortaleci e busquei ser o primeiro da família a ter um título de mestre, pois além do conhecimento adquirido e discernimento construído representa, também, uma ascensão social, mesmo pensando as vezes que não vale muito para quem está de fora da bolha acadêmica, mas para quem cresceu sendo um “zé ninguém” eu cheguei longe.

E mesmo que esta caminhada tortuosa tenha sido travada meio solitária, dificilmente eu conseguiria sozinho, por isso, toda minha gratidão a quem esteve comigo neste processo e acreditou em mim. Em primeiro lugar, agradeço minha mãe Maria Aparecida, mesmo com muita dificuldade me proporcionou uma estrutura em que eu pudesse estudar, seu esforço e trabalho nunca foram em vão, você teve que ser mãe, trabalhadora e estudante para se formar, hoje eu ainda sigo seus ensinamentos. De fato este, conhecimento adquirido é a única riqueza que ninguém nunca vai me roubar, bem como você me dizia desde quando eu era uma criança. O esforço dela é parte deste trabalho.

Agradeço a minha companheira Yasmin, que me fortalece, apoia e divide comigo um pouco dos pesos da vida, com certeza a sua parceria fez com que este momento fosse mais leve.

Agradeço a todos meus professores do ensino básico e médio na figura de meus três grandes amigos Gabriel, Marcos e Higor, vocês me apresentaram o brilho da docência, bem como o poder de transformação que o saber tem na vida de uma pessoa.

Agradeço a Universidade Federal de Catalão e de Goiás e suas políticas de assistência e permanência que me propiciaram não apenas o sonho da graduação, mas também diferentes experiências em todas atividades e projetos aos quais participei. Estendo os meus agradecimentos a CAPES, pelo fomento da bolsa que foi essencial neste processo, e a todos que lutam pela valorização da pesquisa no Brasil. Meus agradecimentos ao Instituto de Geografia e a todos meus mestres que me ofereceram as bases para a construção de um saber

geográfico crítico, cuja a práxis estará presente em toda minha vida, estendo esta gratidão aos docentes Patrícia, Magda, Gilmar e Ana Paula, vocês me inspiram.

Agradeço a minha grande amiga e orientadora Carmem Lúcia Costa, um dia choramos junto a troca de uma pesquisa por um emprego e hoje comemoramos a construção de um mestre, você nunca desistiu de mim e faz parte da minha construção enquanto profissional e ser humano, obrigado por ser minha inspiração. Agradeço a paciência que teve comigo, o carinho, a dedicação, você me ensinou bem mais que conhecimentos e valores, segue sendo minha grande referência como ser humano e docente, minha inspiração para seguir, e eu vou seguir!

Agradeço ao DIALOGUS/UFCAT/CNPQ, na pessoa de meus primeiros orientandos Luís Carlos e Luiz Eduardo, a colaboração de vocês na minha pesquisa foi imprescindível, estendo o agradecimento a todos/as integrantes que conheci, por todas conexões, reflexões e trocas de experiências que engradeceram minha jornada.

Agradeço aos meus amigos com quem dividi diariamente as aflições e angústias da graduação. Ao meu grande amigo Luiz Eduardo e sua família, que me deram apoio desde o início, estiveram por mim e comigo nessa caminhada, sem vocês nada disso seria possível.

Agradeço minha parceira Yasmin, quem dividiu comigo todo o processo de construção deste trabalho, nossas conversas e momentos foram de suma importância, agradeço a vida por esse nosso encontro.

Que este trabalho contemple a todos/as vocês, que essa vitória seja dividida com vocês e se sintam satisfeitos com o que está entregue aqui. E que minha jornada inspire a cada um de vocês, como vocês me inspiram.

RESUMO

Esta pesquisa é construída em torno da análise da reprodução do espaço urbano enquanto condição, meio e produto da realização da sociedade capitalista, de modo que a proposta é analisar as operações urbanas enquanto um instrumento estatal de alteração urbana, utilizadas para adequar a cidade às novas necessidades alterando os espaços de uso coletivo, a forma urbana e a concepção do lazer, principalmente para a classe trabalhadora. A pesquisa foi desenvolvida através da análise de uma Operação Urbana que tem como alvo as praças públicas da cidade de Catalão (GO), as quais passaram por reformas que reproduzem espaços cenográficos com elementos diversos que criam uma natureza antropizada. Os espaços são voltados ao consumo, através do marketing urbano para promover figuras políticas e até mesmo a cidade, em busca de atrair novos investimentos. Os usos do cotidiano são negligenciados ao passo que são reproduzidos espaços estéticos, mas que são segregacionistas. Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa é compreender a reprodução/renovação, o uso e a apropriação das praças na cidade de Catalão (GO), já os objetivos específicos são: compreender a reprodução espacial por meio da contradição do uso-troca; analisar a reestruturação das praças na cidade de Catalão (GO) enquanto a reprodução de uma lógica global das Operações Urbanas; interpretar transformações ocorridas nas praças de Catalão (GO). Para isso escolheu-se uma metodologia dividida em partes, pautada no método histórico e dialético, com a primeira fase sendo o estudo de literatura em torno da temática direito à cidade, e reprodução urbana, em autores/as como Lefebvre (1991), Carlos (2007; 2014; 2017) Corrêa (1994), Harvey (2014) e outros/as; a segunda etapa levantando dados secundários, seguida de trabalhos de campo com catalogação das praças, por fim a análise e síntese destes dados. É visível que o espaço urbano é reestruturado para oferecer melhores condições ao acúmulo de capital e com isso a vida é colocada a serviço da produção, mas no cotidiano grupos os quais vivem à margem criam estratégias para ressignificar estes espaços e atender suas reais necessidades. De modo que o lazer passa a ser um momento de consumo e as praças locais consumíveis, com isso, o cotidiano passa a ser controlado, as pessoas segregadas das praças buscam construir estratégias usos e apropriações, buscando romper com o controle de sua vida causado pela submissão das esferas sociais ao sistema capitalista.

Palavras-chave: Direito à cidade; Uso e apropriação; Urbano; Lazer; Espaços Públicos.

ABSTRACT

This master's research is built around the analysis of the reproduction of urban space as a condition, means and product of the realization of capitalist society, so the proposal is to analyze urban operations as a state instrument of urban change, a way in which The State uses its power to adapt the city to new capitalist needs and the restructuring/requalification of the squares in a way that changes the urban form and the conception of leisure, mainly for the working class. The work is conceived through the analysis of an urban operation that targets the public squares of the city of Catalão (GO), a series of reforms in the city squares that reproduce scenographic spaces with diverse elements that create an anthropic nature, however when talks about trees the squares lack species that produce shade. The spaces are geared towards consumption, through urban marketing to promote political figures and even the city, seeking to attract new investments. Everyday uses are neglected while aesthetic spaces are reproduced, but which are segregationist. In this sense, the general objective of the research is to understand the reproduction/renovation, the use and appropriation of squares in the city of Catalão - GO, while the specific objectives are, to understand the spatial reproduction through the contradiction of use-exchange; analyze the restructuring of squares in the city of Catalão as the reproduction of a global logic of Urban Operations; interpret transformations that occurred in the squares of Catalão. For this, a methodology divided into parts was chosen, with the first being the study of literature around the theme of the right to the city and urban reproduction, in authors such as Lefebvre (1991), Carlos (2007;2014; 2017) Corrêa (1994), Harvey (2014) and others; the second step raising secondary data, followed by fieldwork with cataloging the squares, finally the analysis and synthesis of these data. So far, it is visible that the urban space is being restructured to offer better conditions for the accumulation of capital, and with that life is placed at the service of production, but in everyday life groups that live on the margins create strategies to re-signify these spaces and meet their real needs. So that leisure becomes a moment of consumption and local squares consumables and to consume, with that, everyday life becomes controlled, people segregated from the squares seek to build strategies to build uses and appropriations seeking to break with the control of their life caused by the submission of social spheres to the capitalist system.

Keywords: Right to the city; Use and appropriation; Urban; Leisure; Public spaces.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Agentes transformadores do território em Catalão (GO)	94
Figura 2: Fonte luminosa funcionando na praça Aguiar de Paula	173
Figura 3: Uso do estacionamento da praça Brasil Cavalcante por comércio	175
Figura 4: Pet place ocupado por capim na praça Brasil Cavalcante	176
Figura 5: Uso da praça Eutálio Pereira como estacionamento.....	178
Figura 6: Fonte suja da praça Duque de Caxias em Catalão (GO)	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do contingente populacional do município de Catalão (GO) (1970 – 2021)	100
Gráfico 2: Produto Interno Bruto a preços correntes de Catalão (GO) (1999-2020).	106

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Catalão (GO) e seus limites municipais	90
Mapa 2: Praças da cidade de Catalão (GO) – com foco nas praças alvo da operação urbana.	136

LISTA DE MOSAICOS

Mosaico 1: Mudanças na paisagem da cidade de Catalão (GO) – Vista do morro “Três Cruzes” (1920 -2023).....	117
Mosaico 2: Alagamentos na Avenida Raulina Fonseca Paschoal em 2021 e 2023.	118
Mosaico 3: Antes e depois da canalização do córrego Pirapitinga.....	119
Mosaico 4: Expansão da canalização do córrego Pirapitinga (2021-2023).....	119
Mosaico 5: Duplicação da GO-330 trecho urbano em Catalão (GO): projeto x execução (2023)	122
Mosaico 6: Praça Irineu Nicoletti	171
Mosaico 7: Fonte luminosa com água parada e entulho na praça Irineu Nicoletti	172

Mosaico 8: Praça Aguiar de Paula.....	173
Mosaico 9: Praça Brasil Cavalcante em Catalão (GO).....	174
Mosaico 10: Praça Eutálio Pereira em Catalão (GO)	177
Mosaico 11: Praça Francisco Tozzi em Catalão (GO)	179
Mosaico 12: Praça Getúlio Vargas em Catalão (GO).....	180
Mosaico 13: Elementos presentes na praça Getúlio Vargas	181
Mosaico 14: Praça Duque de Caxias 2019 x 2021, antes e depois da operação urbana.....	182
Mosaico 15: Praça Duque de Caxias em Catalão (GO).....	183
Mosaico 16: Rio seco e fonte luminosa desligada na praça Duque de Caxias em Catalão (GO)	184
Mosaico 17: Feira Livre ao redor da Praça Duque de Caxias em Catalão (GO).....	186
Mosaico 18: Acessibilidade: pontes verticais, estragadas e escadas na praça Duque de Caxias	187
Mosaico 19: Praça das Flores em Catalão (GO).....	188
Mosaico 20: Praça das Flores a noite.....	189
Mosaico 21: Equipamentos estragados na Praça das Flores em Catalão (GO).....	190
Mosaico 22: Praça Estrela, em Catalão (GO)	191
Mosaico 23: Problemas na Praça Estrela em Catalão (GO)	192
Mosaico 24: Praça Anwar Safatle Júnior em Catalão (GO)	193
Mosaico 25: Problemas na praça Anwar Safatle Júnior em Catalão (GO).....	194
Mosaico 26: Demolição da Praça das Mães em Catalão (GO) ponto inicial da operação urbana nas praças	195
Mosaico 27: Praça das Mães antes da reforma, via Street View do Google Maps.	196
Mosaico 28: Praça das mães	197
Mosaico 29: Rio seco e fonte parada na Praça das Mães	198
Mosaico 30: Desnível e escadas na Praça das Mães.....	199
Mosaico 31: Praça Irca Vitória da Fonseca, em Catalão (GO).....	201
Mosaico 32: Praça da Fé, em Catalão (GO)	202
Mosaico 33: Praça Dinos Park.....	203
Mosaico 34: Praça Dino's Park, em Catalão (GO).....	204
Mosaico 35: Pichações nas praças de Catalão	217

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Praças da Cidade de Catalão (GO)	162
Quadro 2: Praças alvo da operação urbanística	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Populações – urbana e rural em Catalão (GO) (1980 -2021)	101
Tabela 2: Valor empregado nas operações urbanas das Praças em Catalão (GO).....	135
Tabela 3: Usos programados para as praças nos períodos históricos.....	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BBB	Big Brother Brasil.
BDS	Batalha do Setor.
CESUC	Centro de Ensino Superior de Catalão.
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificado.
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil.
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus.
DIMIC	Distrito Mínero-Industrial de Catalão.
DIQUIQ	Distrito Químico de Catalão.
DJ	Disc jokey.
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
LED	Light Emitting Diode.
PIB	Produto Interno Bruto.
PROJOVEM	Programa Nacional de inclusão de jovens.
PRONATE	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
RAP	Ritmo e Poesia.
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude.
UFCAT	Universidade Federal de Catalão.
UFG	Universidade Federal de Goiás.
UNA	União de Negócios e Administração Ltda.
UPA	Unidade de Pronto Atendimento.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A (RE) PRODUÇÃO URBANA: OPERAÇÕES URBANAS	22
2.1	A (RE) PRODUÇÃO URBANA: O ESPAÇO URBANO COMO CONDIÇÃO, MEIO E PRODUTO	29
2.2	ESPAÇO URBANO E OPERAÇÕES URBANAS EM CATALÃO (GO).....	48
2.3	TRANSFORMAÇÕES URBANAS E COTIDIANO	67
3	A (RE)PRODUÇÃO URBANA EM CATALÃO (GO)	88
3.1	AGENTES TRANSFORMADORES DO URBANO EM CATALÃO (GO)	91
3.1.1	“Catalão: Viver Aqui É Bom Demais” – Pensando Catalão (GO) Para Além Dos Dados Econômicos.....	109
3.2	OPERAÇÕES URBANAS EM CATALÃO (GO).....	116
3.3	OPERAÇÕES URBANAS: AS PRAÇAS EM CATALÃO (GO).....	128
4	OPERAÇÕES URBANAS E ESPAÇOS DE LAZER EM CATALÃO (GO)	140
4.1	PRAÇAS E LAZER EM CATALÃO (GO).....	140
4.1.1	Reflexões Histórico Geográfica Sobre As Praças: Caminhos Do Conceito De Praça.....	141
4.1.2	Perspectivas Teóricas e Legais sobre o Lazer	154
4.2	MAPEANDO AS OPERAÇÕES URBANAS NAS PRAÇAS EM CATALÃO (GO) DE 2017-2023.....	162
4.2.1	Praças da Cidade de Catalão (GO): As Formas e Reformas	167
4.3	PRAÇAS DE CATAÇÃO (GO) USOS E APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER – POSSIBILIDADES EM TORNO DA LUTA PELO DIREITO À CIDADE.....	209
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
	REFERÊNCIAS	229
	APÊNDICE	234

1 INTRODUÇÃO

Com o estabelecimento do sistema capitalista de produção como o padrão no mundo toda a sociedade passou a ser organizada em torno deste sistema econômico, por meio da mundialização das indústrias o capitalismo tornou-se globalizado e causou alterações diversas em todas as partes do mundo, a principal delas é a instituição do modo de vida urbano hegemônico em todo o mundo. Fato, que em consequência do estabelecimento, desta forma de gerir a economia as relações sociais foram modificadas interferindo diretamente na reprodução do espaço.

Assim, a reprodução do espaço ocorre através da busca dos capitalistas em viabilizar e aumentar o seu acúmulo de capital explorando cada vez mais a classe trabalhadora e a sua força de trabalho. E da busca dos/as trabalhadores em viver outras experiências em suas vidas, para além do consumo, buscando vivências que extrapolam a mercadoria e estão no campo do subjetivo, como a troca, o encontro, sendo centralidades diferentes das propostas pelos capitalistas, de fato a reprodução espacial na sociedade contemporânea ocorre atravessada pela luta de classes. Neste contexto, o Estado que deveria intermediar os conflitos e zelar pelo bem comum, atua enquanto representante institucional capitalista e busca viabilizar as necessidades de reprodução dos interesses burgueses.

Neste sentido, emergem diferentes contradições em torno da vida urbana, uma delas é a produção do espaço enquanto troca – uma mercadoria que contém valor de uso e valor de troca – e o uso que o autor utiliza como contraponto à mercadoria, sendo a apropriação cotidiana – (Lefebvre, 2001), significam o espaço e a cidade de forma diferente, como mercadoria a cidade é reproduzível, homogênea, hierarquizada, tendo seus espaços descartáveis e alheios aos/as cidadãos/ãs, mas enquanto uso a cidade é constantemente ressignificada num processo pelo qual as pessoas buscam adequar o que está posto às suas necessidades reais da vida cotidiana, as quais vão além de trabalhar e consumir.

A produção da cidade enquanto mercadoria se impõe aos usos diários, e por consequência não só condiciona a vida da classe trabalhadora ao consumo, mas também transforma as pessoas em mercadoria. O poder dos capitalistas faz com que estes alterem os espaços em fluxos cada vez mais acelerados de acordo com a mudança de seus interesses, nesta busca constante pelo aumento do acúmulo de capital. Com isso a renovação e/ou reforma urbana emerge enquanto uma forma de adequar a cidade a novos propósitos, utilizar do espaço

para superação de crises e propor novas formas de se auferir lucro, tudo isso acontece por que o espaço se torna condição, meio e produto do sistema capitalista, da sociedade e da vida (Carlos, 2017).

Deste modo, o Estado fica encarregado de legitimar e viabilizar as alterações, e para isso utiliza dos instrumentos urbanísticos, que são formas de operacionalizar as obras na cidade e que servem a interesses diversos, produzindo espaços para os capitalistas instalarem seus empreendimentos, promovendo figuras políticas e colocando a cidade enquanto lugar moderno e de progresso, tudo isto através do marketing urbano. Neste sentido, a Operação Urbana emerge enquanto uma forma de alterar a cidade, através de leis criadas de forma independente de fora do Plano Diretor, assim, sem o crivo público ou de profissionais, viabilizando reformas através da atuação estatal.

Frente às constantes mudanças urbanas impostas pela produção econômica capitalista, é necessário mensurar os impactos das renovações urbanas no cotidiano dos/as habitantes. A renovação do urbano acontece cada vez mais rápido e com um poder de alteração maior, propondo novos usos e temporalidades nos lugares, as operações urbanas, causam grandes mudanças no tecido urbano, cada vez mais rápidas e intensas. Neste sentido, os/as moradores/as da cidade são apresentados/as à novas rotinas a partir de renovadas morfologias, estranhas e alheias a sua vida, cuja tendência é se adequar ou subverter a estas novas programações, atribuindo novos conteúdos a forma urbana.

Sendo assim, esta pesquisa analisa a alteração de praças, espaços públicos de lazer, na cidade de Catalão (GO) ocorridas entre 2017 até 2023, recorte temporal foi escolhido pois marca o início da renovação das praças da cidade a partir de um padrão arquitetônico bastante parecido, por meio de reformas padronizadas, já o recorte espacial foi definido pois em observação prévia as praças da cidade de Catalão eram os alvos da operação urbana, por isso, foram escolhidas para o estudo. Entende-se que este processo de renovação de grande parte das praças da cidade é uma operação urbana, que causa alterações significativas no urbano, com o intuito de favorecer a produção e as necessidades burguesas. Neste período, as praças construídas, principalmente, as renovadas apresentam o mesmo padrão morfológico, espaços arquitetônicos modernos, mas sem muita utilidade no dia a dia.

Este trabalho se justifica pela necessidade de pensar as contradições que envolvem a reprodução do espaço urbano, sendo produto social e reflete as desigualdades sociais do sistema capitalista, o que implica também na apropriação destes. Ainda, é necessário interpretar as

estratégias locais de apropriação destes espaços constantemente renovados, a fim de produzir elementos que garantam a democratização da cidade.

Enquanto pesquisador, o contato com a temática foi constante em toda graduação, a partir da disciplina de geografia urbana e da iniciação científica - Espaços de lazer na (re)produção do urbano: A praça Irca Victória da Fonseca em Catalão (GO). Por isso, a pesquisa é a continuação de uma jornada, em que procuro refletir sobre a democratização do uso e da apropriação espacial, em especial com jovens que habitam à margem, nas periferias pobres, que anseiam diversos direitos, inclusive ao urbano.

As conjecturas da pesquisa são: a) os antigos lugares são mortos e os novos além de não ter a participação da população em sua construção, eles buscam atender as necessidades das ocupações cotidianas? b) a operação urbana explorada é uma movimentação política populista que visa conquistar a população a partir do embelezamento da cidade? c) com a imposição de formas e modelos de ocupação novos usos emergem e ressignificam esses espaços?

A problemática desta pesquisa envolve a intensificação de um processo renovador que destrói todo o antigo lugar, iniciando pela demolição das praças. Sendo assim essa operação, aponta alguns problemas: a) constrói espaços modernos, propondo novos usos à população; b) destrói os antigos lugares e com eles as referências de parte da população na cidade. Assim, a vida cotidiana é subordinada a novas rotinas as quais definem os usos e apropriações dos espaços, uma lógica que não favorece aos/às trabalhadores/as.

Deste modo é identificado o problema da pesquisa, a exclusão do/a trabalhador/a dos espaços públicos da cidade, em um contexto de avanço do neoliberalismo em todo o mundo o que representa o desmantelamento do Estado do bem-estar social e a precarização das condições de vida do/a trabalhador/a e do trabalho enquanto elemento reprodutor de todos os elementos da sociedade. Ainda a expansão do espaço privado que segrega do direito à cidade a aqueles que não têm o dinheiro para consumi-lo (Costa, 1998). Além disso, o problema da pesquisa é identificado através de dois processos: a) a Operação Urbana de construção de praças remodeladas e renovadas que atendem interesses do capital e não de quem habita; b) o abandono das praças que não recebem manutenções e se tornam espaços não adequados à ocupação, pois seus equipamentos estão estragando, o local está sujo dentre outras questões.

Assim, um processo que coloca a propriedade privada como centro da organização social, tendo mais valor que a própria vida. Em países como o Brasil isto representa o aprofundamento das heranças coloniais, que através das necropolíticas (Mbembe, 2018), que

questionam e retiram direitos conquistados, principalmente de minorias. A reestruturação da morfologia urbana acompanha esta lógica, os espaços públicos, como as praças, passam a ter uma nova programação, impondo novos usos a partir das constantes alterações nas morfologias, permeados por discursos de medo da criminalidade e violência, estigmatizados como local propício a vícios e outras negatividades, estes espaços passam por reformas que segregam a população a qual não pode pagar pelo lazer.

A história destes lugares é apropriada pelo capital e dá lugar a espaços arquitetônicos, harmonizados, padronizados, em que a estética do belo, do limpo transforma-os em locais contemplativos e nem sempre propícios ao uso, principalmente de determinados sujeitos estigmatizados, para ocupar novos espaços existem novas regras a serem impostas. A reprodução espacial a partir dos interesses hegemônicos capitalistas alteram constantemente o espaço urbano, colocando para os/as moradores novos lugares e rotinas.

A vida, o lazer e o encontro são transformados em simulacros, em tempos cada vez mais efêmeros em espaços amnésicos (Carlos, 2014), feitos para o consumo rápido e sem muitas relações afetivas com o lugar, pois a significação da vida é esvaziada dando espaço à satisfação através do consumo. Os antigos lugares são destruídos, as significações também, dando espaço ao novo, nem sempre, atende as necessidades da população, esta tem novos limites impostos a sua vida condicionada a uma nova programação (Carlos, 2014; 2017).

A problemática se torna mais grave quando a vida é condicionada à mercadoria, sendo que, “aos que possuem dinheiro, todo o glamour do consumo; aos que não podem pagar, o terror, o consumo dos signos via mídia, a luta pela sobrevivência, a necessidade, o consumo limitado e programado” (Costa, 1998, p. 13). O direito à cidade e cidadania acaba sendo excluído daqueles que não podem pagar para consumi-la. A população da margem, ao produzir suas estratégias de fuga a este terrorismo urbano (Lefebvre, 2001), é diretamente reprimida pelas instituições.

Assim o fio condutor da problemática desta pesquisa é o entendimento que a reprodução da sociedade ocorre enquanto reprodução do espaço (Carlos, 2011a). Por isso o instrumento urbanístico operação urbana, que reestrutura os espaços da cidade, a partir disso causa: a reconfiguração do lugares criando novos espaços alheios aos/as habitantes; a reprodução de espaços os quais não atendem à população local, pois são reproduzidos para fortalecer o acúmulo de capital; a mistura dos espaços públicos com elementos privados que fortalecem o

consumo; o estabelecimento de novas rotinas a vida cotidiana criando novos limites aos usos condicionadas ao ter ou não dinheiro para o consumo.

Sendo assim, questionamos: Como ocorre a reprodução do espaço urbano na sociedade capitalista, especificamente, na cidade de Catalão (GO)? Como o Estado atua por meio da operação urbana em Catalão (GO)? Quais praças foram alvo das renovações? Que tipo de investimento foi feito para essas reformas? Como a lógica global de reestruturação dos espaços públicos se aplica ao contexto de Catalão (GO)? Que tipo de transformações em infraestrutura são produzidas por tais operações?

Com isso, o objetivo geral do trabalho é compreender a reprodução/ renovação, o uso e a apropriação das praças na cidade de Catalão (GO). Por isso, os objetivos específicos são: compreender a reprodução espacial por meio da contradição do uso-troca; analisar a reestruturação das praças na cidade de Catalão (GO) enquanto a reprodução de uma lógica global das Operações Urbanas e interpretar transformações ocorridas nas praças de Catalão (GO). A pesquisa construída a partir de uma visão crítica dos processos constituintes da sociedade, pensa a reprodução espacial enquanto produto desta e por meio de uma visão materialista histórico-dialética.

A partir de Triviños (1987) entende-se que o método materialismo histórico-dialético melhor proporciona caminhos para análise do problema, sendo assim, a relação entre o material, consciência e prática, se apresenta enquanto fio condutor da dissertação. Afinal para Carlos (2011a) a epistemologia da Geografia, situa-se no plano da teoria e isso é insuficiente para compreender a realidade, correndo o risco de ficarmos presos em abstrações puras. “Nessa perspectiva a razão dialética introduz o negativo, a potência que sinaliza as transformações reais, bem como a negação da busca de modelos que sistematizam a realidade” (Carlos, 2011a, p. 20-21). Assim, é através da análise da realidade com o método dialético que é construída a crítica a qual desmistifica a racionalidade que funda as contradições da sociedade capitalista.

Assim como Carlos (2011a; 2011b) este raciocínio compõe nosso modo de pensar a Geografia, um caminho possível que caminha através das obras de Karl Marx e Henri Lefebvre, que Carlos (2011b) coloca que Maurício de Abreu a denomina de abordagem “marxista-lefebvriana”, uma orientação teórico-metodológica, buscando superar as limitações da Geografia enquanto uma ciência parcelar. É por isso que esta pesquisa é fundada na análise do espaço em sua totalidade enquanto parte de um processo de reprodução social que constrói uma espacialidade específica de conteúdo próprio.

Com isso, o método dialético enquanto caminho da pesquisa possibilita o entendimento do espaço enquanto mercadoria consequência da sua produção dentro da totalidade social do sistema capitalista (Carlos, 2011b). Frente a isso, a metodologia da pesquisa foi estruturada em etapas, na qual a análise do fenômeno da reprodução espacial na sociedade capitalista foi o ponto de partida, com o levantamento bibliográfico em conceitos relacionados a produção do espaço urbano, valor de uso e valor de troca, trabalho e do direito à cidade em Henri Lefebvre, Lefebvre (1991), Harvey (2005, 2014), Carlos (2007, 2011a, 2011b, 2014, 2017), Corrêa (1994, 2007, 2004), Costa (1998), Souza (2008), Santos (2004), Mbbembe (2018), além de conceitos como globalização, lugar, praças e lazer, utilizados numa leitura dialética da realidade para produzir uma visão crítica da produção e apropriação das praças e construção do lazer em Catalão (GO) que habitam à margem.

O segundo passo foi o levantamento em fontes documentais, de acordo com Godoy (1995): jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios, ainda sites e documentos eletrônicos; dados estatísticos e elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, gravuras, imagens, fotografias, filmes). Para isso, buscamos no Plano de Urbanização (PU), Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, e em políticas e leis que regulamentam o lazer, o Plano Diretor do município as constituições federal, estadual e municipal, além de dados do Ministério das Cidades e IBGE. Ainda, exploramos documentos públicos de acesso público como o tribunal de contas, o site da prefeitura Municipal de Catalão (GO) e matérias realizadas para divulgação das praças, outros documentos que apontem elementos sobre a política de lazer na cidade.

Em diálogo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002) e Lacoste (2006) foram realizados trabalhos de campo nos espaços públicos da cidade para a observação e o registro das transformações ocorridas em fotografias e anotações. Foi construída uma ficha para a catalogação das e análise das praças, visando mensurar seus equipamentos e registrar as alterações e ocupações que ocorrem nestes espaços, além disso, foi construído um registro iconográfico das praças da cidade de Catalão (GO). O trabalho de campo foi dividido em no mínimo três visitas em dias diferentes nos períodos matutino, vespertino e noturno, com o intuito de observar as dinâmicas nos diferentes períodos, nestes momentos as fichas de catalogação foram preenchidas com a localização, equipamentos dentre outras informações classificadas, em sim, não e parcial, após isso as informações foram tabuladas em um quadro e utilizadas na produção de tabelas e mapas.

Por fim, em um terceiro momento ocorreu a sistematização, a hierarquização, e interpretação das informações reunidas nas fases anteriores (Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 2002), com intuito de confirmar ou não as hipóteses, do trabalho.

Assim, o foco da pesquisa é compreender a produção e a apropriação do espaço urbano enquanto um movimento (Carlos, 2011a), pois por mais que ocorra de forma programada os movimentos de resistência emergem, enquanto uma contradição. Sendo assim, o trabalho é estruturado em três seções principais. Na primeira discutimos a (re) produção do espaço urbano dentro da sociedade capitalista, iniciando com a reflexão sobre o espaço ser condição, meio e produto da realização da sociedade sendo condicionado diretamente pelas imposições daqueles que controlam o sistema capitalista. Ainda nesta seção é analisada a operação urbana enquanto um instrumento urbanístico do planejamento capaz de alterar a cidade para adequá-la a necessidades dos capitalistas, e fechamos a discussão relacionando as constantes transformações que ocorrem nas cidades com cotidiano de quem é obrigado/a a viver em espaços alheios às suas necessidades.

Na segunda seção do texto contextualizamos a área de pesquisa, discutindo a (re) produção urbana de Catalão (GO), pensando como foram construídas as bases para a transformação do município em um polo regional que atrai diferentes fluxos e investimentos, o que impacta diretamente nas transformações socioespaciais que ocorrem na cidade. A discussão parte então dos principais agentes responsáveis por transformar o urbano em Catalão (GO), processos que atraíram investimentos e a construção de infraestruturas no município. Seguindo, pensamos Catalão (GO) para além da sua pujança econômica, observando uma discrepância entre a economia e os dados sociais referentes a qualidade de vida. Esta sessão é encerrada discutindo algumas operações que ocorreram e estão ocorrendo na cidade, já partindo para identificação da operação urbana que requalifica as praças de Catalão (GO), nesta subseção alguns elementos sobre as praças alvo da operação são elencados.

Na terceira seção discutimos a operação urbana relacionada com o espaço de lazer, assim discutimos o papel das praças historicamente, apontando como a função deste local influenciou sua forma e conteúdo. É pensado como o lazer se encaixa na sociedade capitalista, através da teoria e do arcabouço legal que regulamenta o lazer enquanto um direito social. A partir desta contextualização pensamos como estão distribuídas as praças na cidade de Catalão (GO), localizando também onde estão as praças alvo da operação, que é uma forma de observar a espacialização dos investimentos estatais na cidade. A discussão é encerrada no ponto em que

são analisados os usos e apropriações das praças em Catalão (GO), para mensurar os desafios e principalmente possibilidades a serem construídas em direção a efetivação do direito à cidade.

Deste modo, a pesquisa pretende colaborar para a construção de uma Geografia que analisa de forma crítica a produção social do espaço e produza elementos que garantam a pluralidade, o direito à produção e apropriação do urbano, buscando potencializar a luta pelo direito à cidade, tendo em vista que este pode ser fio condutor para construção de uma sociedade mais justa e igualitária, democratizando outros direitos segregados.

2 A (RE) PRODUÇÃO URBANA: OPERAÇÕES URBANAS

A sociedade de consumo traduz-se em ordens: ordem de seus elementos no terreno, ordem de ser feliz. Eis o contexto, o palco, o dispositivo de sua felicidade. Se você não souber aproveitar a ocasião de pegar a felicidade que lhe é oferecida para fazer dela a sua felicidade é que... Inútil insistir! (Lefebvre, 2001, p.32).

Lefebvre (2001) ao discutir o direito à cidade, elabora a reflexão acima, mostrando que a vida no urbano é programada nos mínimos detalhes, para que ocorra a expansão do capital. No espaço geográfico cada elemento está ordenado, e é ingenuidade ou negligência pensar que esta organização é aleatória. Sendo assim, a análise do espaço se torna indispensável para compreensão da sociedade contemporânea (Carlos, 2011b). A programação da vida dos/as habitantes de uma cidade é instituída também pelas formas que ela tem, pelos signos espalhados em seus espaços, e pelas instituições - mídia, Escola, Igreja - que coordenam e controlam os corpos para que trabalhem e consumam da forma mais compulsiva possível.

Neste sentido, a noção de produção carrega conteúdos diversos, pois “há produção do espaço e produção das atividades no espaço. Portanto, as atividades humanas se localizam diferencialmente no espaço, criando uma morfologia” (Carlos, 2011b, p. 62). Assim, o espaço no capitalismo é fruto de uma produção econômica que culmina na fragmentação e hierarquização dos lugares que passam a ser elementos da reprodução do urbano, diferenciando o conteúdo das experiências e das relações socioespaciais entre os/as indivíduos/as.

Neste modo de vida urbana, a felicidade passa a ser vista enquanto produto do consumo, sendo condicionada ao ter ou não capital para consumir, segregando a classe trabalhadora, exclusão que se estende até para os direitos sociais básicos. Enquanto uma mercadoria, essa felicidade se torna distante, pois são produzidas novas necessidades que levam a um consumo sem limites, criando um mal-estar coletivo. Assim, a vida na cidade é marcada pelos fluxos rápidos, pelo trabalho exaustivo e consumo desenfreado que permeiam as relações sociais, tornando-as cada vez mais vazias de significado.

Frente a isso, esse mal-estar marca o cotidiano na cidade, a esfera da vida privada se expande cada vez mais, a internet da sensação de conexão com o mundo, mas na realidade as pessoas estão cada vez mais isoladas, reclusas ao consumo, vivendo a programação da mercadoria. E são essas relações condicionadas ou de negação ao programado que produzem o espaço neste período contemporâneo, fragmentado, hierarquizado e mercantilizado.

Assim, pensar a luta pelo direito à cidade é buscar alternativas a este contexto imposto pela sociedade capitalista. Por isso, entendendo a Geografia “como disciplina capaz de produzir uma compreensão da espacialidade como momento de elucidação da realidade social” (Carlos, 2011a, p.18), e buscando analisar as contradições que reproduzem o espaço contemporâneo, é que emerge a proposta deste capítulo, de compreender a reprodução espacial como uma parte de uma história contínua, que contemporaneamente é coordenada pelo sistema capitalista, sendo o espaço urbano um momento da ampliação da reprodução do capital. Através dos interesses econômicos e do uso social, que é entendida esta reprodução do urbano, como produto de relações contraditórias de apropriação do trabalho e de reestruturações do capital que coordenam o processo de industrialização e por sua vez de urbanização.

Neste sentido, escolhemos a operação urbana como objeto de análise, sendo uma forma de alteração da cidade coordenada pelo Estado, um instrumento urbanístico do planejamento utilizado para valorizar o espaço urbano e/ou construir condições para expansão do capitalismo, através da remodelação espacial. Esta, altera profundamente o espaço de convivência da classe trabalhadora, impondo modos de vida que privilegiam a mercadoria em detrimento dos/as sujeitos/as, programando o cotidiano retirando a centralidade das relações sociais, a qual é transferida para o consumo.

A reprodução do espaço, é realizada pela humanidade, ao passo que os/as sujeitos/as buscam produzir condições favoráveis para sua existência, um processo mediado pela técnica, mas que é fruto do trabalho. Logo, é meio, condição e produto das relações sociais (Carlos, 2011), a partir delas é que existe o espaço, no qual elas por sua vez se realizam. Com isso, “espaço e tempo aparecem na análise geográfica em sua indissociabilidade, já que toda ação social se realiza num espaço determinado, num período de tempo preciso” (Carlos, 2011a, p. 13). Tudo acontece em determinado espaço, em um período, com influência direta da cultura.

Nessa perspectiva, as relações sociais são também espaciais, e a “análise geográfica revela o mundo como prática sócio-espacial” (Carlos, 2011a, p. 13). Através disso, Carlos (2011a) coloca que existe uma relação dialética entre a produção/reprodução da vida humana e a produção/reprodução do espaço, ao passo que este é fruto do trabalho ao longo da história. Deste modo, o espaço seria fruto das relações estabelecidas pela humanidade, mas também condicionante para que elas se realizem.

Assim, a sociedade se apropria do mundo através da apropriação do espaço que ocorre pelo corpo, e ao passo que o espaço é condicionante para o existir, os seres humanos produzem

uma espacialidade própria ao buscar formas de produzir sua existência, processo que ocorre de forma histórica e ininterrupta (Carlos, 2011b, p. 53). Em outra obra, Carlos (2017), ao pensar o espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole, utiliza este pressuposto para reafirmar que o espaço é fruto de um processo histórico contínuo, materializado pelas relações sociais, esta condição que se repete em outros recortes espaciais, como nas pequenas e médias cidades a exemplo de Catalão (GO). Ainda, aponta que,

Espaço e tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade - uma ação que se realiza enquanto modo de apropriação. Assim a ação que se volta para o fim de concretizar, ou melhor viabilizar a existência humana se realizaria enquanto processo de reprodução da vida, pela mediação do processo de apropriação do mundo. Isto é, as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam enquanto modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões – e estas fogem – apesar de englobar – o mundo do trabalho; envolvendo e ultrapassando a produção de objetos, produtos e mercadorias (Carlos, 2017, p. 10).

Assim, o espaço acaba sendo um conceito que se materializa na realização da vida, de forma diferenciada no tempo e lugar em que o materializam. Deste modo, cada período histórico produz um espaço, este revela um momento da história, por sua vez uma cidade (Carlos, 2017). Por outro lado, Marx e Engels ao construir o manifesto comunista colocam que “a história de toda sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classe” (Marx e Engels, 1998, p. 62), logo, a espacial também é.

Neste sentido, o espaço seria condicionado ao movimento, sendo duração e simultaneidade, de atos e ações, o que propicia a análise do mundo enquanto práxis (Carlos, 2011a). Por isso, pensaremos a reprodução do espaço através das transformações sociais da realidade que emergem do capitalismo, com uma série de problemas e contradições, através da dualidade entre as questões as quais giram em torno do espaço vivido no cotidiano e as problemáticas que emergem do urbano enquanto parte essencial da ampliação da reprodução do capital.

Carlos (2011a) ainda conclui que, esta relação espaço-temporal, determinaria o conteúdo da sociedade contemporânea, mas também seu modo de vida, marcado pela centralidade do consumo, em uma dialética em que espaço e sociedade se reproduzem, sendo condicionantes um do outro. Em diálogo com Lefebvre (2001), Carlos (2011a, 2011b, 2017) emerge a noção de produção do espaço urbano entendido através de uma dupla determinação, de um lado a produção de um espaço mercadoria, que é parte do processo de reprodução do capital e de outro aliado a dimensão do uso o espaço do cotidiano, construído pela subjetivação

do mundo da mercadoria, através dos desejos e da possibilidade da realização do negativo (Carlos, 2011b).

O processo descrito acima é fruto de uma urbanização globalizada que acontece através da globalização das indústrias e do capitalismo, colocando a mercadoria enquanto norteadora da vida e da organização dos espaços, é condição, meio e produto da realização do sistema capitalista. Isto ocorre porque o espaço em função do capitalismo é utilizado para propiciar melhores condições a ampliação dos processos de valorização do capital este que ocorre em função da exploração da mais-valia dos/as trabalhadores/as pela burguesia, em um ritmo de tempo cada vez mais acelerado. Deste modo, interfere no urbano, no processo de urbanização e na vida urbana.

Ao passo que o capital reproduz a forma da paisagem física e social da urbanização, por consequência reproduz limites ao próprio desenvolvimento capitalista futuro (Harvey, 2005). Assim, Harvey (2005) mostra que através da lógica da circulação e acumulação o espaço é moldado, criando limites e condicionantes para pontos posteriores do tempo e espaço. No contexto da luta de classes existe a disputa pela construção de sua própria geografia histórica, sob a busca por moldar estes limites e condicionantes (Harvey, 2005).

Sendo assim, essa “relação de duas vias de reciprocidade e dominação (em que os capitalistas, como os trabalhadores, são dominados e coagidos pelas suas próprias criações) pode ser mais bem apreendida em termos dialéticos” (Harvey, 2005, p. 165). Deste modo, o exame da realidade revela que a cidade industrial capitalista é produto de relações sociais exploratórias, de uma desigualdade estrutural que atravessa os sujeitos em raça, classe e gênero.

Em escala global, esta urbanização é consequência do neoimperialismo construído a partir da globalização das multinacionais que perpetua, ainda hoje, relações colonizadoras em escala global, e na local, o que é produto direto da precarização das relações de trabalho. Assim, o sentido do espaço é redefinido “à medida que os lugares da cidade se reproduzem por meio de um processo de trabalho gerador de mais-valia” (Carlos, 2013, p. 98). Este processo entendido como indutor da urbanização, também é para Harvey (2014), historicamente,

algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou um poeta guerreiro com ambições imperiais). Essa situação geral persiste sob o capitalismo, sem dúvida, mas nesse caso há uma dinâmica bem diferente em atuação. O capitalismo fundamenta-se, como nos diz Marx, na eterna busca de mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção

exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir (Harvey, 2014, p.30).

Deste modo, a urbanização estabelece relações de interdependência com o processo de industrialização e com o modo capitalista de produção. “Não surpreende, portanto, que as curvas logísticas do aumento da produção capitalista sejam, com o tempo, muito semelhantes às curvas logísticas da urbanização da população mundial” (Harvey, 2014, p. 30). Com isso, é evidente que a urbanização teve um papel importante no desenvolvimento político, cultural e industrial, sendo fundamental para o estabelecimento do capitalismo enquanto uma realidade mundial. Nos países que foram colonizados, bem como o Brasil, passaram por uma industrialização tardia, o processo de urbanização ocorre de forma desordenada, o que implica na qualidade de vida das pessoas que vivem nestas cidades.

Neste sentido, a urbanização realiza um papel na reestruturação radical nas distribuições geográficas das atividades humanas e na dinâmica econômica, refletindo no atual desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 2005). Sendo produto direto de processos de controle e de exploração da mão-de-obra, que na sociedade moderna do século XXI é vivido a partir de diferentes processos de divisão territorial do trabalho, flexibilização do capitalismo e aumento da precarização das forças trabalhistas.

Alves (2011) entende o conceito de precarização do trabalho enquanto experiência humana de individualidades pessoais de classe, no contexto histórico do capitalismo manipulatório, que destrói as formas reguladas de exploração do trabalho como mercadoria, um processo que precariza a vida e por consequência o acesso ao urbano.

A vigência do novo capitalismo flexível, com o surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível, seriam consideradas formas de precarização da força de trabalho (Alves, 2011, p.1).

Assim, a destruição dos direitos trabalhistas, e mercantilização da vida urbana, fazem parte deste processo global da valorização do capital, que busca alienar o/a trabalhador/a da cidade, a partir da perda da razão social do trabalho, que não precariza só as condições trabalhistas, mas também o sujeito que trabalha (Alves, 2011). De modo que esta sociedade produtivista impõe uma nova temporalidade, quantitativa, que suprime a dimensão qualitativa do trabalho (Matos, 1982). O espaço produzido através da alienação do trabalho, produto direto

dessas relações, por sua vez é alienado a classe trabalhadora, construído com formas e organizado por lógicas distintas a necessidades dos/as trabalhadores/as.

Neste sentido, a cidade deixa de ser vivida enquanto obra, e passa a ser uma mercadoria (Lefebvre, 2001), ao passo que não é mais construída com a participação de todos/as e passa a ser uma mercadoria a ser consumida cada vez mais de forma individual, descaracterizando a vivência coletiva, que fazia parte da essência da cidade antiga. Condicionada ao mercado, a cidade passa a ser vivida por meio do ter ou não dinheiro para consumi-la, o que segrega as pessoas retirando delas o direito ao habitar e limitando as experiências a serem vividas. Por isso,

Desde a revolução industrial muitas foram as transformações promovidas pelo capital – e, alguns casos, de geógrafos - para a manutenção do modo de produção capitalista, superando assim, as suas crises cíclicas causadas ora por grande produção, ora por recessão. Fordismo, Keynesianismo, Toyotismo, são formas de organização das relações de trabalho, e consequentemente da vida, que foram responsáveis pela manutenção dos interesses da classe burguesa. Atualmente, a flexibilização da economia e o projeto neoliberal que substitui o Estado do Bem-estar Social, sobrecarrega o trabalhador com despesas em saúde, educação, moradia, além de exigir dele uma constante qualificação e diversidade de especializações. A automação, o avanço tecnológico e um desenvolvimento econômico inadequado aos padrões capitalistas, são fatores apontados como responsáveis pelo agravamento de um problema deste final de século: o desemprego que nos últimos 20 anos foi ganhando características estruturais (Costa, 1998, p. 11-12).

Ou seja, o avanço tecnológico e do capital impõe novas realidades, para superação das crises cíclicas e ampliação da reprodução do lucro colocando para o cotidiano dos/as trabalhadores/as novos contextos, que se estabelecem com o desmantelamento do Estado do Bem-estar Social e com a precarização do trabalho. Um contexto o qual não só sobrecarrega a classe trabalhadora, mas também empobrece suas experiências ligadas a vida na cidade e a cidadania.

Esta exclusão do direito à cidade (Lefebvre, 2001) ocorre principalmente a partir da programação da vida, da organização em mínimos detalhes do viver da classe trabalhadora. Processo que organiza o morar, transitar, lazer, definindo quem ocupa quais lugares no espaço citadino, de modo que visa manter a classe trabalhadora passiva em seus postos de trabalho, ainda buscando reordenar o urbano de forma a garantir formas mais eficazes de acumulação de capital a partir da melhoria dos processos de produção e circulação de mercadorias. A concepção do viver na cidade é distorcida a todo momento, alterando os referenciais dos/as

trabalhadores/as, levados/as a aceitar viver em uma cidade alheia a si, por mais que nem sempre essa aceitação seja efetivada.

Por isso, Lefebvre (1991) e Carlos (2011a, 2017) colocam que a cidade é o lugar da possibilidade, pois frente a este processo de captura da vida do/a trabalhador/a existe o movimento contrário, que são os usos cotidianos da cidade resistentes ao controle da vida. São espaços em que a programação é subvertida, pela arte, cultura ou lazer, espaços que Lefebvre (1991) fala que são utilizados improdutivamente, a rua em que ocorre festas da comunidade, a praça em que artistas se apresentam, onde ocorrem os bailes funk de rua são exemplos destes espaços reprogramados no cotidiano. Neste sentido, “o processo de produção do espaço, nesta visão, não se reduz a uma produção material do mundo” (Carlos, 2011b, p. 56), logo, vai além do que a mercadoria pode proporcionar. Assim, a produção espacial ganha significado na vida humana, para além da objetividade, pois em momentos a vida reage e supera ao que é imposto pelas contradições da produção capitalista (Carlos, 2011a).

Isto porque são em essência estratégias criadas pelas minorias para que consigam para além de trabalhar, viver. De modo que o imprevisto do cotidiano e as subjetividades fazem com que a vida não seja controlada e capturada pela mercadoria. Os usos improdutivos dos espaços públicos da cidade pelos/as excluídos/as são por essência uma resistência à mercantilização urbana (Lefebvre, 2001). Processo que ressignifica o urbano, e faz com que existam lugares em que os/as sujeitos/as se identificam.

Neste sentido, a compreensão do espaço emerge como forma de compreender a sociedade como um todo, “como movimento do processo de apropriação/produção/ reprodução do espaço em seus conteúdos sociais” (Carlos, 2011b, p. 53). Num movimento em que a análise supera a localização dos fenômenos, estando no conteúdo das relações que os constituem (Carlos, 2011b).

Sendo assim, o urbano é meio, condição e produto de uma sociedade repleta de contradições que emergem da dialética da submissão-subversão que existe por causa contradição entre valor de uso e valor de troca, na qual o espaço produzido socialmente é apropriado pelo capital e direcionado para a produção econômica, controlado por uma classe dominante, a burguesia. Sendo assim, conforme Carlos (2011b) aponta, o espaço é entendido como sendo um momento constitutivo da realidade, também como fonte de alienação. De um lado, a organização do urbano para maior fluidez do capital transforma a cidade em lugar do capital, e por outro lado é onde os/as cidadãos/ãs lutam por sua sobrevivência (Costa, 1998).

Deste modo, pensar a reprodução do espaço na cidade de Catalão (GO) é navegar em relações complexas entre o local e o global, em uma cidade que participa de redes globais se conectando a outras metrópoles através das diferentes multinacionais as quais estão em seu território e de certa forma disputam a produção do espaço com outros empreendedores e com quem habita a cidade. Deste modo, a reprodução do espaço de lazer em Catalão (GO) é coordenada por valores éticos e estéticos capitalistas, é neste sentido que emerge a Operação Urbana que altera as praças da cidade adequando-as a novos interesses e direcionamentos de capital, tornando as praças de Catalão (GO) mais consumíveis e mais propícia ao consumo de outros produtos que não seja o próprio espaço delas, por isso, são produzidos novos sentidos a vida do trabalhador/a devido às novas necessidades capitalistas. Como por exemplo as praças de alimentação popularmente conhecidas de “Pit dog” que são instalados nas praças para tornar um lugar de descanso em um espaço de reprodução da acumulação.

Frente a isso, a cidade capitalista reúne um conjunto de centralidades e descentralidades, racionalidades e contra-racionalidades, submissões e subversões, as quais a mercadoria se sobrepõe, e reproduz modificações constantes, reformas, construções fazendo com que a cidade seja um verdadeiro canteiro de obras. O intuito é atender as diferentes e mutáveis necessidades criadas para atender o acúmulo de capital, realizando um “movimento de passagem do quantitativo – o espaço reproduzido sob a forma da mercadoria e portador do processo de valorização – ao qualitativo – as possibilidades contidas na vida que realiza através do uso do espaço.” (Carlos, 2011a, p.25). Que precisa ser renovado para que se renove também o desejo pelo consumo destas formas e signos, através destas contradições é que será pensada a reprodução do urbano no capitalismo.

2.1 A (RE) PRODUÇÃO URBANA: O ESPAÇO URBANO COMO CONDIÇÃO, MEIO E PRODUTO

Pensar o urbano enquanto condição, meio e produto é partir da ideia já abordada de que não existe sociedade sem espaço, logo o ato de produzir é o de produzir espaço, processo que faz parte da construção das condições materiais da história humana (Carlos, 2011a). E o urbano é produto das relações impostas pelo capitalismo, sendo o processo de construção espacial é imanente a sociedade humana, um produto histórico do processo civilizatório (Carlos, 2011a). Num processo que extrapola a dimensão econômica, assim, Carlos (2011b) pensa que,

a noção de produção/reprodução e o deslocamento do enfoque eminentemente econômico da noção de acumulação permitiriam considerar o movimento que vai da acumulação à reprodução como questão social: a) ultrapassando a compreensão do indivíduo como força de trabalho; b) superando a ambiguidade da compreensão do espaço reduzido à ideia de meio ambiente; c) pensando as lutas da sociedade como lutas pelo espaço, envolvendo apropriação contra a propriedade; d) iluminando as representações construídas sobre o espaço (Carlos, 2011b, p. 62).

Sendo assim, o ato da produção do espaço é produto da busca pelas condições favoráveis de reprodução da vida, em todas suas dimensões, na pluralidade que é a totalidade do ser humano, por isso o concebemos enquanto inerente a reprodução da sociedade (Carlos, 2011b). Neste sentido, interpretar a realidade a partir do espaço geográfico, sua objetividade e subjetividade, é presumir que toda ação social ocorre em um espaço e é marcada pelo tempo em que ela ocorre (Carlos, 2011a). Deste modo, o espaço carrega marcas do tempo e das relações sociais sob as quais é reproduzido. Assim, as atividades humanas reproduzem um espaço que através é apropriado pelo sujeito através de seu corpo.

Por isso, que Carlos (2011a) levanta a tese de que o espaço é construído pelo movimento que “o situa como condição, meio e produto da reprodução social ao longo do processo civilizatório. Logo o espaço se define (em seu conteúdo social e histórico), e como uma das produções da civilização (nunca acabam como ela)” (Carlos, 2011a, p. 23). Assim, o espaço carrega as estratégias e virtualidades empregadas pelas sociedades que o produzem, imprimindo rastros civilizatórios Carlos (2011b). Contudo, o espaço é condição e produto da existência humana.

Afinal, toda ação ocorre em um espaço-tempo definido, por isso, o que muda para essa cidade condicionada ao capitalismo – em relação a cidade tradicional – são justamente as relações que dão forma a este espaço, construídas em um tempo de reprodução e apropriação cada vez mais rápido. Deste modo, com “a perpétua reprodução das relações capitalistas aprofunda as contradições que estão na base do processo de produção do espaço e que despontam como conflitos, os quais aparecem como luta pelo espaço” (Carlos, 2011a, p. 18). A mundialização do capital impõe novas formas de produção e apropriação do espaço que ocorrem de forma cada vez mais acelerada, para que concorra o maior acúmulo de capital.

Neste horizonte, a cidade preexiste ao capitalismo, é uma aglomeração humana que recebeu diferentes funcionalidades ao longo da história, a cidade oriental e arcaica essencialmente política, a medieval, que agrega à anterior, características comerciais, artesanais

e bancárias (Lefebvre, 2001). Organizações humanas que eram “obras mais belas da vida urbana” (Lefebvre, 2001, p.11), pois eram vivenciadas antes enquanto obra do que produtos, a dimensão artística da vida citadina era preponderante diferente dos dias atuais em que a cidade é mais o lugar do lucro do que da vida.

Este contexto é fundamental para “o entendimento do espaço geográfico enquanto produto, condição e meio de realização da sociedade, reproduzido ao longo de um processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem; este é também o plano da reprodução” (Carlos, 2017, p. 9). Se as cidades antigas eram produtos de outras relações sociais, com o capitalismo e a era industrial ocorre a reprodução de uma urbanização globalizada. Por isso, Harvey (2014) aponta que a cidade antiga foi destruída, sendo que,

A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas (Harvey, 2014, p. 20).

Harvey (2014) estabelece tal diálogo, ao analisar a perda de centralidade das vidas política e coletiva na cidade que foram suprimidas pela mercadoria e pelo lucro, que se tornaram centrais na cidade contemporânea. Deste modo, Lefebvre (2001), elenca o processo industrialização enquanto motor das transformações do que constitui o período moderno da sociedade, logo, seria também da urbanização e da problemática urbana, tendo relação direta com o modo capitalista de produção, sendo importante para absorver mercadorias e viabilizar a reprodução de excedentes.

Para Lefebvre (2001) e Carlos (2011b) o espaço passa a ser importante para esclarecer a reprodução continuada do capital, em especial na segunda metade do século XX, quando as formas espaciais passam a ser organizadas para o auxílio na superação das crises capitalistas. Deste modo a reprodução espacial se realizaria, “no espaço concreto, como condição necessária à acumulação, sob comando do Estado, envolvendo o saber, o conhecimento, as relações sociais, as instituições gerais da sociedade, abrindo-se para a produção do espaço” (Carlos, 2011b, p. 57). Nestas condições, o capitalismo reproduz um espaço globalizado, com novo significado e papel importante na reprodução ampliada do capital.

Isto porque na sociedade industrial bem como na atual sociedade burocrática de consumo dirigido (Lefebvre, 2001), a cidade é um momento da produção, e o solo urbano é transformado em mais uma mercadoria (Costa, 1998). Por isso, a reprodução espacial passa a

ser o “momento necessário – do movimento que do espaço enquanto condição e meio do processo de reprodução econômica ao momento em que, aliado a esse processo, o espaço, ele próprio, é o elemento da reprodução” (Carlos, 2011a, p. 25). Sendo assim, de todas as centralidades que a cidade contemporânea reúne, a econômica é sobreposta sobre as outras, coordenando os principais processos de reprodução espacial.

Abre-se um parêntese na discussão para retornar ao passado e dizer que durante a baixa Idade Média, as cidades quase desaparecem diante do contexto de crise (Pallen, 1975), mas com o declínio do feudalismo, o estabelecimento do capitalismo comercial, os mercadores buscaram outros centros para realizar suas atividades, acumulando riquezas nas cidades, acumulação primitiva que seria aplicada no desenvolvimento da primeira fase industrial. Este é o contexto em que as cidades voltaram a crescer, enquanto um centro de disputa econômica, que coloca a busca por riqueza acima de outras centralidades.

Retomando, o processo de industrialização é condicionado a acumulação primitiva de capital, por isso, ocorreu de forma desigual no mundo, a primeira revolução industrial – europeia – ocorreu principalmente devido a exploração das colônias na América e na África, isto atrasou o desenvolvimento dos países destes continentes. Sem a possibilidade de acumular o capital necessário para investir no processo de evolução tecnológica, os países periféricos tiveram sua industrialização, logo, sua urbanização, atrasada e quando aconteceu foi submetida aos interesses do capitalismo internacional, por meio de uma global divisão territorial do trabalho.

Contexto que não criou apenas cidades modernas industriais, mas espaços urbanizados desiguais, como as favelas que recebem os/as excluídos/as da centralidade urbana, neste contexto de urbanização tardia. No período da primeira revolução industrial, século XVIII, tanto a África quanto a América Latina em sua maioria eram territórios colonizados pelos europeus, para a exploração de recursos, ocorreu um processo de dominação cultural, no Brasil por exemplo, representado pelas missões jesuíticas. Processo, que fez com que a cultura local fosse sendo destruída e substituída pelos referenciais colonizadores, a língua, os costumes, a divisão social e principalmente a forma de produção econômica. Isto faz com que a vida urbana comece a ser um padrão homogêneo, principalmente no ocidente, coordenado pelo pensamento europeu.

Neste sentido, Lefebvre (2001) organiza o fenômeno industrial distinguindo o processo em indutores e induzidos, tendo na industrialização a indução da urbanização e do

estabelecimento do modo de vida urbana como um padrão mundializado, mas que as consequências induzidas - por exemplo os problemas urbanos - interagem sobre as indutoras. Ao passo que a indústria nascente, se instala perto de fontes de energia e ou transporte, ou distante dos centros citadinos antigos, ela cria aglomerações, mas impactando toda uma organização pré-industrial. Pois a industrialização induz também o surgimento de “estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos” (Lefebvre, 2001, p.16), atraindo pessoas para os antigos lugares. Assim,

Lá onde preexistir, uma rede de cidades antigas, a indústria toma de assalto. Apodera-se da rede, remaneja-a segundo suas necessidades. Ela ataca, também a Cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a. Tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se destes. O que não impede a extensão do fenômeno urbano, cidades e aglomerações, cidades operárias, subúrbios (com a anexação de favelas lá onde a industrialização não consegue ocupar e fixar a mão-de-obra disponível) (Lefebvre, 2001, p.16).

Por isso, que Lefebvre (2001) afirma que o processo de urbanização ocorre num movimento de explosão-implosão, no qual novos espaços são construídos nos arredores da cidade, que tem uma renovação ocorrendo também em seus espaços internos. Sendo que a “indústria moderna permitiu a dominação do modo de produção capitalista na economia, o qual subordina a produção doméstica artesanal e manufatureira, da cidade e do campo, monopolizando o mercado para si” (Lima, 2015, p. 33). Ou seja, a indústria impõe uma nova organização dos espaços, coloca a cidade enquanto um centro produtivo, que por mais que produza outras centralidades – jurídica, política e social – as submete aos interesses econômicos.

Neste horizonte, Lima (2015) em estudo sobre a indústria de Goiás corrobora com o pensamento de que a industrialização crescente impõe novas organizações do território, exigindo novas modificações espaciais e territoriais. Pois orientada pela industrialização a cidade passa a ser força produtiva do capital, “com a concentração de capital fixo capaz de permitir que os momentos de realização do ciclo econômico pudessem constituir-se em sua totalidade, realizando se no espaço e no tempo em sua continuidade e simultaneidade” (Carlos, 2013, p. 98). Assim, todos os momentos e espaços da cidade são utilizados para reprodução de capital, este que em seu movimento de valorização produz um espaço que lhe é próprio, mas também o reproduz enquanto mercadoria (Carlos, 2013).

Os meios de transporte e comunicação, conectam o mundo, acelerando a troca de mercadorias, informações e recursos, para além da colonização, auxiliando na imposição deste

novo modo de produzir e pensar, mundializado através da globalização das indústrias, mas que tem seu nascimento na Europa. Observando o trabalho, “foi possível liquidar com a autonomia do artesão, que dominava todas as etapas do processo produtivo, e ampliar a divisão social do trabalho e a proletarização” (Lima, 2015, p. 33). Assim, é desenvolvida uma complexa divisão social e territorial do trabalho, que submete o/a trabalhador/a ao poder da classe dominante, e principalmente fragmenta e hierarquiza os lugares.

Então, Carlos (2011a) aponta que enquanto possibilidade a sociedade mundializada já acontece devido ao capitalismo, mas o processo também ocorre de forma contínua e complexa relacionando a esfera mundial e a local, “a realização do mundial revela a práxis e uma nova condição de totalidade” (Carlos, 2011a, p. 16). Mais adiante com a reestruturação do capitalismo, crescimento do setor de serviços – comércio, atividades financeiras e da informatização – o processo capitalista muda, expandindo para além das indústrias e exigindo novas relações globais, com a expansão do neoliberalismo e da precarização do trabalho, por consequência, assim,

O processo de reprodução econômica passa agora pela produção de um novo espaço. Não restam dúvidas de que a acumulação passa pelo espaço, realizando através dele como condição e produto deste processo. Nesse sentido se explicam as atividades do turismo – com a correlata transformação da cultura em indústria cultural –, do narcotráfico, bem como o modo como o capital financeiro se associa ao setor imobiliário, atuando de forma cada vez mais clara na produção do espaço em busca constante do lucro (Carlos, 2011a, p. 16).

Assim, os processos de acumulação do capital acontecem no espaço que é meio, condição e produto do sistema capitalista, deste modo a cidade passa a ser um momento essencial do acúmulo de capital, sob a industrialização é parte essencial dos processos de produção e de circulação importantes para a distribuição e consumo de mercadorias (Carlos, 2013). Atravessando diretamente as relações socioespaciais, que na contemporaneidade são resultados de centralidades diversas, fluxos diversos que disputam os lugares, recursos e pessoas, para aumentar seus lucros, causadas por tensões e contradições do capitalismo.

Por isso, existem competições entre as cidades, mas principalmente, sua hierarquização através dos fluxos que estas atraem, o que implica também na velocidade em que ocorrem as transformações em seu espaço. Neste contexto de disputa por investimentos públicos e privados Catalão (GO) foi um município o qual se beneficiou de sua localização estratégica, relativamente perto dos grandes centros produtores e consumidores brasileiros, logo, a oferta

de infraestrutura atraiu diferentes investimentos que moldaram a urbanização do município bem como influenciou em toda a sua região geográfica imediata.

Deste modo, o conjunto estabelecido espacialmente “dos processos sociais, que denomino urbanização, produz diversos artefatos: formas construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, todos organizados numa configuração espacial distinta” (Harvey, 2005, p. 170). Neste sentido, quanto mais fluxos econômicos atraídos por uma cidade, mais importante ela será em uma hierarquia urbana, possuindo mais centralidades e por consequência aumentando as possibilidades e fluxos de alteração de seus espaços.

Pela mesma razão, Carlos (2011a, 2017) apresenta o conceito de metrópole¹ para pensar a grande cidade capitalista moderna, produzida através de contradições e processos relacionados a mundialização do capitalismo, que ocorre nos países periféricos a partir da descentralização mundial das indústrias, processo que submete pequenas cidades e o campo ao modo de vida urbana (Lefebvre, 2001). A metrópole é o espaço do capital, reproduzido para atender as necessidades de produção e circulação dos empreendimentos capitalistas, constituídos por relações espaço-temporais marcadas pelo fluxo acelerado, sendo uma cidade que apresenta uma ou mais centralidades que a figuram enquanto um ponto de grande importância no tecido urbano. Por isso, a análise espaço urbano deve contemplar diferentes níveis escalares, pois

A análise envolve, de modo articulado, três níveis escalares; no plano do espaço mundial, aponta a virtualidade do seu processo de reprodução contínuo; o plano do lugar expõe a realização da vida humana nos atos da vida cotidiana, enquanto modo de apropriação que se realiza através do uso, pelo corpo; no plano da metrópole ilumina a perspectiva do entendimento das cidade enquanto obra humana, materialidade produzida ao longo da história revelando-se enquanto mediação entre os outros dois níveis. A articulação-justaposição destes três níveis ganha configuração e articulação através da noção de reprodução da sociedade (Carlos, 2017, p.10).

Existe um conflito entre os referenciais impostos por uma cultura mundializada em diferentes momentos e com a vida real, por mais que existam visões homogeneizadoras de reprodução do espaço é impossível prever as formas que os/as habitantes irão se apropriar destes. De acordo com a globalização da técnica, o capital vai penetrando os espaços e colocando as cidades menores a serviço da metrópole, socializando os problemas urbanos, com

¹ Por mais que o conceito de metrópole para Carlos (2017) se refira a grandes cidades, os processos constitutivos do espaço capitalista atuam de forma dialética enquanto uma imposição global que conflitua com a escala local. Neste sentido, Catalão enquanto uma cidade média apresentaria em sua reprodução espacial os fenômenos que reproduzem também o espaço da metrópole, claro que com intensidade e características próprias.

diferentes intensidades. Por isso, elementos de uma grande metrópole são identificados em Catalão (GO), com intensidades e peculiaridades diferentes de uma cidade média de interior, mas que influenciam a vida de quem a habita, como é o caso da Operação Urbana, uma ferramenta de alteração do espaço utilizada pelo Estado para materializar espacialmente novos interesses capitalistas, as operações em Catalão (GO) apresentam tamanhos e intensidades diferentes, mas renovam os espaços bem como acontece nas metrópoles.

Assim, enquanto meio condição e produto do sistema capitalista, o espaço urbano é fruto da tentativa de reprodução de uma espacialidade global, em que os tempos são efêmeros e os lugares amnésicos (Carlos, 2011a). Condição em que a cidade passa a ser vivenciada em fluxos cada vez mais rápidos, dificultando que sejam construídas significações entre os sujeitos e esses lugares, que devido a isso são amnésicos com sua história apagada pelas sucessivas reformas. Em Catalão (GO), o modo de vida que se difere das grandes metrópoles, marcado por um tempo lento em que a cidade é vivida em comunidade, as relações socioespaciais são construídas nas ruas, nas praças, porém os grandes investimentos e empreendimentos atraem fluxos, pessoas, reproduzindo novas formas urbanas que quebram as anteriores expandindo a cidade, trazendo novas relações com novos espaços e pessoas além de problemas como a mobilidade urbana, o crime e a violência.

Neste sentido, ao pensar cidades maiores também leva a refletir sobre a contradição centro-periferia, Carlos (2013) aponta que a tendência da centralidade é congestionar e explodir em novos centros hierarquizados pelo capital, ao passo que estes passam a ser amnésicos – juntamente com o antigo centro – por serem alheios a classe trabalhadora, frutos da alienação de seu trabalho, a serem reproduzidos e consumidos em um fluxo acelerado – para o capitalismo o tempo é dinheiro – sem tempo para construção de reflexões ou afetos, por isso, o tempo efêmero.

À luz disso hoje, “vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõe a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar” (Harvey, 2014, p.27), inclusive ao direito à cidade, pois ela se torna uma mercadoria a ser consumida. Processo que Lefebvre (2001), Carlos (2011a, 2013, 2017) e Harvey (2014) entendem como produção capitalista do espaço. Sendo que sob o capitalismo,

a produção do espaço realiza-se na contradição fundante do próprio ato de produzir: uma produção social (que, nesta dimensão, revela-se como momento de criação e realização do ser social) em conflito frontal com sua apropriação privada (o espaço

tornado mercadoria subsume, no processo capitalista, as formas de apropriação ao mercado como momento de alienação) (Carlos, 2013, p. 96).

Induzida pela industrialização, e (des)organizada pelo capitalismo a cidade deixa de ser obra e passa a ser uma mercadoria (Lefebvre, 2001), assim, generalizada e reprodutível, passando a ser dotada de valor de uso e de troca. Com isso, “o espaço urbano reproduzido sob a égide do valor de troca se impõe ao uso social da cidade” (Carlos, 2013, p. 95). Esta é a contradição fundante da produção do espaço na sociedade contemporânea, pois marca os comportamentos e usos dos lugares.

O valor de uso e valor de troca são atribuições de uma mercadoria, e estão no cerne da teoria marxista, entende-se a mercadoria enquanto um produto que é trocado, logo, detém dois aspectos: sua utilidade ao usuário, o que propicia que seja trocado (uso), e seu poder de obter quantidades de outras mercadorias na troca (Bottomore, 1983). Ainda,

Marx ressaltou o fato de que, embora o valor de uso seja uma condição necessária para que um produto seja trocado e, portanto, tenha um valor de troca (ninguém trocará um produto útil por um produto que não tem utilidade para ninguém), esse valor de uso da mercadoria não tem qualquer relação quantitativa sistemática com o seu valor de troca, que é um reflexo das condições da produção da mercadoria. [...] A contradição entre o valor de uso e o valor de troca, inerente à forma mercadoria, quando se expressa na força de trabalho enquanto mercadoria, é a origem da mais importante contradição social da produção capitalista: a divisão de classes entre operários e capitalistas” (Bottomore, 1983, p.629).

A cidade enquanto mercadoria, quando o valor de troca é colocado acima do uso, se torna um produto a ser consumido, vivenciado através da posse do capital, de modo que se você não pode parar não terá acesso aos espaços. Assim, passa a ser vivenciada enquanto uma justaposição de espaços privados, condicionados ao consumo, sendo um espaço de consumo, em que o objetivo central é adquirir outros bens materiais.

Ainda, o valor de uso, é reivindicado por quem ocupa a cidade, emergindo no cotidiano como estratégias de uso e apropriação de uma mercadoria sob a qual não se tem como pagar, a sobrevivência da classe trabalhadora no modo de vida urbana é marcada por imprevistos que reforçam que os usos da cidade fogem a mercadoria e ao valor de troca. Com isso, a “contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada está na base do entendimento da reprodução espacial” (Carlos, 2017, p.12), logo do urbano como um todo. Sendo assim, Carlos (2017) coloca que este espaço urbano mercantilizado tem como objetivo viabilizar a reprodução do capital que é atraído de outras partes da economia.

Por conseguinte, a “política do capitalismo é afetada pela eterna necessidade de encontrar esferas rentáveis para a produção e absorção do excedente de capital” (Harvey, 2014, p. 31). Por isso, a morfologia da cidade é organizada para propiciar melhores condições nos processos industriais de produção e circulação de mercadorias. Isto ocorre

porque numa sociedade fundada sobre a troca a apropriação do espaço, ele próprio produzido, enquanto mercadoria, liga-se, cada vez mais à forma mercadoria servindo as necessidades da acumulação através das mudanças / readaptações de usos e funções dos lugares que também se reproduzem sob a lei do reproduzível, a partir de estratégias da reprodução num determinado momento da história do capitalismo que se estende cada vez mais ao espaço global, criando novos setores de atividade como extensão das atividades produtivas (Carlos, 2017, p.12).

Logo, a cidade da troca é o espaço das grandes obras, das largas avenidas, monumentos arquitetônicos – pontes, viadutos, túneis – , de simulacros turísticos e do consumo, num processo de substituição dos antigos lugares por novos que melhor representam a modernidade, “em função da realização de interesses imediatos em nome de um presente programado e lucrativo, trazendo, como consequência, a mudança nos usos e funções de áreas que passam a fazer parte, novamente, do fluxo do valor de troca” (Carlos, 2017, p.13). Nesta cidade industrial capitalista, estes espaços são reproduzidos sob perspectivas eminentemente genéricas, na busca pela aplicação de modelos, que controlam os usos dos lugares.

Portanto, atualmente “aprofunda-se um processo induzido que se pode chamar de a “implosão-explosão” da cidade. O fenômeno urbano, se estende sobre grande parte do território, nos grandes países industriais” (Lefebvre, 2001, p. 18). Através das multinacionais, espalhadas pelo mundo através da globalização, o mundo se vê coberto por um tecido urbano, que se expande, imposto pela economia, para ser homogêneo – porém apresenta diferenciações locais – assim, núcleos urbanos antigos são deteriorados ou implodem em grandes renovações, ao passo que novas centralidades crescem em um processo de explosão das ocupações.

Lefebvre (2001) escreve seu trabalho discutindo o direito à cidade, no contexto da primeira revolução industrial, trazendo isso para o contexto atual, com a globalização das indústrias e a divisão territorial do trabalho, o capital penetra nos territórios de forma desigual, seja por interesses em recursos naturais, humanos ou locais. Assim, produz um processo de valorização de cidades ou não de acordo com a organização da economia e seus fluxos. Não alterando somente a morfologia dos lugares, mas também a cultura, os modos de vida, os sistemas de objetos e valores, como por exemplo as práticas artísticas e de lazer.

Deste modo, o capital global, principalmente em países com heranças coloniais, organiza o território de acordo com as necessidades de reprodução do capital. Por exemplo, no Brasil do século XIX vários núcleos citadinos surgem e se desenvolvem em função da construção das ferrovias, infraestrutura voltada para o escoamento da produção, já no século XX quando por opção política de desenvolvimento do país e interiorizado, e costurado por rodovias – para atrair a indústria automobilística – grande parte destes centros entram em declínio juntamente com as ferrovias, mas outros cresce ao passo que são atravessados por rodovias. Atualmente, a dependência do mercado dos combustíveis, o custo do transporte, a degradação do meio ambiente são algumas consequências desta escolha. Isto ocorre porque na sociedade moderna,

o aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho se baseia numa nova racionalidade apoiada pelo emprego do saber e da técnica aplicada a produção e a gestão e da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço através do controle e da vigilância (Carlos, 2017, 14).

Assim, o espaço reproduzido pela troca, impõe racionalidades, que refletem as contradições do capitalismo, a separação do/a trabalhador/a do que é produzido é a maior delas, logo, a cidade mercantilizada é uma mercadoria, que a classe trabalhadora só tem acesso se puder pagar, são processos que advêm da visão do espaço enquanto condição da acumulação (Carlos, 2017). Costa (1998) em diálogo com a obra de Corrêa (1989), reforça a ideia de que o espaço urbano é caracterizado por uma fragmentação e ao mesmo tempo uma articulação que torna estas partes espaciais interdependentes. Corrêa (2004), ao discutir o espaço urbano entende que,

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – e produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sob um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem (Corrêa, 2004, p. 11).

O urbano capitalista é um mosaico que sofre constantes metamorfoses, pois estes agentes disputam a melhor configuração que atenda ao seu empreendimento, buscando maior fluidez ao capital. Para Corrêa (2004) esta reorganização espacial ocorre via incorporação de novas áreas, densificação do uso do solo, deterioração de áreas, realocação diferenciada da

infraestrutura, e a mudanças do conteúdo social e econômico de áreas da cidade, interpretamos neste trabalho que estas ocorrem através das renovações e requalificações dos espaços da cidade. Como é o caso do estudo em Catalão (GO) tratado neste texto.

Com essa reflexão, Harvey (2014) colabora com a discussão apontando que no capitalismo, a polarização da riqueza é responsável não só pela alteração das formas urbanas, mas principalmente pela reprodução de morfologias excludentes dentro do espaço da cidade. Pois essa, enquanto mercadoria, com espaços fragmentados e hierarquizados, é condicionada ao ter dinheiro para ser consumida, sendo que os espaços mais valorizados apresentam preços cada vez maiores. Em exemplo, Harvey (2014) apresenta que,

Em fins de 2009 (depois que o pior da crise chegará ao fim), havia 115 bilionários na China, 101 na Rússia, 55 na Índia, 52 na Alemanha, 32 na Grã-Bretanha e trinta no Brasil, além dos 413 nos Estados Unidos. Os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão indelevelmente inscritos nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais se transformam em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante. A proteção neoliberal aos direitos da propriedade privada e seus valores torna-se uma forma hegemônica de política, mesmo para a classe média baixa (Harvey, 2014, p. 48).

Isto acontece porque os interesses das classes dominantes são colocados em primeiro plano no processo de produção espacial, o que amplia também as desigualdades estruturais do sistema capitalista, resultando na segregação dos/as trabalhadores/as do acesso à cidade. O individualismo proposto pelo avanço do neoliberalismo, impacta diretamente no Estado de Bem-estar Social que é alvo de ataques, e sem a produção de políticas públicas efetivas, o espaço urbano é hierarquizado de acordo com o ter ou não capital, sendo composto por bairros e condomínios de luxo, nos quais gozam de serviços e ambientes diversos para consumo e lazer, mas estes são cercados por bairros pobres e favelas, onde faltam o básico como saneamento básico, educação, saúde e segurança.

Frente a isso, Corrêa (2004) elenca como agentes produtores e consumidores de espaços na cidade: 1) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; 2) proprietários fundiários; 3) promotores imobiliários; 4) o Estado; 5) os grupos sociais excluídos. Sendo que os três primeiros disputam as ações que alteram de forma mais significativa o urbano, o Estado - em teoria -, atuaria em função garantir o equilíbrio e principalmente os direitos dos últimos que são as minorias sociais, as quais tem sua vida condicionada às decisões dos

anteriores, mas que ainda assim conseguem alterar este espaço em um movimento de menor impacto.

Deste modo, a ação dos agentes é regulada por marcos jurídicos, que não são neutros e refletem os interesses dominantes, permitindo ainda transgressões daqueles que detém maior poder. Ainda, por mais que os três primeiros entrem em conflitos de estratégias e interesses, apresentam um objetivo em comum que é a apropriação de uma renda da terra (Corrêa, 2004). Por isso, suas ações servem aos propósitos das classes dominantes, buscando formas de menor conflito para garantir a reprodução das relações de produção, dando continuidade no processo de acumulação de capital.

O espaço urbano seria também um instrumento para a produção, o meio para sua realização, que ocorre “em grande parte através da posse e do controle do uso da terra urbana” (Corrêa, 2004, p.13). Ainda, o autor coloca que na atual fase do capitalismo, os diferentes capitais se integram e fazem com que os conflitos – principalmente entre os agentes hegemônicos – desapareçam. Também, as estratégias destes modificadores variam no tempo e no espaço, principalmente em razão de seus interesses.

Sendo assim, o primeiro, os proprietários dos meios de produção, os industriais e as grandes empresas comerciais, são grandes consumidores de espaço devido às dimensões de suas atividades, por isso, buscam grandes terrenos, bem localizados, com acesso a redes de transporte e de amplo acesso populacional (Corrêa, 2004). Frente a isso a terra urbana, “em princípio, um duplo papel: o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades” (Corrêa, 2004, p.13). Atraindo também para o urbano grandes contingentes de trabalhadores/as, que precisam habitar, desde a ação dos proprietários dos meios de produção modelo cidade interferindo na localização e nos usos dos espaços.

Os proprietários fundiários, donos de terras, buscam obter maior renda fundiária de suas propriedades, por isso, optam pelo uso que seja mais remunerável, comercial ou residencial (Corrêa, 2004). Neste sentido, tem por interesse o aumento da mancha urbana, pois o valor de troca da terra na cidade é maior que o da terra rural. Estes se aproveitam da ação estatal, seja em leis de zoneamento urbano ou na valorização de suas terras após a construção de infraestrutura com investimento público.

De certa forma, os donos de terras se beneficiam das atividades dos donos de produção, pois estes atraem pessoas o que aumenta a demanda por habitações e ocupação de novas áreas. Ainda, proprietários de terras valorizadas podem se relacionar com os promotores imobiliários,

estes que de acordo com Corrêa (2004), são aqueles que realizam processos de incorporação imobiliária, financiamento, estudos técnicos de viabilidade de obra, construção ou produção do imóvel e a comercialização deste produto de moradia, proprietários de terrenos, firmas, empreiteiras, e outras atividades se encaixam neste ponto.

Estes promotores variam na escala e no poder de suas operações. Suas estratégias para auferir lucro se baseiam na produção de moradias populares, baixos níveis de salários, especulação e a produção de imóveis de luxo. Para o último, estes precisam de áreas valorizadas da cidade, bem localizada e assistida de infraestrutura e serviços. Logo, o objetivo dos promotores imobiliários, também é o lucro e não resolver os problemas de moradia, por isso, a “atuação espacial dos promotores imobiliários de faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista” (Corrêa, 2004, p. 23-24), segregação que é ratificada nos conjuntos habitacionais populares, em sua maioria construído em parceria com o Estado, principalmente quando os governantes buscam amortecer crises.

Este é o quarto agente, o Estado, que atua na organização espacial, de forma complexa e variável, reflexo da sociedade capitalista (Corrêa, 2004), na qual atua enquanto representante institucional dos interesses da burguesia. O autor aponta que na sociedade brasileira, o Estado atua como grande industrial, consumidor de espaço e proprietário fundiário, ainda sendo regulador dos usos das terras. Assim, Costa (1998) soma aponta que enquanto agente institucional capitalista o Estado não tem uma ação justa, pois

O Estado, que não é uma instituição neutra, atua através de suas políticas, beneficiando a maximização da rentabilidade e retorno de investimentos, visando criar condições satisfatórias à expansão do capital e, ao mesmo tempo, buscando atender às reivindicações emergentes da luta de classes (Costa, 1998 p. 3).

De modo que, o poder estatal implanta empreendimentos, empresas nacionais, conjuntos habitacionais para fomentar a atuação do mercado imobiliário e cria condições para que os agentes anteriores consigam potencializar suas atividades via intervenções urbanas. Porém, suas ações voltadas à implementação de serviços públicos e infraestrutura, são mais interessantes para a população e empresas, processo no qual privilegia as áreas valorizadas atuando de forma desigual. Neste sentido, Urriola e Barbosa (2022), discutem o modelo de governança urbana, norteador pela ideologia neoliberal, e assim,

Observa-se que as políticas urbanas neoliberais buscam valorizar o espaço urbano como estratégia de reprodução social. De um lado, tem-se o Estado gerando, com

recursos públicos, políticas neoliberais a favor do mercado e dos interesses do grande capital; de outro, o setor privado, pretendendo, por parte do Estado nacional, reconstruir as condições de circulação do capital e do trabalho (Urriola; Barbosa, 2022, p. 16).

A ação estatal é ampla, mas enquanto Estado capitalista sua ação não é efetiva e nem neutra, pois governa dentro dos interesses burgueses, sendo marcada pela disputa dos interesses dos agentes anteriores. Assim, a atividade estatal busca produzir espaços que tendem “a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder” (Corrêa, 2004, p. 26). O que aumenta o número de metamorfoses no espaço da cidade, pois a cada grupo que toma o poder os interesses são distintos. A cidade da mercadoria é meio, condição e produto das realizações dos capitalistas, com isso,

As coalizões e arranjos institucionais que envolvem alianças entre os setores público e privado são uma das características da difusão da governança corporativa neoliberal, que se manifesta na afirmação de que o Estado, além de proporcionar financiamentos circunstancialmente benéficos ao setor privado, é o principal ator ativo na busca de recursos, de fundos públicos à reprodução capitalista (Urriola; Barbosa, 2022, p. 16).

No Brasil, o poder estatal tem três níveis escalares – federal, estadual e municipal – que apresentam ações distintas, que nem sempre têm coalizão para os mesmos objetivos. Ainda o Estado atua como regulador dos usos dos espaços na cidade, regulamentando também as perspectivas de lazer e qualidade de vida, questão que será discutida e aprofundada à frente. À luz disso, atuação do Estado se faz, “visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações (Corrêa, 2004, p. 26)”. Uma atuação, que é respaldada pelo discurso institucional, mas que ocorre de forma desigual, reforçando processos de segregação e gentrificação dos espaços da cidade. Em sua obra Carlos (2017) aponta que,

Nesse contexto o desenvolvimento do ciclo do capital necessita de uma aliança com o poder político, na medida em que só ele pode atuar em grandes parcelas do espaço produzir infraestrutura e “colocar em suspensão” o estatuto da propriedade privada do solo urbano, liberando as áreas ocupadas, para novas atividades; o que significa a criação de novas estratégias entre as várias formas de capital e o Estado (Carlos, 2017, p. 19).

Assim, é evidente que as ações do Estado são várias, no sentido de produzir e organizar os espaços, e que suas ações reproduzem espaços que atendem ao capital e não ao habitar. Costa (1998) aponta que o Estado enquanto planejador legitima tecnicamente estratégias políticas

excludentes, isto seria um ato responsável pela instalação de um terror difuso. Com isso, o planejamento estatal emerge “enquanto estratégia terrorista, concebida à revelia do homem, norteado pelos interesses da sociedade burocrática de consumo dirigido” (Costa, 1998, p.15). Um processo que planeja a vida do/a trabalhador/a sem que ele participe.

Como o Estado tem domínio de grande Poder na sociedade, realiza mudanças sem que elas sejam amplamente questionadas e tem poder de suprimir aquelas poucas que problematizam obras como as das praças de Catalão (GO). Neste sentido, enquanto habitante e pesquisador da cidade foi observado algumas falas isoladas as quais questionam as reformas das praças, principalmente o corte das árvores, o valor gasto e a quantidade de reformas e construções, entretanto nos últimos 5 (cinco) anos em que as Operações Urbanas aconteceram não foi identificado nenhum movimento organizado para problematizar e questionar as obras. O Estado utiliza de sua imponência para legitimar suas ações em prol dos interesses capitalistas, a exemplo das empreiteiras e incorporadoras imobiliárias.

Sendo assim, os problemas urbanos são resultados de uma ação estatal, principalmente da busca por soluções pontuais para problemáticas que são estruturais, estas que afetam principalmente o quinto agente, os grupos sociais excluídos – dos bens e serviços produzidos socialmente – que são segregados/as da habitação, e vivenciando sintomas de subnutrição, doenças, baixa escolaridade, desemprego, subemprego ou emprego mal remunerado (Corrêa, 2004), processo que ocorre em maior intensidade em países colonizados, como na América Latina.

Com isso, os lucros adquiridos pelos empreendimentos que utilizam de um urbano próprio para si são individualizados, mas os riscos e problemas são socializados, assim, quem tem os empreendimentos, habitações e terrenos valorizados pelas novas praças de Catalão (GO) são proprietários/as que se beneficiam disso individualmente, mas os problemas das faltas de espaços de lazer para todos/as, falta de árvores e de espaços públicos adequados para práticas de lazer aos diferentes grupos são problemas vivenciados por todos/as habitantes e principalmente as minorias pobres que carecem dos serviços públicos em seu dia a dia.

As possibilidades vivenciadas por essas minorias são antes de qualquer coisa condicionadas aos interesses dos agentes hegemônicos, ou seja, o acesso é em áreas cujo interesse para empreendimentos econômicos é baixo ou especulado, o primeiro aos/as mais pobres e o segundo principalmente voltado para classe média. Aos proprietários dos meios de produção são submetidos em virtude das condições de trabalho, aos fundiários e incorporadores

imobiliários principalmente pela moradia, e ao Estado devido às políticas públicas e serviços. Porém ainda assim, conseguem resistir e produzir suas espacialidades, no cotidiano, Corrêa (2004) exemplifica isso com a espacialidade da favela, que é

antes de mais nada, uma forma de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade (Corrêa, 2004, p. 30).

Isto reflete principalmente na ocupação de áreas inadequadas para outros agentes, dentro das quais ocorre uma apropriação, para moradia e acesso a trabalho, espaços impróprios o habitar como encostas íngremes e áreas alagadiças, mas que para além são lugares de usos cotidianos, vivências diversas, palco de relações que extrapolam o sobreviver. Um exemplo disso, é nos mesmos morros onde o crime atua, e faltam diversos serviços, ocorrem bailes funks ao ar livre ocupando as ruas da favela para o lazer, processos que resistem à segregação aos outros espaços urbanos. Entretanto, isso não supera a reprodução de um urbano desigual que,

a cada transformação do espaço urbano, estes se mantêm simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado. A desigualdade sócio-espacial também não desaparece, o equilíbrio social e da organização espacial não passa de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologia. (Corrêa, 2004, P. 12)

Então, por mais que existam processos de resistência, o urbano é meio, condição é produto de um capitalismo que é desigual e segregacionista, impactando na disposição dos espaços e na vida cotidiana. Pois, neste contexto, o espaço assume a característica de fragmentado “(como decorrência da ação dos empreendedores imobiliários e da generalização do processo de mercantilização do espaço), homogêneo (pela dominação imposta pelo Estado ao espaço) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho)” (Carlos, 2017, p. 12). Sendo um reflexo das contradições inerentes ao capitalismo, e principalmente pelo choque de interesses entre a produção de um espaço mercadoria e o uso cotidiano. A autora ainda complementa,

Com efeito, esse espaço da sociedade capitalista se quer racional enquanto que na prática ele é comercializado, fragmentado, vendido em parcelas. É assim que ele é, ao mesmo tempo, global e pulverizado. Ele parece lógico e ele é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano se descobre que a burguesia tem um duplo poder sobre o espaço: inicialmente a propriedade privada do solo, que se generaliza no espaço inteiro, à exceção dos direitos das coletividades e do estado – e secundariamente, pela globalidade; a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do Estado. Há conflitos inevitáveis entre esses dois aspectos, e notadamente,

entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global ou estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, fragmentado e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais do planejamento e os projetos parciais dos mercadores do espaço. Essas contradições explodem no nível da vida cotidiana no plano da apropriação do espaço onde os usos se deparam com a questão da raridade dos lugares no espaço, com isso o choque é iminente (Carlos, 2017, p. 21).

Num movimento de valorização dos objetos, em detrimento das relações socioespaciais, que impõe uma visão utilitarista do espaço, organizando as formas para melhor obtenção de lucro, enquanto espaço da produção e de circulação. Neste sentido, a cidade da troca vai sendo imposta enquanto “código que comanda, imperativamente, o uso dos lugares infundindo no espaço, o repetitivo que se revela em formas homogêneas e assépticas conferindo um modo determinado de relações entre os habitantes da metrópole” (Carlos, 2017, p. 17). É neste sentido que a autora Carlos (2017), afirma que o espaço da cidade é vivido em tempo efêmero e em lugares amnésicos. Isto porque organizado enquanto, meio, condição e produto do capitalismo, para além do intraurbano o espaço é,

Em primeiro lugar porque a ocupação do espaço se realizou sob a égide da propriedade privada do solo urbano; onde o espaço fragmentado é vendido em pedaços tornando-se intercambiável a partir de operações que se realizam através e no mercado; tendencialmente produzido enquanto mercadoria, o espaço entra no circuito da troca, generalizando-se na sua dimensão de mercadoria. Por outro lado, o espaço se reproduz enquanto condição da produção, atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução. Nesse contexto o espaço é banalizado, explorado, e as possibilidades de ocupá-lo se redefine constantemente em função da contradição crescente entre a abundância e escassez, o que explica a emergência de uma nova lógica associada e uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação a partir da interferência do Estado. Deste modo o espaço é produzido e reproduzido de um lado enquanto espaço de dominação e de outro enquanto mercadoria reproduzível (Carlos, 2017, p. 18).

Deste modo, para além do intraurbano, o espaço urbano envolve redes urbanas, relações em escalas múltiplas, regionais, nacionais, globais, sendo assim, a reprodução do espaço não ocorre de forma isolada. Com isso, a cidade é colocada enquanto forma de garantir o aumento da reprodução do lucro, e assim precisa garantir que exista uma programação para os usos dos lugares e para vida dos/as trabalhadores/as, que reproduza o espaço citadino enquanto propriedade privada, valorizada e limitada pela sua raridade (Carlos, 2017). Possuindo o valor de troca, a cidade faz parte da reprodução da riqueza, nos processos de produção, circulação e consumo. Objetivando o máximo de lucro a partir dos empreendimentos urbanos, é necessário que se estabeleça um fluxo acelerado, de pessoas, informações, logo as formas urbanas precisam oferecer condições para tal.

Os empreendimentos em espaço urbano que antes se apoiavam no setor secundário hoje são cada vez mais dependentes do setor terciário, os serviços, comércio e financeiro, (Carlos, 2017) interligados em uma escala global é que exigem mais dinamismo nos espaços urbanos. Ainda, para se auferir renda da cidade é necessário que este espaço se valorize cada vez mais, de modo que as obras sejam cada vez mais constantes, renovando os lugares para atender inclusive a estética do moderno.

Carlos (2017) ao estudar a operação urbana que expandiu a avenida Faria Lima, aponta que os usos e funções dos lugares apresentam mudanças constantes, para atender imposições, no caso da pesquisa dela a imposição dos carros enquanto meio de locomoção foi o vetor “das imensas cirurgias urbanas que se realizam, na metrópole, reproduzindo uma morfologia que esvazia a vida das possibilidades que o uso do espaço contém” (Carlos, 2017, p.17). Em um processo em que os cidadãos/ãs da cidade tem sua vida modificada para atender o consumo, no caso o carro seria a mercadoria. E o espaço público, a rua, de uso coletivo passa a ser vivido de forma individualizada, e a esfera privada se sobrepõe a pública, no momento em que as pessoas se isolam em suas propriedades, limitando as relações de apropriação e convívios na cidade.

Sendo assim, o espaço urbano é meio, condição e produto para a realização da sociedade, construído em um processo histórico apresenta marcas do passado, reflete também as relações sociais do presente, possuindo as possibilidades para o futuro. O processo de urbanização é dependente da industrialização, enquanto condição de expansão do capitalismo, que reduz a cidade à função econômica, momento necessário para expansão do acúmulo. E enquanto, interdepende desse sistema é palco de disputas entre as classes e produto de desigualdades diversas, pois submete as outras centralidades à economia.

A vida do/a trabalhador/a é coordenada por signos que impõem a lógica do consumo, sob a qual existem lugares produzidos para atender a produção econômica. Por isso, a cidade da mercadoria, é o espaço da segregação e da desigualdade. Enquanto produto de um capitalismo exploratório a cidade reflete isso em seus espaços, que são controlados, vigiados e programados para um consumo em ritmo acelerado.

Dessa forma, para garantir o acúmulo de capital, os empreendimentos necessitam que o espaço urbano seja alterado, seja para absorção de novas áreas para a mancha urbana, seja para renovação/requalificação para valorização espacial. A forma da cidade capitalista é sempre cambiante, um processo conflituoso, que busca adequar os espaços a divisão territorial do trabalho. O Estado atua nesse processo, com grandes obras que alteram parcelas espaciais

consideráveis, desapropriando, demolindo, reformando. Nesse sentido, foi escolhida a operação urbana como forma de atuação estatal, para alteração da morfologia urbana, para atender as necessidades da produção econômica, este vai ser o processo examinado na subseção seguinte.

2.2 ESPAÇO URBANO E OPERAÇÕES URBANAS EM CATALÃO (GO)

Para pensar as Operações Urbanas que alteram as praças da cidade de Catalão (GO), antes é preciso refletir sobre como se caracteriza este instrumento, que é de uso global, e quais elementos se repetem nas Operações Urbanas locais. Tendo em vista que a reprodução do espaço urbano, é condição para que o processo de produção capitalista ocorra, as formas da cidade acabam passando por processos de modificações constantes.

Ao passo que a técnica evolui, que a organização do capital se modifica, obras na cidade ocorrem, buscando valorizar o solo urbanizado e dinamizar o processo de produção. Porque o espaço urbano enquanto propriedade privada é uma mercadoria limitada, não é mais abundante e sim um produto em processo de raridade (Carlos 2011b), o que impõe a necessidade de renovação e/ou requalificação destes espaços, que altera a morfologia e as formas de apropriação deste espaço (Carlos, 2017). Assim, este entendimento

Pressupõe a superação do entendimento da produção do espaço restrito ao plano econômico, abrindo-se para a compreensão da sociedade em seu movimento mais amplo, isto é, o que engloba e supera o mundo do trabalho e da circulação das mercadorias, apesar de considerar o momento atual como aquele em que se criam novos setores de atividade como extensão de atividades produtivas, criadores de *novos espaços*. Por outro lado, também aponta a produção do espaço em sua dimensão abstrata de mercadoria (Carlos, 2011b, p. 64, grifos da autora).

Isto ocorre em virtude da expansão do capital a qual impõe a construção de novos espaços que sejam adequados a estas novas atividades econômicas, e este processo realiza renovações cada vez mais em fluxo acelerado, alterando de forma direta a vida de quem habita a cidade. Por isso, "enquanto condição da realização do ciclo do capital, revela a necessidade de uma aliança entre o estado e os setores modernos da economia" (Carlos, 2017, p. 13), para que esta reprodução espacial ocorra. O Estado, resguardado pelo discurso institucional, é representante dos interesses dos agentes hegemônicos que buscam espaços adequados para seus empreendimentos, e por isso, atua com o intuito de oferecer condições a estes capitalistas, sendo o indutor de grandes transformações nas formas da cidade.

É por isso que Harvey (2005) aponta que existe uma mudança na orientação da filosofia administrativa da cidade, passando de uma administração política burocrática, para uma governança urbana pautada no empreendedorismo², que de certa forma é uma resposta à competição interurbana. Ideia que emerge em 1985, em um seminário em Orleans (USA) que reuniu acadêmicos, empresários e governantes de países capitalistas avançados que em consenso expressaram que para superar a situação calamitosa e assegurar um futuro melhor as populações os governantes deveriam explorar qualquer tipo de possibilidade (Harvey, 2005). Sendo assim,

Em resumo, a missão da governança urbana é atrair fluxos de produção, financeiros e de consumo de alta mobilidade e flexibilidade para seu espaço. O caráter especulativo dos investimentos urbanos deriva da incapacidade de prever exatamente qual pacote terá sucesso, num mundo de muita instabilidade e volatilidade econômica. [...] As relações inovadoras e competitivas de muitas alianças urbanas da classe dirigente engendram mais incertezas, e no fim, tornam o sistema urbano mais vulnerável às incertezas da mudança acelerada (Harvey, 2005, p. 180).

Com esta mudança de visão na postura da governança urbana³, parece ter um consenso entre os capitalistas que “os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico” (Harvey, 2005, p. 167). Pensamento que norteia ações e ideologias políticas, Harvey (2005) exemplifica o fenômeno com cidades dos Estados Unidos que utilizaram o empreendedorismo urbano para superar a crise. O governante enquanto empreendedor necessita do apoio público e precisa ser carismático para transitar e negociar com os diferentes empresários e outros governantes de outras instâncias como a estadual e federal, característica que o atual prefeito de Catalão (GO) apresenta, principalmente por ser um político antigo na cidade que já ocupou diferentes cargos, o que colabora para o perfil empreendedor.

Neste seguimento, a mudança tem relação com a necessidade de superar as dificuldades impostas as economias capitalistas frente a recessão de 1973, em um contexto de

² Empreendedorismo é um conceito do campo da administração que pode ser entendido como a capacidade de atrair e de gestar investimentos em busca de lucro, para isso é necessário utilizado da inovação principalmente na gestão. O empreendedorismo urbano, ou empresariamento urbano como conceitua Harvey (2005) é a forma de organizar e gestar a cidade em busca do lucro, e não do desenvolvimento para a qualidade de vida. A cidade passa a ser administrada como uma empresa, as parcerias público-privadas passam a ser uma realidade que altera e coordena a vida urbana. De acordo com Harvey (2005) o empreendedorismo urbano faz parte do processo de flexibilização do capital e é utilizado para manter a cidade coesa e direcionada ao lucro.

³ Pensando em diálogo com Harvey (2005) a governança urbana é bem mais que só os governantes, incluindo todos/as aqueles/as que têm o poder de organizar o espaço, os quais a partir de Corrêa (2004) entendemos como agentes sociais produtores/consumidores de espaço.

desindustrialização e desemprego - aparentemente estrutural - enfrentado com austeridade fiscal e neoconservadorismo (Harvey, 2005), que através da racionalidade do mercado norteiam a ação de diferentes governos. Fica evidente que qualidade de vida e progresso pro vezes apresentam significados diferentes, pois as grandes obras buscam atrair valores, gerar empregos temporários, mas nem sempre o capital é revestido ou as obras são voltadas ao bem coletivo.

Para Vainer (2009), essa nova orientação advém do estabelecimento do planejamento estratégico urbano, que substitui o tradicional, que é inspirado em conceitos e técnicas oriundas do planejamento empresarial, originados em Havard Business School. Esta forma de planejamento nem sempre dá conta de mensurar os impactos na vida de quem recebe estas alterações espaciais e nem de pensar os futuros problemas inerentes aos usos distintos destes espaços, entretanto este nem é o interesse dos governantes que o utilizam, o objetivo é o lucro e o planejamento estratégico urbano parece atender.

Assim, “segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas” (Vainer, 2009, p. 76). Argumento simplista utilizado para estabelecer o planejamento estratégico e a governança empreendedora, que reduz as experiências urbanas e meros negócios.

Ainda, a governança urbana empreendedorista faz parte da dinâmica de transição do capitalismo fordista-keynesiano para um regime de acumulação flexível, além de impactar na mudança da base urbana para o pós-modernismo - em relação ao design, arquitetura, padrões culturais e estilo de vida - (Harvey, 2005). Sob esse contexto, a questão urbana passa a ter como nexos centrais a problemática da competitividade urbana (Vainer, 2009), por isso as cidades competem entre si para atração de investimentos. De modo que a mudança da postura que organiza o espaço urbano faz parte do enfrentamento das crises do capital, mas também do seu processo de reestruturação produtiva.

Frente a isso, Harvey (2005) coloca que o empreendedorismo urbano impõe uma concorrência interurbana de soma zero, no qual uma cidade sai ganhando enquanto as outras perdem, questão que é chave, pois por causa dessa competição, que a governança urbana vai ser pautada na disputa por investimentos e pela atração de empresas. Deste modo, Harvey (2005) elenca algumas características desta governança empreendedora, sendo em primeiro plano, o novo empreendedorismo tem como elemento principal a noção da parceria público-privada, através da qual o poder local busca fontes externas de investimento e novas formas de emprego.

O segundo ponto, é que a atividade da parceria público-privada é empreendedora, por ser especulativa desde o projeto, e sujeita a diferentes obstáculos e riscos consequentes do desenvolvimento especulativo, o contrário a um desenvolvimento planejado e coordenado. Em terceiro, o empreendedorismo foca mais na economia política do lugar que no território, Harvey (2005) pensa que os projetos voltados para melhoria das moradias, educação etc. são deixados em segundo plano, sendo que o primeiro é a melhoria da imagem da cidade para a atração de investimentos, através da utilização do marketing urbano.

Assim emergem em cidades como é o caso de Catalão (GO), o slogan da administração é “cidade que sonha e faz”, e o discurso do progresso é amplamente divulgado e associado às grandes obras, mas as análises sobre a qualidade de vida apontam que esse ideário de progresso não chega a maior parte da população, discussão aprofundada à frente. Voltando,

Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições no território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo) (Harvey, 2005, p. 174).

Por isso, a requalificação das formas da cidade feitas pela governança empreendedora, visa transformar os espaços para atração dos investimentos, para a instalação de novas empresas, e os interesses coletivos são deixados em segundo plano. Logo, o objetivo das Operações Urbanas

Deste modo, dentro do padrão empreendedor, os agentes produtores de espaço em especial o Estado, são representados por sujeitos/as encorajados a assumir quaisquer riscos em busca do resultado, além de socializar as consequências enquanto os benefícios são voltados ao setor privado, uma típica postura empreendedora no contexto neoliberal. Ainda tendo os Estados Unidos como um de seus exemplos, Harvey (2005) diz que,

a maior parte da alardeada “parceria público-privada” equivale a conceder subsídios aos consumidores ricos, às empresas afluentes e às atividades de controle importantes para que elas permaneçam na cidade, à custa do consumo coletivo local da classe trabalhadora e dos pobres (Harvey, 2005, p. 181).

Ou seja, a governança empreendedora acaba por reforçar desigualdades de classe, pois o sucesso e benefícios são destinados às empresas e os custos são as condições de vida dos/as trabalhadores/as. Ao passo que os subsídios para mobilidade dos negócios ocorrem, os espaços

destinados à classe trabalhadora se modificam e até mesmo diminuem, aumentando a polarização na distribuição social da renda, aumentando o empobrecimento urbano (Harvey, 2005). Aumentando a desigualdade espacial entre as centralidades ocupadas por quem tem melhores condições financeiras e as periferias ocupadas por quem é pobre.

Uma das consequências deste aumento da desigualdade, é a expansão do setor informal, como forma de se sobreviver neste urbano precarizado, realidade típica de centros urbanos decadentes (Harvey, 2005). E neste sentido, Harvey conclui que o empreendedorismo urbano vigoroso nos Estados Unidos, teve como resultado a instabilidade do sistema urbano.

A leitura de Vainer (2009) analisa a cidade sob a metáfora de ser pátria, empresa e mercadoria, aponta que essa tendência é inspirada na gestão de Barcelona, que passou por uma grande operação de *city marketing* (Borja, 1995 *apud* Vainer, 2009). Um processo em que a cidade foi vendida através de campanhas que a apresentaram como segura, atrativa e com outras qualidades para o habitar.

Enquanto mercadoria, a cidade é planejada tendo em vista um/a comprador/a, assim entre os neoplanejadores a ideia é que “a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades estão à venda” (Vainer, 2009, p. 78). Por isso, os governos se assemelham mais com vendedores ambulantes que dirigentes políticos (Vainer, 2009). O marketing urbano se impõe cada vez mais como uma esfera e determinante do planejamento e gestão das cidades (Vainer, 2009), ou seja, quem planeja e administra a cidade, enquanto empreendedor/a urbano, busca sempre formas de comercializar este ambiente.

Para Vainer (2009), a cidade-mercadoria é um objeto de luxo, e por isso para alguns especialistas o marketing urbano (Harvey, 2005) tem a necessidade de analisar as características de cada cidade e através disso quais os mercados que ela pode ser vendida, por quais consumidores/as virtuais ela será consumida. Assim, enquanto produto quem consome também é uma escolha de quem planeja, Vainer (2009) exemplifica com as migrações e a seletividade de quem entra nos territórios, sendo que refugiados/as e pobres são deixados/as de lado. Por isso, pode-se

explorar um pouco mais a maneira como a transformação da cidade em mercadoria (de luxo) repercute no olhar lançado sobre a pobreza. A transfiguração da pobreza em *ambiente* foi explicitamente formulada pelos catalães, quando *incluíram* no que chamam de entorno social “o peso da pobreza”. Os pobres são entorno ou ambiente pela simples razão de que não se constituem, nem os autóctones, nem os virtuais imigrantes, em demanda solvável. Em todos os níveis, tanto do ponto de vista concreto (infra-estruturas, subsídios, favores fiscais, apoios institucionais e financeiros de todos os tipos) quanto do ponto de vista da imagem, resta dúvida: a mercadoria-cidade

tem um público consumidor muito específico e qualificado (Vainer, 2009, p. 82, Grifos do autor).

Sendo assim, existe a venda da imagem da cidade enquanto espaço justo, seguro e democrático (Vainer, 2009), ideal para os negócios, principalmente por limpar a imagem dos burgueses e auxiliar no processo de alienação da classe trabalhadora que mesmo excluída se sente parte desse urbano, que

Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, *visitantes* e *usuários solváveis* (Vainer, 2009, p. 83, grifos do autor).

Neste sentido, enquanto mercadoria de luxo a cidade não é para todos/as, e sim para um grupo específico. A visão empresarial, enxerga a cidade enquanto um sujeito, que diferente da forma passiva da mercadoria possui uma forma ativa, necessária para transposição do planejamento estratégico de dentro das corporações privadas para o território público (Vainer, 2009). Com isso, na sociedade moderna as cidades atuam como uma empresa, sendo planejada, pensada e submetida ao rigor de um planejamento, logo, nada é tão acidental quanto parece ser, os riscos são assumidos e os problemas provenientes das reformas urbanas são consequência desta visão empreendedora. Com efeito,

enquanto o modelo modernista acionava noções e conceitos cuja universalidade parecia inquestionável - racionalidade, ordem e funcionalidade -, agora é a cidade, em seu conjunto e de maneira direta, que aparece assimilada à empresa. Produtividade, competitividade, subordinação dos fins à lógica do mercado [...] (Vainer, 2009, p. 83).

Estes valores empresariais estabelecidos, relacionam diretamente com a gestão empreendedora conceituada por Harvey (2005). Se no modelo modernista de urbanização a empresa foi inspiração para estabelecer a organização e a produção, para este planejamento estratégico a cidade-empresa significa que esta é uma unidade de gestão e negócios (Vainer, 2009). Deste modo, a gestão atua de forma estratégica para atender as expectativas do mercado, por meio da parceria pública-privada, e o setor privado exprime seus desejos. Nas Operações Urbanas das praças de Catalão (GO) não foram identificadas parcerias público-privadas em sua execução, entretanto, diferentes empresas privadas se beneficiam por atuar na execução das obras e por estar perto da área valorizada pelas novas praças.

Sendo assim, “ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações” (Vainer, 2009). Ainda, Vainer (2009) cita o *market lead city* e as ações neoliberalistas como sendo uma ação empresarial, mas que na contramão do discurso não abre mão da atuação estatal para oferecer as bases para as transformações urbanas. A visão empresarial também impõe a existência de uma liderança, uma figura dos negócios, por isso, acaba indo para empresários, assim, a cidade e o poder local vão sendo redefinidos. Por isso,

O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico [...] e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados (Vainer, 2009, p. 89).

Num processo em que o setor privado acaba se sobressaindo ao público, ao passo que os esforços do Estado - como já foi discutido neste trabalho - são voltados a viabilizar as ações capitalistas, de forma realista e competitiva. A cidade enquanto pátria, juntamente com as outras duas visões anteriores é a negação dela enquanto *polis*, esta dimensão tem por objetivo estabelecer a coesão entre os/as habitantes para que aceitem estas reformas e projetos radicais de alteração urbana. Para isso, é necessário que a população esteja em consenso, pois sem “consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno ao projeto” (Vainer, 2009, p. 89).

Então, o urbanismo monumentalista é introduzido, para que seja feito o uso de tecnologias urbanísticas com o objetivo de mobilizar as consciências, e alimentar o patriotismo cívico (Vainer, 2009). Sendo assim, praças, parques, e outros ambientes, são voltados para o despertar de uma identidade, uma ligação com o lugar de vivência, o que é contraditório ao pensar que as constantes reformas urbanas causam um estranhamento em quem habita a cidade. Ainda,

o planejamento estratégico urbano e seu patriotismo de cidade desembocam claramente num projeto de eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial encarnado por uma liderança personalizada e carismática (Vainer, 2009, p. 98).

Deste modo, o planejamento estratégico busca uma cidade unificada, administrada para ser vendida, de tal forma que esta estratégia destrói a cidade enquanto espaço político, ao passo que aumenta sua funcionalidade no mercado. Neste sentido, a cidadania diminui dando espaço a dimensão do/a consumidor/a, a *polis* se torna *city* onde a dimensão política da possibilidade vai dando espaço ao objeto e sujeito de negócios (Vainer, 2009).

Assim, trazendo para uma realidade mais próxima da brasileira, Urriola e Barbosa (2022) analisam como o capital privado coloca o Estado a seu serviço para produzir processos de revitalização urbana. Em seu estudo, nas cidades de Lima e Callao no Peru, observam como os grandes eventos esportivos são usados de pretexto para que o poder Estatal crie reformas na cidade. Neste sentido, afirmam que o contexto de urbanização da América Latina é bem parecido, estando atualmente afetado por processos de reestruturação vivenciando crises de desindustrialização, desemprego, juntamente com a fortificação do neoliberalismo, com isto

o investimento, principalmente das empresas internacionais, é propício a uma negociação entre capitais financeiros internacionais, poder local e capital privado, produzindo um apelo para o neoliberalismo. Há uma relação entre a ascensão do neoliberalismo nos países da América Latina e o novo padrão de governança urbana pelo que se observa nos dados analisados. A mesma lógica de competitividade e concorrência é imposta às cidades (Urriola; Barbosa, 2022, p 3).

O que coloca, para o governo local, é uma nova forma de pensar a reprodução urbana, atuando para atrair investimentos e empreendimentos, deste modo, governar para o capital produzir condições para que ele se reproduza, inclusive através da configuração espacial. Deste modo, os Grandes Projetos Urbanos, exemplificam como as prioridades de governo e de gastos podem ser manipuladas para reestruturar o espaço, alterando as formas espaciais, que mesmo ocorrendo em alguns pontos específicos do espaço, impactam em toda dinâmica da cidade.

Harvey (2005) em diálogo com Green (1988), fala sobre a “supershoppincenterização da América”, que recebe investimentos para construção de espaços favoráveis ao capital, espaços a serem consumidos. Por isso, é palco dos Grandes Projetos Urbanos e outras estratégias, ainda, dentro destes projetos,

observa-se a transformação de áreas urbanas consideradas degradadas em áreas com potencial de desenvolvimento, em decorrência da divisão espacial do consumo. São estratégias alternativas de governança corporativa neoliberal que, por via da competição interurbana, obtêm vantagens que divergem entre si, como o aumento da qualidade de vida ou melhorias no ambiente construído, com espaços de entretenimento urbano, espetacularização e promoção de eventos que mostram um local de consumo para o público global (Urriola; Barbosa, 2022, p. 18).

Em uma cidade construída a partir da ideologia neoliberal, o Estado é incumbido de garantir condições mínimas para que os empreendimentos se desenvolvam, financiando projetos e empreendimentos, construindo a infraestrutura necessária e ainda ordenando o território, desapropriando pessoas em prol da expansão econômica. Mas, em relação aos serviços públicos, isso não seria incumbência estatal, afinal os neoliberais defendem que a população deve ser dotada de possibilidade de escolha dentro de um mercado privado. Assim, os governantes assumem uma postura de empreendedores urbanos, defendendo interesses bem específicos em detrimento do coletivo.

Sendo o neoliberalismo um “modelo político-econômico cuja premissa se apoia na ideia de que os indivíduos precisam satisfazer suas demandas essenciais a partir de sua independência e liberdade, ou seja, na capacidade individual de desenvolver atividades econômicas” (Urriola; Barbosa, 2022, p. 3). Contexto bastante problemático, pois acentua desigualdades sociais, segregando dos espaços da cidade a classe trabalhadora. Sendo assim,

A assunção do risco pelo setor público e, em particular, a pressão para o envolvimento do setor público na oferta de infraestrutura, significou que, para o capital multinacional, o custo da mudança localizacional diminuiu, proporcionando maior mobilidade geográfica a esse mesmo capital (Harvey, 2005, p. 181).

Num contexto de um capitalismo flexível, a governança empreendedora disputa a atração de investimentos oferecendo melhores condições para a instalação de empresas e outros empreendimentos, buscando flexibilidade geográfica, colocando o Estado a serviço dos negócios. Por isso, o neoliberalismo é um modelo que procura formas de se expandir, principalmente com políticas de austeridade, assim, criando políticas orientadas pelo mercado e uma competição interurbana, que transforma os bens, serviços e espaços em mercadoria (Urriola; Barbosa, 2022). Neste sentido, os municípios competem pela atração de capital internacional e nacional, para isso, além de fomentar condições fiscais, se organizam espacialmente para atrair este capital em disputa, processo que faz o governante se portar mais como um empreendedor.

E como o neoliberalismo é uma ideologia que mescla pensamentos, ele “nunca levaria a um Estado mínimo, mas a vários Estados reconstruídos e reorientados, dedicados às tarefas cotidianas de geração de novos mercados, bem como à reestruturação normativa pautada pela regra do mercado” (Urriola; Barbosa, 2022, p. 6). De modo que o Estado existe, desde que seja

colocado a serviço dos interesses econômicos, este discurso é utilizado para o poder estatal ser parte importante do sistema econômico.

Frente a isso, Ferreira (2022) discute a ação do Estado brasileiro, a qual define como patrimonialista⁴, conceito weberiano, utilizado para referir aos interesses privados presentes nas ações estatais, sendo uma organização que reflete uma dualidade entre a burguesia e a classe trabalhadora. De forma antagônica disputam um modelo de sociedade, os primeiros em busca de espaços que garantam seus lucros e os segundos lutando pelo direito da vida em sociedade. Assim, reforça a ideia de que em vários governos brasileiros, compostos por representantes da burguesia, são os interesses de acumulação que norteiam as ações dos governantes.

É neste sentido que Ferreira (2022), coloca que a maioria das análises do planejamento urbano no Brasil apontam que estes apresentam vicissitudes e falta de eficácia. O “receituário urbanístico brasileiro, em todo o espectro ideológico, inspirou-se em políticas e instrumentos importados de uma outra realidade, sempre enxergando o Estado como o legítimo proponente da política urbana” (Ferreira, 2022, p. 6). Por isso, o Estado historicamente teria sua parcela de responsabilidade na reprodução destes problemas, por também atuar de forma negligente na realidade local e principalmente não incluir a participação popular no processo de construção das políticas.

Ocorreram avanços com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto das Cidades (2001), os Planos Diretores e o Ministério das Cidades (2002) que constroem espaços de discussão, como os Conselhos da Cidade. Estes, alimentaram expectativas de que o Estado brasileiro pudesse atuar como “promotor da reforma urbana. Porém, esses avanços se deveram mais a iniciativas de gestão do que propriamente a efeitos da aplicação sistemática dos instrumentos do Estatuto pelos municípios” (Ferreira, 2022, p.7).

A questão é estrutural, vai para além das importações de políticas europeias, análogas a realidade do país, um Estado organizado em prol do capitalismo, não reproduz espaços para atender a realidade de quem habita, logo, ele sempre reproduzirá grandes problemáticas, em

⁴ “O entendimento mais comum é que o “patrimonialismo” indica o reconhecimento, por parte de diversos intérpretes da nossa formação, de uma instrumentalização do Estado pelos setores dominantes, a tal ponto que, nas ações estatais, se confundem os interesses “públicos” e privados. É a imiscuição do privado na esfera pública, pela captura do aparato estatal, para a execução dos negócios específicos da classe proprietária. Esse padrão de instrumentalização do Estado teria especificidades que indicam uma diferenciação da nossa sociabilidade dentro do capitalismo” (Ferreira, 2022, p. 15).

Definição que abarca o que foi discutido até aqui enquanto atuação estatal na reprodução do espaço urbano capitalista, na qual o poder público utiliza de seu discurso, recurso e poder de atuação para materializar as necessidades da produção econômica, e do lucro da burguesia, reflexo da racionalidade do capitalismo.

espaços desiguais. Assim, faltam experiências estatais mais coletivistas que lutem por interesses que vão além do acúmulo de capital.

Na reprodução urbana organizada pelo Estado capitalista isso reflete nas Parcerias Público-Privadas (PPPs), que emergem quando o Estado abre condições para que a iniciativa privada atue na reprodução urbana, na concessão de obras, nas licitações de compras de materiais e na execução das obras de infraestrutura. Harvey (2014) aponta que a reprodução do urbano, é essencial para ampliar a reprodução do excedente e a absorção deste pode, geralmente, ser reinvestida em obras que reordenam as formas da cidade, para que os capitalistas possam auferir mais lucro. Isto reproduz o espaço urbano em um fluxo acelerado reforçando a posse da terra na mão daqueles que podem investir nesse processo de reforma, de modo que,

A absorção do excedente por meio da transformação urbana tem, contudo, um aspecto ainda mais sombrio, uma vez que implica uma grande recorrência de reestruturação urbana por meio de uma "destruição criativa". Quase sempre, isso tem uma dimensão de classe, pois em geral são os pobres, os desprivilegiados e marginalizados do poder político os que sofrem mais que quaisquer outros com esse processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do antigo (Harvey, 2014, p. 49-50).

A “destruição criativa”, em busca do moderno e do progresso, destrói antigos lugares – impactando no referencial dos/as habitantes/as – reproduzindo o espaço genérico, cheio de formas arquitetônicas, mas com pouco significado, reforçando a desigualdades de classes refletida no espaço urbano. Em consequência, são criados espaços cada vez mais vigiados, com usos programados, em grande parte militarizados para que o controle das apropriações ocorra de forma efetiva, caminhando em prol do lucro dos capitalistas. As urbanizações neoliberais nas cidades periféricas também,

geram antagonismo na relação entre capital, Estado e sociedade. Tal aspecto possibilita ver as contradições das intervenções urbanas e permite entender o funcionamento do capital em âmbito geográfico, a partir da compreensão de como a dinâmica de acumulação capitalista modifica o espaço e a espacialidade, produz e reproduz territórios desiguais (Urriola; Barbosa, 2022, p. 9).

Deste modo, o governo atua enquanto um empreendedor urbano, que busca na esfera privada parceiros para realizar obras que auxiliem outros agentes privados. Neste sentido, as cidades se reestruturam também para competir por uma centralidade em diferentes escalas. O

Estado atua como “gerador dos cenários econômicos de acumulação de capital privado, parte da criação de novas estratégias e figuras institucionais para implementar infraestruturas” (Urriola; Barbosa, 2022, p 15).

Assim, a operação urbana reproduz grandes projetos urbanos, sendo um exemplo de ação decorrente da governança neoliberal, ela emerge enquanto instrumento de intervenção pública nos espaços da cidade, que deve ser regulamentada pelo Plano Diretor e/ou projeto de Lei, tendo como objetivo realizar a adequação do espaço urbano seja para o morar, mas principalmente para favorecer as atividades econômicas.

Sendo uma estratégia de reprodução espacial que atua de forma classista, para atender a grupos sociais específicos, da burguesia, a operação urbana atua no sentido de reformar e/ou reformular espaços, que podem inclusive ter suas formas cristalizadas anteriormente, as quais só o poder dominante do Estado pode alterar. Sendo que,

Transparece, com toda evidência, o poder do Estado nesse processo. Ao ser responsável pela produção social da rede sistêmica de infraestruturas urbanas, as decisões de inseri-las no território passam a ser, pelo menos em tese, discricionárias do poder público. Quanto mais homogêneos forem os investimentos em infraestrutura, mais generalizado será o acesso à cidade. Quanto mais heterogêneos, mais variações de preço, mais desigualdade na apropriação e no uso do solo urbanizado. As cidades capitalistas têm essa contradição: o investimento social em infraestrutura provoca o aumento dos preços e os lotes, por serem caros, acabam sendo adquiridos individualmente pelos mais endinheirados (Ferreira, 2022, p. 23).

Em outras palavras, as operações bem como os processos de renovação e/ou requalificação do urbano, utilizam o dinheiro público para produzir espacialidades excludentes às populações, principalmente a classe trabalhadora mais pobre. O acesso à infraestrutura, reproduz centralidades – ou cria novas – excludentes, que são reflexos de uma autonomia relativa de um Estado que atende às necessidades do mercado.

Carlos (2017) na obra tem como objetivo analisar a Operação Urbana Faria Lima, responsável expansão da Avenida Brigadeiro Faria Lima, que com a obra se torna área de investimento a qual recebeu um eixo empresarial da grande São Paulo em processo de expansão, um corte que alterou bairros da cidade, os quais foram separados por uma via de fluxo rápido, assim alterando toda a dinâmica daqueles/as que habitavam aquele lugar. A requalificação da área, fez com que ela deixasse de ser área de habitação, tornando uma via de tráfego e empresarial.

Para Carlos (2017) a Operação Urbana Faria Lima (OUFL) é um conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras, com orientação significativa no processo de reprodução espacial que resultam na segregação e hierarquização no espaço, destruindo a morfologia de uma área da metrópole. Neste contexto, ela define a Operação Urbana como,

um mecanismo encontrado para contornar o problema da raridade do espaço e superar os limites impostos pela propriedade privada, num determinado momento do processo de reprodução espacial da metrópole, e que ao fazê-lo redefine-se os modos de apropriação passíveis de serem lidos na vida cotidiana, que com a intervenção do Estado, ganha novas matizes, uma vez que as possibilidades de uso do espaço - que repousa na propriedade privada do solo se alimenta - numa metrópole super edificada - de transformações do plano diretor, sob a tutela do estado. Por sua vez, esse processo aprofunda uma outra contradição do espaço qual seja, a passagem do espaço produzido enquanto valor de uso para um espaço que se reproduz visando a realização do valor de troca. (Carlos, 2017, p. 20)

Desta forma, a Operação Urbana é uma forma de atuação do Estado para a reprodução espacial mercantilizada, reproduzindo novas formas de consumo em um espaço antes em escassez. Logo, a Operação Urbana pode ser identificada como um instrumento utilizado pelo Estado para realizar reformas urbanas, sendo uma releitura das reformas feitas no passado, mas para adequar os espaços a novos interesses empreendedores⁵. Sendo, uma estratégia de intervenção espacial que sinaliza novas relações do processo de reprodução espacial, em que uma parcela significativa de solo urbano ocupado e liberado para outro uso com a destruição de imóveis e o deslocamento (e/ou expulsão) de seus habitantes. Nesta perspectiva,

a Operação Urbana, que aparece como um instrumento de gestão, revela uma estratégia através da qual o estado se estende à sociedade através do nível da produção do espaço, revelando o fato de que a compra e venda do solo urbano não é deixado somente ao livre jogo do mercado imobiliário, o que significa dizer que a reprodução espacial, na metrópole, reflete um pensamento institucionalizado posto que o espaço aparece como instrumento político intencionalmente manipulado, como estratégico nas mãos do poder (Carlos, 2017, p. 21).

É importante frisar que a Operação Urbana não ocorre apenas na metrópole, este processo de alteração do espaço pode ser observado em outras cidades como nas médias, a exemplo da cidade em que esta pesquisa foi desenvolvida Catalão (GO). À luz disso, a operação revela uma intervenção do Estado na reprodução ampliada do capital, Carlos (2017) argumenta

⁵ As reformas urbanas do século XIX e XX tinham motivações diferentes das do período atual, eram utilizadas para dar mais fluidez ao capital.

que com este instrumento, o poder estatal, revela seu compromisso com os outros agentes reprodutores de espaço – promotores imobiliários, donos dos meios de produção, e ainda setor financeiro – “o poder de dominação do estado que ao reorientar o processo de produção do espaço permite a reprodução das relações sociais, num outro patamar” (Carlos, 2017, p. 21). Assim, esse poder se materializa no espaço enquanto alteração da paisagem.

O processo de reprodução espacial envolve segmentos diferenciados da sociedade com interesses e desejos conflituosos, todavia o processo de reprodução espacial revela que os interesses divergentes podem se entrecruzar sob a unidade do estado - que tem um inquestionável poder de comando (Carlos, 2017, p.19).

Os agentes modificadores do urbano, em momentos se unem para reivindicar reformas, e o Estado, bem como analisa Carlos (2017) utiliza de seu poder de planejador e respaldo político, por meio do discurso do “em nome do interesse público”, “pelo bem coletivo” para de forma contraditória para negligenciar o direito à propriedade privada e realizar um processo de desapropriação de grandes parcelas da cidade, que passa a ser de um novo dono. Barbosa; Somekh e Meulder (2019) discutem os territórios expectantes e os instrumentos urbanísticos, através da Operação Urbana Água Branca, também em São Paulo, e afirmam,

No Brasil, São Paulo foi a cidade pioneira em promover instrumentos urbanísticos relacionados tanto ao conceito de solo criado, quanto à implantação de operações urbanas. Esses instrumentos foram concebidos, discutidos e definidos no final dos anos 1970, testados pontualmente na década de 1980 e legalmente regulamentados, aprovados e colocados em prática a partir da década de 1990 (Barbosa, Somekh, Meulder, 2019, p. 453).

Sendo uma cidade precursora no uso deste instrumento urbanístico tendo as suas primeiras operações urbanas presentes no plano diretor de 1985, emergindo enquanto conjunto de intervenções integradas, sob controle do poder público, devendo buscar formas efetivas de garantir resultados para objetivos do Plano Diretor (Barbosa, Somekh, Meulder, 2019), buscando resultados físico espaciais, compondo um programa maior de gestão integrada, por meio de,

viabilizar a produção de imóveis (notadamente habitação popular), infraestrutura, equipamentos coletivos e espaços públicos de difícil confecção nas condições correntes do processo imobiliário e da ação pública; induzir a transformação urbanística (físicas e funcionais) em determinadas áreas urbanas (Barbosa, Somekh, Meulder, 2019, 453).

Assim, as Operações Urbanas são ações coordenadas e impulsionadas pelo Estado, enquanto o indutor de desenvolvimento às áreas escolhidas estrategicamente, por meio da instalação de equipamentos públicos e habitacionais. Ainda, o poder estatal requalifica o espaço e sua infraestrutura para atender as necessidades de uma nova atividade, processo em que os usos e sentidos dos espaços são modificados (Carlos, 2017). Por isso, a operação urbana é uma estratégia utilizada para dominação, através do espaço, com imposições do setor imobiliário, direcionando riquezas, processos que se relacionam tanto com o setor financeiro, quanto com o setor secundário representado pela construção civil.

Por mais que até aqui os exemplos utilizados se referem a operações realizadas em metrópoles este instrumento de transformação é utilizado em outras cidades de grande e médio porte, bem como foi identificada a operação em Catalão (GO). Em cidades de menor porte que as metrópoles, as operações ocorrem com intensidade e características específicas, e ocorrem justamente porque o capital se expande para diferentes espaços. Os exemplos foram escolhidos pois independente do espaço retratado, são os que melhor tratam da temática.

Em seu estudo, Barbosa; Somekh e Meulder (2019) apontam que as primeiras operações paulistanas foram aprovadas em 1990, inclusive as que analisam a Operação Urbana Água Branca (1995). Ainda afirmam, que cada uma foi formulada de acordo com modelos diferentes, com base na ideia de solo criado, e no financiamento urbano. Ainda, a “regulação específica de cada operação definia diretrizes gerais para o esquema financeiro, sem focar, entretanto, no resultado espacial que se pretendia alcançar” (Barbosa, Somekh, Meulder, 2019, p. 454).

Na situação estudada por Carlos (2017), Operação Urbana Faria Lima, a função residencial é substituída pelos serviços, o que valoriza a área, e aumenta a quantidade de construções dela, revelando a parceria público-privada para alteração de grandes parcelas da cidade, que tem como consequência o favorecimento de novas atividades econômicas e a valorização dos terrenos urbanos, ampliando o ciclo produtivo do capital e readequando os espaços da cidade a divisão territorial do trabalho, num processo em que o Estado subverte o livre mercado.

A operação da Água Branca, é considerada uma reestruturação por meio de investimento privado, a estratégia adotada foi atrair a iniciativa privada por meio da concessão de benefícios garantidos pelo Estado. Assim, a operação foi “concebida como uma regulação urbana que, ao oferecer incentivos a empreendedores imobiliários, induziria a reorganização da área e, conseqüentemente, sua reestruturação” (Barbosa, Somekh, Meulder, 2019, p. 455). Isto, para

promover um desenvolvimento equilibrado na região, com o investimento em infraestrutura e qualidade ambiental. Sendo que,

Os objetivos propostos eram a ocupação de grandes glebas vazias, a geração de empregos, a restauração do patrimônio industrial e o aumento da densidade, aproveitando o crescente interesse de empreendedores imobiliários pela área ao sul da ferrovia, induzindo a ocupação também da porção ao norte, entre o rio e a ferrovia (Barbosa, Somekh, Meulder, 2019, p. 455).

Para isto, as intervenções foram organizadas para melhoria da infraestrutura viária, para impulsionar os fluxos, além do estoque de potencial construído adicional, o que redesenhou a área urbana. O objetivo é claro, tornar áreas da cidade atrativas para expansão das atividades econômicas, em especial do mercado imobiliário. Num processo em que o instrumento de reprodução urbana – a operação urbana – é descaracterizado a serviço do acúmulo de capital. Com isso, ocorre um processo de regulação que

foi realizada de forma a atrair o capital para a área, em detrimento de outras da cidade, com o objetivo de captar recursos por meio do desenvolvimento urbano, e não para a reorganização territorial, como definido nas primeiras concepções do instrumento nas já referidas discussões da década de 1980 (Barbosa, Somekh, Meulder, 2019, p. 455).

Sendo o Estado, indutor da reprodução de espaços favoráveis à reprodução do capital, é quase impossível que exista uma política de ocupação que seja neutra. A Operação Urbana Água Branca, bem como as estratégias projetuais elaboradas pelo poder público, trouxeram ondas de especulação da área, sendo palco da expansão empresarial, de reconversão industrial (Barbosa, Somekh, Meulder, 2019). É neste sentido, que o Estado, atua privilegiando o desenvolvimento de uma área em detrimento de outras, de forma desigual, orientado por interesses individuais dos donos de empreendimentos.

Tanto o exemplo da Faria Lima, quanto o da Água Branca, por mais que distintos em atuação e planejamento, são movimentos pelo mesmo ideário de redefinição do espaço urbano, para adequação a novas atividades econômicas, seja para atividades mais rentáveis, seja para desenvolvimento de áreas que eram vistas como desinteressantes. “O resultado desse processo de materialização é um conjunto improvisado de fragmentos distintos e dissociados” (Barbosa, Somekh, Meulder, 2019, p. 469), formas espaciais que são reflexo de uma contraditória divisão territorial do trabalho, sempre em mutação e expansão.

Por conseguinte, “com estratégias bem definidas, o solo urbano muda de proprietários, o que garante a reprodução espacial segundo as necessidades da reprodução do capital” (Carlos, 2017, p. 20). Este processo de mercantilização se realiza ou expande de acordo com as metamorfoses do sistema econômico, que com novas organizações impõe novas divisões territoriais do trabalho, assim os antigos lugares são destruídos para atender as necessidades imediatas de um presente programado e lucrativo (Carlos, 2017).

Através deste movimento de direcionamento dos fluxos, coordenado pelo Estado, que os lugares se especializam, hierarquizam e se fragmentam, em que novas centralidades são impostas. Ainda, Carlos (2017), denuncia que em São Paulo, o executivo utiliza as operações urbanas para permitir transformações no solo da cidade em lugares proibidos pelo plano diretor, causando mudanças profundas no uso e apropriação. Esta, uma ferramenta para atender as necessidades de determinado grupo que chega ao poder político, negligenciando a legislação de um planejamento urbano mais amplo, característica da adesão do neoliberalismo enquanto filosofia, a busca por flexibilizar as leis e organizações em prol do lucro.

David Harvey (2014) ao pensar as cidades rebeldes, aponta que a renovação e/ou requalificação dos espaços, altera o valor destes, alterando quem habita e as consome. Sendo assim, “um processo de deslocamento e desapropriação também se encontra no cerne do processo urbano sob o capitalismo. Essa é a imagem especular da absorção do capital por meio do redesenvolvimento urbano” (Harvey, 2014, p. 53). Este movimento, só pode ser utilizado pelo Estado e suas obras de infraestrutura, pois a amplitude de seu poder respalda tais ações.

As operações, são instrumentos utilizados para renovações pontuais, que buscam atender necessidades individuais, questões as quais não compõem um planejamento amplo, mas buscam a resolução de problemas, de forma simplista e não dialogada. Deste modo a “forma como se materializam, apresentam pouca ou nenhuma relação com as preexistências do entorno, negando seu contexto e fragmentando tecidos urbanos” (Barbosa, Somekh, Meulder, 2019, p. 469). Assim, como uma bola de neve, as operações urbanas produzem uma série de problemas, cristalizam fronteiras para o futuro e não contemplam as necessidades de quem habita, mas sim de quem é dono de algum empreendimento. As operações urbanas são instrumentos bastante criticados, sendo

A maior parte dessas críticas são baseadas no fato de as operações irem de encontro às regulações pré-estabelecidas e acordadas socialmente que, em teoria, surgiram de debates públicos qualificados, levando em conta que a primeira geração de operações, como a OUAB, não contou com processos participativos, nem em sua elaboração,

nem em sua gestão. Assim, no senso comum, as operações urbanas são consideradas quadros regulatórios que promoveram, sem debate, transformações na paisagem urbana não pactuadas socialmente (Barbosa, Somekh, Meulder, 2019, p. 468).

As reformas urbanas constroem espaços isolados, que por mais que se conectam com uma divisão territorial do trabalho, não dialogam com o restante da cidade, principalmente com as outras demandas que transcendem os usos econômicos do urbano. As centralidades políticas, jurídicas, culturais, das pessoas que não detém dinheiro para comprar uma cidade parcelada e mercantilizada, são ignoradas pelos instrumentos de renovação. Isso é organizado pela dinâmica econômica global orientada por ondas neoliberais, neste horizonte,

Na governança urbana neoliberal as políticas se moldam por interesses específicos, posto que grupos restritos definem os espaços e os lugares. Uma das consequências é o desigual desenvolvimento econômico e geográfico, orientado pelas regras da acumulação do capital e pelo poder do Estado direcionado a poucos grupos, o que o afasta de uma gestão democrática fundada nas ideias do “direito à cidade” (Lefebvre, 2017), onde os processos decisórios são exercidos pela lógica mercantil (Lefebvre *apud* Urriola; Barbosa, 2022, p. 24).

O pensamento neoliberal aplicado na governança urbana faz com que ela falhe com os interesses coletivos, pois o Estado é utilizado para realização das necessidades dos empreendimentos. O próprio aparelho estatal administrado por uma visão empreendedora visa o lucro e não a qualidade de vida, gerando problemas na governança urbana, que acaba não sendo para todos/as e produzindo espaços que em sua maioria são segregacionistas.

Os resultados das operações urbanas, se materializam em formas e processos segregacionistas, gentrificadores, que expandem centralidades existentes principalmente em atividades produtivas, suprimindo outras. Ainda, o solo urbano é renovado, palco de novas infraestruturas para então ser especulado, e adquirido por aqueles que detém capital. O poder estatal e sua soberania, elege o que é importante, o que deve ser realocado e o que não é o foco, é este nível de influência que dá ao Estado o direito de reordenar o espaço e a vida das pessoas, para impor a racionalidade capitalista que beneficia as elites. Deste modo,

No Brasil, da mesma forma que o atraso alimenta o moderno, a segregação urbana estrutural alimenta um padrão de dominação urbana pelas elites. Essa dinâmica se estrutura em dois aspectos: o da produção em si do espaço desigual e o da manutenção da desigualdade funcional, por meios permanentes e institucionalizados de coação. Não podemos arguir que seja pontual ou mesmo decorrente de “erros”. Não, a produção patrimonialista do espaço é desejada, eficazmente funcional e permanente (Ferreira, 2022, p. 29).

O Estado utiliza as Operações Urbanas para alterar a morfologia espacial, redistribuir as infraestruturas, hierarquizar e fragmentar os espaços, processo no qual a segregação emerge enquanto instrumento de dominação. Sendo comum nas cidades que os centros recebam maior atenção nos serviços, que as formas arquitetônicas estejam lá, as decorações, áreas de convivência e lazer, pois são lugares apropriados por quem é rico.

As Operações Urbanas, bem como outros instrumentos de planejamento, são organizadas e bem pensadas, logo seu resultado ser a exclusão é uma consequência prevista, é uma escolha, tomada pelo Estado que é utilizado para atender a burguesia. É deste modo, “que o espaço aparece como instrumento político intencionalmente organizado e manipulado e um poder nas mãos da classe dominante” (Carlos, 2013, p. 103). Reproduzindo mudanças que implicam na vida cotidiana dos/as habitantes, que são realocados, ao passo que os terrenos são valorizados, populações são expulsas direcionadas a áreas de baixo interesse.

Com isso, o espaço é dominado, controlado e “impõe novos modos de apropriação, pelo estabelecimento de novos usos que excluem/incluem os habitantes” (Carlos, 2017, p. 20) Ainda, o cotidiano de quem vive nestes espaços – principalmente habitava antes – é diretamente impactado com as ações promovidas pela operação urbana, num processo em que as apropriações dos lugares são alteradas.

As Operações Urbanas de certa forma também são pensadas para as pessoas, por mais que seja rara direcioná-las para o consumo ou promover qualidade de vida aos/as detentores/as de capital, e sempre de forma indireta e/ou indireta alteram a vida dos/as habitantes, as vezes com benefícios, mesmo que poucos, mas sempre com impactos significativos.

Afinal, os usos dos lugares, são diversos, despadronizados e imprevisíveis seguindo os interesses dos grupos que realizam as ocupações, que são subjetivos. O habitar é composto de improvisos, que fogem ao padrão do programado pela organização espacial, tendo sentidos diversos. É diferente a significação atribuída a um lugar que é comprado para moradia e um que é adquirido para ser alugado a outra pessoa, ou para instalação de uma empresa, existe uma diferença latente entre o morador e o investidor (Carlos, 2017).

Conforme isto, o/a habitante tem seu cotidiano impactado pelas transformações causadas pelas movimentações organizadas pelos investidores, que reordenam e programam os fluxos e apropriações dos lugares. São as consequências disto na vida cotidiana que serão analisadas na próxima subseção do trabalho.

2.3 TRANSFORMAÇÕES URBANAS E COTIDIANO

A mundialização do capitalismo, a expansão dos meios de comunicação e da mídia, juntamente com o processo de industrialização, fizeram com que o urbano se expandisse para toda sociedade, sendo difundido enquanto modo de vida. Neste sentido, o viver na cidade já não existe como foi em seu surgimento, o modo de vida urbano – que surge da implosão-explosão da urbanização e seus problemas –, num processo de implosão dos referenciais (Carlos, 2011a) é estabelecido.

A cidade, passa a ser o lugar de profundas transformações que a constroem norteadas pelos valores estéticos capitalistas. Com isso, “profundas e rápidas transformações nas suas formas morfológicas ocorrem concomitantemente a uma profunda transformação da vida cotidiana que, agora, constitui-se numa paisagem em metamorfose” (Carlos, 2017, p. 26). A expansão do urbano, fez com que ele fosse estabelecido enquanto um modo de vida mundializado, e

O estilo de vida urbano é marcado pela automação dos atos, pela homogeneização, pela programação do tempo e do espaço de forma racional; A convivência de pessoas, de idéias, de sentimentos diferentes faz parecer que a cidade contém o mundo! Um mundo confuso de muitas crenças e muitas línguas. A proximidade, o convívio cotidiano, os encontros, os desencontros. Por onde ir, quando ir, com quem ir – a cidade precisa de regras. O carro, o ônibus, a calçada, as ruas, praças; a cidade parece ser o lugar dos encontros, mas revela-se como lugar da solidão entre a multidão (Costa, 1998, p.11).

Para que o acúmulo de capital ocorra sempre em expansão é necessário que a vida dos/as trabalhadores/as seja organizada, e eles/as estejam sempre em função dos interesses econômicos – trabalhando ou consumindo – isto ocorre principalmente pelo estabelecimento de uma programação que coordena a vida, através da racionalidade da mercadoria. Este urbano capitalista, é generalizado para garantir o maior fluxo de informação e mercadorias possível, por isso, é o lugar do tempo acelerado. O programar do viver se relaciona diretamente com as formas dos lugares, que determinam também os usos e as ocupações, quase tudo de forma organizada e fiscalizada. Assim,

Considerada em sua totalidade, a acumulação tende a produzir uma racionalidade homogeneizante, inerente ao processo que se realiza produzindo não só objetos e mercadorias, mas também a divisão e organização do trabalho, modelos de comportamento e valores e representações que induzem ao consumo, revelando-se como norteadores da vida cotidiana. Desse modo a vida cotidiana se apresenta

tendencialmente invadida por um sistema regulador em todos os níveis, concretizada no espaço como norma – ditos interditos – que formaliza e fixa as relações sociais reduzindo-as a formas abstratas, autonomizando as esferas da vida e, como consequência dissipando a consciência espacial (Carlos, 2011b, p. 65).

Ao passo que as relações sociais são atravessadas pela mercadoria, e reguladas pelo sistema capitalista, o espaço reproduzido por elas apresenta diferentes problemas, a organização da vida ocorre de forma aleatória às necessidades dos/as habitantes. Ainda, a problemática acentua as disputas pelas organizações da cidade, o nível acelerado das mudanças do capitalismo, as evoluções tecnológicas impõem que as formas da cidade sejam sempre cambiantes o que impacta diretamente na vida de quem a habita, assim até o ir a praça depende de outros interesses.

Atualmente, vivemos “cada vez mais em cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos. O modo como vemos o mundo e definimos possibilidades depende do lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso” (Harvey, 2014, p. 47). A luta de classes perdura, é marcada pela vivência desigual em um urbano que se transforma para atender o poder das classes mais abastadas, principalmente nas últimas décadas graças ao avanço do ideário neoliberal, assim a produção espacial atualmente

se realiza coordenada por fenômenos globais, sinalizando para uma totalidade nova (em formação) caracterizada pela constituição de uma sociedade urbana e pela criação de um espaço mundial. Tal processo aponta a constituição da produção amnésica do espaço. As marcas do rápido processo de transformação que vivemos hoje em meio a constituição da mundialização da sociedade, estão impressas tanto na paisagem quanto na consciência do habitante (Carlos, 2011a, p. 14).

Além disso, o morar na cidade contemporânea é acelerado, graças aos processos de flexibilização do capital e de evolução tecnológica, sendo que, as imposições mundializadas contrastam com as particularidades locais. Num contexto em que a “historicidade se transforma em mundialidade. Deste modo, o capitalismo, no curso de sua realização, se transforma e a reprodução sai da produção de mercadorias para ganhar a sociedade toda” (Carlos, 2011a, p. 35). Este novo momento histórico impõe novas organizações para os lugares e para a vida das pessoas, assim,

O que se convencionou chamar de “implosão dos referenciais” impregnou a vida cotidiana, transformando-a radicalmente pela imposição da abstração, promovida pela passagem da qualidade à quantidade (o tempo perde seus conteúdos ao tornar-se velocidade ou, ainda, quantidade de horas de trabalho; enquanto o espaço torna-se passagem, movimento de coisas, ou ainda, capital fixo) (Carlos, 2011a, p.14).

Os referenciais da vida passam a ser coordenados pela mercadoria, que homogeneiza a cidade, a qual deixa de ser uma obra da história e passa a ser um produto do capitalismo. Em busca da valorização do capital, novos padrões são impostos e “invadem a vida cotidiana metamorfoseando antigos valores com novos signos comandando novos comportamentos” (Carlos, 2011a, p.14). A vida é controlada pela programação, que também é imposta através da morfologia espacial. Isto por que, a produção capitalista do espaço enquanto mercadoria a ser valorizada, é

o momento em que o valor de troca: a) subordina as relações na cidade; b) normatiza as atividades; c) redireciona a prática socioespacial; d) impõe a racionalidade da ordem econômica, invadindo e determinando o social com a funcionalização dos lugares; e e) realiza a cisão dos elementos da vida urbana esvaziando-a dos seus conteúdos. (Carlos, 2013, p. 14)

Fruto da propriedade privada, a produção do espaço capitalista funda as relações sociais, revelando uma série de coações, segregações e rupturas que aparecem na vida dos/as habitantes. Frente a isso, emergem novas categorias de análise como o cotidiano, no qual o processo de reprodução da sociedade se materializa, para além do plano econômico a análise pode ser feita através das contradições que emergem no plano social (Carlos, 2011a). As determinações políticas e econômicas submetem a vida cotidiana, Carlos (2011a) aponta que assim se constrói uma sociedade urbana apoiada numa contradição entre realidade e possibilidade. Harvey (2014) soma a discussão ao argumentar que,

Como em todas as fases anteriores, essa expansão muito recente e radical do processo urbano trouxe consigo incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade da vida urbana tomou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornaram-se aspectos fundamentais da economia política urbana [...] (Harvey, 2014, p. 46).

Por isso, os espaços deste urbano precisam também estar de acordo com esta necessidade do consumo, se tornando formas atrativas e consumíveis, para atender novos setores de uma economia que se expande. Assim, a vida passa a ser marcada por simulacros e vazios consumíveis, por ordenamentos que extrapolam a dimensão econômica da sociedade, por mais que sejam comandados por ela. Pois sob o capitalismo, “o amplo leque das práticas de classe, em associação com a circulação do capital, a reprodução da força de trabalho e das

relações de classe, e a necessidade de controlar a força de trabalho parecem hegemônicos” (Harvey, 2005, p. 170). Deste modo, a urbanização interfere não só nas formas e espaços produzidos, mas reproduz uma organização social própria.

Neste caminho, a reflexão construída vai das formas da cidade – morfologia fragmentada, monumental construída por uma arquitetura espetacular em detrimento da mobilidade e com o deterioramento dos espaços públicos – passando pelas representações que fundamentam a prática socioespacial que são criadas pela mídia que reproduz uma imagem caótica, fragmentada no espaço-tempo (Carlos, 2013).

É neste sentido que Carlos (2011a) desloca a análise para o cotidiano, pois seria onde a vida iluminaria as contradições inerentes ao processo de produção espacial, através das imposições capitalistas o cotidiano passa também a ser um momento necessário para acumulação de capital. Todavia, “o espaço guarda o sentido do dinamismo das necessidades dos desejos que marcam a reprodução da sociedade em seu sentido mais amplo, a realização da vida para além de sua sobrevivência” (Carlos, 2011a, p.28). Assim, o viver extrapola o que a mercadoria e a dimensão material podem proporcionar, sendo algo que vai além do que o capitalismo possa comercializar. Por isso, a análise será realizada por meio da dialética submissão-subversão, mediante das possibilidades materializadas no cotidiano pelas transformações urbanas.

Carlos (2013) apresenta a tese de que a segregação enquanto prática socioespacial é característica fundamental da reprodução do espaço urbano contemporâneo, pois submetida a lógica da acumulação assentaria a sociedade de classes, e sua desigualdade, “apoiada na existência da propriedade privada da riqueza que cria acessos diferenciados dos cidadãos à metrópole, em sua totalidade, a partir aquisição de moradia” (Carlos, 2013, p. 95). A vida nesta cidade seria atravessada por constrangimentos, interditos, normas e regras, alheias ao cotidiano do/a habitante.

A segregação vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade) apresenta-se, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como a expressão mais evidente da mercantilização do urbano), quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas (como expressão da separação do cidadão da centralidade), bem como através da deterioração/cercamento/diminuição dos espaços públicos (como estreitamento da esfera pública). Essa diferenciação ganha realidade como separação/apartamento, condicionando as relações sociais, assim como o modo como cada cidadão se apropria do espaço (Carlos, 2013, p. 96).

Ao contrário da reunião e do encontro, a segregação emerge como prática inerente a reprodução do espaço sob a égide capitalista, que condiciona a vida do/a cidadão/ã ao trabalho, ao produtivismo e ao consumo, definindo como são construídas as relações socioespaciais e como cada habitante se apropria de qual espaço. Dessa forma, quem detém a propriedade da riqueza social se apropria do espaço socialmente produzido, quem não possui esse poder é condicionado a uma exclusão que é estrutural (Carlos, 2013). Neste cenário, as experiências e relações socioespaciais passam a ser submetidas ao ter ou não capital para consumo. Pois,

Dominando a vida urbana a indústria produziu o mundo da mercadoria, submetendo toda sociedade a sua lógica reprodutiva fora do ambiente da fábrica. Para uma imensa parcela da sociedade, a vida urbana constitui-se pela precariedade absoluta, envolvida num processo de trabalho dividido e sem conteúdo, numa cidade que não lhe pertence e com a qual não se identifica (Carlos, 2013, p. 98).

O processo de alienação e exploração do trabalho, colabora diretamente para a segregação da classe trabalhadora na cidade, sem seu conteúdo social, humanizador o trabalho perde seu sentido social, por consequência a vida acaba perdendo seu significado. Com isso, a segregação está nos espaços de vivência, limitando o acesso e organizando a rotina dos/as cidadãos/s, para garantir a expansão da reprodução do capital por meio de dominações políticas, definindo o acesso, a partir do ter ou não dinheiro para o consumo desta cidade mercadoria. Assim, o urbano é reproduzido criando ou reforçando centralidades e afastando quem não possui dinheiro delas, deste modo,

As novas condições de existência se realizam a partir de uma rotina organizada (no espaço e no tempo) da vida cotidiana que transforma radicalmente a sociabilidade empobrecendo-a à medida em que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações profissionais ou institucionais. Por sua vez, o tempo se acelera em função do desenvolvimento da técnica - que requer a construção de novos espaços - que vai redefinindo as relações dos habitantes com o lugar e no lugar (Carlos, 2017, p. 11).

A programação da vida, é estabelecida para o controle das ações no espaço urbano, garantindo que o consumo e a produção econômica sejam o plano principal da vida cotidiana, num processo que a alienação do trabalho desumaniza os/as sujeitos/as que não conseguem perceber a quão controlada são suas vivências. Ainda, Matos (1982) ao pensar a função social da lembrança, reforça que o ser humano se torna escravo do tempo, de um tempo que já não é o da duração concreta de uma atividade, mas sim um tempo especializado.

Por isso, o tempo passa a ser rígido, delimitado e sempre em escassez, no sentido de que o tempo da classe trabalhadora é mercantilizado para a reprodução do lucro da burguesia, na qual, os/as sujeitos/as são vistos de forma homogênea e quantitativa. “Trata-se de uma relação de igualdade abstrata entre indivíduos concretamente desiguais, isto é, **incomparáveis**” (Matos, 1982, p. 46, grifo da autora). Num processo violento de padronização não só da vida, mas também das pessoas. Ademais, esta é uma das consequências de um presente produtivista controlado pela economia em que,

Este tempo especializado, rígido, preenchido por coisas, aprisiona o homem em um espaço que ocupa o lugar da duração. No mundo especializado do trabalho, a intenção do trabalhador, sua vida moral enquanto pessoal, sua afetividade importa pouco; para a sociedade ele só conta enquanto engrenagem destinada a realizar um gesto particular. O presente da repetição mecânica do mesmo gesto é um presente sem história, é momentâneo, carente de **recordação** (Matos, 1982, p. 46, grifo da autora).

Deste modo, o tempo na cidade contemporânea é controlado, medido, aprisionando o/a trabalhador/a nas funções produtivas da economia – trabalhando ou consumindo – ignorando as demais dimensões da vida humana. Um processo de domínio e exploração que são violentos.

Em outro nível, Costa (1998) no seu estudo apresenta como a vida do/ trabalhador/a é programada no espaço urbano via políticas públicas habitacionais estatais, apontando que o Estado adota políticas de gestão e controle do espaço que “que visam programar o espaço, o morar, o deslocamento dentro das cidades, o não-morar, o local de lazer, de trabalho. Busca, assim, homogeneizar, racionalizar” (Costa, 1998, p. 3). Frente a isso, a programação do morar emerge como uma forma perversa de controle da vida do/a trabalhador/a, talvez uma recompensa a seu trabalho explorado (Costa, 1998).

Num processo composto por coações diversas o cotidiano é invadido, “por um sistema regulador, em todos os níveis, que formaliza e fixa as relações sociais reduzindo-a a formas abstratas” (Carlos, 2017, p. 15). Problema que vai além da habitação e que é inerente da produção espacial capitalista, mas que é exemplificado pela ação estatal na produção das políticas habitacionais. Assim,

O terror da habitação programada é produto da ação capitalista no espaço urbano que segrega a classe trabalhadora, programa a sua moradia através de políticas habitacionais e, ao programar o seu morar, programa também o seu dia-a-dia, o seu percurso da casa para o trabalho, as suas horas de lazer, o seu consumo, o seu cotidiano (Costa, 1998, p. 3).

O conjunto habitacional popular, seria um exemplo de transformação urbana controlada pelo Estado, que designa onde a pessoa vai morar, qual o tipo da habitação, a quais serviços vai ter acesso e todo o cotidiano. Sendo uma forma de controle da vida, um exemplo em que as transformações urbanas impactam diretamente no cotidiano, os objetivos podem aquecer o mercado imobiliário, impulsionar a indústria da construção civil, ocupar e desenvolver áreas antes esquecidas, mas em último caso o favorecimento das pessoas que vão morar.

E neste sentido, em relação com o mercado financeiro, condições de crédito são oferecidas aos/às trabalhadores/as, que além de se endividar acabam suscetíveis a submissão em condições de trabalho precárias. Por isso, esta visão da cidade como mercadoria,

gera grandes problemas como a grande concentração de trabalhadores em condições mínimas de sobrevivência, a fragilidade da malha urbana diante das forças da natureza, as situações de insalubridade aguda ou de alto risco, as situações de conflito e despejo, exclusão, segregação, disputas pela posse do solo urbano (Costa, 1998, p. 2).

Através da análise deste urbano, que Costa (1998) em diálogo com Lefebvre (1998), define a oferta de habitação como um terrorismo urbano, afinal o morar passa a ser um condicionante planejado à revelia do/a trabalhador/a. Este terror “se instala a partir do momento em que a casa passa a ser um dos grilhões que prendem o trabalhador à sua condição de explorado” (Costa, 1998, p. 3). Deste modo, a moradia é utilizada para programar a vida dos/as habitantes, por meio de uma racionalidade homogeneizadora, que permeia o cotidiano e visa manter os/as trabalhadores/as inseridos/as na sociedade burocrática do consumo dirigido.

As estratégias de programação da vida, do espaço, da cidade apresentam-se como um terror difuso que impõe regras aleatórias contribuindo ainda mais para a não apropriação de forma igualitária da cidade, um terror que permeia todas as relações, o terror do planejamento do trânsito, das terras, dos bairros, dos horários, do morar, do lazer (Costa, 1998, p.13).

Esta programação exemplificada pelos conjuntos habitacionais, ocorre também através das operações urbanas ou reformas urbanas que impõem à vida cotidiana novas formas que são estranhas a quem habita a cidade, causando uma série de problemáticas. Através destas modificações do urbano o cotidiano é organizado nos mínimos detalhes, por essa programação da sociedade do consumo dirigido, entendida como terror, colocada por instituições como Estado, a Igreja, a escola, a família, entre outras, designando o consumo (Costa, 1998). Assim,

o consumo permeia todas as esferas da vida cotidiana do/a habitante, definindo o que ele/a compra, veste, onde trabalha, mora, transita e tem seus lazeres.

Tal estratégia terrorista organiza a cidade de forma perversa colocando os interesses do capital acima das necessidades do homem, excluindo uma parcela considerável da cidade e, ao mesmo tempo, através da ideologia do consumo, incluindo-os em espaços e mercados que não interessam aos que podem pagar por algo melhor (Costa, 1998, p. 13).

Frente a esta discussão, a desigualdade de classes reflete na segregação e na reprodução de espaços com uma morfologia fragmentada, hierarquizada e mercantilizada. Através disso, ocorre o estabelecimento de um terror difuso, que padroniza o cotidiano, impondo a igualdade na diversidade (Costa, 1998). Pois enquanto mercadoria, condicionada ao ter ou não dinheiro a cidade guarda aos “que possuem dinheiro, todo o glamour do consumo; aos que não podem pagar, o terror, o consumo dos signos via mídia, a luta pela sobrevivência, a necessidade, o consumo limitado e programado” (Costa, 1998, p.13).

Ainda, a vida é esvaziada de sua significação ao passo que a classe trabalhadora realiza atividades com as quais não se identifica e nem reflete sobre. Assim, o gesto mecânico, repetitivo e “vazio de conteúdo visa ao aumento da produção e ao lucro acrescentado e produzido. A metrópole é, deste ponto de vista, a sede da economia de mercado, a qual se alia à razão calculadora e ordenadora da vida social” (Matos, 1982, p. 48). A pluralidade é substituída pela quantidade, em um espaço no qual pessoas e mercadorias podem circular cada vez mais rápido, onde tudo “está estabelecido de forma a garantir a disciplina social” (Matos, 1982, p. 48).

Serpa (2013) soma à essa discussão ao apontar que os processos de apropriação do espaço público na cidade contemporânea, apresentam, em primeiro plano as dimensões da segregação, simbólica, com a construção de fronteiras dentro dos espaços públicos que dividem os grupos e as formas de apropriação desta cidade. As quais materializam formas urbanas que colaboram para o isolamento e a propriedade privada, fazendo que os/as trabalhadores/as não se reconheçam.

Neste sentido, a “produção socializada e a apropriação privada da riqueza produzida exclui o trabalhador que não se reconhece no produto do seu trabalho, no seu espaço, perdendo a noção de sujeito histórico capaz de transformar os rumos da sua vida” (Costa, 1998, p. 24). Num processo de alienação da vida cotidiana, afinal, no capitalismo,

o espaço reproduzido na perspectiva do eminentemente reprodutível é o campo onde triunfa o homogêneo, consequência da repetição indefinida de um modelo, que vai limitando os usos e reduzindo o modo de vida aos atos e gestos sempre repetitivos, comportamentos orientados e vigiados (Carlos, 2017, p. 13).

O que reflete numa segregação, que aparece na vida cotidiana tanto pela propriedade privada da riqueza – objetos e mercadorias –, quanto pelo domínio de um repertório cultural, no qual cultura e espaço são vistos como mercadoria, hierarquizado para as diferentes classes (Serpa, 2013). Este segregacionismo transforma os/as habitantes/as em mercadorias e ao mesmo tempo em consumidores. Por isso, Carlos (2013) coloca que as formas da cidade, segregacionistas por essência, propõem

a) Diferenciações no uso por meio das diversas formas de acesso ao espaço urbano, que se expressam na diferenciação entre centro e periferia e dentro de cada um deles; b) apontam os contrastes entre o “rico” e o “pobre” e entre a “miséria absoluta” (aqueles que moram embaixo das pontes ou nos bancos das praças e erram pela cidade durante o dia) (Carlos, 2013, p. 99).

Este urbano mercadoria apresenta contrastes, em sua forma, arquitetura, infraestrutura, segurança, que diferencia o acesso dos/as habitantes, ao passo que os /as mais ricos/as ocupam áreas mais caras e com melhor organização, localização e forma, enquanto os/as pobres ficam com o que sobra e/ou não é interessante a quem possui riqueza. A propriedade privada é um limitador de acesso, assim, estes lugares fragmentados também hierarquizam quem mora na cidade a partir do dinheiro, aglutinam pessoas em bolhas sociais e constroem padrões identitários, com o objetivo de homogeneizar os/as sujeitos/as. Deste modo,

As barreiras culturais e econômicas resultam de uma dialética entre capital cultural e econômico que vai condicionar processos de segmentação/segregação no espaço público da cidade contemporânea revelando “identidades” baseadas nos modos de consumo do/no espaço: “identidades” em geral esvaziadas de qualquer sentido de política, que vão, por outro lado, colocar em evidência também uma segregação de cunho material e imaterial/simbólico, ocultada pela ilusão de um espaço comum e acessível – em pé de igualdade – a todos (Serpa, 2013, p. 185).

O urbano também fragmenta a vida cotidiana, hierarquiza os espaços, nos quais quem não tem dinheiro não ocupa os melhores e melhor assistidos de infraestrutura e serviços, os desejos são suprimidos e homogeneizados pelo consumo. À luz disso, a programação da vida é estabelecida, e o indivíduo tem acesso a programação com a qual pode pagar, condicionada ao

processo contraditório de homogeneização e fragmentação dos lugares, que culmina na hierarquização dos espaços e indivíduos (Carlos, 2013).

Essa hierarquização, produz diferenciações entre centro e periferia, sendo que o primeiro recebe a maior atenção, por ser o foco da expansão econômica e o segundo é composto por grupos sociais excluídos, que não recebem infraestrutura e serviços de qualidade e ainda vivenciam problemas causados pela expansão das Operações Urbanas. Ainda, existe um esforço real e observável para segregar das centralidades os/as sujeitos/as pobres, a falta de transporte público efetivo, de moradias, de acesso aos serviços de saúde, educação segurança e lazer, e num nível mais extremo as arquiteturas da exclusão que colocam abaixo de viadutos ou em bancos formas pontiagudas que evitam pessoas em situação de rua e gentrificam ainda mais o espaço da cidade. Até porque enquanto algo a ser consumido a cidade está embutida de valores higienistas e gentrificadores.

Enquanto produto do homogêneo/fragmentado a vida cotidiana é invadida por um sistema regulador que formaliza e fixa as relações sociais, transformadas em abstratas, ao passo que as ruas, dos bairros, as praças e outros espaços públicos são esvaziados (Carlos, 2017) substituídos por espaços de lazer privado e/ou consumo. De acordo com Serpa (2013), na cidade contemporânea “o parque público é um meio de controle social, sobretudo das classes médias, destino final das políticas públicas, que procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas” (Serpa, 2013, p.171).

Entende-se então, que os espaços públicos são substituídos por lugares onde o encontro é organizado – em torno da mercadoria – “os espaços semi-públicos que tendem a substituir o público como os espaços comerciais, como galerias, shopping centers, por exemplo onde os encontros, organizados e normatizados, são locais de exclusão” (Carlos, 2017, p. 31). Locais privados com uma série de normas, como horário de funcionamento, não tem acessibilidade livre, e outras normas e códigos de conduta e normas de uso, como vestimentas e outras condições que impedem o livre acesso a todos/as. Nestes espaços a cidadania é substituída, é o/a habitante se torna um/a consumidor/a.

Assim, Serpa (2013) exemplifica atuação estatal que institui a programação da vida através da imposição de políticas públicas, ou até mesmo da falta delas, que utilizam os espaços de uso coletivo – no caso citado o parque público, mas o exemplo se estende a demais espaços – em prol do consumo ou da realização das atividades do setor privado. Além disso, uma alocação desigual e diferenciada dos equipamentos e espaços de consumo público é uma forma

que o Estado atua para reforçar a segregação e os interesses capitalistas (Corrêa, 2004). Podendo também mesclar nos espaços públicos elementos privados, ou conceder estes para administração privada.

Deste modo, a esfera privada da vida expande, excluindo a vida pública, as praças de alimentação, os televisores, computadores e aparelhos celulares ocupam o tempo das pessoas, às mantendo entretidas consumindo uma indústria cultural crescente e outros produtos generalizados. Destarte, as ruas, praças, parques e outros espaços de lazer são trocados por estes espaços de consumo, e com isso as relações entre sujeitos são substituídas pela relação humano-objeto, mediada pela mercadoria (Carlos, 2017).

Por isso, que o cotidiano na cidade, através do fluxo acelerado de reformas é o lugar do isolamento e da separação. Pois as riquezas acumuladas na mão de poucos são direcionadas a intervenções no urbano, para viabilizar a acumulação, ao passo que este modelo se expande, a propriedade privada e a segregação também. Num movimento em que no mundo contemporâneo o espaço público é suprimido com a expansão da esfera privada, voltada ao consumo, ainda,

O espaço público saturado de imagens, signos do urbano e da vida moderna, age como elemento norteador dos indivíduos por meio de seu acesso dos lugares da cidade. Neste sentido, a produção da metrópole contemporânea também aponta a passagem do espaço do consumo ao consumo do espaço momento este em que o uso e as formas de apropriação do espaço da realização da vida se submetem e se orientam sob os desígnios da troca mercantil e das representações da mercadoria (e seu mundo) como condição da reprodução do mundo do espetáculo da sociedade das massas, como consciência alienada. (Carlos, 2013, p. 106)

A realidade urbana se divide em: a) espaços organizados para o consumo; b) espaços estruturados para serem consumidos; c) espaços de resistências na qual são construídas contraracionalidades. Mesmo que estas especialidades se misturem e estejam organizadas de forma interdependente, podemos analisar a cidade assim. Neste sentido, estes espaços – principalmente os dois primeiros – são produtos da reestruturação constante do capital para que atraiam novos/as consumidores/as, estes/as atraídos e persuadidos pela programação da vida.

Os espaços públicos são deteriorados, passando por requalificações que os transformam essencialmente em lugares consumíveis – como já apontado os espaços públicos que não são voltados ao consumo são esvaziados – aumentando as ações do Estado enquanto empreendedor e utilizador do marketing urbano.

Num contexto em que os indivíduos camuflam suas frustrações diversas – também produzidas pela lógica do capital – com o consumo excessivo, de coisas simuladas, de espaços mercantilizados, celebrando lugares e indivíduos de forma exacerbada. Isso, “contribui para o mal-estar generalizado que toma conta da vida moderna, o mal-estar do querer e do não ter, já que nunca se consome o suficiente - sempre há a imposição de uma nova ‘necessidade’” (Costa, 1998, p.109). Uma busca por uma felicidade que não consegue ser saciada, pois a sensação de necessidade é sempre renovada.

Segundo Matos (1982), o que está “em questão é a fragmentação da individualidade ou suas ruínas. O passado e a memória determinam o olhar do poeta-alegorista sobre o espaço vivido” (Matos, 1982, p. 49). As constantes transformações na cidade são um obstáculo para a criação de memórias e afetividades com o espaço, ainda, o que estava construído e foi observado, capturado, vivido e representado de formas diversas, dando lugar a formas estranhas, desconexas com a realidade dos/as cidadãos/ãs.

Sendo assim, o “capital é um poder tanático que destrói o espaço fugidio da cidade, convertendo-a em metrópole impessoal e sem memória” (Matos, 1982, p. 50). Esse é o contexto em que a vida é vivida no automático e o isolamento se torna uma realidade, no qual as lembranças, construídas na memória coletiva são substituídas pela história oficial e celebrativa, em torno de lugares e pessoas pela valorização da troca, em relações sociais desprovidas de significação.

Por essa razão, ocorre negação da realização da essência humana, “que é resultado da totalidade do processo social. Ao ser destituído desta totalidade, o indivíduo dela se perde e a prática socioespacial segregada repõe, constantemente, a negação do humano e da cidade” (Carlos, 2013, p. 107). A hegemonia da mercadoria, subjuga a tudo e a todos a sua lógica, que é cada vez mais acelerada graças às inovações tecnológicas e as crises cíclicas que impõem ao capital renovações diversas as quais impactam no reordenamento das formas da cidade.

Assim, “a reprodução da vida na metrópole se realiza na relação contraditória entre necessidade e desejo; uso e troca; identidade e não-identidade; estranhamento/reconhecimento que permeiam a prática socioespacial” (Carlos, 2017, p. 14). As vivências são organizadas pelas imposições que a racionalidade do capital coloca e as subversões construídas pela classe trabalhadora, que nem sempre é submissa. Entretanto, o cotidiano é marcado pelo estranhamento, de viver sob uma programação imposta de forma autoritária e se deparar com

formas cada vez mais cambiantes e desconectadas de suas necessidades. No plano da prática socioespacial a cidade,

É vivida como estranhamento, revelando a pobreza do mundo humano, na medida em que sua produção como valor de troca orienta e define todos os momentos da vida, privando o indivíduo de seu conteúdo social. Nesse processo, a metrópole aparece como uma potência estranha” (Carlos, 2013, p. 95-96).

O cotidiano é impactado pelas constantes transformações urbanas e pela racionalidade homogeneizante, que “não se realiza apenas produzindo objetos / mercadorias, mas a divisão e organização do trabalho, modelos de comportamento e valores que induzem ao consumo revelando-se como norteadores da vida cotidiana” (Carlos, 2017, p. 15).

Deste modo, a produção espacial passa a ser realizada nos fragmentos da vida, e como a programação estabelecida pela mercadoria é alheia a vida do/a trabalhador/a, ela tende a dissipar a consciência urbana (Carlos, 2017), o habitar que tem sentidos diversos é substituído pelo consumo e os usos e apropriações são modificados ao passo que novas formas de comportamento são impostas. Carlos (2017) exemplifica este contexto,

Os aparelhos de tv, por exemplo, substituíram as “cadeiras nas calçadas” de antigos bairros de São Paulo, assim como, os videogames substituem “o outro” nas brincadeiras infantis, colocando cada criança sentada numa mesa diante de uma tela, aqui o corpo, tornado inerte, se reduz aos olhos e mãos. As mercadorias substituem as relações diretas entre as pessoas; até as relações de troca modificam-se formalmente distanciando os agentes da relação, as antigas vendas e mercearias, por exemplo, foram substituídas pelos supermercados onde as cadernetas que marcavam uma relação próxima entre vendedor-comprador foram substituídas pelo ticket da máquina registradora e as lojas de armário desapareceram junto com o pequeno serviço, que no plano do bairro, além de permitirem uma relação próxima e personalizada entre comprador/vendedor, serviam enquanto locais de possíveis encontros dos habitantes (Carlos, 2017, p. 15).

Com isso, as relações entre pessoas são reduzidas, juntamente com a vida pública, o isolamento passa a ser uma realidade, tendo em vista que a esfera privada é onde impera a mercadoria. Os espaços públicos da cidade deixam de ser vividos, se tornam rotas de passagem, as transformações urbanas passam a ser presentes em nível cada vez mais acelerado, e de forma autoritária sem a participação dos/as habitantes, por isso, “a normatização das relações sociais, da rarefação dos lugares de encontros decorrentes das mudanças na morfologia da metrópole, se estabelece o estranhamento do indivíduo na metrópole” (Carlos, 2017, p. 15). As

transformações ocorrem sem que os/as habitantes possam participar delas, mesmo assim eles/as a sentem no seu dia a dia.

A cidade bem como a metrópole se reproduz de forma incessante e ininterrupta, enquanto espaço mundial que tem valores, comportamento e hábitos comuns e bem definidos, uma articulação entre os lugares que caracterizam a cidade na forma da simultaneidade (Carlos, 2017). Deste modo, vários eventos ocorrem em diferentes lugares ocasionando transformações diversas, o novo é uma realidade constante do urbano.

Carlos (2017) conceitua esta construção de uma sociedade mundial que constitui uma nova morfologia para cidade como sendo uma nova ordem espaço-temporal, na qual a modernização é imposta na morfologia urbana através das constantes transformações. Neste contexto, a “sensação do tempo se acelera, as transformações nos referenciais urbanos, de como as pessoas se identificam com o lugar onde moram, se alteram como decorrência das mudanças nas possibilidades do uso do lugar, nos modos de vida neste lugar” (Carlos, 2017, p. 28). Logo, há uma contradição entre as transformações na morfologia urbana e o tempo da vida cotidiana.

Por isso existe o estranhamento, de viver em espaços em constante transformação, que impactam diretamente na vida e nos tempos de uso e apropriação dos espaços, principalmente os públicos (Carlos, 2017). Por conseguinte, a vida contemporânea ocorre em um urbano “onde as formas mudam e se transformam de modo cada vez mais rápido, os referenciais dos habitantes da metrópole se modificam, produzindo a sensação do desconhecido, do não identificado” (Carlos, 2017, p. 28). Isso ocorre quando a praça do bairro já não tem a mesma morfologia, o centro comunitário não existe mais, o campo de futebol é substituído por outra forma alterando os referenciais espaciais historicamente construídos.

Deste modo, as relações sociais e as rotinas são alteradas pelas mudanças nos usos dos espaços. As vivências na cidade são atravessadas pelas obras que ocorrem em vários espaços simultaneamente, e alteram as marcas e referenciais do passado, ao passo que novas construções substituem antigas formas nas ruas, praças e outros espaços públicos (Carlos, 2017). Na cidade capitalista, o ritmo de vida é marcado pelo que “se chama “progresso” destrói constante e ininterruptamente áreas da cidade pelo ato incessante de construção de novas formas” (Carlos, 2017, p. 28).

O processo de estranhamento descrito acontece justamente pelo que Carlos (2011a, 2013, 2017) conceitua de produção de espaços amnésicos e tempos efêmeros, que já foi apontada anteriormente na dissertação, na qual os lugares – principalmente os públicos – da

cidade são esvaziados tanto de pessoas quanto de significados, tornando assim fantasmagóricos e desprovidos de significação, estranhos. E os novos espaços são reproduzidos cada vez mais rapidamente, e consumidos em tempos mais acelerados, por isso efêmeros.

Neste sentido, esta tendência “vai se estabelecendo através do conflito entre a imposição de novos modelos culturais e de comportamento, agora invadidos pelo mundo mercadoria estabelecida no plano do mundial, e as especificidades da vida no lugar (Carlos, 2017, p. 11). Lógica que é mundializada através do capital enquanto padrão de vida homogêneo.

Aqui as transformações do espaço vivido pela destruição da memória social, dá-se em virtude da liquidação dos referenciais individuais e coletivos produzindo a fragmentação da identidade, a perda da memória social, pois os elementos conhecidos e reconhecidos impressos na paisagem da metrópole, se esfumam. Os guindastes, motosserras, as britadeiras, os caminhões de concreto são metáforas da criação de formas fluídas, efêmeras; isto se reflete nos pontos de referência da vida cotidiana através dos usos (Carlos, 2017, p. 29).

A vida na cidade acaba sendo coordenada para este consumo fluído e efêmero de produtos, formas espaciais, informações, reduzindo os momentos e liquidando dos referenciais, empobrecendo a identidade de quem vive nesta cidade destituída de memória social. A vida do/a trabalhador/a tende a ser restringida ao universo do trabalho produtivo, na qual a vida é quantificada em prol da economia e por excelência as relações sociais acabam ocorrendo entre estranhos, marcada por sociabilidade polidas, frias e distantes (Carlos, 2017). Relações socioespaciais que tendem a se dissipar, os referenciais do passado desaparecem e a vida urbana passa a ser uma prática cada vez mais individual e solitária.

Por isso, a vida na cidade é marcada pelo estranhamento, é vivenciada através do isolamento, no qual as pessoas não se reconhecem em si mesmo e nem nos outros, em um mundo que o homogêneo triunfa o diferente, o outro, é visto como inimigo o não-idêntico (Matos, 1982). Ainda, essas transformações urbanas, impactam principalmente no esvaziamento e na morte dos lugares, ao passo que memória coletiva é liquidada pela imposição de novas formas, assim,

Desse ponto de vista, é que pode ser pensada a transformação do espaço vivido pela destruição da memória social, em virtude da liquidação das referências individuais e coletivas – sintoma da “agonia da individualidade”, de “fragmentação da identidade” e da “mutilação do ego” sob os auspícios do capital monopolista. O individual, o qualitativo, o heterogêneo são excluídos, de um só lance, do espaço urbano e do campo científico (Matos, 1982, p. 47).

Neste sentido, a vida é esvaziada de significações a serem preenchidas pelo trabalho produtivo e pelo consumo de formas e simulacros que pouco enriquecem as experiências e relações socioespaciais. Por mais que a mudança seja algo inerente a sociedade, a produção capitalista impõe que a cidade esteja mudando constantemente atrapalhando as pessoas de construir laços afetivos e memórias com os lugares que logo são substituídos por novas formas, esta ideia de mudança não é algo ruim, mas no mundo contemporâneo seu nível está cada vez mais acelerado e intenso o que é um problema os espaço não podem ser tratados como produtos em prateleiras consumidos e mais breve possível precisam ser descartados ou substituídos por novos.

Assim, a teatralidade da cidade e as individualidades dos/as sujeitos/as – suas artes e expressões – são liquidadas, aniquiladas e o/a indivíduo/a passa a ser só mais um em meio à multidão urbana. Numa vida que nem mesmo ele/ela se reconhece enquanto sujeito/a, haja vista que,

A fluidez do tempo elimina a sensação do que dura e persiste criando um vazio preenchido por coações. O poder controla o fluxo, o uso e o tempo do uso dos lugares. Assiste-se, assim, à constituição da identidade abstrata produzida como consequência da extensão do mundo da mercadoria que invade e transfigura a vida cotidiana, onde os signos proporcionam o modelo para manipular pessoas e consciências organizando as relações sociais direcionada pelo consumo do espetáculo (Carlos, 2017, p.32).

Tanto as coações diversas, quanto as transformações – cada vez mais presentes – criam um contexto no qual a classe trabalhadora é segregada da produção do urbano, vivendo em uma cidade com formas estranhas e construindo relações sociais atravessadas pela mercadoria e cada vez mais vazias, tudo isso impacta nesse sintoma da identidade abstrata. Mas, de forma contraditória,

A construção da cidade, hoje, revela a dupla tendência entre a imposição de um “espaço que se quer moderno”, logo homogêneo e monumental, definido, ou melhor “desenhado” como espaço que abriga construções em altura associadas a uma rede de comunicação densa e rápida e de outro “as condições de possibilidade”, que se referem a realização da vida (que se acham à espreita, de modo contestatório) revelando uma luta intensa em torno dos modos de apropriação do espaço e do tempo na metrópole - um processo que ocorre de modo, profundamente, desigual revelando-se em seus fragmentos (Carlos, 2017, p. 29-30).

Entretanto, as imposições do plano mundial entram em conflito com a esfera local, pois “a cidade é também o lugar das possibilidades. A possibilidade da alegria, do consumo, do convívio social, da apropriação, da luta pelos direitos, da cidadania, da construção dos

lugares, dos homens, do *homus urbanus*” (Costa, 1998, p. 11). Assim emerge uma contradição entre o homogêneo (programação) e o heterogêneo (cotidiano), o controle da vida, a rotina marcada e bem definida, as opressões e coações garantem a homogeneização da vida em torno do consumo, já o heterogêneo tem a ver com a vida plural, marcada por diferentes corpos, encontros, interesses e subjetividades.

Neste sentido, ao passo que a humanidade reproduz o mundo objetivo (real e concreto) igualmente constrói sua consciência, num processo de subjetivação, que se relaciona com a consciência, desejos e outras possibilidades capazes de metamorfosear a realidade (Carlos, 2011a). Por isso, a reprodução espacial é condição, meio e produto da constituição da humanidade do sujeito, em todas suas dimensões.

Afinal, é na cidade enquanto esfera pública, que a cidadania é realizada e que a cidade se materializa enquanto palco do possível. Contudo o espaço público, “é a probabilidade sempre acrescida do encontro, que permite a construção de uma história coletiva a partir das histórias particulares” (Carlos, 2013, p. 101). Mais à frente, em outra obra, Carlos (2017) escreve sobre a “harmonia dissonante” que são os afrontamentos-confrontações, onde a cidade emerge enquanto lugar de desejo ou lugar onde os desejos se manifestam, momento que a dimensão artística de obra da cidade emerge junto com seus referenciais históricos.

Pois a cidade é o lugar do encontro, “a manifestação do individual e da experiência socializante, (empobrecida ou não), produto de uma multiplicidade de trocas de todos os tipos que produz a sociabilidade na cidade” (Carlos, 2017, p. 29). A busca pelos espaços de sociabilidade e de troca diversas constrói uma quebra ao programado, restituindo a dimensão social, uma harmonia dissonante (Carlos, 2017). Isto ocorre porque quem habita este urbano busca saciar desejos e subjetividades que extrapolam o que a mercadoria e a dimensão material podem oferecer.

É nesse contexto, que Carlos (2017) coloca o lugar enquanto uma categoria de análise central, por ser uma dimensão prático-sensível e explicativa, onde afloram os processos reprodutores da sociedade. “A relação entre habitante e a cidade através da vida cotidiana se realiza enquanto ação relacionada às possibilidades e os limites do uso do lugar, num determinado momento histórico” (Carlos, 2017, p. 29). O lugar também é condição da realização da vida cotidiana, em uma articulação espaço-tempo através de seus usos, assim a vida se realiza enquanto produção/ apropriação dos lugares (Carlos, 2017).

Neste horizonte, o corpo e todos seus sentidos, através da sua ausência ou presença, são como os/as sujeitos/as buscam acesso a este urbano. Enquanto um elemento espacial, o corpo não só seria a mediação para os usos e apropriações como também o suporte de toda cultura (Carlos, 2017). Enquanto produto do programado, o lugar é também a resistência às transformações, sendo a microescala, o plano em que as vivências são constituídas, é a porção do espaço apropriável para a vida, o bairro, a praça, a rua, o pequeno e restrito comércio (Carlos, 2017), pontos que furam o urbano capitalista, pois criam a possibilidade do encontro e novas significações, que são elementos de sociabilidade plurais.

A análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço, pelo corpo, o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida / reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante - habitante e habitante – lugar, marcada pela presença (Carlos, 2017, p. 31).

Contudo, são as relações sociais que criam o sentido dos lugares, por isso, esta é uma porção espacial real e concreta, na qual a vida é analisada através da relação entre habitante-lugar (Carlos, 2017). Uma, dinâmica coletiva, é em essência plural, e como acrescentam Lefebvre (2001) e Carlos (2013) em uma dimensão lúdica, a cidade em sua dimensão pública é o lugar do encontro e da troca social, da comemoração e da festa, momentos em que o espaço-tempo são utilizados para atender outras abstrações que não seja o lucro.

Assim, no uso do espaço, é possível apreender o imprevisto, a improvisação, o espontâneo que criam os pontos de referência da cidade, onde a multidão improvisa onde ocorre a festa, a reunião, superpondo-se à rotina do igual e do repetitivo. Desta feita as ruas, praças e avenidas com suas marcas particulares e identificadoras marcam o convívio e apresentam modos diferenciados de apropriação. As ruas podem ser um elemento importante a partir do qual se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos confrontos, conflitos e dissonâncias. No panorama das ruas lê-se a vida cotidiana - seu ritmo, suas contradições, sentimentos de estranhamento, formas como se trocam mercadorias, modo como a solidão desponta, a arte da sobrevivência; suas delimitações (Carlos, 2017, p. 31).

Logo, relações sociais contraditórias também são construídas, culminando em contraracionalidades, que emergem no urbano enquanto a luta pela cidadania, por acessos diversos aos espaços da cidade. Com isso, o espaço enquanto obra histórica é reproduzido a partir de contradições inerentes a sociedade “produzidas a partir de relações sociais assentadas em relações de dominação-subordinação / uso-apropriação, que produzem conflitos inevitáveis

que tendem a questionar o entendimento da cidade exclusivamente, enquanto valor troca” (Carlos, 2017, p. 33). Neste sentido, os usos do espaço urbano atuam enquanto ressignificação do sentido da cidade.

A significação da cidade enquanto uma obra uma ação dialética construída entre “produção / apropriação / reprodução. Mais do que uma forma material, uma morfologia, a problemática sobre a cidade se revela enquanto problemática urbana, isto é, transcende a cidade para enfocar o homem e a sociedade urbana” (Carlos, 2017, p. 35). E por isso, neste movimento, a cidade tem seu sentido ressignificado no que Lefebvre (2001) denomina de usos improdutivos.

O uso de forma improdutiva da cidade, é fruto das ocupações que não são voltadas ao trabalho produtivo, o objetivo nem sempre é o lucro. “Com efeito, o uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro)” (Lefebvre, 2001, p. 12). Assim, os espaços públicos palco de encontro diversos e de expressões plurais é onde são construídas as resistências ao programado.

Costa (1998) aponta que ao passo que existe a racionalidade da programação, não são todas as práticas que são capturadas, estas que extrapolam constituem contra-racionalidades, constituindo um cotidiano irreduzível, por vezes inalcançáveis. As contra-racionalidades ocorrem no cotidiano, no vivido e vão contra o programado, em oposição às significações produzidas pelo valor de troca, este que por sua vez é diretamente relacionado com a racionalidade e em contrapartida as contra-racionalidades se relacionam com o valor de uso. Sendo assim,

Assim, a bicicleta que ocupa a calçada, o carro que anda na contramão, o vendedor de “bugigangas” que ocupa as calçadas do setor comercial, a deturpação das idéias difundidas nos meios de comunicação, as ruas transformadas em lugar de festa, a igreja e os atos profanos que a negam na praça à sua frente, as pequenas mudanças na casa: um cômodo, um muro, a destruição total, as pichações, a destruição dos equipamentos públicos (Costa, 1998, p. 28).

Ações que representam a espontaneidade da vida, o improviso diário da busca por atalhos que faz com que o cotidiano seja também imprevisível, dificultando que este seja engessado pela programação. As contra racionalidades são formas que o/a trabalhador/a busca para sobreviver a imposições que pouco tem a ver com sua realidade (Costa, 1998). Logo, a riqueza do cotidiano irreduzível se opõe ao estranhamento causado pela programação, ainda,

As contra-racionalidades nada mais são que respostas a uma racionalidade desumana e cruel que obriga o trabalhador a se "ajeitar" no espaço do capital. Nesse processo, em algum momento, o trabalhador nega o capitalismo, através das ações da luta. É a luta cotidiana pela sobrevivência, para tornar a vida mais alegre, mais colorida, mais aconchegante ou, simplesmente, mais suportável. É o desafio constante a uma racionalidade que não resolve seus problemas, desafio que muitas vezes leva a atitudes extremadas marcadas pelo desespero e pela violência. Mas as contra-racionalidades também são a festa, as pequenas soluções para os desafios diários, atitudes cheias de paixão e de beleza, o irredutível como produto da contradição do espaço (Costa, 1998, p. 28-29).

Ou seja, as contra-racionalidades são estratégias de sobrevivência, que propiciam sensações positivas frente ao programado, são alternativas que constroem significações únicas do sujeito com o lugar. “Mesmo diante de uma racionalidade tão duramente imposta, o trabalhador consegue imprimir suas características no espaço, buscando alternativas para conviver com o que nem sempre lhe é útil ou favorável” (Costa, 1998, p. 29), o que culmina em questionamento, tensões e reflexões diversas, em momentos que propiciam não só o descontentamento com a realidade, mas mudanças significativas na realidade.

Desta forma, a “centralidade lúdica tem suas implicações: restituir o sentido da obra trazido pela arte e pela filosofia – dar ao tempo prioridade sob o espaço, não sem considerar que o tempo em se inscrever e se escrever num espaço por apropriação acima do domínio” (Lefebvre, 2001, p. 132). A busca por saciar desejos que extrapolam o que a mercadoria e o trabalho produtivo podem oferecer é que fazem o lúdico emergir enquanto um fator de restituição do sentido dos espaços da cidade, o lazer e a arte construídos na esfera pública reforçam uma contra-racionalidade que se opõe a programação da troca.

O “uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos das diferenças escapa às exigências da troca do valor de troca. A satisfação de necessidades elementares não consegue matar a insatisfação dos desejos fundamentais (ou de desejo fundamental)” (Lefebvre, 2001, p. 84). Os momentos de socialização entre aqueles/as que habitam à margem da cidade e buscam nos espaços públicos, num movimento para os centros ou na construção de novas centralidades, novas experiências e construindo novas relações socioespaciais constroem os usos improdutivos. Que representam a “resistência, a insistência em não se deixar levar pela primeira onda, a necessidade de manter viva relações de afeto e valores que a sociedade já descartou: a vizinhança, o bate-papo na calçada, a novena, o ócio” (Costa, 1998, p. 30), estas atitudes que emergem enquanto exemplos de contraracionalidades ao programado.

Ainda, por mais que a sociedade burocrática de consumo dirigido (Lefebvre, 2001) programe o cotidiano, para alienar a classe trabalhadora, uma revolução cultural permanente se

opõe ao terrorismo urbano (Costa, 1998). Esta revolução é fruto das estratégias de sobrevivência relacionadas a uma diversidade cultural que contrasta com as contradições de uma sociedade desigual. Esta revolução cultural,

É a riqueza da sobrevivência em um espaço programado pelo poder estatal para servir a interesses estranhos ao trabalhador. É a metamorfose causada no espaço pelo processo de apropriação da casa, do bairro, da cidade - o lugar do trabalhador. É a luta cotidiana da apropriação da casa, do bairro revela faces ocultas, desejos secretos, o irreduzível (Costa, 1998, p. 31).

É neste movimento, de resistência, que os/as habitantes constroem novas centralidades, que se distanciam da troca. Resultado de movimentos, que se coadunam nas periferias, em consequência do processo de exclusão estrutural na reprodução urbana, assim ao passo que o centro da cidade explode perdendo significados – se tornando amnésico –, ele contraditoriamente se espalha produzindo as novas centralidades (Carlos, 2013), tanto da burguesia – grandes condomínios fechados – quanto da periferia – ocupações, favelas e bairros pobres afastados –, sendo a segunda o ponto de encontro das resistências no urbano, o centro negativo para as centralidades, o outro (Carlos, 2013).

As transformações urbanas, renovam a cidade, impondo novas racionalidades a um/a trabalhador/a cada vez mais explorado, o fluxo acelerado das transformações impede que ocorra a reflexão, a produção de afeto e memórias nos espaços urbanos. Este movimento se expande para todos os espaços da cidade, inclusive aos de lazer, como as praças. Para entender como as Operações Urbanas atuam em Catalão (GO), e em suas praças e que se estrutura o próximo capítulo, nele será discutido sobre como se deu o desenvolvimento socioeconômico da cidade, sua urbanização, algumas operações serão exploradas, para que então seja possível discutir as Operações Urbanas a partir das praças da cidade que foram alvo da operação.

3 A (RE)PRODUÇÃO URBANA EM CATALÃO (GO)

A análise geográfica do mundo é, portanto, aquela que caminha no desvendamento dos processos constitutivos do espaço social, revelando plenamente os sujeitos e suas ações e enfocando a reprodução do espaço como momento de superação da crise de acumulação (Carlos, 2011, p. 71).

A urbanização brasileira, realiza-se num contexto histórico de dependência das economias centrais do capitalismo, que se expandem pelo mundo em busca de garantir a reprodução ampliada do capital, se reestruturando para superar as cíclicas crises inerentes ao processo capitalista de produção. Sendo assim, grandes metrópoles do país, urbanizadas através da industrialização, são fruto de exploração de maiores contingentes de mão de obra, que atraiu migrantes, mas concentrou a riqueza, deixando à margem do processo uma grande parcela de pessoas que vivem em setores precários da economia, ocupando locais que são compatíveis a sua renda (Carlos, 2013).

Esta industrialização, no Brasil criou centros urbanos desconexos e concentrados principalmente no litoral sudeste, que se expandiram ao interior do país em um contexto de desconcentração industrial, que urbanizou o interior do país inclusive as cidades menores. O estado de Goiás, bem como o município de Catalão, são territórios que passaram por profundas modificações, oriundas da reordenação do capital, processo o qual modernizou e industrializou estes espaços (Lima, 2015), logo, foram diretamente responsáveis pela urbanização destes.

Silva (2005) pensa a intensificação do processo de urbanização de Catalão (GO) através de desdobramentos de uma política nacional que visou a inserção da macrorregião Centro-Oeste no circuito industrial nacional. Lima (2015) em sua tese define o processo de urbanização de Goiás bem como do município de Catalão (GO) em duas marchas para o oeste, uma em meados do século XX com a construção de Brasília, rodovias e a expansão de atividades econômicas como a agricultura, e outra na década de 1990, marcada pela descentralização das indústrias numa disputa entre os municípios para receber os empreendimentos, por meio de uma guerra dos lugares⁶ que existe até hoje em diferentes intensidades. Movimentos os quais marcam um processo de expansão do capital para o Centro-Oeste brasileiro.

⁶ Este conceito é central na obra de Lima (2015), mas foi originalmente cunhado por Santos (1996) para marcar a disputa entre os estados e municípios brasileiros pela atração investimentos das indústrias, oferecendo além de incentivos fiscais, a modernização do território como forma de dar apoio às atividades industriais. Um movimento político que é consequência da desconcentração industrial brasileira e que reproduz diferentes desigualdades, inclusive as regionais.

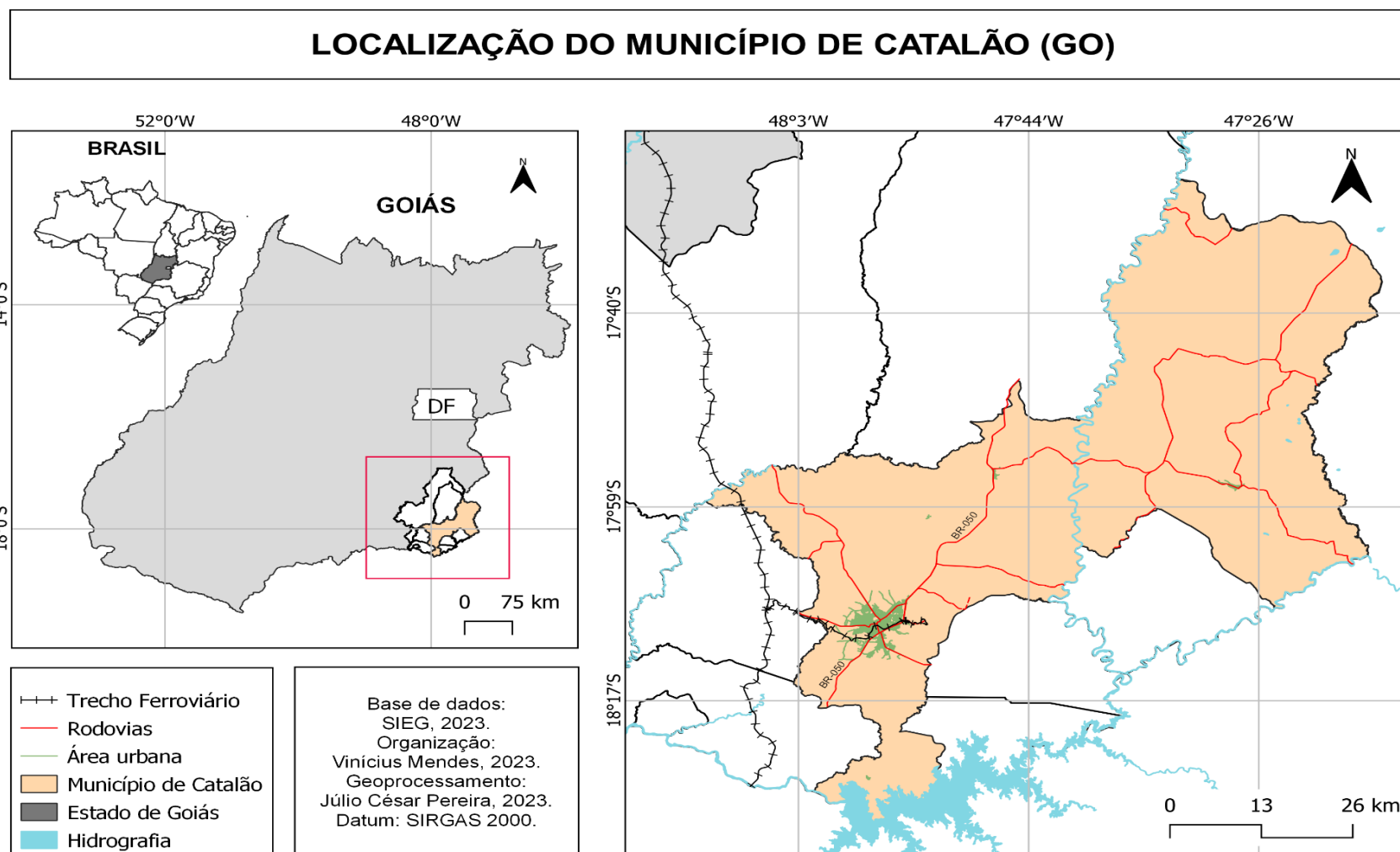
Este foi um processo em que o capital se (re)territorializou, é neste sentido que a cidade de Catalão (GO), bem como o estado de Goiás se insere no processo de globalização em curso no Brasil, integrando ao meio técnico-científico-informacional (Silva, 2005). Deste modo, a autora Silva (2005), pensa o desenvolvimento local em diálogo com o estadual e regional, pois apresentam elementos interligados.

O município de Catalão (GO), está localizado no sudeste de Goiás, de acordo com IBGE (2017) dentro da região geográfica intermediária de Goiânia, polarizando uma das regiões geográficas imediatas de Goiás com outros nove municípios, Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Cumari, Davinópolis, Goiandira, Ipameri, Nova Aurora, Ouvidor e Três Ranchos. Dentre os municípios, Catalão (GO) além de ser o maior, é o mais populoso e atrai pessoas que os demais, que buscam trabalho e serviços, pois apresenta maior concentração de empreendimentos. Características que se devem “à sua pujança econômica, à densidade populacional, à função da cidade (comercial, industrial, educacional, prestação de serviços públicos, de transporte, de saúde, tecnológica e outras) e à influência que exerce sobre as demais cidades” (Silva, 2005, p. 23).

Catalão (GO), hoje, possui 4.197 km² incluindo os distritos de Pires Belo e Santo Antônio do Rio Verde. Uma cidade média que convive com elementos rurais, porém a cada dia mais se urbaniza, mesclando o tempo de uma pequena cidade e dos grandes centros, o fluxo de informação na cidade é grande devido a sua importância econômica. O município se urbanizou de forma acelerada, principalmente a partir da segunda metade do século XX, recebendo investimentos tanto públicos como privados, por fatores históricos, mas principalmente devido a sua localização geográfica.

Catalão (GO) (Mapa 1) está a 260 quilômetros (km) de Goiânia (capital do estado de Goiás), a 108 km da cidade de Uberlândia (MG), e a 315 km da Capital Federal Brasília (DF) (Lima, 2019). Ainda está em uma rota de produção e comércio nacional e internacional se localizando a 787 km de Santos (SP) e 1.223 km de Vitória (ES), duas cidades que possuem grandes portos (Lima, 2019).

Mapa 1: Localização de Catalão (GO) e seus limites municipais



Fonte: Mendes (2023).

Para autores/as, como Silva (2005) e Lima (2015), este foi um dos fatores que atraiu investimentos para o município, propiciou que agentes transformadores atuassem no território, mais à frente veremos que não foram os únicos, somando também a governos empreendedores que buscaram construir no município formas que o colocariam em posição de destaque na guerra dos lugares. O município tem um forte setor primário com a agricultura e mineração, que fortalecem o setor de serviços para atender as necessidades destas duas atividades. Além de um parque industrial diversificado, com montadoras de veículos, agroindústrias e outras. Assim, Catalão (GO) polariza a sua região geográfica imediata, atraindo migrantes de diversas regiões do país e do mundo, estabelecendo relações com diversas localidades.

Com base nestes dois autores, Silva (2005) e Lima (2015), e em outros/as que se preocuparam em tecer reflexões sobre as geografias de Catalão (GO), como Costa (1998), Pires (2009) e Lima (2015), que este capítulo é estruturado, pensando primeiro os agentes transformadores do urbano responsáveis pelo desenvolvimento histórico e pela formação do território do município. Seguindo, serão discutidas as operações urbanas na cidade, que transformaram e estão transformando este espaço para a expansão da acumulação, por fim, pensaremos nas operações urbanas que alteram as praças já existentes de Catalão (GO), enquanto um movimento que reúne diferentes agentes do capital.

3.1 AGENTES TRANSFORMADORES DO URBANO EM CATALÃO (GO)

Como já apontado, o Brasil enquanto país periférico, teve seu território organizado através da expansão industrial tardia (Lima, 2015), atrelada aos interesses do capital internacional. Neste sentido, no processo de industrialização emerge enquanto necessidade para a superação da dependência característica de países coloniais, entretanto, a atuação do Estado enquanto impulsionador do processo criou condições para que indústrias multinacionais se instalassem no país, construindo novas formas de dependências.

Ainda atualmente, submetido ao capitalismo internacional o país tem seu território organizado e reorganizado em consequência das alterações globais, seja de flexibilização da produção, rearranjo da divisão internacional do trabalho e principalmente descentralização produtiva que colabora com a expansão do capitalismo.

O estado de Goiás, no interior do país, teve sua ocupação intensificada através desse processo de reordenamento e expansão do capital, num contexto de expansão tanto do mercado internacional através das multinacionais, quanto das políticas de integração nacional construídas pelo Estado brasileiro. Para atração deste capital internacional, foram feitos investimentos para construção de infraestruturas – de transporte e comunicação – de cidades para troca de centralidade política, e o estabelecimento de bases para que estes empreendimentos privados se realizassem no território do estado.

Este processo, histórico e contínuo, ocorreu através do Estado do Bem-estar Social juntamente com a expansão do neoliberalismo, que disputaram estes investimentos, o que reproduziu um desenvolvimento desigual, tendo em vista que alguns municípios foram privilegiados ao passo que outros tiveram seu desenvolvimento negligenciado. Neste contexto, com início em 1930, o governo brasileiro baseado no princípio urbano-industrial da economia norte-americana, coloca o Estado a serviço do capital, para criar condições para expansão do mercado interno nacional (Silva, 2005).

Catalão (GO), sob o neoliberalismo fomenta uma destas áreas privilegiadas, principalmente devido a sua localização estratégica perto dos grandes centros produtores e consumidores (Silva, 2005), o que colaborou na atração de investimento, público, mas principalmente da esfera privada, ocorrendo de forma mais intensa após a década de 1980. Lima (2015) caracteriza este período como sendo uma segunda marcha para o oeste, marcada pela desconcentração industrial, num processo em que os municípios se submetem também aos interesses das indústrias.

Com base em Costa (1998), Silva (2005), Pires (2009), Lima (2015) e Lima (2019), autores/as que trabalham com o urbano em Goiás e em Catalão (GO), foi possível elencar os agentes responsáveis pelo desenvolvimento de Catalão (GO), que propiciaram a urbanização e a integração do município no mundo globalizado, mesmo sendo uma cidade média, mas tendo uma projeção internacional devido aos empreendimentos presentes em seu território.

Levantar estes elementos, que impactaram tanto no crescimento econômico quanto nas mudanças socioespaciais “implica mostrar que o Estado foi um grande indutor e agente transformador estrutural para que as transformações socioeconômicas fossem engendradas regionalmente, possibilitando sua articulação” (Silva, 2005, p. 33), assim, expandindo a fronteira do capital, integrando a região no contexto capitalista nacional.

Os agentes transformadores, no século XX, foram responsáveis por alterações socioespaciais tanto em Catalão (GO), quanto para estado de Goiás e para o território

brasileiro, simultaneamente, compondo um movimento organizado globalmente (Silva, 2005). Entretanto, cada lugar apresenta características diferentes em relação a estas transformações que culminaram na intensificação da urbanização do território.

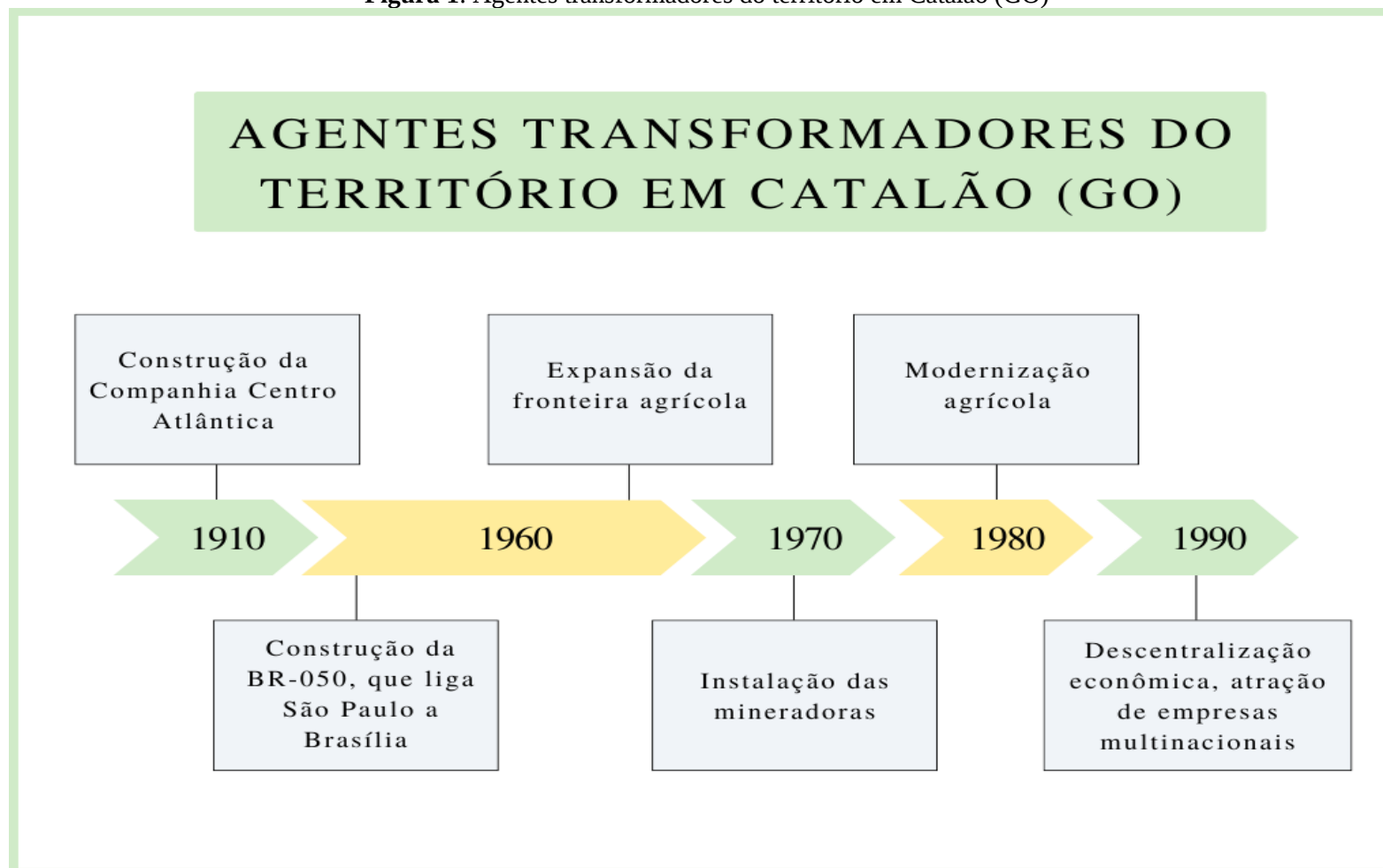
O “diferencial de Catalão (GO) foi construído no decorrer dos anos, e está relacionado justamente à localização, à infraestrutura e à força política e econômica que o município dispõe” (Lima, 2015, p. 111). Este processo se inicia no período de sua formação, quando Catalão (GO) serviu como pouso de bandeirantes que exploravam o interior do país, já atualmente o município se encontra localizado estrategicamente na rota de importantes centros de produção e consumo brasileiro, como Goiânia, Brasília, Uberlândia e São Paulo.

Como mostra a Figura 1, juntamente com a localização estratégica alguns agentes foram responsáveis pelo desenvolvimento de Catalão (GO), e sua integração no meio técnico-científico-informacional, se caracterizam por ter investimentos coordenados pelo Estado.

Como apontado, Catalão (GO) é “um centro dinâmico e dinamizador em relação a outros lugares” (Silva, 2005, p. 39), um nó de uma rede urbana local, e isso acontece porque em Goiás é “uma das cidades que mais se desenvolvem e recebem investimentos financeiros, tecnológicos e públicos do Estado” (Silva, 2005, p. 39). A integração do município à lógica do capital se dá fortemente SW 1950 em diante, entretanto, as bases para que isto ocorresse emergem desde a década de 1910.

No século de XX, em um contexto de expansão cafeeira de São Paulo à região Centro-Oeste, leva a implantação do transporte ferroviário na região. Sendo assim, o primeiro agente transformador do território em Catalão (GO) foi a instalação da rede de transporte ferroviário.

Figura 1: Agentes transformadores do território em Catalão (GO)



Fonte: Silva (2005); Pires (2009); Lima (2015); Lima, S. (2019). **Organização:** Mendes (2023).

A expansão da Rede Mineira de Viação, que em 1996 se tornou privatizada sendo uma Ferrovia da Companhia Centro Atlântica que ligava o Triângulo Mineiro ao estado de São Paulo, ligada inicialmente a cidade de Goiandira (GO), conectando o interior goiano até a cidade de Anápolis (GO) (Silva, 2005). A rede de terminais ferroviários e estações ligou o estado de Goiás a economia nacional, representou a diminuição dos custos de circulação dos produtos, ainda, foram instalados seus terminais de transformações espaciais, culminando no desenvolvimento destes centros urbanos, representando um processo modernizador (Silva, 2005). Lima reforça que

A estrada de ferro foi tão importante nesta marcha de ocupação que a porção territorial servida por ela ficou conhecida como “região da estrada de ferro”, dada à importância que a mesma exercia nestas localidades. Mas, com a desativação de alguns ramais e o fim do transporte de passageiros, em meados da década de 1970, algumas destas cidades perderam importância em termos econômicos, estagnando-se e tendo que se adequar à nova realidade, sobrevivendo hoje de outras atividades, principalmente da agropecuária (Lima, 2015, p. 63).

Neste sentido, o impacto na cidade de Catalão (GO) foi considerável, a cidade abrigou um dos terminais, “o que acelerou o seu processo de urbanização, chegando a ser considerada como um dos centros mais populosos do estado, no início do século XX” (Silva, 2005, p. 47). A chegada da estrada de ferro em Catalão (GO) foi marcante, e

Essa relação entre uma nova rede que passava a adentrar o território goiano somada ao potencial de produção agropecuário em Catalão fez com que o município participasse da rota que marcou a nova fase de expansão capitalista. Até então, o centro-oeste se encontrava na periferia do desenvolvimento e agora era tratado como uma área de expansão da fronteira agrícola. Muitos autores analisam o processo, no caso específico de Goiás, como um território central – e estratégico – para capturar o oeste e o norte do país (Lima, 2015, p. 113).

Deste modo, cidades como Catalão (GO) que já existiam sofreram grandes transformações pela passagem da ferrovia, e outras, bem como as da região geográfica imediata de Catalão (GO), como Anhanguera (1953), Cumari (1947), Ouvidor (1953) e Três Ranchos (1953) foram emancipados devido à expansão da ferrovia (Lima, 2015), o que exemplifica o poder de transformação dos fluxos atraídos pela rede ferroviária de transporte. A ferrovia acentuou os fluxos intrarregionais, e relações com o Triângulo Mineiro – até então de dependência –, fazendo com que Catalão (GO) tivesse destaque de desenvolvimento socioeconômico no Sudeste Goiano sendo o município mais populoso com 38.574 habitantes de acordo com censo do IBGE de 1920 (Pires, 2009).

Sendo assim, “Catalão, por influência da ferrovia, era o município com uma das produções mais representativas do sudeste goiano, uma vez que, além do rebanho bovino, era líder no estado na produção de arroz” (Lima, 2015, p. 116). Essa importância econômica dinamizou as relações comerciais do município, facilitando suas exportações de produtos agrícolas, e atraindo novos fluxos, que por sua vez, alteraram a organização espacial, afinal são responsáveis por atrair também outros empreendimentos como as charqueadas e fábricas de produtos alimentícios, por exemplo. Neste início do século XX, foi o período que o município de Catalão (GO) mais se destacou na economia de Goiás, sendo uma das que mais se desenvolveram no período e a Estrada de Ferro foi preponderante para este destaque (Lima, 2015).

Em um contexto de reestruturação da economia nacional nos anos 1930, norteadas pelas ideias nacionalistas de Vargas, ocorre o que Lima (2015) denomina marcha para o oeste, a primeira, pois de acordo com seu trabalho foram diferentes marchas ao oeste que incluíram o território goiano no circuito capitalista. Assim, já num período de declínio das ferrovias, várias cidades como Catalão (GO) sobreviviam da produção agrícola. Os investimentos nacionais para integração do Centro-Oeste impactaram na organização do território, “Goiânia, um de seus resultados espaciais, fundada um pouco antes, em 1933, tornou-se o símbolo da modernidade” (Lima, 2015, p. 65), a troca da capital de Goiás, e sua proximidade com Catalão (GO), traz novos fluxos também para região. Sendo assim,

A transferência da capital também interferiu na estrutura socioeconômica de Catalão uma vez que, a partir da década de 1930, vê-se um processo de estagnação no município já que Goiânia passa a atrair grande contingente populacional, além de Anápolis, que já era um centro econômico dinâmico na época (Lima, 2015, p. 120).

O processo de desenvolvimento econômico, se intensifica na década de 1950, no contexto goiano devido a construção de Brasília, que trouxe os olhares para o estado, possibilitando a integração ao território nacional, também em virtude do Plano de Metas, política federal desenvolvida pelo presidente da época Juscelino Kubitschek, voltado para os setores de ponta da indústria nacional, além de criar eixos rodoviários, interligando os centros produtores de matéria-prima aos centros industriais (Silva, 2005). Assim, Catalão (GO) foi beneficiada por esse processo com a construção da BR-050 que liga a recém-criada capital federal Brasília a cidade de Santos – SP, que traz impactos comerciais, industriais e culturais, pois conecta o município à grandes cidades. A construção da rodovia é um efeito colateral da transferência da capital nacional,

A construção de Brasília no final da década de 1950 contribuiu para a mudança do perfil econômico e social da região Centro-Oeste do Brasil, sobretudo do sudeste goiano, através do interesse de vários planos, principalmente dos já citados PNDs, que viam na região, prosperidade de seus empreendimentos. Aliado a isto, a pavimentação do trecho da rodovia BR-050 em novembro de 1960, que passa por Catalão interligando Brasília e São Paulo, começa a transformar consideravelmente o eixo econômico do sudeste goiano agora ligado ao principal centro político e econômico do país (Pires, 2009, p.56).

A BR-050⁷, é um eixo de comunicação entre Catalão (GO) e os grandes centros nacionais, a rodovia “tem pontos de parada de ônibus, carros leves e pesados, no trecho que corta o perímetro urbano da cidade, gerando emprego e divisas para o município” (Silva, 2005, p. 51). O que atrai diferentes fluxos para o município, ainda facilita a comunicação seja para escoar o que é produzido ou para receber mercadorias de outros centros. De acordo com Lima (2015) a ampliação da malha viária interfere diretamente na dinâmica econômica do município, que já em 1960 era o 4º mais produtivo do estado com 53 indústrias, atrás de Goiânia (150), Anápolis (128) e Jataí (81).

Sendo assim, “a rodovia BR-050, é na atualidade, o principal eixo de escoamento da produção catalana, sejam grãos, minérios, automóveis, serviços, mercadorias e até pessoas” (Silva, 2005, p. 51). Ainda, a rodovia corta o perímetro urbano do município, onde têm diferentes comércios e serviços, visitados por aqueles/as que passam por ela diariamente.

Entretanto, ela também representa um problema, pois cristaliza a exclusão de uma série de bairros separados do resto da cidade, tendo que atravessar pela rodovia para ter acesso ao centro e a maioria dos serviços, inclusive nos acessos da rodovia, que ligam os bairros da cidade ocorrem vários acidentes e mortes. Em virtude do processo de duplicação serão construídos novos acessos aos bairros os quais antes estavam mais isolados, uma alteração que produzirá uma nova paisagem nesta parte de Catalão (GO) e trará mais dinamismo à cidade.

Para além da rodovia, o Estado para integrar Goiás a rede capitalista nacional, optou pelo investimento em programas de desenvolvimento agrícola, visto que apenas a implementação da rede viária não significou um desenvolvimento regional ligado às bases socioeconômicas (Silva, 2015). Assim, a expansão agrícola emerge enquanto um fator de transformação do espaço urbano em Catalão (GO), além de uma crescente

⁷ A BR – 050 já está duplicada de Catalão (GO) até o estado de São Paulo, em 2023 os 11, 5 KM da rodovia que passam pela área urbana de Catalão (GO) foram concedidos à iniciativa privada e serão duplicados, assim a BR – 050 estará toda duplicada desde o entorno de Brasília (DF) até o porto de Santos (SP).

modernização visando o lucro, ocorreu a alteração da posse da terra, na qual os antigos/as proprietários/as dão lugar aos empreendimentos agropecuários (Silva, 2015), essa nova dinâmica reforçou desigualdades sociais, concentrando a terra no campo e impondo a expulsão de famílias para o espaço urbano

Ainda, a década de 1960 é caracterizada pela chegada de novos migrantes e novos produtos, como a soja (Silva, 2015), voltados para uma produção que busca cada vez mais o lucro. Neste sentido, o que era Cerrado, foi dando lugar às lavouras de grãos, de modo que, dentro deste “processo de modernização implementado em Goiás, o município de Catalão (GO) foi alvo desses migrantes, que chegaram derrubando o Cerrado e as veredas, que deram lugar ao chão limpo, desapropriando os antigos proprietários e modificando seus costumes” (Silva, 2005, p. 53). Uma chegada de novas pessoas, fluxos e principalmente empresas, na qual os espaços precisam se adequar para potencializar a atividade destas.

Estes migrantes, que vêm para empreender no campo, constroem uma série de novos empreendimentos no campo e exigem que existam infraestruturas para sua produção, estradas e o fornecimento de energia, por exemplo. Catalão (GO), atualmente sedia “vários grupos produtores de grãos, todos liderados por migrantes oriundos de vários estados brasileiros, entre eles destacamos: Grupo Rampelloti; Grupo Grizzo; Grupo Godoy e entre outros” (Silva, 2005, p. 53). Que mostram como o município também é um centro dinamizador em relação à produção agrícola.

Ainda, Silva (2005) reforça que o Estado teve ação importante na integração do território brasileiro com o mercado internacional, principalmente na década de 1970 com a implantação de programas de integração e desenvolvimento, sendo na década de 1970, dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND e II PND), sendo o PND I (1972-1974) uma política voltada para o Centro-Oeste e o PND II (1975-1979) voltado para o crescimento das exportações. Dos programas criados, destacam-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que visava a incorporação do Cerrado no ciclo produtivo, que possibilitou a modernização da agricultura e pecuária da região, o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (GEOECONÔMICA) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), entre outros são responsáveis por este impulsionamento do desenvolvimento regional (Silva, 2005). Todavia,

Esses programas foram instrumentos criados e desenvolvidos para atuar preferencialmente no desenvolvimento de determinadas regiões do território nacional, mas nem todos os recursos liberados pelo Estado para a aplicação dessas políticas foram empregados corretamente e parte deles gerou concentração fundiária e de renda, além de impactos ambientais nefastos na região (Silva, 2005, p. 55).

Tais programas produziram um desenvolvimento desigual dos espaços, ao passo que desenvolveram algumas regiões em detrimento de outras, além de concentrar a renda. O município de Catalão (GO) foi beneficiado com esta expansão da fronteira agrícola, como outros do estado teve sua estrutura urbana e espacial alterada por este agente. Seguindo, em 1970 são instaladas no município três mineradoras Copebrás S.A (1972) – atual China Molybdenum Co., Ltd.(CMOC) – e Mineração Catalão de Goiás LTDA (1976) que extraem nióbio e fosfato, respectivamente, e a Ultrafértil Fosfértil S.A. (1981) – atualmente pertencente a Mosaic Fertilizantes – que extrai fosfato (Silva, 2005).

Assim, o município está próximo a reserva de minerais utilizados na agricultura, como o fosfato, e do minério pirocloro que tem matéria-prima para a cobiçada liga metálica de nióbio. Desde modo, na década de 1970 Catalão (GO) volta a ter destaque no estado de Goiás, num contexto de reestruturação do capital (Lima, 2015). Logo,

a territorialização das empresas mineradoras e aquelas ligadas às empresas rurais se dá em Catalão, que passa a se inserir na dinâmica econômica global. Esse fato, que contribui para inserir Catalão no mercado global, teve um impacto também no contingente populacional, uma vez que passou a atrair a população de municípios vizinhos, o que fortaleceu Catalão como um polo regional. Observamos que a mobilidade de diferentes formas de capitais dinamiza o fluxo migratório (Lima, 2015, p. 126).

As políticas que propiciaram a expansão da agricultura e a instalação das mineradoras, também

visavam atender à política desenvolvimentista e de integração nacional do governo militar, que necessitava contribuir para a fixação do capital no estado. Isso proporcionou ao município um maior fluxo de mercadorias, tecnologias, migrantes, informações e capitais, exigindo um redirecionamento das atividades e tradições até então mantidas no município (Silva, 2005, p. 68).

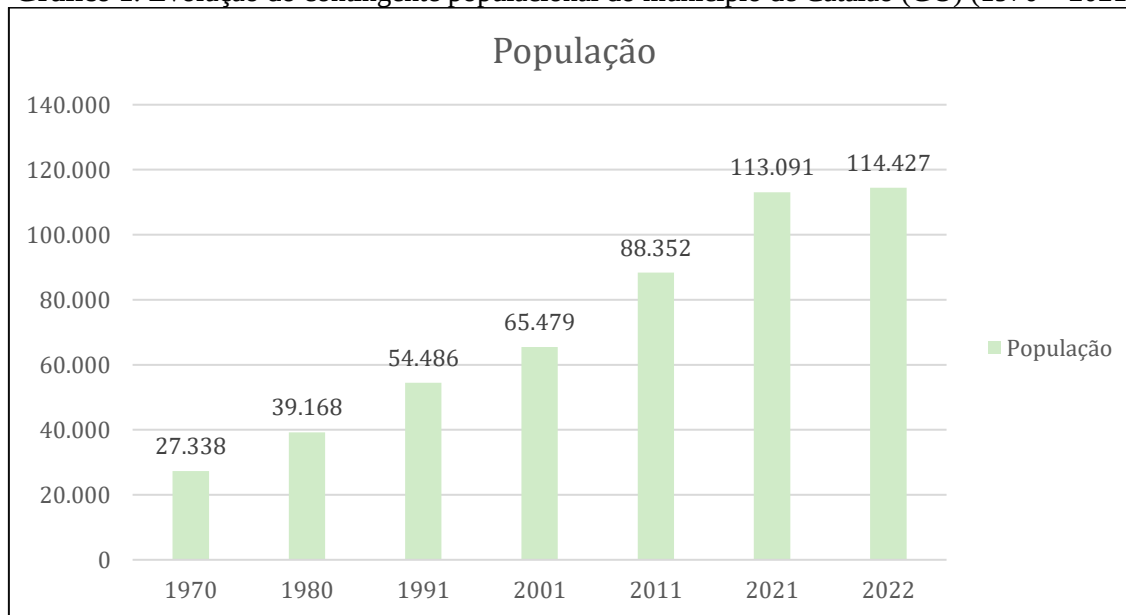
Isso influenciou diretamente no aumento da população do município, que de 1970 a 2000 praticamente duplicou saindo de 27.338 para 64.347, e de 20 anos depois esta população continua crescendo, em 2022 o número de habitantes de acordo com o censo do IBGE (2022) 114.427 é quase o dobro do início do século. É importante ressaltar que o atraso da realização do Censo Demográfico, previsto para 2020 só teve seu resultado

divulgado em meados de 2023 devido ao sucateamento do órgão durante o governo Jair Bolsonaro (2018-2022), impede que se tenha dados mais exatos deste crescimento. Em relação às mineradoras,

A instalação das três empresas de extração de minérios possibilitou a geração de empregos e, conseqüentemente, o aumento da circulação de mercadorias, melhorias nos serviços e nos comércios, melhorias qualitativa e quantitativa na estrutura educacional com a criação de instituições públicas de ensino, e de instituições particulares, e ainda: a criação de cursos superiores (Tabela 6) da Universidade Federal de Goiás UFG/Campus Avançado de Catalão. Para o apoio às empresas instaladas, a cidade conta com cursos profissionalizantes ofertados pelo Serviço Nacional dos Industriários (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional dos Comerciantes (SENAC) para a formação de mão-de-obra qualificada e especializada (Pires, 2009, p. 69).

Sendo responsável por alavancar também o setor de serviços que passou por uma reestruturação e expansão para atender o número de habitantes que aumenta. Após a década de 1970, o êxodo rural (Gráfico 1) provocado pela modernização do campo se intensifica, a inclusão do campo na lógica capitalista, impôs uma constante migração para os centros urbanos, assim a cidade teve que se reestruturar para receber esse contingente populacional oferecendo qualidade de vida (Pires, 2009). Sendo assim, Catalão (GO) por ser uma cidade com uma rede de equipamentos mais ampla é também um centro que atrai pessoas.

Gráfico 1: Evolução do contingente populacional do município de Catalão (GO) (1970 – 2021)



Fonte: Silva (2005); IMB (2021); IBGE (2023). **Organização:** Mendes (2021)

Com o gráfico é possível observar que o contingente populacional do município cresceu muito após 1970, os dados do censo do IBGE de 2022 revelam que a população mais que quadruplicou em referência a década de 1970. A instalação das mineradoras serviu como um atrativo de migrantes, tanto da região geográfica imediata quanto de outras áreas do país, mas não foi o único fator, os anteriores como a construção da ferrovia e rodovias, a expansão da fronteira agrícola, e fatores subsequentes como a instalação de indústrias, serviram como um chamariz populacional, colaborando para intensificação do processo de urbanização (Tabela 1).

Tabela 1: Populações – urbana e rural em Catalão (GO) (1980 -2021)

Ano	População Urbana	% População Urbana	População Rural	% População Rural	População Total
1980	30.685	78,33%	8.487	21,67%	39.172
1991	47.152	86, 48%	7.373	13,52%	54.525
2000	57.606	89,52%	6.741	10,48%	64.347
2010	81.064	93,56%	5.583	6,44%	86.647
2022	*	*	*	*	114.427

* Sem dados

Fonte: Lima, (2019); IBGE (2021). **Organização:** Mendes (2021)

É possível observar que de 1980 a 2010 ocorreu um processo de diminuição da população do campo de 21, 57% para apenas 6,44%, se a tendência se repetiu em 2023 este número pode ser ainda menor, mas sem os dados do censo fica difícil afirmar. Os dados (Tabela 1)⁸ revelam a combinação dos fenômenos de modernização do campo e êxodo rural que expulsa o/a morador/a do campo ao passo que a industrialização e urbanização – em Catalão (GO) pós década de 1990 – atrai pessoas para a cidade, por isso no último censo em 2010 a população urbana era maioria sendo 93,56%. Dados que mostram o impacto destes agentes transformadores enquanto intensificadores do processo de urbanização

Ainda sobre os agentes, a instalação das empresas de extração de minérios, propiciou a geração de empregos, e por consequência o aumento da circulação de

⁸ O atraso do censo demográfico é um problema evidente, no mês 12/2023 os dados de população urbana e rural ainda não foram divulgados, atrapalhando a interpretação de dados na pesquisa.

mercadorias, e ampliação de serviços (Silva, 2005). Tanto a construção da rodovia BR-050, quanto a expansão agrícola e instalação destas três mineradoras foram responsáveis pela atração de pessoas para o município, assim é possível perceber que

[...] a população da cidade de Catalão, de 1970 a 1980, passou de 27.338 para 39.168 habitantes, ou seja, em 10 (dez) anos, a população catalana aumentou em mais de 11 (onze) mil habitantes, atingindo um percentual aproximado de 43,27%. Portanto, podemos dizer que a mineração contribuiu para que houvesse esse crescimento populacional, pois nas décadas anteriores o índice de crescimento populacional e desenvolvimento econômico do município estavam praticamente estagnados (Silva, 2005, p. 69).

Silva (2005) faz tal afirmação correlacionando a vinda destes empreendimentos com uma elevação considerável nos dados populacionais, que revelam o dinamismo do município. Já Lima (2015) reforça que houve uma mudança significativa na economia catalana, que saiu da base agropastoril para uma economia baseada na extração de minérios e nas novas formas de produzir mediante a modernização agrícola. Pires (2009) complementa que na “década de 1980, a ciência, a técnica e a tecnologia realmente se consolidaram nas áreas de cerrado, tanto na agricultura, como na indústria” (PIRES, 2009, p. 58). Assim, estas mudanças econômicas foram também preponderantes para este aumento populacional vertiginoso.

Junto com a expansão da agricultura, a chegada da soja trouxe um dinamismo para Catalão (GO), ocupando as áreas planas, próximas ao distrito de Santo Antônio do Rio Verde, atraindo migrantes do sul e sudeste do país (Silva, 2005), as áreas mais planas foram destinadas ao cultivo da soja, transformadas em grandes unidades produtivas de grãos (Pires, 2009). Assim, é possível, “reconhecer que foi implantado um novo padrão de acumulação capitalista em Goiás, provocando mudanças profundas na divisão social do trabalho e na forma de uso dos recursos naturais” (Silva, 2005, p. 57). Novas funções e formas são impostas, emerge um espaço mecanizado, que substitui a agricultura tradicional.

Assim, em 1980, para além da expansão, a modernização e o estabelecimento do agronegócio foram responsáveis por impulsionar o desenvolvimento e modificar o espaço no município estudado. Ainda,

O que era cerrado, hoje é lavoura. Grandes investimentos foram realizados pelos migrantes, em desmatamentos, correções de solos, fertilizantes, mão-de-obra, sementes e infra-estrutura (construção de casas, estradas, eletrificação rural, galpões para armazenamento de grãos, construção de represas,

maquinários, silos, etc), ou seja, a terra capitalizou-se e tornou-se produtiva (Pires, 2009, p. 76).

A produção de *commodities* se torna um padrão produtivo em Catalão (GO), que por consequência se destaca como um dos municípios que mais produz grãos (soja, milho, feijão, algodão), no estado, uma inserção no capitalismo, com ligação com o capital internacional (Silva, 2005). Pois a produção do agronegócio, por mais que tenha passado por uma modernização, segue o modelo plantacionista, baseado na monocultura, no latifúndio e na exportação das *commodities*, modelo que é ligado ao mercado internacional e predatório tanto para a ambiente quanto para as pessoas que trabalham. Deste modo,

Acompanhando a modernização da agricultura, o comércio catalano passou também por uma reestruturação com o surgimento de empresas que comercializam fertilizantes e agrotóxicos, das que prestam serviços na área de consultoria agrícola, de aviação agrícola, das revendedoras de grãos, e outras, com objetivo de atender a demanda dos produtores agrícolas por consultoria técnica e logística para o setor agropecuário (Pires, 2009, p. 80).

Em Catalão (GO), além dos grãos a agropecuária – criação de gado de corte e leiteiro – aumentou, este crescimento impulsionou também uma reestruturação do comércio com o surgimento de empresas que comercializam agrotóxicos, fertilizantes e outros instrumentos agrícolas do pacote tecnológico. Juntamente com elas e com o impulso agrícola empresas de processamento e transformação de produtos agrícolas foram instaladas. Portanto,

[...] a modernização da agricultura foi um dos elementos fundamentais para a transformação dos padrões produtivos, dos arranjos espaciais e da estrutura urbana em Catalão, ou seja, devido aos acréscimos de ciência, técnica e informação, organizou-se no município um espaço inserido na lógica do meio técnico-científico-informacional (Pires, 2009, p. 79).

Além disso, na década de 1980, um período que é considerado de crise, o Centro-Oeste cresceu, e visando atender esse crescimento que também se repetiu na região do sudeste goiano, período em que é asfaltada a GO-330, que liga a capital do estado – Santa Rosa de Goiás - a Três Ranchos, passando também por Catalão (GO) e interseccionando com a GO -220 que sai de Pires do Rio e vai até a capital Goiânia. Na década de 1990, no contexto nacional ocorreu o início de um processo de desconcentração econômica e

industrial, para a construção de um desenvolvimento mais amplo e desafogar os polos industriais da região Sudeste.

Em Catalão (GO) foram instaladas duas grandes empresas Mitsubishi (1997) – montadora de veículos – e John Deere (1998) – montadora de colheitadeiras –, que “só se instalaram em Catalão por conta do processo de desconcentração industrial da região sudeste e pela cidade ter sido vitoriosa na disputa com outras localidades, para sediá-las, na chamada “guerra dos lugares” (Silva, 2005, p. 74). Por isso, a desconcentração das indústrias é importante para entender a produção do espaço em Catalão (GO), pois permitiu que empresas fossem instaladas na periferia nacional, estando interligadas a São Paulo, o principal centro econômico e financeiro do país (Pires, 2009).

Em Goiás a participação da indústria no PIB – Produto Interno Bruto era bem menor que do setor agropecuário, por isso, foram criados programas de criação e distribuição industrial, como por exemplo a criação do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) em 1985,

Esse programa tinha como objetivo dar incentivos às indústrias em forma de benefícios fiscais, o que atraiu indústrias de segmentos diferenciados, como a Mitsubishi e a John Deere para Catalão e as indústrias farmacêuticas Têuto, Greenfarma, Neoquímica e Equiplex para Anápolis, além do surgimento de outros empreendimentos na área de processamento de alimentos (Lima, 2015, p. 86).

O que colaborou para que o município fosse mais atrativo para estas empresas, o “fator localização, além dos incentivos fiscais dados às indústrias automobilísticas, foi essencial para a escolha de Catalão como sede dessas indústrias” (Lima, 2015, p. 129). O Distrito Minero-Industrial de Catalão (DIMIC) é um dos mais bem estruturados do estado, está a cerca de 110 Km de Uberlândia - MG, ligada a Brasília -DF, Goiânia-GO e São Paulo -SP pelas rodovias, e ao porto de Santos- SP e Vitória – ES através da ferrovia, ainda, está próxima a uma grande hidrelétrica (Silva, 2005). Sendo assim, estando ligado aos principais centros consumidores e produtores do país. O fator mão de obra barata e pouca organização sindical, também emergem enquanto atrativos destas empresas.

As políticas governamentais de âmbito nacional e as políticas estaduais de industrialização tiveram como fator marcante a instalação do Distrito Mínero-industrial de Catalão e ainda corroboraram com estratégias políticas para reduzir o fluxo populacional para a capital estadual, e incentivar a expansão e criação de novos centros regionais. Catalão, mesmo sendo fundada em 1859,

teve uma relevante expansão industrial e demográfica após configurar-se como um centro industrial (Lima, 2019, p. 58).

Isso propiciou que novos serviços fossem implantados ou melhorados no município, a própria instalação da Mitsubishi trouxe outras empresas consigo como Weldmatic, RCM, MVC, Pronutri e Guardiã, responsáveis por soldagem, limpeza, produção de peças plásticas, alimentação dos trabalhadores e segurança da empresa, respectivamente. Além da instalação de outras empresas que oferecem serviços. Sendo que,

A referida empresa emprega cerca de 2000 funcionários diretos na M.M.C. e possibilitou a vinda de empresas satélites, como a Still Revest (metalúrgica responsável pela fabricação de cabines de pintura), Guardiã (segurança privada), Weld Matic (soldagem e montagem de carrocerias), Real Cargas, TAM Express e Tranzero (transportadoras em geral), Fórmula R Pneus (fornecimento de pneus), MVC (fornecimento de materiais plásticos), Vale Card (operadora de crédito conveniada), Pronutri (restaurante), Extintores Catalão (fornecimento de extintores) que surgiram e/ou se aperfeiçoaram com o intuito de fornecer componentes para a Mitsubishi. São empresas que intensificam a produção interna, geram novos empregos e dinamizam o comércio e a prestação de serviços na cidade (Pires, 2009, p. 98).

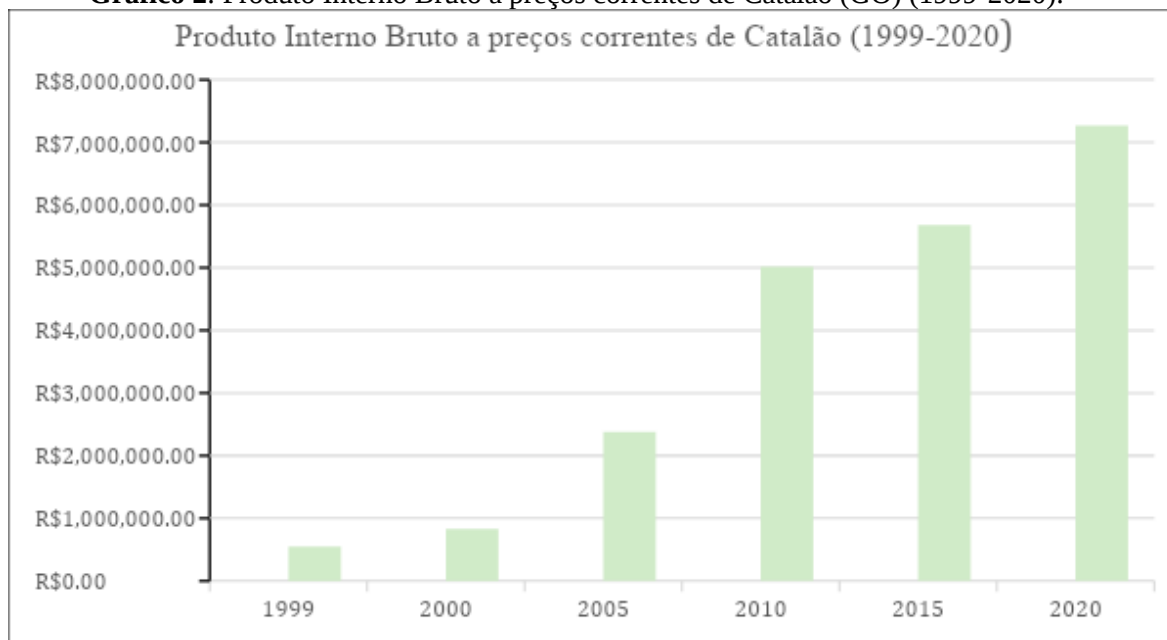
A instalação de uma grande indústria impulsiona a criação de outras menores para apoio às atividades, criando uma rede de circulação de mercadorias, capital e trabalhadores/as. A instalação da John Deere, colaborou para o processo de modernização da agricultura na região, tendo em vista que a empresa produz máquinas agrícolas, colheitadeiras, voltadas à agroindústria (Lima, 2015). Por isso, Catalão (GO) emerge enquanto uma cidade que polariza sua região, sendo que,

Com o desenvolvimento de Catalão, podemos dizer que a cidade passa e exercer a função de uma cidade regional, pois as cidades circunvizinhas e pertencentes à Microrregião de Catalão mantêm relações hierárquicas e de dependência com o município no que se refere à inferência da renda, do comércio, dos serviços, do setor educacional e industrial, ou seja, em relação a essas cidades, Catalão pode ser considerada como uma cidade regional. No entanto, Catalão já não estabelece a mesma hierarquia e relação com a cidade de Uberlândia [...] (Silva, 2005 p. 49).

Neste sentido, frente a este setor industriário crescente, atraindo serviços e com um forte setor agrícola o Produto Interno Bruto (PIB) do município segue aumentando e sendo representativo no estado (Gráfico 2). Mesmo sendo uma cidade média Catalão (GO) atualmente consegue estabelecer relações diretas com a região sudeste do país, e já não estabelece a mesma hierarquia do passado com a cidade de Uberlândia (Silva, 2005),

conseguindo na maioria das vezes estabelecer suas relações comerciais sem o intermédio da infraestrutura produtiva de Uberlândia.

Gráfico 2: Produto Interno Bruto a preços correntes de Catalão (GO) (1999-2020).



Fonte: IBGE em parceria com os ÓRGÃOS Estaduais de Estatística, Secretarias de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. **Organização:** Mendes, (2023).

Observando o (Gráfico 2) é possível notar que de 1999 para 2010 ano do último Censo Demográfico – divulgado – o PIB de Catalão (GO) aumentou dez vezes, saindo de R\$ 548.487,00 para R\$ 5.018.785,00, levando em conta os dados de 2020 aumentou mais de doze vezes R\$ 7.269.176,00⁹. Os valores que coincidem com um aumento populacional expressivo apresentado Gráfico 1, que mostram o protagonismo do município atraindo investimentos e pessoas, além de produzir riquezas.

Atualmente, a cidade apresenta uma produção diversificada com o segmento minerador, que compõe o Distrito Químico-Industrial e de Fertilizantes de Catalão (DIQUIQ), que aglutina diversas empresas do setor. Para além das montadoras, o Distrito Minero-Químico Industrial de Catalão – DIMIC abriga indústrias de segmentos distintos. Além do agronegócio, que movimenta o setor primário e secundário da região com as agroindústrias. E para apoiar estes empreendimentos, Catalão (GO) ainda tem um forte setor de serviços.

⁹ Até o momento em que esta pesquisa está sendo redigida 03/12/2023 os dados do Produto Interno Bruto – PIB do censo de 2022 ainda não foram divulgados.

Catalão (GO) sedia diversas empresas que comercializam produtos voltados para o agronegócio, como as fábricas de fertilizantes que são cerca de 15 empresas dentre elas Adubos Araguaia, a ADM do Brasil LTDA e a ADUCAT ADUBOS CATALÃO que comercializa adubos e fertilizantes. Em outras áreas o município tem a CARGIL AGRÍCOLA S/A atacadistas em grãos, a Massey Ferguson responsável pela distribuição de peças e tratores além de empresas voltadas ao transporte e comércio, outras voltadas para o comércio e distribuição de produtos industriais. Estabelecimentos que oferecem peças e manutenção de veículos, que estão no DIMIC ou em outras áreas da cidade (Pires, 2009).

A cidade ainda conta com diversas empresas atacadistas, varejistas e distribuidoras de eletrodomésticos, lojas de departamento e redes de hipermercados e supermercados, empresas franqueadas como Magazine Luiza, Casas Bahia, Rede Eletrosom, Novo Mundo, FUJIOKA, Lojas Avenida, Pernambucanas, AMBEV distribuidora de bebidas, mercados de atacado como Rede Bretas, Rio Vermelho, e os supermercados como Mercado da Economia, Reis voltados ao varejo, sem esquecer de outros empreendimentos que abrigam trabalhadores/as e atraem fluxos diversos.

Na cidade existe, também, uma ampla rede de clínicas privadas para atendimento especializado, hospitais como a Santa Casa de Misericórdia, Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Hospital Materno Infantil, e os privados Hospital São Nicolau, Nasr Fayad, além de sedes de convênios de saúde local (Pró-saúde), regional (IPASGO) e nacional (UNIMED) (Pires, 2009). Além de Unidades Básicas de Saúde - UBS que servem para o tratamento e apoio à saúde dos/as habitantes. Ainda, está se construindo um complexo privado que abrigará consultórios, além da expansão da rede de hospitais públicos e privados.

A cidade ainda conta com uma ampla rede de agências bancárias e comércios em geral, que servem a comunidade com serviços diversos. Em relação à educação, a Universidade Federal de Catalão (UFCAT), que tem cursos de graduação e pós-graduação, o campus avançado do Instituto Federal Goiano, o qual oferece ensino técnico e superior, atrai diversas pessoas pela educação pública superior e de qualidade. A cidade tem um campus do grupo UNA que oferta catálogo com vários cursos presenciais de graduação, e outras particulares com foco no ensino a distância. Ainda para qualificar mão de obra o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) atuam para qualificação da mão-de-obra industrial, o Serviço Social do Comércio (SESC), e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC)

atuam em prol do comércio, ambos estão presentes em Catalão (GO) que ainda conta com uma ampla rede privada de ensino do básico a qualificação profissional.

A amplitude destes equipamentos reflete a importância de Catalão (GO) enquanto polo regional, o município consegue ser representativo nos três setores, atraindo fluxos de capital, pessoas e informações. Assim, o município “oferece mais vantagens no mercado de trabalho, melhores condições de vida e de habitação, melhor e maior infraestrutura na saúde, educação, comércio e serviços” (Silva, 2005, p. 67), a ampla rede constituída revela que,

Catalão está imerso em uma importante rede econômica mundial e a produção desse espaço foi elaborada mediante as estruturas territoriais antigas, a ação do estado, a ação do capital e a articulação de redes de circulação de produtos e informações muito bem-dispostas em um município bem localizado no território nacional (Lima, 2015, p. 129).

À luz disso, Catalão (GO) está integrada a uma rede urbana de nível mundial, o que influencia na atração de pessoas, capital e outros fluxos, preponderantes para definir como são as formas deste espaço urbano. De modo que, seu território é organizado para facilitar a circulação de produtos e informação, sendo assim as “estratégias capitalistas têm como foco quebrar as barreiras espaciais o que, por conseguinte, irá determinar o ritmo do desenvolvimento e a dinâmica socioeconômica de dado local” (Lima, 2015, p. 134). Com isso,

percebe-se que a cidade de Catalão e toda a sua estrutura econômica e social está conectada com outras cidades, com o resto do país e até com vários países do mundo através das redes, que vem proporcionando uma maior fluidez de capitais, mercadorias, tecnologias e informações, abrangendo os mais variados espaços (Silva, 2005, p. 49-50).

Catalão (GO) é um centro regional e por consequência atrai mais investimentos, os processos que construíram o perfil econômico de Catalão, alia-se investimentos públicos e privados na construção de infraestrutura e instalação de empresas, “promoveu um adensamento territorial, tornou Catalão um local atrativo para a reprodução do capital” (Lima, 2015, p. 127). Estes processos fizeram com que o município se desenvolvesse e tornasse ainda mais um lugar propício para que novos investimentos acontecessem, dinamizando e fazendo com que novas obras e transformações ocorressem.

3.1.1 “Catalão: Viver Aqui É Bom Demais” – Pensando Catalão (GO) Para Além Dos Dados Econômicos

Catalão (GO) passou por diferentes transformações socioespaciais ao longo de seu desenvolvimento, fruto da atração de investimento que o incluiu no ciclo capitalista de produção. Tudo isso fez com que o município fosse um dos mais promissores na economia goiana, apresentando uma forte e crescente economia, entretanto, cabe refletir se a pujança econômica reflete na melhoria da qualidade de vida dos/as catalanos/as.

O próprio slogan político faz a alusão sobre como é viver em Catalão (GO), mas este faz parte da promoção política utilizada nos mandatos anteriores de Adib Elias, o termo se tornou um bordão na cidade, mas para além dos dados econômicos quantitativos, ao analisar a cidade de Catalão (GO) fica evidente que ela apresenta diferentes problemas os quais interferem na qualidade de vida de quem a habita.

Neste sentido, o padrão de vida no município alterou drasticamente com a chegada de novos capitais e empreendimento. Assim, segundo o IBGE, “no ano de 1991, a densidade demográfica de Catalão era de 14,43 habitantes por quilômetro quadrado (km²), enquanto no ano de 2010 este número é de 22,67. Isto significa que o espaço urbano de Catalão se tornou mais povoado” (Lima, S., 2019, p. 59), sendo o mais povoado de sua região geográfica imediata e o 56º em relação ao estado que tem 246 municípios, em 2022 o censo do IBGE aponta que a densidade demográfica de Catalão é de 29,90 hab/km² sendo o 43º mais povoado do estado de Goiás e ainda sendo o 1º de sua região geográfica imediata. O que reforça o argumento de que ao longo de sua história o município se industrializou e urbanizou, atraindo um contingente maior de pessoas, em relação a região geográfica imediata Catalão (GO) sempre foi o mais populoso e por vezes como Silva (2005) aponta em sua pesquisa atraiu os habitantes dos demais municípios da região geográfica imediata.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) é de 0,766 de acordo com o Censo de 2010¹⁰, um dos mais altos do estado, situado na faixa alta (entre 0,700 e 0,799). O IDH alto é em virtude principalmente do alto Produto Interno Bruto de Catalão, o PIB per capita estimado de R\$ 65.498,10 no ano de 2020, foi 20º no estado e o 285º dentre os 5.570 municípios brasileiros, em relação ao trabalho e aos rendimentos em 2021 o salário médio mensal da população era de 2,8 salários mínimos – um salário

¹⁰ Os dados em relação ao IDH do censo de 2022 no momento da redação deste trabalho ainda não foram divulgados.

mínimo era R\$ 1.100,00 neste mesmo ano o dólar terminou contato em R\$ 5,58 – com 25, 9% da sua população ocupada em 2020, mais uma vez a falta dos dados do censo impede a análise mais fiel a realidade, entretanto os dados revelam o quão o município tem riquezas, e mascaram possíveis desigualdades sociais, pois é feito pela média dos/as habitantes.

De acordo com o Censo de 2010 – como já apontado o mais recente – o município tinha 53,1% de seus domicílios com esgoto sanitário adequado, pouco mais da metade, 78% com vias públicas com arborização, 24% com a urbanização adequada (rede pluvial, calçada, pavimentação, meio-fio), o que não chega a ¼ dos domicílios da cidade. Dados que revelam contrastes de Catalão (GO) que, um município rico, mas apresenta precariedades em alguns setores essenciais como o saneamento e pavimentação.

Em diálogo com os dados e com Lima (2019), fica evidente que o município acompanhou o fenômeno do êxodo rural, dos fluxos migratórios seguindo a lógica de crescimento urbano com redução da população rural, sobretudo a partir da década de 1980. Um desenvolvimento acelerado, desordenado, que reproduz o movimento que Lefebvre (2001) conceitua como implosão-explosão – já trabalhado na seção 2 – através do qual Catalão teve espaços internos renovados e outros construídos aumentando seu sítio urbano, e que devido ao tempo as contradições da expansão capitalista se desenvolvem também expandindo problemas infraestruturais e de serviços públicos.

Assim, Catalão (GO) segue em pleno desenvolvimento econômico, seu setor industrial ganha destaque, desde 1970, colocando o município enquanto um dos mais industrializados do estado (Pires, 2009). O que deveria impactar positivamente nos dados econômicos e sociais, contudo o segundo setor não é tão beneficiado como a economia, devido principalmente às desigualdades sociais, problema que é inerente ao sistema capitalista e não exclusivo do município em estudo.

Ainda em relação a qualidade de vida em Catalão (GO) outros dados em contrapartida reforçam que existem problemas, em 2021 o Instituto Mauro Borges produziu um material que aponta o Índice de Desempenho dos Municípios Goianos, a pesquisa avalia o contexto socioeconômico avaliando os seguintes setores: economia, educação, saúde, segurança e trabalho, apresentadas em faixas de cinco níveis de desempenho.

Nesta ocasião, no quesito infraestrutura Catalão (GO) tem uma das melhores infraestruturas dentro da melhor faixa de 4,19 até 6,53¹¹, com 5,14, tendo a 14º melhor infraestrutura de Goiás, o que faz com que o município seja promissor para o desenvolvimento de empreendimentos e que atraia novas indústrias e investimentos. Consequentemente, na economia, Catalão (GO) ocupa a 8ª economia do estado com uma nota de 3,71, enquanto o mais bem ranqueado Goiânia possui uma nota de 6,19, sendo uma das maiores economias do interior goiano. Em relação ao trabalho, ocupa o melhor nível – maior que 3,58 menor ou igual a 7,45 – com a nota de 4,48, na 12ª posição, que se relaciona com a capacidade de gerar empregos no município.

Entretanto, a pesquisa trabalha também dados de serviços, e no quesito saúde o município está na pior faixa – 3,90 até 6,99 –, com uma nota de 6,77, na 208ª posição. Em educação ocupa o quarto nível – maior 6,03 e menor ou igual 6,40 –, com 6,04, na 97ª posição. Na segurança o nível é o mais baixo de 3,39 até 7,26, com 6,62, na posição 231, tendo apenas outros 15 municípios com segurança pior que a sua. Números que demonstram a precariedade de alguns setores do município, os serviços públicos apresentam problemas e não chegam a todos/as habitantes da cidade.

Na média geral, o município está na melhor faixa – maior que 5,31 menor ou igual a 6,45 – com uma nota de 5,46 na 44ª posição, entre os 246 municípios do estado. Em virtude dos dados ligados a economia, figura entre os melhores do estado, este resultado geral pode esconder os problemas em áreas como saúde e educação, mas é evidente que Catalão (GO) tem muito a melhorar no quesito serviços públicos.

Neste sentido, os dados que revelam que Catalão (GO) é um local composto por contradições, que está entre as melhores infraestruturas, indústrias e trabalho do estado, convive com dados sociais que assustam, ocupando a parte de baixo do *ranking*. Assim, um município que é rico, mas que é bastante desigual, precisa de políticas públicas que diminuam este contexto e elevem a qualidade de vida por completo e não apenas no quesito econômico. Costa afirma que,

Catalão, apesar de ser uma cidade de médio porte no estado de Goiás, já apresenta problemas inerentes a qualquer cidade capitalista: falta de infraestruturas - principalmente nos bairros da periferia -, problemas de saúde pública, falta de escolas públicas, problemas de armazenamento de lixo e tratamento de esgoto, asfalto, e, apesar de tantos conjuntos habitacionais

¹¹ Essa medida assume valores entre 0 e 10 utilizado para classificar os teores analisados, “sendo que quanto mais próximo de zero, pior é o desempenho do município nas seis áreas contempladas, e quanto mais próximo de 10, melhor o desempenho. Do mesmo modo, cada indicador contribui igualmente na composição das dimensões e é padronizado com valores de 0 a 10” (IMB, 2021, p. 6).

existentes na cidade - cerca de 15 -, ainda é possível encontrar muitos casebres onde falta tudo desde comida até água tratada, o que reforça a tese de que as políticas habitacionais têm outros objetivos além do de resolver o problema da moradia (Costa, 1998, p. 43).

Os problemas identificados hoje já existiam no fim século XX período em que Costa (1998) desenvolve sua pesquisa, e explicam o baixo desempenho nos dados levantados pelo Instituto Mauro Borges (IMB), alguns exemplos aparecem na pesquisa de Viana (2019), na qual conclui que nos bairros centrais e/ou com população mais abastada tem um acesso maior aos serviços, em bairros como Pontal Norte existem reclamações de isolamento, segurança pública, saúde e qualidade de vida, tendo em vista que o bairro fica perto de um terminal da mineradora MOSAIC e a população convive com a poluição gerada pelas atividades das mineradoras e processadoras de fertilizantes que exalam um forte cheiro que incomoda bastante os/as moradores/as. O bairro é isolado no quesito serviços, também é uma das reclamações historicamente registradas é a falta de um anel viário que liga o bairro ao resto da cidade, rompendo com o isolamento causado pela BR-050.

Em bairros e loteamentos que ocupam o limite da área urbana com a rural do município como: Evelina Nour I e II, Conquista, Ayrton Senna, Jardim das Acácias, Jardim Itália, Vila Erondina, Santo Antônio, Alvino Albino, Portal do Lago I e II, Maria Amélia, Vila Maria, Dona Sofia, Santa Mônica, Copacabana e alguns condomínios privados de criação recente, as questões são parecidas entre eles, do com a falta de escolas, transporte, iluminação e limpeza pública (Viana, 2019). Ademais, dificuldades de acesso à saúde pública na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que se localiza em um extremo da cidade polariza os atendimentos de urgência e emergência, também nas Unidades Básicas de Saúde. Soma-se a isso,

A redução das atividades e procedimentos realizados na UPA, no Hospital Materno Infantil e a transferência de demanda para as unidades básicas de saúde foi uma decisão que trouxe problemas e mais desassistência aos moradores e usuários do sistema de saúde via SUS. A razão é simples, uma vez que os procedimentos relacionados a exames e pequenos procedimentos cirúrgicos realizados na UPA não são realizados por nenhuma UBS e, o acesso a tais procedimentos no interior da UPA ficou ainda mais restrito (Viana, 2019, p. 99).

Situação que se agrava com o fechamento do Pronto Socorro da Santa Casa de Misericórdia de Catalão, o único da região geográfica imediata da cidade com

atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), precarizando ainda mais a saúde. O resultado é o congestionamento da UPA e das outras unidades de atendimento público.

Em relação a educação, a pesquisa de Viana (2019) revela que existe uma reclamação em relação a pouca oferta de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), a localização centralizada das escolas e centros de formação o que impede que mães entrem no mercado de trabalho, que jovens se qualifiquem e dificulta o acesso à educação.

Existe uma creche padrão Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE) em construção no bairro Jardim Europa que passou um período de abandono, com a obra parada, e segue em construção, com um grande atraso frente a demanda. O que contrasta com os investimentos em requalificação das praças e principalmente na crítica registrada por Viana (2019) nos patrocínios constantes ao Clube Recreativo Catalano (CRAC), sem a consulta pública, a verba que poderia ser revestida em serviços de transportes para escolas, entre outras questões.

A sensação de insegurança pública promove alterações que seguem um padrão que se mostra cada vez mais frequente e, revela uma outra forma de classificação social. Uma classificação não tão expressiva, mas reveladora. Percebe-se a existência em número cada vez maior de residências com cercas elétricas, concertinas e monitoramento remoto de segurança. Tal tendência revela, ainda, o descrédito de parte dos populares com relação à reação dos serviços públicos de segurança frente à crescente de roubos em domicílios, fato este apontado pelos populares como algo bastante recorrente (Viana, 2019, 88).

O transporte público é outra problemática recorrente, uma única empresa, Transduarte, monopoliza o transporte público na cidade há um tempo, há mais de 40 anos desde a década de 1980¹², as linhas são poucas e nem sempre chegam a todos os bairros. Durante a pandemia, do COVID-19, em 2022, a empresa alegando alguns meses no prejuízo parou suas atividades durante 22 dias. Na situação, o Ministério Público do Estado de Goiás acionou a empresa e o município para volta das atividades sob pena de multa.

O momento de crise foi utilizado pela empresa para reajuste da passagem que subiu de R\$ 3,50 para R\$ 5,00, um valor alto, além disso a empresa voltou em rotas menores e com horários limitados, somente de segunda a sexta. O que reforça a situação

¹² Durante o mandato de Jardel Sebba de 2013-2016 a Transduarte não atualizou o transporte público da cidade, exceto neste período que monopolizou o setor em Catalão (GO).

de exclusão dos/as moradores/as os/as quais moram distante do centro da cidade, impossibilitados/as de sair à noite e aos fins de semana.

Frente a isso, observa-se que em Catalão (GO) por mais que se tenha uma atração a investimentos, que os dados econômicos sejam elevados, em relação aos fatores sociais e qualidade de vida existem diferentes problemas. Como já descrito na seção 2 desta pesquisa, esta é a racionalidade do capital, que se expande e destrói as dinâmicas dos lugares em busca do novo e da ampliação da reprodução do capital. Assim o território catalano bem como “o território goiano perde parte de sua identidade, devido às mudanças na forma, na função e no conteúdo do território, implantadas pelo capital e que adapta a vida social de acordo com seus objetivos e regulamentos, portanto, reorganiza os espaços” (Pires, 2009, p. 75).

Observa-se que Catalão só ganhou notoriedade devido à articulação entre a ação estatal e o capital, que possibilitou transformações significativas em suas antigas estruturas territoriais, que foram sendo adaptadas/moldadas/reestruturadas pelo Estado e pelo capital, para que Catalão se tornasse um centro regional e conseqüentemente, fosse uma das portas de entrada para as inovações tecnológicas e financeiras provenientes do Sudeste (Pires, 2009, p. 84).

Lima (2015) reforça este argumento, ao falar que a desregulamentação dos mercados e financeirização da economia mundial, levou as empresas a se sobreporem as fronteiras dos Estados nacionais, ao passo que o capital se territorializa abrindo o Brasil aos fluxos econômicos mundiais. E esta fluidez “do território também permitirá aumentar o poder de mobilidade das empresas. Verifica-se, cada vez mais, o uso seletivo do território, com forte especialização produtiva regional” (Lima, 2015, p. 43). É nesse sentido que Lima (2015) cunha que no contexto deste capitalismo globalizado existe um uso corporativo do território.

Assim, enquanto espaço do capitalismo, as cidades passam por um processo de especialização, “há nos lugares a criação de áreas, manchas, pontos ou nós, nos quais a produção de determinados produtos é mais vantajosa, porque vem seguida pela circulação” (Silva, 2005, p. 41). As modificações são colocadas para atender essa espacialização, que deriva da posição que o local ocupa na divisão territorial do trabalho, por isso, a tendência é que os lugares sejam cada vez mais especializados na produção de determinados produtos, e isso, também é responsável por organizar as relações socioespaciais e as configurações do espaço urbano (Silva, 2005).

A especialização é colocada enquanto forma de garantir melhor rentabilidade nesse processo de reprodução-circulação dos produtos, por isso, os lugares em busca de um desenvolvimento disputam os investimentos do Estado e privado. É neste sentido, que cada fase do desenvolvimento do município de Catalão (GO), imposta pela instalação de um destes agentes, novas organizações do território e novas relações socioespaciais também foram impostas, cada vez mais com maior dinamismo.

Deste modo, Pires (2009) aponta que essa vida urbana imposta pelo capitalismo impõe novidades tecnológicas, mudanças nas relações sociais, produtivas e de trabalho, impactando nas crenças e atitudes, através da instalação de um novo padrão tecnológico. Assim, conforme o capital penetra ocorre a produção de espaços diferenciados, com contornos, especificidades e significados próprios.

Em Goiás, a estratégia adotada foi a de investir em áreas específicas criando pólos, através de políticas governamentais seletivas (Silva, 2005), Catalão (GO) em virtude de sua localização estratégica, características naturais como o relevo e geologia, foi recebendo estes investimentos, não só do Estado, mas também privados. Atraindo empresas, integrado no meio técnico-científico-informacional e em uma economia global. Com isso,

A revolução tecnológica, provocada pelo acúmulo de acontecimentos conjunturais e estruturais em Catalão, suscitou uma série de inovações na forma das organizações espaciais, onde o papel crescente da tecnologia, da mídia, do marketing e do capital passou a provocar, não apenas a aceleração do consumo de mercadorias e coisas, mas também, e, principalmente, a mutação dos valores, sentidos, gostos e das idéias, ou seja, a instalação e estruturação dessas empresas vem firmar e inserir cada vez mais o município no meio técnico-científico-informacional (Silva, 2005, p. 76).

Isso implica diretamente nas formas espaciais, o município foi incluído em estruturas cada vez mais dinâmicas, convivendo com empreendimentos de diferentes setores, saindo da dependência apenas do agronegócio, e isso exige que a cidade possua formas que atendam e atraiam novos empreendimentos. Além das contradições administrativas, o município vive a realidade de ser um local rico, que atrai diferentes capitais, mas que as administrações contraditórias pecam no quesito serviços.

De modo que o bem coletivo é colocado em segundo plano, fazendo com que a cidade do grande crescimento econômico e das grandes obras, seja também uma cidade com muita pobreza, desigualdade diversas e baixa cobertura dos serviços. O espaço urbano catalano, já passou por diferentes modificações em todas essas fases, todo esse

desenvolvimento econômico implicou na renovação dos espaços. Como a cidade recebeu um número crescente de habitantes, e suas formas precisam parecer atrativas e acolhedoras a todas estas pessoas – por mais que a realidade se diferencie do discurso, por isso, a cidade de Catalão (GO) em crescimento foi e é palco de diferentes obras, reformas e requalificações.

3.2 OPERAÇÕES URBANAS EM CATALÃO (GO)

Catalão tem em sua formação um histórico de administração empreendedora, atuando para a atração de investimentos revertidos na construção de infraestruturas para dar apoio a novos empreendimentos capitalistas. O crescimento populacional latente, discutido na subseção anterior, foi responsável pela expansão do sítio urbano da cidade, uma expansão planejada em prol dos empreendimentos, que reproduz problemáticas no cotidiano, como o crescimento da cidade em todas as direções mesmo com terrenos livres em seu interior, devido às ações de especulação imobiliária.

Sendo assim, para além das necessidades capitalistas “os territórios goianos e catalano podem ser entendidos enquanto produtos sociais, construídos pelas relações de trabalho capitalistas, pela ação do Estado e pela população, que nutre um sentimento de pertencimento e de identidade” (Silva, 2005, p. 76). De modo que, o pertencimento daqueles/as que habitam a região também são elementos que constituem este território, mas que nem sempre são levados em conta no processo de expansão urbana.

Frente a isso, algumas operações urbanas foram realizadas em Catalão, como já conceitualizado na segunda seção, grandes obras urbanas para expansão do capitalismo e/ou valorização do solo urbano.

A construção da Ferrovia da Companhia Centro Atlântica na década de 1910, e da rodovia BR-050 em 1960, ambas cortando o território do município e ligando-o a grandes centros, são exemplos de como a atração de investimentos são transformados em infraestrutura e por sua vez alteram o espaço da cidade, atraindo um contingente populacional, e novas formas no espaço urbano catalano (Mosaico 1).

Mosaico 1: Mudanças na paisagem da cidade de Catalão (GO) – Vista do morro “Três Cruzes” (1920 -2023)



Fonte: Silva, (2000); Martins (2011); Mendes (2023). **Organização:** Mendes (2023).

No mosaico, a primeira foto é da década de 1920, na qual a cidade é uma ilha em meio ao rural, bem pequena; na segunda datada aproximadamente da década de 1960 - 1970, ainda é pequeno sítio urbano, a ocupação populacional é rarefeita e pouco se observa de infraestrutura, uma Catalão (GO) apenas com os bairros centrais rodeados de vegetação. O que mudou expressivamente para a terceira imagem em 2009, com uma urbanização mais densa, moderna, se verticalizando, é com um crescimento evidente. Na última edição, em 2023, é possível notar o quanto a densidade de ocupação aumentou, e a cidade se expandiu para todas as direções a perder de vista na foto 4 do mosaico 1. Resultado da atração de capital e de migrantes discutida na subseção 3.1, que propiciou a expansão de Catalão (GO) ordenada/desordenada pelos interesses capitalistas.

Bueno (2007) aponta que a partir de meados da década de 1970 a cidade de Catalão (GO) passou por um grande crescimento, recebendo um número considerável de migrantes e diferentes grupos sociais, fazendo com que a cidade fosse reestruturada com a criação de novos bairros nas bordas, mas também com a reestruturação interna dos antigos bairros. Uma expansão do mercado imobiliário que continua crescendo atualmente e reestruturando os espaços da cidade de acordo com a dinâmica populacional,

antigos moradores são alocados em novos bairros pela elevação do custo de vida ou pelo processo de autosegregação, realizada pelos/as ricos/as.

Sendo assim, a “localização relativa de Catalão permite refletir sobre a respeitável ligação dos empreendimentos de sua elite na (re)produção do espaço urbano e sua integração aos grandes centros de produção e de consumo do país” (Pires, 2009, p. 38). Uma série de operações urbanas, seja para requalificação ou construção de novos espaços, foram realizadas neste processo de desenvolvimento, e como foi conceitualizado na segunda seção deste trabalho todas as operações organizadas realizadas para atender o mercado.

Como a canalização do Córrego Pirapitinga corta a área urbanizada da cidade, iniciada em 1975 e que até os dias de hoje está em expansão, por sua vez aumentando uma avenida comercial a Av. Raulina Fonseca Paschoal, uma obra utilizada tanto para expandir o centro comercial quanto para melhorar o fluxo de veículos na área central da cidade. Esta operação exemplifica como algumas alterações do urbano carregam apenas o caráter estético, o mal planejamento da canalização contribui para momentos de inundação do centro da cidade (Mosaico 2).

Mosaico 2: Alagamentos na Avenida Raulina Fonseca Paschoal em 2021 e 2023.



Fonte: Peninha (2021); Zap Catalão (2023). **Organização:** Mendes (2023).

É possível observar nas imagens do mosaico 2, a canalização não consegue escoar todo fluxo de águas da cidade, a depender do ritmo e intensidade das chuvas o córrego transborda, isto porque seu leito foi reduzido. Em 2018, o córrego teve sua canalização expandida, seguindo o modelo já aplicado anteriormente, mesmo com os problemas evidentes (Mosaico 3). Uma segunda etapa de canalização foi realizada e concluída no

ano de 2023, expandindo o modelo para uma área maior da cidade e ligado a Av. Raulina ao Distrito Mínero–Industrial de Catalão (DIMIC) (Mosaico 4).

Mosaico 3: Antes e depois da canalização do córrego Pirapitinga



Fonte: Abrão (2018); Catalão (2019); Fala Goiás (2020). **Organização:** Mendes (2023).

Mosaico 4: Expansão da canalização do córrego Pirapitinga (2021-2023)



Fonte: Catalão (2022, 2023); **Organização:** Mendes (2023).

Com isso, a paisagem foi fortemente alterada, a área verde, deu lugar a uma grande avenida, com largos calçadões, entretanto, cabe refletir que este desmatamento impacta diretamente na fauna e flora urbana, além dos cortes das árvores não existem

transferências de animais que ocupavam a área. É preciso pensar se estender este modelo de canalização é a melhor forma de resolver a questão do escoamento das águas da chuva.

A obra além de valorizar os terrenos que estão à beira do córrego expande o centro comercial da cidade. Entretanto, como as imagens mostram a área, que antes era de vegetação passou por um grande processo de requalificação, a cidade perde cada vez mais áreas arborizadas trocadas pela valorização dos terrenos que estão nos arredores destas grandes obras, em um modelo de reforma que segue em outros espaços requalificados pela atual administração, no qual o primeiro passo é a destruição do lugar anterior para construção de formas modernas, o discurso de progresso é aliado da destruição do antigo e de espaços arborizados. Isso foi identificado na promoção da operação urbana que altera as praças da cidade.

A nossa pesquisa tem como foco as áreas públicas de lazer e dentre elas citamos em 1984, a criação do Complexo Esportivo do Clube do Povo composto por uma área externa com uma represa, pista de caminhada, quadras de areia, pista de skate, área gramada adjacente ao lago e calçadão para caminhada. Ainda como parte deste complexo havia, um campo de futebol, pista de atletismo, piscina e um prédio onde funcionou por muitos anos a sede da Secretaria Municipal de Esportes onde eram oferecidas várias modalidades esportivas e de lazer como natação, dança, capoeira etc. Ainda nessa época, foi obtida a verba de construção do Ginásio Internacional de Esportes, que está perto do complexo do Clube do Povo e é uma das obras mais modernas do gênero no estado, mas que historicamente é subutilizada.

A represa, que compõe o complexo do Clube do Povo, hoje é um dos cartões postais da cidade, um elemento paisagístico, parte da população utiliza as áreas de esporte. Entretanto, Marçal (2012) em sua pesquisa denuncia que a falta de linhas de transporte público para área, impedindo que este espaço seja acessível a toda população. O clube faz parte de uma rede de lazer que se concentra em uma parte da cidade e que não é acessível a toda população, questão que será melhor discutida à frente.

Assim, “do povo” o clube só tem o nome, além de ser uma área elitizada na pesquisa de Marçal (2012), ex-prefeitos e moradores/as falam sobre o mau uso da infraestrutura, que nem sempre é para o bem comum, ainda

vale, uma vez mais frisar, que a população moradora dos bairros carentes e distantes do clube pouco desfrutaram das modalidades esportivas oferecidas, já que o Clube do Povo é proporcionalmente mais utilizado por aquela fração da população com maior capacidade de mobilidade urbana ou que reside próxima ao mesmo (Marçal, 2012, p. 99).

Em 2004, o prefeito Adib Elias foi responsável por reformar e requalificar o Clube do Povo¹³, obra colocada por Marçal (2012) como um divisor de águas, responsável por transformar o espaço mais visível e frequentado. Um processo que novamente fomentou a valorização imobiliária, agregando novos valores à cidade, o que reflete principalmente nos empreendimentos – bares, concessionárias, prédios – instalados nas ruas que margeiam a represa, todos elitizados, transformando a cidade cada vez mais cara. Mas,

essa é uma característica geral dos processos de revitalização. Conforme alguns teóricos culturalistas classificam, o processo de gentrification, insere-se no contexto das estratégias do planejamento urbano, o qual capital e cultura articulam-se na remodelagem dos espaços revitalizados. Porém, as operações de urbanismo, qualificadas por seus promotores como revitalização e/ou requalificação, em muitos casos não aplicam-se a áreas que apresentem uma conexão histórica com a cultura de sua cidade. Dessa forma, observa-se nestes espaços gentrificados, situações claras de tentativa de sua estandardização pelo poder público atrelado ao capital (Marçal, 2012, p. 71).

Reflexão que será aprofundada no próximo tópico, mas vale ressaltar que as requalificações, que destroem a memória da cidade, já são características da atuação empreendedora do grupo que gestou em 2004 e ainda gesta a cidade atualmente no ano de 2023. Em seu mandato atual, Adib Elias, bem como a bancada de apoio na câmara de vereadores foram responsáveis por organizar a venda de parte do Complexo do Clube Municipal do Povo, um projeto que foi rapidamente encaminhado e votado pelos vereadores e sem a participação popular, a venda foi realizada junto à mineradora CMOC International, que tem como objetivo construir uma torre administrativa, fator que já contribui para o aumento da especulação imobiliária no entorno.

O prédio que era da Secretaria Municipal de Esportes e abrigava o projeto Mais Esportes – que oferece modalidades esportivas – foi demolido, após um tempo a secretaria e o projeto foram transferidos para outro espaço da cidade. A pista de atletismo que atendia atletas amadores também foi demolida, bem como o campo de futebol. A antiga idealização de um complexo esportivo popular relatada na pesquisa de Marçal (2012), foi fragmentada, o espaço destruído sem que os/as seus/suas usuários/as fossem consultados/as sobre a movimentação, mais um exemplo de apagamento da memória

¹³ No ano de 2023 se iniciou um novo processo de requalificação da represa do Clube do Povo, com valor estimado de mais de R\$ 6.750.000,00, o espaço de esportes com pista de atletismo, campo de futebol e quadra coberta foi demolida e a área leiloadada.

coletiva e do bem comum sendo colocado em segundo plano a serviço dos interesses do mercado.

Neste sentido, ocorreu um “processo de modernização das formas e estruturas paisagísticas acabou por adaptar, principalmente no centro, as antigas construções e os velhos traçados e calçamentos das ruas às novas exigências mercadológicas” (Bueno, 2007, p. 7). Movimento que perdura ainda hoje, tendo em vista a atração de investimentos diversos as formas dos espaços de Catalão (GO) são alteradas para fazer com que a cidade seja atrativa para os investidores.

Outra operação, mais atual, é a duplicação da GO-330 no perímetro urbano de Catalão, trajeto de 3,8 quilômetros de extensão, do posto da Polícia Rodoviária Estadual até a Avenida Juscelino Kubitschek, com alterações também nas vias marginais, um investimento de R\$ 16,980 milhões, vindo do governo estadual (Goiás, 2021). A operação além de duplicar o trecho da rodovia, ainda construiu dois viadutos que ligam os bairros da cidade.

Mosaico 5: Duplicação da GO-330 trecho urbano em Catalão (GO): projeto x execução (2023)



Fonte: Google Earth (2023); Zap Catalão (2023); **Organização:** Mendes (2023).

Apesar das imagens não serem do mesmo ângulo, fica possível observar a magnitude da alteração realizada por esta operação, as entradas entre os bairros foram condensadas em dois viadutos, a rodovia isolada das ruas, separando os fluxos. A reforma deste espaço representa a articulação entre o poder público municipal e estadual, mais uma estratégia de afirmação política e de marketing para ambas as administrações. A obra representa este progresso tão anunciado para o município, e busca facilitar o tráfego e diminuir o risco de acidentes ao atravessar a rodovia, pode representar também a separação dos bairros que foram cortados pela operação, antes o trajeto de atravessar a rua e estar do outro lado da cidade, agora significa ir até os acessos para poder ir aos outros bairros.

A cidade ainda tem outras obras que estão em andamento, frutos de grandes investimentos e que alteram a dinâmica da produção do espaço em Catalão (GO), além de atrair trabalhadores/as e outros fluxos de capital.

Em relação aos espaços públicos de lazer, aconteceu a construção (2018) seguida de uma reforma (2020) da Represa da Bica, a represa recém-construída estava abandonada em desuso pela comunidade, o lago coberto por vegetações aquáticas, lâmpadas e equipamentos com falta de manutenção. A reforma foi inaugurada em 26/10/2022, com custo de 1,7 milhões de reais num processo de requalificação, com o lago sem as vegetações, iluminação moderna, palmeiras e ipês plantadas, quadras de areia e decks de contemplação foram construídos.

A transformação deste espaço, para além de valorizar os bairros do entorno, é um exemplo de como a administração empreendedora atua através do marketing urbano, dois anos após a construção o espaço estava abandonado, mas logo foi ressignificado. O modelo de requalificação deste espaço é o mesmo aplicado nas operações realizadas nas praças e que serão discutidas à frente.

Em estudo sobre o urbano, Viana (2019) aponta que em Catalão (GO) ocorreu um desenvolvimento desordenado o qual produziu um quadro de discrepância entre os bairros centrais e os bairros mais afastados, no caso, os bairros afastados e ocupados por pessoas pobres. Nesta perspectiva,

uma das explicações para o quadro de discrepância entre a realidade dos bairros mais centrais e aqueles mais afastados e, ainda, a existência de tantos conflitos e carências em uma cidade tão rica como Catalão (GO), decorre do cumprimento meramente midiático e, portanto, superficial dos estatutos legais concernentes à gestão e planejamento urbanos. Um exemplo deste cumprimento midiático e superficial de um estatuto legal foi o da revisão participativa do Plano Diretor de Catalão (GO) (Viana, 2019, p. 18).

O que se relaciona diretamente com as operações elencadas, exemplificando que o planejamento é utilizado para promover alguns espaços da cidade em detrimento de outros, uma forma intencional de organizar a cidade para o capital, as reformas e requalificações não ocorrem de forma desordenada ou não pensada, pelo contrário são racionalizadas para atender os agentes urbanos capitalistas.

Sendo assim, Viana (2019) defende que existe um mito da não existência do planejamento, utilizado para não responsabilizar o Estado por atuar em prol dos interesses da burguesia, a especulação imobiliária e o investimento desigual em áreas centro-

periferia revelam que existe sim um planejamento, voltado para a expansão do lucro dos capitalistas.

Por mais que exista no Estatuto das Cidades – Lei Federal nº 10.257 de julho de 2001 e o compromisso da participação popular, no planejamento e acompanhamento das políticas urbanas, na prática isto não ocorre,

mesmo existindo agendas, expedientes, solenidades e órgãos específicos para a aplicação de leis importantes ao estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade de vida urbana, estas instâncias ou contextos são regidos a partir da disputa de interesses de grupos. O resultado que se obtém, nestes contextos, se configuram como cumprimentos parciais das determinações legais, uma vez que as dinâmicas e propósitos dos esforços necessários à aplicação das leis são burladas em sua essência, para que se mantenha apenas a aparência (Viana, 2019, p. 18).

Contudo, este planejamento de gabinete reproduz paisagens alheias aos/as habitantes, contraditórias, pois ao servirem aos empreendedores, os governos ignoram as garantias formais e principalmente a posição de quem mora. Reproduzindo uma cidade desigual, destoante, os bairros da margem se diferenciam dos condomínios privados e bairros centrais ocupados por uma classe média alta, o acesso aos serviços é diferenciado. Em diálogo com Viana (2019), observa-se que Catalão (GO) desde 2001 é administrada pelo mesmo grupo político do Movimento Democrático Brasileiro - MDB, salvo os anos entre janeiro de 2013 a dezembro de 2016 quando o Partido Social-Democracia Brasil - PSDB administrou a cidade. Em 18 destes, quase 22 anos a cidade foi administrada pelo mesmo gestor, com uma única forma de pensar a cidade e conduzir as políticas urbanas,

a prática de planejamento e gestão pública no município nunca fora tratada com o rigor e formalidade técnica necessárias. As obras e intervenções do poder público municipal e, até mesmo as obras e intervenções do poder Estadual não geravam consultas públicas e discussões de caráter técnico e social. Áreas e setores de atenção e implementação eram escolhidos a partir de expedientes que não passavam pelo crivo da técnica e das demandas apresentadas pela própria população (Viana, 2019, p. 64).

O papel do gestor que administra a cidade é importante neste processo, como já dialogamos, o Estado atua como legitimador das transformações urbanas em prol do capitalismo. Por isso existe a necessidade da garantia de coalizão entre os diferentes grupos que disputam a produção do espaço, a garantia do apoio popular e principalmente dos burgueses, isto abre espaço para pessoas que tenham apoio popular, empresários e principalmente políticos carismáticos e populistas (Harvey, 2005).

Existe um papel fundamental atribuído a liderança política, que utiliza da autoridade para facilitar os interesses capitalistas, ainda garantindo que a classe trabalhadora seja persuadida a apoiar tais operações. Assim, um jogo político de barganhas e discursos é construído, e isto talvez explique o apoio a administração de Adib Elias em seu quarto mandato e com o apoio popular, por mais que Catalão (GO) seja uma cidade com diferentes problemas sociais, com obras que por vezes são contraditórias e sem a participação coletiva.

A participação popular nas discussões e audiências é esvaziada e de pouca expressão, as decisões são tomadas de forma autoritária. Refletindo na aplicação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão, lei que coordena o ordenamento territorial da cidade, tanto na Lei Municipal N° 2.210/2004, quanto na Lei Municipal complementar N° 3.439/2016, que instituíram os dois planos diretores do município, apresentam poucos avanços no quesito participação popular e diretrizes implementadas e reguladas pelo poder público.

Por isso a cidade continua com problemas, relacionados ao trânsito, áreas verdes, transportes, saneamento, principalmente nos loteamentos em expansão, questões a serem abarcadas e solucionadas no planejamento e aplicação do plano diretor. Problemas que afetam diretamente a vida dos/as trabalhadores/as os/as quais dependem dos serviços, mas que não são resolvidos por administrações eleitoreiras e populistas, pois a atuação ocorre principalmente nas grandes obras, no ordenamento do território para o mercado, uma atuação empreendedora, na qual o marketing urbano é utilizado para promover o grupo político. Dessa forma,

a política clientelista – marca forte das gestões municipais do município – reforçaram as características negativas da lógica econômica e social do próprio capitalismo e consolidaram a produção de um espaço urbano marcado por um antagonismo econômico, espacial e social cada vez mais nítido. Os embargos políticos e, em decorrência destes, os econômicos e sociais aplicados a uma parcela da população de Catalão (GO) aparecem de forma clara e inquestionável nos lugares e em suas dinâmicas (Viana, 2019, p. 103).

O que dialoga com o slogan escolhido pela atual administração, “Catalão cidade que sonha e faz”, na qual o carro chefe são as obras, as reformas e as requalificações. Logo, por mais que Catalão (GO) tenha tido um grande crescimento econômico neste início de século XXI, uma grande expansão em seu sítio urbano, os problemas sociais ainda existem. Assim, pensando nessa administração “percebe-se que – embora possa se registrar importantes diferenças na condução do poder público municipal – pouco foi feito

no sentido de reduzir os problemas mais inquietantes e presentes no espaço de vivência dos mais pobres” (Viana, 2019, p. 78).

Como já foi conceituado na seção dois deste trabalho, o empreendedorismo urbano atua para mudar a imagem da cidade, requalificando-a para atração de investimentos, ou seja, por mais que algumas melhorias pareçam que são feitas para o bem coletivo seu objetivo central é ampliar a atração de investimentos privados, tornando a cidade cada vez mais atrativa aos negócios. E mesmo que os serviços apresentem problemas, não cheguem a todos/as, o discurso de um município que está em desenvolvimento econômico, atraindo riquezas e, por isso, a população tem qualidade de vida é utilizado enquanto marketing. Harvey exemplifica,

A melhoria da imagem de cidades como Baltimore, Liverpool, Glasgow ou Halifax por meio da construção de centros culturais, de varejo de entretenimento e empresariais, pode lançar uma sombra aparentemente benéfica sobre toda uma região metropolitana. Tais projetos podem adquirir significado na escala metropolitana da ação público-privada possibilitando a formação de coalizões que superam as disputas entre cidade e subúrbio, que acossavam as regiões metropolitanas na fase administrativa (Harvey, 2005, p. 173-174).

A cidade é requalificada para parecer mais segura, com mais lazer e qualidade de vida, para atrair os olhares dos investidores, tendo em vista que é bom para o discurso da empresa reforçar que seu/ua empregado/a tem acesso a qualidade de vida. As grandes obras e inaugurações são como uma cortina de fumaça, na tentativa de esconder os problemas urbanos. Por isso a requalificação urbana é presente na governança empreendedora, e isto nos leva a pensar que até as obras que parecem ser direcionadas ao bem-estar coletivo, são na verdade para que as empresas possam manter a classe trabalhadora em plenas condições de trabalho.

A construção de tais lugares talvez seja considerada uma maneira de obter benefícios para populações numa jurisdição específica. De fato, essa é a alegação principal do discurso público para justificá-la. No entanto, geralmente, sua forma torna indiretos todos os benefícios, e possivelmente resulta maior ou menor em escopo do que a jurisdição em que se encontra. Os projetos específicos a um determinado lugar também têm o hábito de se tornarem foco da atenção pública e política, desviando a atenção e até recursos dos problemas mais amplos, que talvez afetem a região ou o território como um todo (Harvey, 2005, p. 174-175).

De modo que, o discurso do bem coletivo serve para legitimar as operações urbanas e retirar o foco dos problemas vivenciados na cidade, principalmente pelas

camadas mais pobres da população, nem sempre os benefícios das operações são diretos e não anulam o fato de serem para assistência aos empreendimentos. Uma rodovia duplicada dentro da cidade auxilia o fluxo de pessoas, mas também de mercadoria e principalmente de trabalhadores/as, escolas para qualificar mão de obra, hospital para cuidados médicos, praças de alimentação para o consumo, shopping centers, tudo para que as pessoas se mantenham num ciclo infinito de trabalho-consumo.

A requalificação do lugar para que este tenha uma imagem atrativa acaba sendo privilegiada pelo Estado do que a garantia de funcionalidade ao uso coletivo. Um dos objetivos é a atração de novos consumidores, como exemplifica Harvey (2005) ao afirmar que o atual urbano tem como base um estilo consumista de urbanização na qual as cidades buscam melhorar sua posição competitiva em relação a outras cidades na divisão social do consumo, através de uma atuação empreendedorista de seus governantes. Sendo assim,

Deste modo, a cidade precisa oferecer qualidade de vida, que para o capitalismo neoliberal é uma mercadoria a ser vendida de forma especializada de acordo com o que se pode pagar, a cidade além de reunir trabalhadores/as reúne consumidores/as. Sendo assim existe uma requalificação do urbano, que em detrimento dos espaços públicos constroem os espaços que não só atraem investimentos, mas também consumidores. Acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir (Harvey, 2005, p. 176).

Frente a isso, as cidades passam por um processo produtivo padronizado, para construção de lugares homogêneos, uma verdadeira esteira de produção, já que a urbanização e a industrialização são interdependentes, a analogia é pertinente. Um contexto que cria condições para que a classe trabalhadora seja cada vez mais produtiva e entretida com o consumo, para que se mantenha presa em uma relação de exploração, alienada de seu trabalho. Harvey ainda coloca que ao passo que a concorrência interurbana aumente a resposta pode ser,

a reprodução repetitiva e serial de certos padrões de desenvolvimento (como a reprodução em série de world trade centers ou de novos centros culturais e de entretenimento, de construções à beira do mar ou do rio, de shopping centers pós-modernos etc.). A evidência relativa à reprodução em série de formas similares de renovação é muito grande, as razões subjacentes são dignas de nota (Harvey, 2005, p. 179).

Assim, identificamos um padrão de operações em Catalão (GO), que são as grandes obras que valorizam os terrenos urbanos, monumentais que alteram significativamente o espaço da cidade, adequando-a a estética moderna, tecnológica e

capitalista, uma estética empresarial, para atrair empreendimento. Este é o padrão de reprodução das praças requalificadas pela atual administração, reproduzindo ambientes favoráveis ao negócio, afinal bem como uma empresa uma cidade administrada de forma empreendedora não pode estar suscetível ao prejuízo. Harvey (2005) aponta que este padrão de inovações e investimentos, para deixar as cidades mais atraentes foram rapidamente copiados por outros lugares, a exemplo de Catalão (GO).

Sendo assim, o “resultado é um turbilhão estimulante, ainda que destrutivo de inovações culturais, políticas, de produção e consumo de base urbana” (Harvey, 2005, 183). As cidades são colocadas em uma esteira de produção, na qual seus espaços são mercantilizados, empobrecidos e gentrificados, em formas homogeneizadas programadas para o consumo e para a segregação. É com base nisso que na próxima subseção será discutido sobre a operação urbana em curso, focada na requalificação das praças.

3.3 OPERAÇÕES URBANAS: AS PRAÇAS EM CATALÃO (GO)

Até aqui foi pensado como a produção do espaço urbano ocorre no capitalismo enquanto uma parte do processo de reprodução do capital, coordenada pelo Estado, na figura dos líderes que governam de forma empreendedora para atender interesses privados em detrimento do bem comum. A operação urbana seria uma ferramenta de alteração do espaço da cidade construída e legitimada pelo Estado, com o intuito de valorizar ou adequar o urbano para receber ou atrair novos empreendimentos.

Observando o desenvolvimento de Catalão (GO), é evidente que o empreendedorismo e o marketing urbano estão entremeados neste processo. Ainda, historicamente no município as praças, bem como outros espaços públicos são utilizados para espalhar signos e discursos políticos, começando pela pintura destes locais que mudam para acompanhar a identidade visual da administração que assume o poder. Até mesmo o cuidado com estes espaços carrega a identidade do governo, e por vezes é utilizado como promoção de grupos políticos.

A atual administração¹⁴ apresenta hegemonia na governança da cidade há praticamente 20 anos, sendo que nos únicos quatro que não tiveram governam eram

¹⁴ O atual prefeito Adib Elias do partido PODEMOS esta em seu quarto mandato tendo o primeiro de 2001-2004, segundo 2005-2008, terceiro de 2017-2020, ambos quando era do PMDB, e o quarto de 2021-2024, vale ressaltar que de 2009-2012 o administrador foi Velomar Rios (PMDB) com clara influência de Adib, pois eram do mesmo grupo político, e de 2013 a 2016 foi o período que Jardel Sebba (PSDB) de posição administrou a cidade.

oposição expressiva tanto na Câmara Municipal de Vereadores quanto na opinião popular, destes 22 anos, 18 Adib Elias foi o gestor, sempre com aprovação de parte da população. Essa hegemonia na gestão é ressaltada para evidenciar a participação efetiva nas operações relatadas na subseção 3.2 que aconteceram nos anos 2000, elas carregam a identidade deste grupo que domina a política local.

O slogan da atual administração é “Catalão, cidade que sonha e faz”, faz alusão às obras enquanto a materialização do progresso e da qualidade de vida. Como já foi discutido o seu carro chefe são as grandes obras, espetacularizadas, desde 2001, com um padrão que se repete, na revitalização do Clube do Povo, na expansão da Canalização do Córrego Pirapitinga e também nas praças, que são objeto de estudo deste trabalho.

As praças da cidade passam por um processo de requalificação, desde 2017 no primeiro mandato deste segundo ciclo da administração Adib Elias, em um movimento de padronização destes locais, que passam por um procedimento parecido de destruição dos antigos lugares para reconstrução de novos. Estes novos espaços carregam a mesma estética, aparelhos parecidos, formas homogeneizadas que pouco lembram as praças de antes da reforma, o que faz parecer que as praças da cidade de Catalão (GO) passaram por uma linha de produção industrial e agora compõem uma vitrine de loja de departamento, aquela em que todos os produtos são parecidos e ditados pela moda.

É interessante pensar que em uma cidade na qual os políticos afirmam que se tornou um verdadeiro canteiro de obras, por que as praças são escolhidas para reformas? Voltamos a uma questão colocada no tópico anterior e dialogada com Vainer (2009), para atrair investimentos a cidade precisa parecer segura e com qualidade de vida, por mais que na realidade não possa ser. Sendo assim, a venda da cidade para “determinada atividade depende muito da criação de uma imagem urbana atraente. As lideranças das cidades podem considerar o desenvolvimento espetáculo um “chamariz” para atrair outras formas de progresso” (Harvey, 2005, p. 184). A imagem da cidade também é um elemento a ser vendido na disputa por novos empreendimentos. Isso faz com que as praças apareçam como uma possibilidade de melhoria na atração de novos capitais, ainda, nesse processo de flexibilização do capital o setor do lazer acaba recebendo mais investimentos, compondo a expansão do setor de serviços, sendo que,

Esses investimentos enfocam, cada vez mais, a qualidade de vida. A valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centro de convenções, shopping centres, marinas, praças de alimentação

exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbano em base temporária ou permanente) se tornaram facetas proeminentes das estratégias para regeneração urbana (Harvey, 2005, p. 176).

Existe então, um mercado em expansão voltado para espaços que precisam ser de consumo, mas também consumíveis, por isso as formas precisam ser atrativas para o consumir, e não ao apropriar. O consumo do espaço é relacionado ao valor de troca a vivência espacial enquanto uma mercadoria em que se paga e utiliza algo pronto, a apropriação é utilizar o espaço significando-o através de seu uso para atender suas necessidades e abstrações diversas, de modo que o sujeito se coloca na posição de construir um espaço e não de comprar algo pronto e programado.

Existe um conflito entre o histórico e o mundial (Carlos, 2011a), tendo em vista, que o primeiro passo das requalificações é a destruição do antigo lugar para a construção de novas formas, padronizadas, segundo uma estética capitalista moderna. Neste processo, os espaços reformados, não são revitalizados, eles são destruídos e substituídos por novas formas, são requalificados.

Comumente atribui-se o termo “revitalização”, de forma equivocada, a várias operações que não passam de reformas e reconstruções. Uma revitalização, conforme tratam com mais propriedade os urbanistas, é a recuperação de áreas degradadas que têm representatividade cultural e fazem parte da identidade local. Intervenções fora deste contexto não podem ser consideradas revitalização (Marçal, 2012, p. 71).

O termo revitalização está em praticamente todas as praças alvo das Operações Urbanas em Catalão (GO), legitimando a ação da demolição dos antigos lugares, presumindo sua deterioração, entretanto, não é essa realidade das praças, por mais que estejam precisando de manutenção elas não precisam ser revitalizadas para serem recuperadas, basta não serem sucateadas. Deste modo, as praças de Catalão (GO) são reconstruídas e requalificadas para melhor atender esta expansão do capital para o consumo dos espaços.

Como já foi mencionado no século XIX, os espaços públicos eram produzidos para a contemplação e não com funcionalidade, ao observar as praças requalificadas em Catalão (GO), é possível notar a forte essência dos espaços contemplativos, pois as praças são cenários criados para “embelezar” a cidade. As árvores cortadas dão lugares a espécies ornamentais, os canteiros e gramados se tornam áreas cimentadas, com pergolados, canteiros com flores e plantas ornamentais exóticas – como capim texano, bambu mossô, etc – além de ampla iluminação, fontes luminosas e simulacros de rios,

corredeiras, quedas d'água que simulam uma natureza mais consumível, a verdadeira construção de cenários que se parecem com o natural, mas que são artificiais.

Neste contexto, “as paisagens urbanas ganham novas especializações que cumprem, no circuito do mercado, o objetivo de adequá-lo ao consumo” (Marçal, 2012, p. 108). Algumas destas praças ainda apresentam academias ao ar livre, que ficam em desuso por falta de apoio e até mesmo sombra, quadras de areia e/ou poliesportivas, playgrounds, mesas de jogos, e até *pet place* – áreas para o lazer de animais de estimação – que também ficam em desuso durante o dia, a maioria delas não possui sombra, afinal as praças apresentam a predominância do concreto em detrimento das árvores, quando possuem são raras e ainda não fazem sombras, o que faz com que a sensação térmica aumente nesses espaços. O que faz com que os espaços sejam mais bem aproveitados a noite, e que quem procure as áreas para a prática de esportes não consegue ser atendido/a, existindo até a possibilidade da busca por espaços privados para a prática esportiva.

Neste sentido, em todos os exemplos relatados ocorre a diminuição da esfera pública, contexto em que os espaços acabam sendo voltados para o consumo, para a contemplação passiva e não de ação cívica (Carlos, 2013), às praças acabam sendo saturadas com novos signos, imagens, elementos da vida moderna que possuem pouco significado. A praça que antes era de ocupação da feira livre, ponto de encontro de manifestantes, espaço de lazer das famílias, passa a ser reconhecida como a praça do lago, da fonte, do prefeito, por diversas outras características menos as que foram construídas coletivamente ao longo de sua história. Logo,

podemos identificar uma conexão vital, se bem que subterrânea, entre a ascensão do empreendedorismo urbano e a inclinação pós-moderna para o projeto de fragmentos urbanos em vez do planejamento urbano abrangente, para a efemeridade e o ecletismo da moda e do estilo em vez da busca de valores duradouros, para a citação e a ficção em vez da invenção e da função, e, finalmente para o meio em vez da mensagem e para imagem em vez da substância (Harvey, 2005, p. 183).

As formas das praças seguem o que está na “moda”, um padrão mundializado, organizado para que este espaço seja consumido e não apropriado, não sendo mais o território da feira livre, dos bazares, dos artistas, jogadores de cartas, até mesmo das pessoas em situação de rua. Assim, espaços de lazer são requalificados para se adequar a esta nova necessidade da cidade, que é o marketing urbano, deste modo o que acontece nas últimas décadas na “tentativa de criar uma imagem física e social das cidades adaptada a esta realidade competitiva” (Harvey, 2005, p. 185). Num contexto de atração

de investimentos, novas formas são impostas a quem está na cidade, expandindo o mal-estar da vida urbana.

Deste modo Carlos (2013) fala sobre a espetacularização dos lugares e a celebração das pessoas que ocorre, principalmente, nas redes sociais, o que faz com que os lugares da cidade precisam estar bonitos nas fotos. Isso acontece, “em especial, quando um terreno urbano se abre à exposição, moda e ‘exibição do eu’, num ambiente de espetáculo e representação” (Harvey, 2005, p. 185). É notável que as praças alvo da operação urbana sejam construídas para o marketing urbano, para as redes sociais compostas por formas arquitetônicas para que os/as moradores/as ou visitantes fotografam, mas que no dia a dia não são funcionais. Um grande exemplo são as fontes luminosas que durante o dia ficam desligadas, com a água parada e os rios artificiais ficam secos, sendo utilizados às vezes à noite, ou seja, são aparatos das praças que ficam em desuso, que não possuem funcionalidade.

As praças requalificadas compõem a imagem da exclusão em Catalão (GO), a cidade dos grandes números na economia, mas com precariedades sociais, com as praças projetadas por uma camada rica da sociedade, assim, apresentando formas que não são reflexo das pluralidades que vivem no espaço urbano, se as praças fossem produzidas com a participação dos/as moradores/as dos bairros, feirantes, skatistas, rappers, e outros/as habitantes com certeza ela teria uma forma diferente desta que é reproduzida pela elite política catalana. Entretanto, ao que parece elas atendem ao objetivo programado, que não é o uso coletivo, mas sim a valorização dos espaços centrais e áreas nobres da cidade, é evidente que uma praça reformada, arquitetônica aos arredores, influencia no valor dos terrenos dos bairros, dos empreendimentos comerciais, de serviços e até mesmo dos edifícios públicos.

Por isso, as requalificações dos espaços propostas pela governança urbana, presente em Catalão (GO), também tem objetivo orquestrado de produzir uma imagem urbana que ajude a “criar uma solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar” (Harvey, 2005, p. 185). Unir a população em torno dos objetivos políticos, “a cidade que sonha e que faz”, na qual as obras mascaram os problemas sociais.

Então, busca-se através das novas formas da cidade uma coalizão entre os/as habitantes, para que estes/as se sintam parte do processo, porque na realidade não são protagonistas. Assim, o empreendedorismo urbano, “(em oposição ao administrativismo burocrático, muito mais sem rosto) se enreda, nesse caso, com a busca da identidade local, e como tal, abre um leque de mecanismos para controle social” (Harvey, 2005, p. 185).

Servindo ao propósito de manter a classe trabalhadora passiva em sua condição de explorada, trabalhando e consumindo. Tendo em vista que,

De maneira geral, ações de embelezamento e de renovação urbana demandam grandes investimentos. Por isso, deve-se questionar se essas operações, de fato, conseguem dar respostas à busca pela qualidade de vida da população ou se, na verdade, objetivam o atendimento de interesses das elites locais, principalmente aqueles ligados a questões imobiliárias (Marçal, 2012, p. 72).

Sendo assim, a população precisa se sentir privilegiada com as obras para que não questionem o porquê desta quantidade exorbitante de capital que está sendo aplicada nas requalificações. A (Tabela 2) mostra que foram gastos mais de R\$ 7,5 milhões em 13 praças da cidade, número pequeno se for levado em conta que a cidade possui cerca de 42 praças, valores que variam de R\$ 44.000.000 (Irineu Nicolleti) a R\$ 3.000.000,00 (Praça das Mães).

Das 13 praças apenas 5 não estão na área central da cidade, exceto as praças dos bairros Estrela, Eldorado Vila Liberdade, Alto da Boa Vista que ficam em bairros distantes dos equipamentos de lazer e fora, reivindicações antigas dos/as moradores/as, e as da Vila Cruzeiro e Setor Universitário que também estão na área central de Catalão. Durante o período em que a pandemia da COVID-19 (2020-2022)¹⁵ estava em seu período mais restritivo com políticas de distanciamento mais rigorosas, com o número de contágios maior foi quando o gasto nas obras foi maior com R\$ 6.247.573,94¹⁶, um período em que outras áreas necessitavam de investimento, mas que a opção foi as obras nas praças. Além desse alto investimento, todas estas 13 praças possuem o mesmo padrão estético.

Ao pensar o valor gasto nas reformas, se comparado a outras despesas e demandas do poder público municipal ele pode ser considerado baixo, entretanto é preciso refletir que a manutenção de uma praça com canteiros, árvores e equipamentos de esportes dentre outros é mais barata que manter as fontes luminosas, rios e quedas d'água que são presentes nas praças alvo das operações urbanas. Logo, o gasto inicial não reflete o que é gasto depois para manter estes lugares funcionando e adequados para uso. Ainda, “os espaços com grande apelo estético imprimem aos sentidos uma sensação de

¹⁵ A pandemia da COVID-19 foi decretada em 13/03/2020 e teve o fim da emergência mundial decretada em 05/05/2023.

¹⁶ No período recorte da pesquisa a cotação do dólar fechou em R\$ 4,05 em 2019, R\$ 5,10 em 2020, R\$ 5,57 em 2021, R\$ 5,29 em 2022 e R\$ 5,04 em outubro de 2023. No mesmo período o salário-mínimo no Brasil era de R\$ 998,00 em 2019, de R\$ 1.045,00 em 2020, de R\$ 1.100,00 em 2021, de R\$ 1.212,00 em 2022 e de R\$ 1.302,00 em 2023. Valores com os quais é possível mensurar o impacto do poder de compra da classe trabalhadora no período.

inacessibilidade e demarca o poder de uma classe, que se destaca pelo seu poder aquisitivo” (Marçal, 2012, p. 110). O Mapa 2 mostra onde estão especializadas as praças em Catalão (GO), com enforque naquelas que receberam investimentos, alvos da Operação Urbana.

Tabela 2: Valor empregado nas operações urbanas das Praças em Catalão (GO)

Valor empregado nas operações urbanas das Praças em Catalão					
Praça	Bairro	Data da entrega	Valor	Show de Inauguração	
Irineu Nicolleti	Centro	04/04/2017	R\$ 44.000,00	R\$ 35.000,00	Gilberto e Gilmar
Aguiar de Paula	Centro	04/04/2017	R\$ 140.000,00		
Brasil Cavalcante	Pio Gomes	25/07/2018	R\$ 400.000,00		Apenas Solenidade
Francisco Rozzi	Vila Liberdade	14/12/2018	R\$ 100.000,00		Apenas Solenidade
Eutálio Pereira (dos Congos)	Mãe de Deus	10/06/2018	R\$ 150.000,00		Leo e Adriano*
Getúlio Vargas	Centro	26/05/2020	R\$ 420.000,00		Apenas Solenidade**
Duque de Caxias (Praça da Feira)	Nossa Senhora de Fátima	22/06/2020	R\$ 1.333.855,58		Apenas Solenidade**
Das Flores	Residencial Eldorado	-	R\$ 296.600,36		-
Estrela	Estrela	13/08/2020	R\$ 469.777,40		Apenas Solenidade**
Anwar Safatle Júnior	Alto da Boa Vista	26/06/2021	R\$ 547.340,60		Apenas Solenidade**
Praça das Mães	Mãe de Deus	06/05/2022	R\$ 3.000.000,00	R\$ 220.000,00	Daniel
Praça da Fé	Vila Cruzeiro II	18/08/2022	R\$ 180.000,00		
Irca Vitória da Fonseca	Setor Universitário	05/06/2023	R\$ 424.991,42		Theo Rubia*
Total			R\$ 7.506.565,36	R\$ 255.000,00	
Total Obras e Shows			R\$ 7.761.565,36		

-: Sem dados.

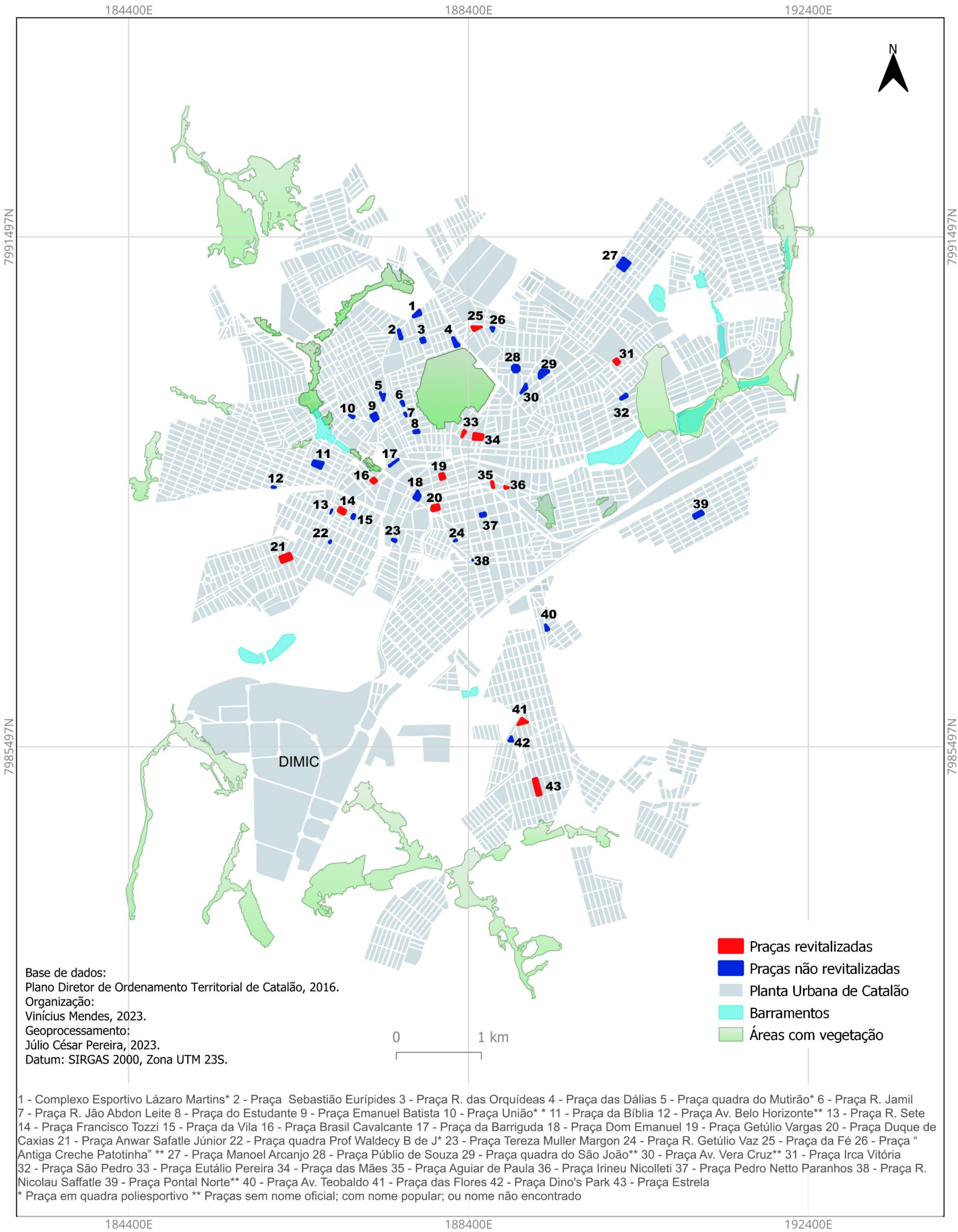
*: Valor pago não encontrado.

** Inauguração durante a pandemia do COVID - 19, período em que aglomerações eram proibidas.

Fonte: Catalão (2023). **Organização:** Mendes (2023).

Mapa 2: Praças da cidade de Catalão (GO) – com foco nas praças alvo da operação urbana.

PRAÇAS DA CIDADE DE CATALÃO (GO) - COM FOCO NAS PRAÇAS ALVO DA OPERAÇÃO URBANA



Fonte: Mendes (2023).

A reforma das praças expulsa as pessoas em vários sentidos, pela inacessibilidade, a falta de condições para o permanecer, mas principalmente ao colocar um novo padrão de uso, e condições para o ocupar, comportamental, de vestimentas, o que faz com que o espaço público não seja para todos/as.

Os problemas nos projetos das praças, é que todas são concretadas, antiocupações são mascaradas pela ideia de que elas representam o progresso adentrando a cidade do interior, o que é reforçado pela ideia do pão e circo, utilizado para conter a população, afinal algumas praças requalificadas são inauguradas com shows, e todas com comícios políticos, em eventos que celebram estes espaços e a figura dos gestores do município. Apenas com shows cujo valor foi encontrado no Portal da Transparência do Município de Catalão foram gastos mais de R\$ 255.000.000, valor que seria maior, tendo em vista que a maior parte das inaugurações foram durante um período o qual aglomerações eram proibidas.

Com tal objetivo, o urbanismo monumentalista patriótico é reentronizado, produzindo ao final do século XX os novos arcos do triunfo do capital transnacionalizado. A instrumentalização imediata e consciente das tecnologias urbanísticas e arquitetônicas, bem como de capitais, para mobilizar consciências, é claramente enunciada como tendo por objetivo primeiro alimentar o patriotismo cívico (Vainer, 2009, p. 95-96).

Além do marketing urbano ser para atrair capital, também serve para tentar manter a classe trabalhadora passiva em sua situação de explorada. A exemplo da reforma da praça central, Getúlio Vargas, ela foi reconstruída, retomando ao seu surgimento enquanto cidade, celebrando o progresso, ao passo que novas representações são criadas as antigas e coletivas morrem, novas narrativas são impostas, pois aquele espaço já não é o mesmo. Num processo de substituição da consciência e memória de quem habita a cidade.

Vainer (2009) aponta que a despolitização é planejada, sendo uma das garantias oferecidas aos parceiros privados, uma forma de garantir que as obras serão popularmente aceitas, que a cidade continuará atraindo investimentos, num processo de garantia do lucro ao investimento. Dentre todos estes elementos levantados, nota-se que os usos coletivos, não aparecem como o plano principal das reformas das praças. Sendo assim,

Desse modo, os espaços públicos contemporâneos constituídos por parques, jardins e clubes, dentre outros, nem sempre contribuem para a reafirmação da identidade local, porque sofrem uma artificialização, o seu uso têm caráter passageiro. Assim como a cidade tem uma realidade objetiva e coletiva e

também subjetiva e individual, os espaços públicos as tem, mas contemporaneamente essas realidades vêm sendo mascaradas e os sentidos dos espaços públicos e das cidades, muitas vezes, vem se perdendo (Marçal, 2012, p. 109).

Logo, faz parte do planejamento que os elementos das praças sejam artificiais, por mais que pareçam incoerente, como na Praça das Mães que teve suas árvores cortadas e no lugar foi construída uma queda d'água que simula um rio, ou seja, as árvores não são consumíveis, talvez não quanto os simulacros do ambiente natural, a simulação de uma natureza intocada convive com espaços totalmente artificiais. Por isso, os sentidos reais das praças são mascarados por ambientes que simulam uma natureza intocada, mesmo após uma reforma que destruiu tudo que se tinha no passado. Frente a isso, Marçal (2012) aponta:

De maneira geral, o PDDUA, muitas vezes, é um instrumento de valorização de determinadas áreas urbanas de acordo com os interesses do mercado imobiliário. Quase sempre, de forma objetiva, mostra as intenções de valorizar com políticas públicas essas áreas, de modo que o planejamento urbano contempla apenas alguns espaços da cidade e, conseqüentemente, privilegiadas frações mais ricas da população local. Essa seletividade espacial está de acordo com as transformações econômicas do capitalismo ocorridas no plano mundial cujos reflexos são percebidos na escala do lugar e do vivido. A relação entre o mundial e local encontram-se dimensionadas pelo modelo de produção atual que molda a sociedade contemporânea e sua produção espacial (Marçal, 2012, p. 105).

A disposição das praças na cidade, onde estão as que foram requalificadas, tudo isso está disposto de forma desigual, e isso será discutido afundo mais à frente. Mas de antemão revelam como que as leis podem ser manipuladas para atender os interesses privados, Marçal (2012) fez tal afirmação ao analisar a “revitalização” do Clube do Povo, e dez anos depois, com o mesmo grupo no poder é evidente que a lógica se mantém, é uma forma de governar e de organizar o espaço urbano. Num processo de transformação das praças em ambiente privado, portanto,

a combinação de esforços do poder público com interesses privados pode levar à privatização dos espaços públicos, não apenas pela perda do domínio, da propriedade, desse bem pelo poder público, mas também por legitimar o uso desse espaço por camadas da população que, assim, dele se apropria o que impede acessos coletivos e irrestritos (Marçal, 2012, p. 108).

Assim, as praças requalificadas de Catalão (GO), por essência não são para usos coletivos, não apresentam áreas para aglomerações, não apresentam gramados, mas algumas são compostos por quiosques e por praças de alimentação, administrada por

empreendimentos privados, o que evidencia a expansão da esfera privada que coloca o público ao seu serviço. Nesse sentido, “a tendenciosa homogeneização, para além dos espaços, se estende aos comportamentos, impõe intenções, ações e usos” (Marçal, 2012, p. 10). Por isso, é evidente que a operação urbana em curso nas praças de Catalão, além de promover a cidade, um grupo político, valorizar terrenos é também parte de um processo de refuncionalização dos espaços públicos.

Uma operação que exemplifica, como atua a governança urbana, colocando o Estado a serviço dos interesses privados, uma característica que esteve impregnada no desenvolvimento de Catalão (GO), que com uma série de manobras empreendedoristas de seus governos antigos atraiu investimentos públicos e privados, e hoje figura enquanto um polo regional. Por esse motivo, o município que tem sua base econômica variada transitando nos três setores da economia se desenvolveu e expandiu ao passo que sua economia crescia, com a chegada de novos empreendimentos teve que se adequar para recebê-los, com uma série de operações urbanas processo que continua até os dias de hoje.

Contudo, foi evidenciado neste capítulo como esta influência da economia no urbano se expande até o setor dos serviços em especial o lazer, nos espaços de lazer propriamente dito, alterando e modificando-os estes espaços para que sejam espaços consumíveis e de consumo, e caso não se adequem sejam substituídos por espaços em que o objetivo seja consumir. Frente a isso, é que foram dialogadas com algumas características destas operações, são homogeneizantes, o resultado é um produto, ocasionam a morte dos lugares, além do alto custo, que são algumas incongruências destes projetos. Por isso, na próxima seção será discutida a especialização das praças em Catalão (GO), explorando a localização destas operações urbanas, bem como as condições das praças na cidade, explorando a relação entre as operações urbanísticas e o lazer propriamente dito.

4 OPERAÇÕES URBANAS E ESPAÇOS DE LAZER EM CATALÃO (GO)

Também foi naquele ano, 1967, que Henri Lefebvre escreveu seu ensaio seminal, *Le droit à la ville* [O direito à cidade]. Esse direito, afirmava ele, era ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível (Harvey, 2014, p. 11).

Até aqui, foi discutido sobre a reprodução do espaço urbano, enquanto parte do processo de ampliação do acúmulo de capital, que transforma a cidade em mercadoria, mas também em condição e meio para que as atividades capitalistas se realizem. Sendo assim, o urbano cria espaços para o consumo e para serem consumidos, reproduzindo espaços cada vez mais alheios aos/às habitantes, sendo renovados em um ritmo cada vez maior.

O resultado disso, é o que Harvey (2014) aponta acima, uma crise devastadora que é o viver na cidade, marcado por coações e repressões diversas, pela programação da vida nos mínimos detalhes para que todos os momentos sejam voltados ao capitalismo, assim a classe trabalhadora tem sua existência resumida ao trabalho e ao consumo. Entretanto, bem como Lefebvre observamos que a conflitante dialética mostra como a vida na cidade é marcada pela subversão a esta programação, o cotidiano e as práticas populares constantemente entram em embate com o programado.

Frente a isso, é que nesta seção será analisada a praça enquanto um espaço plural e o lazer enquanto uma expressão humana vivenciada coletivamente, refletindo sobre o papel das praças e do lazer na sociedade atual, além disso, será observada a disposição das praças na cidade de Catalão (GO), mapeando as que passaram pelo processo de reforma pela operação urbanística. Por fim, serão apresentados os usos e apropriações dos espaços de lazer observados ao longo da pesquisa, com o intuito de colaborar na discussão em torno do direito à cidade.

4.1 PRAÇAS E LAZER EM CATALÃO (GO)

Nesta parte do trabalho serão discutidos as praças e o lazer enquanto conceitos, pensando que ambos apresentam diferentes concepções. As praças enquanto espaços públicos, por essência devem ser de liberdade e acesso a todos/as (Serpa, 2007), e o lazer

como momento necessário da vida, um direito constitucional, momento em que as pessoas podem aproveitar a cidade e o convívio com o/a outro/a. Estes espaços e momentos são importantes para a qualidade de vida no urbano, sendo que,

Em relação à questão da qualidade de vida, destaque-se que, nos centros urbanos, os ambientes se apresentam como um aglomerado de construções, numa verdadeira “selva de pedras” e de indivíduos. Com isso, os espaços públicos de convivência são cada vez mais reduzidos, levando os cidadãos a procurarem locais públicos ao ar livre para desfrutar do lazer individual, coletivo, ativo, passivo ou contemplativo (Sousa, 2023, p. 37).

Para além dos usos capitalistas destes espaços, como no marketing urbano, no cotidiano os espaços públicos dentre eles as praças são de grande importância para a vida na cidade. Entretanto, os espaços públicos, “que deveriam ser lugar do encontro, da festa estão se mostrando cada vez mais contraditórios: segregados e fragmentados, com apropriações em que cada um busca satisfazer suas próprias necessidades, ou estabelecem grupos excludentes” (Sousa, 2023, p. 72). Isto porque a produção espacial foi pensada neste trabalho, a reprodução das praças também foi alterada para se adequar às necessidades capitalistas,

Os espaços públicos atuais têm se mostrado regidos pelo ritmo criado pelo capital, no qual tudo é transformado em mercadoria e passível de venda. Até mesmo a natureza preservada dos parques nas cidades se desvela contraditória e arquitetada esteticamente para o consumo mercadológico[...] (Sousa, 2023, p. 72).

Neste sentido, o bem coletivo é ofuscado pelo acúmulo de capital, com isso, o lazer também visto como uma atividade de reposição da força de trabalho ou de consumo foi ressignificado para atender o sistema capitalista, porém existem movimentos e comportamentos cotidianos que mostram que estes padrões são questionados.

4.1.1 Reflexões Histórico geográfica Sobre as Praças: Caminhos para o Conceito de Praça

Existem diferentes definições de praças¹⁷, entretanto, apesar das divergências existe um consenso de que são espaços públicos característicos do meio urbano, marcados

¹⁷ Em diálogo com Lima (2008) é possível entender que por vezes o termo praça sofre distorções e pode ser confundido com outros jardins urbanos e até mesmo com canteiros centrais de avenidas, rotatórias, taludes e encostas ajardinadas, espaços que apesar de verdes não cumprem as funcionalidades de uma praça.

pela grande fluidez e circulação de pessoas (Lima, 2008). Robba e Macedo (2003) constroem um trabalho que analisa historicamente as praças brasileiras e reforçam que estas foram sempre concebidas como um espaço de celebração e convivência dos/as cidadãos/ãs.

Neste sentido as praças “são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos, definidos pela malha urbana formal e que não ocupem mais 2 ou 3 quadras consecutivas” (Robba; Macedo, 2003, p. 5). Silva (2018) corrobora com a discussão apontando que a praça é um público urbano onde as trocas sociais, culturais, políticas, religiosas e econômicas acontecem, sendo de grande importância para a vida urbana, assim este deve ser um espaço pensado para ocupação coletiva e contato entre os/as cidadãos/as. Gomes aponta que as praças

Guardam em seus seios histórias e acontecimentos da vida pública e privada, mundana e profana; fatos que caracterizam esses logradouros como espaços livres e públicos de fundamental importância para a sociabilidade das pessoas que habitaram os centros urbanos mais antigos e as que habitam as cidades atuais, embora em proporções diferenciadas (Gomes, 2007, p. 102).

Deste modo, carregam vivências coletivas que estão dentro e até mesmo fora do que é programado por quem planeja e implementa estes espaços. Pensando que as cidades passaram por uma evolução histórica na qual suas funções foram sendo modificadas, o papel das praças também foi alterado ao longo deste processo, “entretanto, o papel, a função, o caráter social que sempre a permeou, permaneceu com a sua mais peculiar característica, ou seja, de ser um espaço onde o cidadão pode circular livremente, sem restrições, de ser local de encontro, de lazer e de discussões” (Lima, 2008, p. 98). Ou seja, enquanto espaço público a praça é o lugar do encontro, do convívio, da troca de experiências, afetos da construção e luta coletiva.

Neste sentido, Gomes (2007) reforça que afirmar as praças enquanto espaços públicos é entendê-las enquanto espaço ancestral, onde os grupos plurais são mesclados, para além da funcionalidade estética. Por isso, as praças também são importantes equipamentos históricos e culturais ao passo que carregam diferentes memórias e significações construídas ao longo dos anos nos convívios coletivos. Contudo, “a praça, apresenta-se como elemento relevante no espaço urbano das cidades, por proporcionar as mais variadas possibilidades de usos que em seu contexto histórico têm sido influenciados pelas formas ou disposições em que está inserida” (Silva, 2018). São espaços de

visibilidade onde aconteceram diferentes atos e momentos históricos importantes, sendo assim,

Podemos entender a praça com um espaço que é vários espaços ao mesmo tempo, onde é possível encontrar o diferente a qualquer momento, espaço esse onde as contradições, que nela é possível de se encontrar, possam ser entendidas como algo construtivo, é o lugar onde as exclusões e as inclusões estão o tempo todo se encontrando, se cruzando, se misturando (Silva, 2018, p. 21).

Frente às diferentes conceituações de praça, é que entenderemos ela enquanto espaço público de uso e convivência coletivo, e faremos um breve diálogo sobre suas programações e usos ao longo da história. No período medieval, as “ágoras gregas”, os “fóruns romano” mostram a força cívica e política destes espaços, “ou seja, as praças, possuíam na Europa Medieval, sendo caracterizadas como espaços polivalentes, caracterizados pela existência de manifestações populares” (Lima, 2008, p. 98). O que reforça o caráter político, ainda neste apanhado histórico sobre as praças, Lima (2008) aponta que são espaços onde fatos de grande relevância ocorreram e ocorrem, assim

Na ágora, Sócrates fora colocado sob processo. No Fórum de Roma nasceu o Império homônimo. A Praça de São Petersburgo foi o berço da Revolução Comunista na extinta União Soviética. Na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, surgiu e resiste o movimento de mães que buscam seus filhos desaparecidos durante o regime militar. A Praça de Tiananmen – ou T’ien-Na-Men – (Praça da Paz Celestial), em Pequim, é símbolo e testemunha da agonia e morte dos que buscavam democracia e liberdade na primavera de 1989 (Lima, 2008, p. 98).

Deste modo, a praça pública não é só o lugar dos diferentes corpos, mas também das ideias plurais, da expressão dos descontentamentos, lutas coletivas e até mesmo dos conflitos e discussões sociais, além de moradia da população em situação de rua. Já Silva, (2018) aponta que neste período as praças eram voltadas a prefeitura, mercado e a igreja, devido respectivamente a necessidade de aglutinar os prédios administrativos, a cultura comerciante e a construção de diferentes catedrais na época. “Geralmente a praça do mercado, e/ou praça da prefeitura, e/ou a praça da igreja, são praças próximas uma da outra” (Silva, 2018, p. 23), compondo um núcleo da cidade. Os poços e fontes são elementos arquitetônicos que são bastante utilizados nesta época, as praças deste período apresentavam coesão em suas formas (Silva, 2018).

Neste sentido, as praças são espaços públicos diversificados, reflexo das possibilidades encontradas no urbano, que variam de acordo com a expectativa,

identidade e práticas realizadas por quem frequenta, que mudam também de acordo com os períodos históricos. No período renascentista, “seus pensadores buscam definir, em suas obras, a cidade ideal, através dos elementos métricos as proporções que proporcionam a forma perfeita (Silva, 2018, p. 29). Isto significa, cidades e praças planejadas com traçados retilíneos, buscando harmonizar vias com fachadas e edificações.

Sendo um ponto central, a “praça agora se torna o centro estrutural para onde as ruas retilíneas convergem e há uma predominância de modelos radio concêntricos nos projetos das cidades” (Silva, 2018, p. 29), diferente das medievais as praças renascentistas compõem um conjunto de aparelhos da cidade. E quanto aos usos, carregam valores funcionais, simbólicos, artísticos, políticos, onde se concentram as cerimônias, manifestações políticas e eventos diversos (Silva, 2018). É nas praças renascentistas que as estátuas, obeliscos e monumentos são incluídos na decoração das praças, cujo entorno era composto por residências e estabelecimentos.

Seguindo, as praças barrocas, são marcadas pelos traços e figuras geométricas, com os monumentos ao centro, seguindo os ideais construídos na renascença. No Barroco “os espaços configuram-se com a ideia do infinito, construídos através de seus governantes” (Silva, 2018, p. 35), com o intuito de ostentar a grandeza de sua cidade e valorizar a disponibilidade de recursos. Utilizando a praça da mesma forma que os políticos da governança urbana, para o marketing e promoção política, processo identificado em nosso caso de estudo. A ideia barroca de infinito além de expressar que os espaços não terminam busca fazer com que esta praça dialogue com outros espaços da cidade, o que pode ser interpretado como uma ideia de coesão.

No século XIX, algumas perspectivas colocadas pelos renascentistas e barrocos são abandonadas, as cidades aumentam, e por consequência as praças se espalham, com traçados diferentes, livres e abertos, um verdadeiro organismo complexo e interdependente. Neste momento as praças serviriam também para reordenar o tráfego, organizando o emaranhado de vias, ainda,

As praças passam a ser limitadas pela concordância com um eixo, pela simetria, pelo ordenamento e/ou pela posição central, sendo tidas como espaços sem uma função determinada, e podendo ser utilizada para qualquer coisa, configuradas como espaços livres, abertos com, apenas, a inserção de vegetação a sua composição (Silva, 2018, p. 35).

Os espaços ajardinados destinados ao uso coletivo surgem na Europa no fim do século XVIII e início do XIX, chamados de alamedas ou passeios públicos, eram voltados à contemplação, meditação, passeio e fruição dos prazeres ao ar livre, mantendo as atribuições dos jardins palacianos (Lima, 2018), as praças da Torre Eiffel, de Versalhes, de Luxemburgo e as de Paris são exemplos destes jardins para contemplação. A ideia de implementação da cidade planejada, que mescla áreas construídas com as áreas verdes, denominadas de cidade jardim, como Brasília e Goiânia em que o verde é associado a promoção de qualidade de vida aos/as habitantes, de modo que as praças nestas cidades apresentam em sua concepção um caráter social que não é diretamente voltado ao valor de troca e sim ao de uso.

Este período é entendido como um momento em que a cidade e as praças perderam parte de sua essência artística, pois no século XIX, “passa a ser uma cidade voltada a praticidade e agilidade da vida moderna, desfavorecendo importantes aspectos de uma composição urbanística favorável ao bem estar da população” (Silva, 2018, p. 35). Processo que padroniza e controla os usos, que passam a ser condicionados ao capitalismo, assim, substituindo a arte e a contemplação pelo tráfego e produtivismo.

Neste período, no Brasil colônia estes espaços raramente existiram, eram reclusos a residências ou propriedade religiosas, os jardins vieram para o Brasil com a construção do Passeio Público do Rio de Janeiro, destinado à burguesia carioca. Neste sentido, Robba e Macedo colocam que a praça colonial, no Brasil, tinha seus usos voltados para atividades diversificadas, e destacavam os edifícios ao seu redor, bem como as capelas e igrejas. Gomes soma na discussão afirmando,

As praças brasileiras surgiram no entorno das igrejas, constituindo os primeiros espaços livres públicos urbanos. Assim, atraíam as residências mais luxuosas, os prédios públicos mais importantes e o principal comércio, além de servir como local de convivência da comunidade e como elo de ligação entre esta e a paróquia (Gomes, 2007, p.103).

Mostrando que já em sua origem as praças foram utilizadas pelo Estado como elemento de valorização do solo urbano, atraindo valores para o seu redor. Contudo, Gomes (2007) reforça uma contradição neste processo, pois como as cidades brasileiras cresceram de forma desordenada a implantação de espaços públicos coletivos como as praças ocorreu e ocorre desta forma, desfavorecendo uma real democratização desses espaços, dispostos na cidade de forma desigual.

Seguindo, a grande influência de França e Inglaterra na virada do século XIX foi responsável pelo surgimento de um movimento de modernização e embelezamento das cidades, um processo de mudança na concepção paisagística urbana, surgem e são reformulados os bairros para serem dotados de jardins, avenidas com canteiros centrais (Lima, 2018). Este é um marco na história dos espaços livres urbanos brasileiros, no qual a cidade passa a ser ajardinada (Robba; Macedo, 2003), deixando de ter os atributos de largo, pátio e terreiro, o que muda a funcionalidade da praça, que deixa de ter sua centralidade no comércio e em atividades militares e passa a ser um cenário voltado a atividades de lazer, recreação, contemplação e convivência.

Desde a Antiguidade, o jardim era um espaço destinado à meditação e à contemplação da natureza, ainda que essa natureza fosse uma recriação humana do ambiente selvagem. O jardim representava a metáfora do Éden, atraindo para si uma imagem de paraíso e de tranquilidade celestial (Robba; Macedo, 2003, p. 8).

Esta analogia entre o “verde” e a paz e tranquilidade vai vigorar na vida contemporânea para aqueles/as que buscam fugir da correria e do caos que é viver no urbano, vivenciando o sentimento romântico de voltar para a paz da natureza. Assim, os “desenhos dos espaços livres ecléticos brasileiros dividiram-se basicamente em duas linhas: a linha Clássica e a linha Romântica” (Robba; Macedo, 2003, p. 14), respectivamente influenciadas por franceses e ingleses.

Entretanto, a cidade moderna apresenta pouca tolerância para a construção de espaços ecléticos, pois a essência do planejamento urbanístico moderno busca produzir espaços funcionais, que contemplem as necessidades de reprodução do capital, dentre elas, está a que as pessoas e mercadorias circulem, que a classe trabalhadora trabalhe e possa utilizar seu salário para consumo. Assim, a partir de 1940 as praças além de mudar seus traçados passam a ser definidas pelas suas funções ligadas ao lazer ativo (práticas de esporte e recreação infantil) (Lima, 2008). As praças modernas fazem parte de um conjunto de transformações urbanas propiciadas pela consolidação do modelo industrial, maiores fluxos migratórios, avanços tecnológicos e novas relações sociais e econômicas (Robba; Macedo, 2003), ressignificam as formas e usos destes espaços.

Praças que adquirem sua morfologia em função das possibilidades de usos a partir dos padrões urbanísticos modernos que são aqueles que deveriam ser planejados funcionalmente, suprimindo as necessidades da cidade relativas a habitação, trabalho, lazer e circulação, sendo o lazer desde o século XX, um

dos itens que o urbanismo moderno estabeleceu como de suma importância para o habitante urbano (Silva, 2018, p. 39).

A funcionalidade citada acima pode ser entendida como atender a expansão do capital, de diferentes formas voltadas ao acúmulo, com um lazer pago, com a promoção de grupos políticos e outras atividades que de indiretamente colaboram com o sistema capitalista. Sendo assim, a busca por uma maior qualidade de vida leva as práticas de lazer ao ar livre se tornarem cada vez mais procuradas por quem habita a cidade, e isso implica nos usos e morfologias destas praças modernas, que passam a ser planejadas para receber um lazer ativo.

Deste modo, a “praça moderna passou a ser estruturada por estares, recantos e subespaços articulados entre si, rompendo com a tradição eclética de eixos e caminhos. O programa privilegia o lazer esportivo e recreativo” (Robba; Macedo, 2003, p. 42). Assim, as praças passam a ter quadras esportivas, espaços para recreação e outros subespaços que contemplem este lazer ativo, e a vegetação passa a ser utilizada apenas enquanto elemento de composição espacial.

Com a intensificação da urbanização, a valorização dos parques públicos urbanos, acontece com a revolução industrial, tendo como objetivo propiciar bem-estar e beleza “uma sociedade que passava a sofrer com os males da nascente industrialização. A princípio, no século XIX, valorizava-se os elementos estéticos em detrimento dos aspectos funcionais e os visitantes colocam-se como observadores” (Marçal, 2012, p. 13). À luz disso, a funcionalidade passa a ser um elemento central, em detrimento da contemplação presente no século anterior, e para “Tschumi, um parque do século XXI deve deixar de querer imitar a natureza e tornar-se palco para a manifestação da cultura” (Serpa, 2013, p.169).

Este contexto muda nos anos 1990, devido ao aumento do “volume do tráfego de veículos automotores, a crescente escalada da violência, e a constante degradação do ecossistema urbano, dentre outros fatores dessa natureza, passaram a fazer parte de muitas cidades brasileiras” (Lima, 2008, p. 107). Realidade que ocorreu nas cidades brasileiras com processos e intensidades diferentes, o que culminou numa maior liberdade na concepção e implantação das praças de acordo com o local de sua construção e/ou reforma.

Além das funcionalidades que voltam a variar entre comércio e os serviços, uso contemplativo e lazer ativo, os traçados das praças se diversificam indo do geométrico, gráfico e rígido até aos mais irreverentes formatos, a ideia de irreverência e liberdade

marcam esta estética contemporânea (Lima, 2008). Fazendo que surjam espaços que atendam ao marketing urbano e possam fazer frente aos espaços privados de consumo, as praças vão da contemplação até a predominância do concreto em suas estruturas. Neste sentido, “liberdade e profusão de formas e linguagens são suas principais marcas da produção contemporânea, e, paradoxalmente, constituem seu mais forte elemento de coesão”. (Robba; Macedo, 2003, p. 73). De modo que, as correntes anteriores são mescladas e aparecem nas praças atualmente, resultado da pluralidade de ideias e do alto fluxo de informação propiciado pela globalização, momento da história, em que os modismos desaparecem na mesma velocidade que surgem.

O programa de atividades da praça contemporânea assemelha-se muito ao programa da praça moderna – reafirmando o uso contemplativo, a convivência e o lazer ativo, e retomando alguns usos há muito abandonados. A utilização comercial, que fora banida formalmente do espaço público durante o Ecletismo, constitui um item do programa que é vigorosamente retomado (Robba; Macedo, 2003, p. 73).

Ou seja, as praças contemporâneas apresentam programações distintas, que mesclam as que já foram colocadas historicamente e até novas apresentadas, de acordo com o lugar de sua implementação. Assim, as praças passam por repaginações, reformas, restauros, reconfigurações, cenarizações e mudanças estruturais (Silva, 2018), incorporando novas interpretações que valorizam os usos que melhor colaboram para programação da cidade, e sua participação na complexa rede da divisão do trabalho. Além de colaborar para a construção da imagem da cidade enquanto um lugar de progresso e qualidade de vida. Para Sousa os espaços livres são inseridos na cidade como

equipamentos urbanos nos locais onde a vida pública se desenvolve, que estão, porém, mais voltados a atender aos ritmos e interesses político-econômico-eleitorais e, em certos casos, favorecendo aqueles que já são privilegiados em detrimento dos/as usantes das classes mais baixas (Sousa, 2023, p. 15).

Deste modo, são inseridos nas praças o uso comercial e de serviços, ocorrendo o “direcionamento do uso dos espaços para passagens dos transeuntes, mas, também, para a permanência dos usuários, a criação de espaços multifuncionais e adaptáveis, podendo ser utilizado pela população pelas mais variadas formas” (Silva, 2018, p. 41). Isto fez com que o Estado, paisagistas, arquitetos e outros/as responsáveis pela implementação destes espaços fossem diversificando suas propostas para as forma e programação das praças (Tabela 3).

Tabela 3: Usos programados para as praças nos períodos históricos

Novos usos - Tabela evolutiva dos programas			
Período			
Colonial	Eclético	Moderno	Contemporâneo
Convívio Social	Contemplação	Contemplação	Contemplação
Uso Religioso	Passeio	Recreação	Recreação
Uso Militar	Convívio social	Lazer esportivo	Lazer esportivo
Comércio e feiras	Cenário	Lazer cultural	Lazer cultural
Circulação		Convívio social	Convívio social
Recreação		Cenário	Comércio
			Serviços
			Circulação de pedestres
			Cenário

Fonte: Robba; Macedo (2003). **Organização:** Mendes (2023)

É notável que algumas programações desapareceram, como a militar, religiosa, o que não impede que elas aconteçam, mas o lazer contemplativo e ativo, o comércio, serviços e a contemplação de um cenário são programas que se mesclaram e se mantiveram até o período contemporâneo. Gomes afirma que

No Brasil, da aurora do século XXI, especialmente nos pequenos núcleos urbanos, a imagem urbana permanece associada à presença do espaço público “praça”. Assim, ainda é bastante comum associar o centro de uma cidade à presença da principal praça, bem como da igreja católica. Isso remete a considerar esses dois elementos como referenciais urbanos da área central de uma cidade. Esse fato pode ser constatado em pequenos, médios e grandes centros urbanos (Gomes, 2007, p. 106).

Fica evidente até aqui que as praças estão no cerne do urbano e marcam a vida cotidiana do/as cidadãos/as, de formas e intensidades diferentes a depender dos usos vivenciados. Lima (2008) aponta que estes usos programados podem variar de acordo com o tamanho da cidade, sendo que nas cidades menores e de interior além de local de encontro as praças são espaços de entretenimento, para realização de quermesses, festas religiosas e outras manifestações culturais regionais.

Em cidades de meio a grandes portes, as possibilidades diminuem para atividades de encontro, bate-papo, namoro, atividades esportivas, brincadeiras, passeios de jovens e aposentados/as, devido a questões como manutenção de equipamentos, segurança e a opção por outros espaços. Mesmo assim, em um contexto geral,

Nos últimos tempos, as praças públicas perderam, principalmente nos grandes centros urbanos, a atratividade exercida para a população, tendo em vista a disseminação de novos padrões de consumo e lazer representados, sobretudo, pelos shopping centers, pela televisão e, mais recentemente pela internet (Gomes, 2007, p. 107).

O abandono das praças pode ser causado também por questões como segurança, afinal a violência urbana segue persistindo ano após ano, e pela deterioração destes espaços, manutenções preventivas nos equipamentos e limpezas periódicas quando não acontecem impactam na apropriação e uso das praças pelas pessoas. Sendo que este não é um contexto apenas local,

Muitas dessas situações vividas pelas praças nas cidades brasileiras devem-se a inúmeros fatores, tais como o abandono por parte do poder público e a mudança de comportamento da população urbana, que, em nome da “tecnologia” e da “modernidade”, deixou de frequentar e de zelar por esses espaços de vital importância para a construção de um ambiente urbano saudável (Lima, 2008, p. 103).

Frente ao que foi discutido até o momento, inclusive nos capítulos anteriores fica evidente que no período contemporâneo existe uma programação de esvaziamento dos espaços públicos, inclusive das praças, a serem substituídos por espaços físicos e virtuais – internet – que compõem a esfera da vida privada, voltada essencialmente ao consumo. Em Catalão (GO), estas duas realidades se misturam, de um lado a cidade carrega elementos de uma pequena cidade do interior goiano, na qual os/as moradores/as buscam as praças para o encontro, bate-papo, para crianças brincar etc., mas por outro lado convivem com espaços “abandonados” que são trocados pelos espaços privados e novas formas de lazer proporcionadas pela internet, isto vai depender de onde e de como esta praça está.

Em alguns casos, “tem sido relegada à algumas praças a simples função de local de passagem e de referência, negando, assim, todo o glamour que outrora permeava o imaginário das praças” (Lima, 2008, p. 100). Em Catalão (GO) este contexto é reforçado pelas reformas, tanto pela destruição dos antigos lugares, quanto pela nova organização sem sombras, sem equipamentos que possibilitem o permanecer nas praças.

Conforme as cidades vão crescendo e as praças vão sendo incorporadas ao cenário urbano sem planejamento, estas acabam deixando de ser pontos específicos do lazer e do encontro, passando a ser apropriadas por atividades do comércio, estacionamento de veículos e, dependendo de sua localização, transformam-se em locais de atividades ilícitas, essas últimas mais comuns nos centros urbanos de maior porte (Lima, 2008, p. 100).

Questão que pode ser visualizada em diferentes praças de Catalão, até mesmo nas que não foram alvo da reforma, elas são palco de atividades de comércio, *food trucks*, estacionamento de empreendimentos ao redor, parque de diversões e outros usos privados. O que faz com que a praça seja um território privado, substituindo o caráter público. Frente a isso, Gomes (2007) aponta que as praças ao longo da história perderam seu caráter informativo, mas seguem sendo pontos aglutinadores de pessoas.

Em relação ao “verde”, Lima (2008) aponta que ao se referir às praças, muitas vezes o local é relacionado a grandes gramados, árvores, pássaros, entretanto, por serem tão antigas e plurais as praças são espaços que apresentam formas, feições, usos e funções diversas, desde espaços totalmente ajardinados até espaços impermeáveis sem nenhum verde, e cumprindo suas diferentes funcionalidades. Deste modo, Gomes (2007) fala que por mais que as cidades brasileiras tenham crescido de forma desordenada a arborização, até mesmo artificial, das praças e outros espaços se tornou tema importante do planejamento. Tendo em vista o surgimento dos parques e jardins urbanos, a arborização das praças acaba perdendo centralidade, a funcionalidade destes espaços passa a ser outra.

Entretanto, “espaços verdes” em praças de extrema importância para melhoria da qualidade ambiental, melhoram a circulação de ar, drenagem, insolação, sensação térmica no microclima, além de ser habitat para a fauna urbana, o verde ainda pode representar uma diferenciação dos cenários da cidade. Dentro do contexto urbano,

pode-se considerar a praça como um local onde o usuário mantém ordem e controle sobre o mundo natural e onde também há uma expectativa de como as plantas devem se comportar na cidade. Somado a isso, considere-se a praça como um local conflitante, onde as plantas trazem emoção e o “cimento” ardor, e o usuário, as prerrogativas que o levaram a frequentar tal espaço (Lima, 2008, p. 102).

A vida conflitante na cidade, de fluxos rápidos, do concreto cinza e do solo impermeável, produz em quem vive na cidade sentimentos diversos, dentre eles, a necessidade do contato com o verde, com uma natureza voltada que remete ao bucólico intocado pelo ser humano, para a fuga da rotina caótica, questão que é reforçada como o crescimento das cidades. Assim, “entender praças como espaços livres públicos no cenário urbano, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos, sejam esses espaços contemplados por áreas verdes ou não” (Lima, 2008, p. 102). Em contrapartida,

A introdução de elementos decorativos e componentes morfológicos diversos e inusitados, muitos imbuídos de funções cenográficas, simbólicas ou simplesmente estéticas, caracteriza a linguagem de superposição de elementos contemporâneos sobre estruturas espaciais convencionais. A irreverência apresenta-se desacatando a ordem estética e formal vigente, seja por utilização de desenhos simplórios, de gosto duvidoso, ou mesmo inquietantes e provocadores (Robba; Macedo, 2003, p. 91).

Elementos que na maioria das vezes não foram reivindicados pela população, e que por vezes não apresentam uso útil para além do cenográfico, é o caso das fontes, quedas d'água e riachos presentes nas praças revitalizadas em Catalão (GO), nem sempre estão com a água corrente, ou estão secas ou com água parada sendo criadouro de mosquitos. É evidente que para além da composição de um cenário estes elementos pouco colaboram para quem ocupa a praça. Soma-se a isto as vegetações de jardinagem que substituem as árvores e vegetações antigas, que para além da imagem pouco colaboram para que as pessoas possam permanecer nas praças. Isto por que,

As áreas livres no meio urbano são planejadas com o objetivo de oferecer a oportunidade de contato contemplativo e recreativo com a natureza, em contraste com as atividades comerciais. As áreas públicas como praças, parques, passeios, jardins, passaram a ser designadas e protegidas do impacto visual, ruídos e poluição, centrando-se, portanto, no embelezamento e na racionalidade da paisagem (Lima, 2008, p. 106 e 107).

Um ponto chave nas praças renovadas em Catalão é que sua nova programação é essencialmente voltada para o embelezamento da paisagem, para a propaganda da cidade, sendo bastante problemático, pois as formas são organizadas para comporem um cenário e não para atender os usos da população, fato que também colabora para o desuso dos espaços. Uma outra característica é que os “os espaços que não foram “privatizados” acabaram sendo, com algumas poucas exceções, deixados à mercê da “sorte”, do tempo e das consequências dos usos inadequados por parte da população e dos maus tratos por parte do poder público (Lima, 2008, p. 103). Sendo assim, as praças que não apresentam praças de alimentação, *food trucks*, brinquedos privados, cenários que agradem para consumo ou estejam fora da região central são deixadas à própria sorte, sem manutenção frente a usos diversos.

Ainda vale ressaltar, que nas praças de Catalão (GO), dois séculos depois ocorre um movimento de retorno, a concepção que vê o espaço público como espaço de contemplação, desprezando a funcionalidade, em prol de uma estética. Os arcadistas

durante o renascimento pregavam a fuga ao urbano, neste momento de crise da modernidade, o capitalismo busca criar espaços que simulem uma natureza intocada, para propiciar a ideia de fuga ao caos da vida urbana. Por isso, as praças de Catalão (GO) apresentam fontes que imitam corredeiras, rios e até quedas d'água.

Existe também uma diferença de significado das praças das cidades do interior do país com as praças das grandes cidades e metrópoles, pois recebem fluxos de pessoas e informações diferentes, a praças das cidades pequena e média tem muito mais um caráter socializante, do passeio familiar e dos usos dos equipamentos, do que de um lugar de passagem. Em Catalão (GO) e outras cidades de porte mediano as praças centrais criadas no passado para ser o principal ponto do lazer tem usos e centralidades diferentes das praças que são criadas de forma obrigatória pelas leis do Plano Diretor, assim recebem investimentos e tratamentos diferenciados. Outro fator importante que interfere nisto é se a praça está ou não numa rota de grande fluxo de pessoas, as que não estão geralmente sofrem um maior abandono e falta de manutenção.

E por mais que as praças sejam voltadas ao consumo, dificilmente são objeto de desejo das pessoas ricas que gozam de uma gama maior de opções como os parques, academias, quadras e campos de futebol privados, clubes e até mesmo os *shopping centers* para realizar suas diferentes práticas de lazer. E mesmo com este possível desinteresse, as praças dificilmente são planejadas para atender as minorias e pessoas pobres, até porque com os ideais higienistas que vigoram na urbanidade contemporânea o objetivo dos governos com as reformas é esconder estas pessoas e não incluí-las à cidade. Por isso, fica claro que nas cidades existem poucas praças para muitos habitantes, e que são localizadas de forma desigual no espaço citadino, sendo acessíveis apenas à uma camada seleta de pessoas, o que não impede a apropriação de outros públicos.

As praças ainda seguem sendo um espaço com grande potencial para o lazer, principalmente das classes mais pobres que convivem com a exclusão dos espaços onde o lazer é essencialmente uma mercadoria. E no cotidiano o significado da praça para as comunidades de baixa renda “traduz-se, muitas vezes, em algo intrínseco à própria condição de existência das pessoas enquanto cidadãos, pois necessitam de refúgio do lar, de contato com a vizinhança, de lazer e de ar livre” (Gomes, 2007, p. 108). Para estas pessoas, o espaço da praça é por vezes seu único refúgio, ou onde tem contato com outros/as, nesse campo plural, uma das funcionalidades da praça é de ser um local de lazer, este que é um direito assegurado por diversas leis tanto federal, quanto estadual e municipal. Analisaremos as perspectivas em torno do lazer.

4.1.2 Perspectivas Teóricas e Legais sobre o Lazer

Com a intensificação da vida urbana, aumento das jornadas de trabalho, dos fluxos populacionais e de consumo, o lazer passa a ser uma questão chave, pois se relaciona com diferentes esferas do viver, sendo essencial para manutenção da qualidade de vida. Devido a sua importância no mundo contemporâneo, lazer passa a ser uma dimensão estudado por diversas áreas “que têm se esforçado para tal, pois é um tema inter e transdisciplinar que a maioria dos estudiosos classificam como o que é praticado no tempo do “não trabalho” (Sousa, 2023, p. 110). O que engloba atividades diversas, entretanto, é importante pensar este conceito e defini-lo para o seu entendimento e importância filosófica e política.

Silva et al. (2011) aponta que podem ser considerados dois momentos de análise em que o lazer se modifica, devido a presença de dois padrões de vida distintos, o primeiro em uma sociedade tradicional, no qual o espaço da casa, trabalho e lazer se misturavam, a produção familiar era composta por trabalho e pausas para conversas e cantos, o trabalho e a festa por vezes aconteciam juntos, como por exemplo nos mutirões. Já no período moderno, a rotina mais rígida impõe o binômio trabalho/lazer, afinal o ritmo da fábrica entoado pelas máquinas, afasta a convivência entre as pessoas no trabalho, logo, urge a necessidade de momentos e espaços de convívio e trocas culturais diversas. Este segundo momento emerge após o processo de industrialização, na qual a vida urbana é imposta e o lazer começa a ser um indicador de qualidade de vida, um direito social, mas também em função das contradições capitalistas torna-se uma mercadoria é uma forma de resistência ao programado. Deste modo, o lazer pode ser entendido como o,

conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1973, p.34).

Seria o momento fora das obrigações, na qual a pessoa pode realizar a atividade que deseja. Para Dumazedier (1973), importante teórico da temática, o lazer era definido na época como oposição às necessidades e obrigações da vida cotidiana. Neste sentido, o lazer teria a funcionalidade de proporcionar o prazer e a liberdade, indo além, tendo a funcionalidade de reparar o corpo e a mente do cansaço causado pela rotina diária. Sendo

assim, o lazer teria três funcionalidades principais: descanso; divertimento, recreação, entretenimento e desenvolvimento (Dumazedier, 1973), todas construídas no tempo do não trabalho e com a funcionalidade de diminuir a fadiga do/a trabalhador/a.

Esta visão, colabora com o desenvolvimento do conceito, entretanto, “há que ser (re)pensadas muitas das características/aspectos dessa definição em que é aceitável o indivíduo estar sempre ocupado com algo, mesmo que seja o lazer, pois entende-se que o lazer não inclui nenhuma obrigatoriedade” (Souza, 2023, p. 111). Sendo assim, o lazer vai além do produtivismo imposto pela sociedade capitalista, na qual as pessoas são levadas a acreditar que precisam estar ocupadas a todo momento, e não precisa ser praticado por ter uma funcionalidade ou utilidade específica, o momento de lazer também pode ser voltado ao ócio, a criatividade, construção política e ao que o/a sujeito/a desejar fazer.

Sendo um tempo voltado para experiências pessoais – mesmo que sejam construídas em práticas coletivas – que explorem outras dimensões do ser humano, algo mais subjetivo e que leva quantidades de tempo diferentes para cada pessoa. Entretanto, “nessa era capitalista, em que até o “tempo é dinheiro”, torna-se cada vez mais difícil encontrar um tempo para efetivar a criação e o prazer, ou seja, para conjugar o lazer, é preciso também de oportunidades de acesso” (Sousa, 2023, p.112). Enquanto para parte da sociedade capitalista, o lazer é uma mercadoria reclusa a aqueles/as que podem pagar pelo acesso, por mais que pessoas de baixa renda construam suas práticas de lazer, o circuito do capital oferece o lazer enquanto uma mercadoria, em um processo de segregação ao direito. Existe na flexibilização do capital, um processo de migração dos investimentos, que saem das indústrias para o turismo e lazer,

a grande fluidez apresentada pela movimentação rápida do dinheiro que migra para todas as partes do planeta, possibilita que a produção se amplie à medida que as barreiras materiais e imateriais se desfazem. E essa realidade leva à adoção de novos padrões de valores e comportamentos pelas sociedades atuais. Nesse contexto, entende-se o lazer enquanto produto da materialidade do lugar e caracterizado pelos distintos contextos sociais, os quais são produto da canalização de fluxos, sejam eles locais, regionais ou globais (Marçal, 2012, p. 20).

A legitimação para que esse capital seja investido e produza mais lucro é a promoção de qualidade de vida, num contexto de expansão do neoliberalismo, isto passa a ser uma mercadoria, num movimento de sucateamento do Estado para extensão do mercado. Com isso, o acesso aos equipamentos urbanos de lazer passa a ser de forma

seletiva, por ser mercantilizado. O lazer já foi visto enquanto tempo livre, ócio, atividades esportivas ou culturais, mas para o capitalismo é uma atividade produtiva, voltada ao mercado.

Deste modo, Mascarenhas (2001) enxerga o lazer enquanto um direito, um importante indicador de qualidade de vida de um povo, mas que é um privilégio em uma sociedade em que os direitos sociais são tão frágeis, em um contexto econômico e social colocado pelo autor como uma verdadeira fábrica de pobreza. Assim, por mais que seja importante para qualidade de vida, “parece ainda não ter sensibilizado o poder público quanto à necessidade da efetiva implementação de políticas permanentes para o setor” (Mascarenhas, 2001, p. 54-55). Realidade que perdura atualmente, na qual o lazer e o tempo livre da classe trabalhadora são utilizados em função do capital, enquanto tempo de ser produtivo/a e trabalhar mais, ou enquanto momento de consumo, ambas em prol do acúmulo de capital.

Por isso, é construído um contexto em que o pouco tempo livre que resta ao/a trabalhador/a, mesmo com todo contexto de precarização, seja convertido em aos capitalistas (Mascarenhas, 2001). Através desta lógica é que são administradas as políticas para o lazer pelos/as governantes que atuam para atender demandas da indústria do lazer, turismo e do entretenimento, por isso, nessas concepções os interesses destes empreendimentos são colocados enquanto prioritários. A visão capitalista do lazer mudou, saindo de tempo perdido, condenado pelo produtivismo e passando a ser um grande potencial de consumo, logo, de reprodução do capital. Por isso, o lazer no urbano, ocorre através de uma racionalidade que transforma o tempo “livre” em produtivo, num momento de consumo e de reprodução de valores. Sendo,

o capital sujeita, do ponto de vista da prática e do acesso, essas atividades para aumentar sua acumulação. Por isso, o acesso aos equipamentos urbanos de lazer apresenta uma estreita relação com os rendimentos familiares ou individuais (Marçal, 2012, p. 32).

Neste sentido, Silva et al. (2001), reforça as íntimas relações entre lazer e trabalho, em esferas distintas as duas concepções estão dialeticamente relacionadas. As relações entre trabalho e lazer são intrínsecas principalmente no tange luta da classe trabalhadora pelo direito às condições dignas de trabalho e descanso. Deste modo, Silva et al. (2001) aponta que o não trabalho é diferente do lazer lúdico, e defende a não produtivização do

lazer, indo de forma contrária aos ideais capitalistas já apontados, os quais defendem que a vida precisa ser produtiva a todo momento. Sendo assim,

A produtivização do lazer está relacionada à possibilidade de levarmos a lógica da rotina diária, marcada pelo trabalho, para os momentos de lazer. Muitas pessoas não conseguem se desligar do trabalho nos momentos de lazer e acabam reproduzindo a rigidez de tempo controlado, marcando muitos compromissos ao mesmo tempo e em algumas situações, utilizam o tempo de lazer para se encontrar com colegas de trabalho e continuar a falar sobre as tarefas profissionais. Algumas pessoas chegam a se negar a tirar férias ou a deixar de trabalhar nos finais de semana, intitulando-se orgulhosamente como *workaholics*. Quando deixam de trabalhar, entram em depressão e podem apresentar problemas físicos (Silva *et al.*, 2001, p. 24).

Deste modo, o lazer para a classe trabalhadora apresentado enquanto tempo produtivo ou de consumo, empobrece a dinâmica lúdica, criativa e cultural do lazer. Por consequência disto, dentro do sistema capitalista o lazer também é produto contraditório da diferença entre as classes, assim, quanto “mais contraditórias e agudizadas as diferenciações de classe no interior de dada sociedade, maiores serão as distinções do tempo e práticas de lazer entre os agrupamentos sociais” (Mascarenhas, 2001, p. 56). No capitalismo, cada sujeito e grupo social constroem e vivenciam experiências de lazer diversas de acordo com a posição que ocupam na sociedade, ou em outras palavras, dependendo do quanto podem pagar pela experiência.

Em contrapartida, ainda na obra de Mascarenhas (2001) o lazer emerge também enquanto potencial de resistência a esta programação da mercadoria, permitindo o avanço da consciência cidadã, em vivências que trabalhe questões políticas, de liberdade, organização, participação e de afirmação destes grupos excluídos, em processos que possibilitam a construção de uma identidade coletiva e pertencimento social.

Em uma perspectiva mais ampla o lazer é um fenômeno moderno, resultado das tensões entre capital e trabalho, materializado em um tempo de vivências lúdicas, construções culturais que vão além do hegemônico, tempo em que os grupos que vivem na margem do sistema capitalista podem viver a cidadania e a liberdade (Mascarenhas, 2001, p. 58). Neste sentido, carrega consigo o poder de reorganizar a sociedade, construir formas de convívio para além das colocadas pelo poder hegemônico, assim, este lazer pode ser revolucionário, quando balizado pela participação, igualdade, inclusão, luta e resistência (Mascarenhas, 2001, p. 58), construindo transgressões ao programado, através de práticas intransigentes e históricas.

Lazer é considerado, portanto, como a cultura, praticada, assistida ou conhecida, no tempo/espaço disponíveis, com determinadas características de atitude, abrangendo a atividade (conteúdos culturais), e a não atividade (ócio), em três gêneros e levando em conta a superação de níveis conformistas para críticos e criativos, oferecendo possibilidades de descanso, de divertimento e desenvolvimento pessoal e social, este vinculado ao duplo aspecto educativo do lazer, como objeto e veículo de educação. A “atividade” ou “passividade” dos conteúdos não depende de qual deles se fala, do gênero, mas sim da superação de níveis. Assim não depende do que se faz, mas do como se faz (Silva *et al.*, 2001, p. 24).

À luz disso, carrega dimensões plurais, seja da saúde, educativas, culturais e de sociabilidade, de modo que as vivências de lazer podem auxiliar no “desenvolvimento pessoal, também o desenvolvimento social, a partir do aguçamento da sensibilidade pessoal, pelo incentivo ao auto aperfeiçoamento, pelas oportunidades e contatos primários e de desenvolvimento de sentimento de solidariedade” (Silva *et al.*, 2001, p. 25). Por isso, o lazer precisa ser construído fora do consumo, com práticas que supram diferentes necessidades dos/as sujeitos/as e vivenciado de forma crítico-criativa, para que possa ser desenvolvido e garantido a todos/as.

Tendo em consideração o que Robba e Macedo (2003) e Gomes (2007) afirmam que é programado para as praças historicamente duas formas de lazer, uma passiva voltada para a contemplação e outra ativa na qual a prática de esportes e a recreação são os elementos chave. Ambas podem conviver em uma praça, através de equipamentos que se complementariam, do mesmo modo que podem ser utilizadas enquanto usos programados ou usos que resistem ao programado.

Sousa (2023) aponta que para compreender a apropriação dos espaços públicos requer entendê-los enquanto espaços de civilidade e cidadania, na qual os espaços são vivenciados e seus usos e apropriações concebidos enquanto direitos, o direito à cidade, conceito construído por Lefebvre (2001) que defende que a cidade é produto das relações sociais históricas, e por consequência o que é produzido é direito de todos/as. Neste sentido, Mascarenhas (2001) corrobora com a discussão ao apontar que o lazer é um direito social básico, indispensável para a efetivação da cidadania e qualidade de vida.

Enquanto forma de apropriação, o lazer é um direito humano universal, assegurado pelo artigo XXIV da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que diz “todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas (ONU, 1948, p.5). Uma visão que enxerga o lazer enquanto um momento de vivência fora do trabalho e para recuperação física e mental da jornada laboral.

É assegurado como um direito da classe trabalhadora brasileira, na Lei nº 5.452/1943, que trata da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) que define em seu Art. 223-C incluído através da Lei nº 13. 467/2017 “a honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física” (Brasil, 2017). Sendo um bem pessoal irrefutável, um direito que não pode ser negado aos/às cidadãos/ãs.

A nível federal, o lazer também é garantido enquanto direito social assegurado pela Constituição de 1988, no Art. 6º aponta que são: “direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988). Entendido como um direito essencial para a vida cidadã.

Ainda na Constituição de 1988, o lazer aparece novamente enquanto um direito da classe trabalhadora, além disso, no Art. 217 aponta o compromisso do Estado em fomentar o desporto e diz no §3º: “O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (Brasil, 1988). Ou seja, enquanto forma de vivência coletiva e prática esportiva é dever do poder público criar condições de incentivo ao lazer. Em outro ponto, referente aos direitos da família, da criança, do adolescente, jovem e idoso o lazer é novamente apontado,

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) (Brasil, 1988).

Deste modo, cabe à sociedade como um todo garantir à criança, ao adolescente e ao jovem o lazer enquanto uma prioridade, aparecendo também de forma transversal enquanto direito à convivência, cultura, educação e à liberdade. Neste sentido, o compromisso de assegurar esse direito aos/às cidadãos/ãs em formação é dividido com a escola e família. O que impede a efetivação deste direito para as crianças e adolescentes, por vezes é a desigualdade social que impõe a eles/as um contexto de vida em que desde cedo precisam dividir a rotina de estudos com a do trabalho, diminuindo significativamente as possibilidades de vivenciar o lazer.

Na Constituição do Estado de Goiás (1989), o lazer aparece primeiro enquanto uma das condições necessárias para a garantia do direito à saúde, assegurado pelo Art. 152, na subseção que trabalha a assistência social e ação comunitária. O Art. 155 coloca que o Estado e os municípios devem assegurar a assistência social a quem necessitar, e com isso aponta no § 2º: “O Estado e os Municípios promoverão a integração comunitária, proporcionando a atuação de todas as camadas sociais, por suas entidades representativas, no desenvolvimento econômico, social, cultural, desportivo e de lazer” (Goiás, 1989). Mais uma vez, agora em outra esfera, há garantias de que o Estado tem o dever de criar condições para que o lazer seja vivenciado por todos/as.

A Constituição do Estado de Goiás ainda apresenta um capítulo que trata sobre educação, cultura, desporto e do lazer, nele é colocado que o Estado tem o dever de incentivar as práticas do desporto com “incentivos especiais à interiorização da pesquisa no campo da educação física, desporto e lazer” (Goiás, 1989). Neste ponto da Constituição, o lazer é colocado enquanto prática esportiva, enquanto caminho para efetivação da prática desportiva. Ainda diz no Art.166-A, que a: “Estado e os Municípios incentivarão o lazer, como forma de promoção social” (Goiás, 1989), reescrevendo o Art. 217 da Constituição Federal de 1988.

No capítulo que trata da família, criança, adolescente, idoso e do deficiente é reafirmado o Art. 227 da Constituição Federal, assim o estado de Goiás também assume no Art. 171 o compromisso de garantir à criança e ao adolescente o acesso ao lazer. Ainda neste artigo, entende o compromisso da família e a toda sociedade enquanto uma prioridade para os grupos referidos. E no Art. 174 o lazer é garantido como forma de amparo às pessoas idosas, na qual cabe ao poder público na figura da Comissão Permanente de Defesa do Idoso – criada pelo artigo – “garantir a criação de centros diurnos e noturnos de amparo e lazer” (Goiás, 1989). Deste modo, a Constituição goiana estende a garantia do lazer ao grupo dos idosos.

Ao analisar as leis referentes ao município de Catalão (GO), a priori, reforçam as implementadas nas outras esferas, nacional e internacional, a Lei orgânica nº 845 (1990) em seu Art. 77 reafirma que o município assegurara com prioridade dentre outras coisas o lazer à criança e ao adolescente. No capítulo referente à educação, cultura e desporto, o lazer aparece enquanto ramificação do desporto, sendo que o Art. 112 aponta que o: “dever do Município, com o incentivo às práticas desportivas dar-se-á [...] III – incentivos especiais à ruralização do desporto e do lazer” (Catalão, 1990). Assim, enquanto uma consequência da promoção do desporto, ocorreria o lazer, ainda no Art. 113 diz que o:

“município incentivará o lazer como forma de promoção humana e social” (Catalão, 1990) reforçando o que já aparece nas outras constituições.

Em diferentes esferas o poder público brasileiro trata o lazer de forma transversal, aparecendo enquanto necessário para integração social, educação, saúde e garantia de qualidade de vida, de fato ele é reconhecido enquanto um direito coletivo. Contudo, na Constituição Estadual e Municipal, o lazer é confundido ou colocado como produto do desporto, o que empobrece sua concepção, como já discutido é muito mais do que apenas os esportes, não existe especificações de como o lazer vai ser fomentado para além da dimensão esportiva. Logo, não aparece nada referente às praças, para além daquelas que apresentam quadras esportivas, playgrounds recreativos, o que o município assegura para que estes lugares fossem ocupados e o lazer promovido em sua amplitude não fica evidente.

Mascarenhas (2001) em sua discussão sobre o lazer na sociedade capitalista, indaga: “Até quando, na vã tentativa de esconder nosso desarranjo econômico procuraremos minimizar nossas frustrações pela “carnavalização” da miséria? Como entender o lazer diante deste quadro?” (Mascarenhas, 2001, p. 56). Frente a isso, para além do teórico e legislativo, a realidade capitalista construída sob diversas desigualdades é um obstáculo para pensar o lazer enquanto direito de todos/as, para pensá-lo enquanto vivência coletiva e cultural sob um contexto no qual a maioria dos/as sujeitos/as são excluídos/as da cidade. Por mais que seja assegurado o compromisso do estatal em promover o lazer enquanto direito coletivo, a prática mostra que isto está longe de ser uma realidade a ser materializada para todos/as.

À luz disso, fica claro que existe amparo legal básico para que o lazer seja reivindicado enquanto um direito pleno das pessoas, entretanto, sabendo que desigualdades sociais estão no curso do desenvolvimento capitalista, por vezes os direitos sociais não passam de ilusão, bom de forma mais esperançosa uma utopia a ser reivindicada e construída coletivamente. E um dos pontos a serem questionados, talvez o ponto de partida, seja a mercantilização da vida na qual o lazer deixa de ser um direito e se torna mercadoria.

É com base nesta discussão que o próximo ponto do trabalho será construído, tentando analisar alguns usos e apropriações das praças de Catalão (GO). Observando como estes espaços são programados e como alguns usos são reproduzidos condicionados ou não por esta programação que emerge principalmente pela forma destes lugares.

4.2 MAPEANDO AS OPERAÇÕES URBANAS NAS PRAÇAS EM CATALÃO (GO) DE 2017-2023

Pesquisas anteriores questionam o papel dos espaços públicos e das políticas de lazer em Catalão (GO), o trabalho de Marçal (2012) ao analisar o Complexo de Lazer do Clube Povo reflete sobre a disposição dos espaços públicos de lazer e aponta que em Catalão (GO) estes locais são escassos e os melhores estruturados estão em bairros nobres ocupados por pessoas com poder aquisitivo, pouco acessíveis à população. Questão que acontece também pelo sucateamento do transporte público sem rotas em todas as regiões da cidade, questão já abordada neste trabalho.

De acordo com o site institucional da cidade, Catalão (GO) apresenta cerca 116 bairros e loteamentos (Catalão, 2023), e nestes, foram identificadas 42 praças (Quadro 1 e Mapa 2), número pouco maior que 1/3 em relação ao número de bairros, podendo ser considerado baixo. De acordo com o Plano Diretor – Lei Municipal Complementar - nº 3.439, de 08 de dezembro de 2016 e a Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano – 6.766/1979 (alterada pela Lei nº 9.785/1999), todos loteamentos no momento de sua aprovação precisam apresentar espaços integrados aos bens de domínio público do município, voltados à implementação de: vias, praças, espaços livres, áreas voltadas a implantação de edifícios públicos e outros equipamentos urbanos (Catalão, 2017). Os números revelam que mais de 2/3 dos bairros e loteamentos de Catalão não apresentam praças, indo na contramão do que a lei recomenda, por mais que o espaço seja reservado, estes espaços de lazer em outros bairros ainda não foram construídos.

Quadro 1: Praças da Cidade de Catalão (GO)

PRAÇAS DE CATALÃO		
NOME	BAIRRO	ENDEREÇO
Praça Av. Teobaldo	Bairro Castelo Branco II	Av. Teobaldo Alves
Praça quadra do São João* **	Bairro das Américas	Rua França
Praça do Estudante	Bairro Mãe de Deus	Rua Noventa e Nove
Praça Pedro Netto Paranhos	Bairro Nossa Sra. De Fátima	Av. José Marcelino, 320
Praça R. Nicolau Saffatle	Bairro Nossa Sra. De Fátima	Rua Nicolau Saffatle
Praça Pontal Norte**	Bairro Pontal Norte	Rua Quatrocentos e Um

Praça Sebastião Eurípides	Bairro Primavera	Rua Ten-Cel. João C. Neto
Praça R. das Orquídeas	Bairro Primavera	Rua das Orquídeas
Praça das Dálias	Bairro Primavera	Ruas das Dálias
Complexo Esportivo Lázaro Martins*	Bairro Primavera	Bairro Primavera
Praça Irineu Nicoletti	Centro	Rua Americano do Brasil
Praça Aguiar de Paula	Centro	Rua Evangelino Meirelles
Praça Getúlio Vargas	Centro	Juca Cândido
Praça Duque de Caxias	Centro	Rua Nassin Agel
Praça Dom Emanuel	Centro	Rua Ademar Ferrugem
Praça da Barriguda	Centro	Av. João Luiz
Praça R. Jamil	Elias Safatle	Rua Jamil S. Filho
Praça R. João Abdon Leite	Elias Safatle	Rua João Abdon Leite
Praça Manoel Arcanjo	Ipanema	Rua Antônio Horácio Pereira
Praça Av. Belo Horizonte**	Jardim Paraíso	Av. Belo Horizonte
Praça Públio de Souza	Loteamento Bairro das Américas	Rua Estados unidos
Praça Av. Vera Cruz**	Loteamento Bairro das Américas	Av. Vera Cruz
Praça da Bíblia	Loteamento Parque das Mangueiras	Rua Sete de Setembro
Praça R. Getúlio Vaz	Loteamento Três Cruzes	Rua Getúlio Vaz
Praça quadra Professor Waldecy Barbosa de Jesus*	Margon	Rua 35
Praça Brasil Cavalcante	Pio Gomes	Rua Maria das Dores Rita
Praça das Flores	Residencial Eldorado	Rua Cento e Quatro
Praça Dino's Park	Residencial Eldorado	Rua Noventa e Nove
Praça Estrela	Residencial Estrela	Rua Marciano Salviano
Praça Tereza Muller Margon	Residencial Geraldo Evangelista	Rua Ademar Ferrugem
Praça São pedro	Santa Cruz	Rua quinhentos e quarenta e dois
Praça Eutálio Pereira	São João	Rua José Saturnino de Castro
Praça das Mães	São João	Rua Augusto Neto

Praça Irca Vitória	Setor Universitário	Rua Alvina C. Neves
Praça da Fé	Vila Cruzeiro II	Rua São Carlos
Praça “Antiga Creche Patotinha” **	Vila Cruzeiro II	Rua Sol
Praça Francisco Tozzi	Vila Liberdade	Rua Dois
Praça R. Sete	Vila Liberdade	Rua Sete
Praça da Vila	Vila Liberdade	Rua F
Praça Anwar Safatle Júnior	Vila Margon	Rua Um
Praça Quadra do Mutirão*	Vila Mutirão	Rua Sergipe
Praça Emanuel Batista (Antiga Praça das Bandeiras)	Vila União	Rua Tiradentes
Praça União**	Vila União	Osvaldo Cruz

* Praça com quadra poliesportiva

** Praças sem nome oficial; com nome popular; ou nome não encontrado

Fonte: Mendes, 2023.

O quadro 1 mostra que as praças estão dispostas de forma desigual na cidade, a região que mais concentra praças é a central com cinco praças: o bairro Primavera apresenta quatro praças, sendo uma delas formada com um complexo esportivo com quadras de areia e outros espaços para práticas de esportes, a Vila União, Vila Liberdade e Bairro das Américas apresentam três praças cada um, a Vila Cruzeiro II, os bairros Nossa Senhora de Fátima, Elias Safatle, São João e o Residencial Eldorado apresentam duas praças cada um, bem como o bairro Elias Safatle, outros bairros apresentam apenas uma praça. E ainda elas estão concentradas em 25 bairros, sendo que 91, dos 116, não possuem praças.

Neste sentido, a “gestão do espaço urbano, evidentemente prioriza algumas áreas da cidade em detrimento de setores carentes, que não se vê contemplada por estruturas de esportes e lazer” (Marçal, 2012, p. 21). Com isso, a fragmentação dos lugares, valoriza algumas áreas em detrimento de outras, questão estrutural do capitalismo já exemplificada nas seções anteriores em outras escalas. O resultado é uma segregação que afeta uma grande parcela da população.

Dessa forma, boa parte da população carece de condições mínimas de acesso ao lazer, uma vez que, se próximo a sua moradia não existem espaços que cumpram essa finalidade, a alternativa que resta é pagar para consumir o lazer dos espaços privados ou se deslocar para os locais públicos, em grande parte distantes de sua residência, o que para a maioria é inviável (Marçal, 2012, p. 21).

Os espaços públicos de lazer estão dispostos no espaço de acordo com a renda das pessoas que moram ou vão morar nos arredores. Deste modo, o “lazer, enquanto prática social, não se dá na mesma medida, qualitativa e quantitativamente, para todas as classes sociais da população” (Marçal, 2012, p. 32). Fica evidente que existe uma concentração de praças nos bairros centrais, mais abastados e nos bairros mais antigos, por consequência existe uma discrepância na disposição das praças em relação às regiões da cidade.

A disposição das praças na cidade, para além do quantitativo existem bairros como o Evelina Nour, Maria Amélia, Alvino Albino, Marcone, Flamboyant, Portal do Lago 1, Dona Matilde, Santa Mônica, Vila Maria, Setor Aeroporto, Dona Sofia, Copacabana, Conquista, Ayrton Senna, Jardim Itália, Cidade Jardim, etc. que ocupam o limite entre a área urbana e rural, não apresentam praças, nem espaços sinalizados de onde serão construídas e muito menos estão localizados perto de outras praças. Somando isso a falta de transporte público os/as moradores/as destes bairros dificilmente gozam do direito de conviver em uma praça pública.

Neste sentido, as praças alvo da reforma (Mapa 2) em Catalão (GO), se concentram em sua maioria na área central da cidade, onde o fluxo de pessoas é maior e o marketing urbano acaba sendo mais efetivo, pois é propagado o discurso de que a cidade tem espaços de lazer estruturados e recém reformados, enquanto outras regiões que não seja a central estão esquecidas. O Mapa 2 ainda, mostra em vermelho as raças que foram alvo da operação urbana, revelando a concentração dos investimentos em praças (Quadro 2).

Quadro 2: Praças alvo da operação urbanística

Praça	Bairro
Anwar Safatle Júnior	Alto da Boa Vista
Irineu Nicolleti	Centro
Aguiar de Paula	Centro
Getúlio Vargas	Centro
Estrela	Estrela
Eutálio Pereira (dos Congos)	Mãe de Deus
Praça das Mães	Mãe de Deus

Duque de Caxias (Praça da Feira)	Nossa Senhora de Fátima
Brasil Cavalcante	Pio Gomes
Dino's Park	Residencial Eldorado
das Flores	Residencial Eldorado
Irca Vitória da Fonseca	Setor Universitário
Praça da Fé	Vila Cruzeiro II
Francisco Tozzi	Vila Liberdade

Fonte: Catalão (2023). **Organização:** Mendes (2023).

Como já foi citado na (Tabela 2) no capítulo anterior foram gastos R\$ 7.506.565,36 nas reformas das praças, observando a disposição delas na cidade, estão concentradas na região central, foram gastos maiores valores estão nesta região. A escolha por reformar estes espaços ao invés de construir novas praças para aqueles que não possuem, mostra que o foco das políticas nem sempre é o bem-estar coletivo, e sim outros fatores como embelezar a área central da cidade, construir uma propaganda em torno destes espaços de maior visibilidade, até mesmo valorizar os terrenos nesta região.

Algumas destas praças não foram alvo de reforma e sim construídas é o caso da Praça das Flores, Dino's Park e Estrela, estão na mesma região, na qual historicamente os/as moradores cobram equipamentos públicos e denunciam o isolamento tendo em vista que a região fica após a BR – 050, já foi discutido sobre o risco de acidentes e a falta de transporte público. A praça Anwar Safatle Júnior também foi construída, porém está em um bairro composto por moradias de alto custo, e moradores/as de classe mais abastada, o que reflete em sua infraestrutura.

As outras praças que foram reformadas, são Irineu Nicolleti, Aguiar de Paula, Getúlio Vargas, Praça das Mães, Eutálio Pereira (dos Congos), Duque de Caxias (Praça da Feira), estão na região central da cidade. Francisco Tozzi e Brasil Cavalcante estão no bairro Vila Liberdade e Pio Gomes respectivamente, fora da região central mas em bairros antigos da cidade. Já a Irca Vitória da Fonseca e Praça da Fé estão fora deste circuito central de praças, estando em bairros ocupados pela classe trabalhadora e isso afeta até na sua forma e nos equipamentos presentes em ambas.

Sousa (2023) ao estudar o parque urbano Marcos Veiga Jardim em Goiânia - GO, aponta que os espaços de lazer que deveriam atender o meio social e ambiental tem sua funcionalidade distorcida, sendo associado a especulação imobiliária valorizando os empreendimentos, por isso, estes equipamentos de lazer como parques e praças estão dispostos na cidade de forma desigual. Para que existam espaços valorizados é necessário que outros acabem sendo desvalorizados, uma lógica contraditória do capitalismo. Deste

modo, é evidente que a estruturação dos espaços centrais da cidade é tratada de forma diferente, tendo em vista as outras regiões, seja pela apropriação das pessoas ou em virtude do marketing urbano as praças do centro são equipadas de forma diferente do que as das demais regiões.

A falta de equipamentos de lazer – ruas e bares, os locais de trabalho, as áreas verdes, centros culturais – ou a mercantilização destes não é o único elemento, a falta de recursos, políticas ou formação de pessoas para trabalharem com isso também somam a essa segregação do lazer. Contudo,

se o Estado não atua na distribuição das atividades de lazer pelo território, se não cria políticas públicas específicas, deixa um vácuo que acaba sendo preenchido pelo capital, que torna-o mercadoria, elitiza-o, criando espaços destinados à sua prática dos quais os pobres são excluídos, diante das dificuldades a seu acesso. Diante disto, constata-se que não somente os espaços de lazer, mas também a infraestrutura que permite aos moradores viverem de forma saudável e digna, criam territorialidades sociais distintas (Marçal, 2012, p. 32).

Deste modo,

Mais uma vez, constata-se que a utilização de determinado espaço, em especial do espaço público, deve ser pensada de forma que não selecione seus usuários, de nenhuma forma. Logo, o acesso ao espaço público não se limita apenas a questões como disponibilidade de infraestrutura ou de distância. Quando espaços públicos segregam socialmente, obviamente, não são verdadeiramente públicos (Marçal, 2012, p. 324).

Isto significa que o Estado atua no sentido de afastar as pessoas do espaço público, selecionando os usuários que estarão nestes espaços, construindo este vácuo a ser preenchido por espaços privados, não obstante, não é mera coincidência que diversas praças da cidade são compostas por praças de alimentação e as quadras de areia e campos de futebol privado se proliferaram na cidade, locais destinados ao lazer e prática de esportes. Além disso, esta disposição diferenciada nas praças colabora para o enclausuramento das pessoas em seus lares, que substituem o uso dos espaços públicos pelo uso do celular, televisão e internet.

4.2.1 Praças da Cidade de Catalão (GO): as Formas e Reformas

Frente ao que foi colocado no ponto anterior fica evidente que a cidade de Catalão apresenta praças dispostas de forma desigual em sua área urbana, além disso, as praças

alvo da reforma estão em sua maioria concentradas no centro, inclusive as que foram gastos maiores valores na reforma. Num contexto em que as praças passam a ser concebidas “como elementos centrais de operações urbanas para provocar voluntariamente uma implacável mecânica de substituição da população, funcionando como aceleradores das mudanças no perfil social dos bairros e cidades “requalificados” (Serpa, 2013, p. 173), num processo que escolhe quem frequenta os espaços de lazer, produzindo uma programação que colabora para o distanciamento das pessoas mais pobres dos espaços públicos de lazer.

É por isso que o centro da cidade e os bairros mais abastados recebem tratamento diferente das outras regiões da cidade, fato que se relaciona com a promoção política e da cidade através do marketing urbano. Além do distanciamento físico, é evidente que as praças não estão dispostas de forma equitativa na cidade, existe um distanciamento simbólico, destes espaços que são mercadorias para com aqueles/as que não podem pagar para consumi-los. Processo que já foi identificado em outras operações urbanas que aconteceram na cidade, como

a criação e a revitalização do espaço público Clube do Povo apresenta uma relação direta com a especialização dos espaços urbanos e com a valorização de áreas próximas em benefício privado, bem como com a privatização simbólica de bens públicos. Essa situação pode ser exemplificada também pela oferta posterior de outros equipamentos urbanos como o Rodoshopping, Parque Calixto Aarão, a uma pouca distância do Clube do Povo. Dessa forma, esta área foi gradativamente centralizando as ofertas de lazer, esporte e diversão, e ao mesmo tempo, selecionando seu público frequentador e vizinhança (Marçal, 2012, p. 111).

O *modus operandi* da segregação é utilizado para deixar o espaço cada vez mais consumível, alterando diretamente o valor dos lugares ao redor, mas produzindo espacialidade alheias a quem mora na cidade. A segregação reforça que a praça é um valor patrimonial e não um bem coletivo, de lazer ou socialização (Serpa, 2013), o interesse particular de valorização dos espaços e promoção política se sobrepõe aos usos coletivos. Por isso, o modelo de requalificação é segregacionista, com consequências perversas de uma valorização simbólica e social, aceleradas pelas operações de renovação (Serpa, 2013). Processo que busca descaracterizar o espaço público enquanto um local de construção coletiva, ainda,

o que chamamos hoje de espaço público é, em última instância, também objeto de consumo e expressão de modismo, espaço do lazer e da diversão de

indivíduos, grupos/classes e frações de classe que dele se apropriam de modo territorializado e segregacionista (Serpa, 2013, p. 185).

As reformas privilegiam usos despolitizados, individuais e privados dos espaços que deveriam ser públicos, causando tensões no cotidiano. Com isso, diante das novas possibilidades de lazer oferecidas pelas novas tecnologias e pelos espaços de consumo privado, na sociedade contemporânea “espaços públicos como as praças se tornam pouco frequentados, uma vez que as grandes cidades capitalistas não garantem a segurança da população e se estruturam pela divergência entre o público e o privado” (Gomes, 2007, p. 107). Existe um esvaziamento desses espaços, em relação às ocupações e em seu sentido e significado.

À luz disso, nesta subseção serão tecidas algumas considerações sobre as praças da cidade, obtidas através de observações construídas em trabalho de campo, o qual foi guiado por uma ficha analítica utilizada para guiar o olhar durante a observação. A ficha (Apêndice A)¹⁸ serviu para catalogar e reunir características sobre as praças da cidade de Catalão (GO), além da localização da praça, seu nome, alguns equipamentos foram listados para que fossem observados, sendo eles: calçada; bancos; iluminação adequada; rampa para cadeirantes; piso tátil; arborização adequada para sombra; empreendimento privado; banheiro público; ponto de água potável para beber e/ou higienizar as mãos; quadra poliesportiva e/ou quadra de areia; playground infantil; lixeiras adequadas para coleta seletiva do lixo; aparelhos de ginástica ao ar livre; câmeras de vigilância; e se tinha ou não pessoas na praça durante a visita.

Os itens poderiam ser avaliados em sim, não ou em parte, para facilitar a interpretação da ficha, em parte foi colocado, pois existem aspectos/ fatores que podem aparecer nas praças, mas sem contemplar a praça toda ou a quantidade necessária para auxiliar a ocupação. Ainda, um campo de observações foi adicionado, para que fossem anotadas peculiaridades dos lugares ou da visita. O trabalho de campo para observação e preenchimento das fichas foi realizado em diferentes dias nos períodos matutino, vespertino e noturno, em dias diferentes, sendo: dia 21/04/2023 uma terça-feira das 9:00h às 13:00h, horário escolhido para observar como as praças estariam em um dia útil em horário comercial. A visita noturna aconteceu no dia 29/03/2023 uma quarta-feira das 18:00h às 21:00h. No dia 02/04/2023 um domingo de 8:00h às 12:00h dia escolhido para

¹⁸ O trabalho não passou pela análise do Conselho de Ética em Pesquisa pois foram observados os elementos das praças e não foram realizadas entrevistas ou pesquisas com seres humanos.

observar a feira livre, além disso para observar a ocupação destes espaços foram feitas diversas visitas esporádicas em diferentes horários com o objetivo de captar melhor os usos destes espaços.

Devido ao número de praças o percurso foi dividido¹⁹, foram estabelecidas rotas fixas e feitas no mínimo três visitas em horários e turnos diferentes com o objetivo central de observar as condições destes locais e minimamente alguns processos de uso e ocupação destas praças. Assim, o diálogo será feito com as praças alvo da Operação Urbana, porém informações referentes das outras praças serão utilizadas enquanto objetos de comparação e até mesmo em pesquisas posteriores.

Voltando as praças e as reformas, o observado em campo dialoga com o que Serpa (2013, p.172) afirma que através do marketing urbano a “palavra de ordem é investir em espaços públicos “visíveis”, sobretudo espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas”. Assim, estas praças, principalmente as centrais, são obras utilizadas para promoção da atual administração de Catalão (GO), como forma de validar o trabalho realizado.

As primeiras praças alvo da Operação Urbana foram a Irineu Nicolleti (Largo do Rosário) (Mosaico 6) e a Aguiar de Paula, ambas no centro da cidade. Em 2017, as praças tiveram seus pisos trocados pelos tijolinhos característicos das que são reformadas nestas operações em Catalão (GO), tiveram a iluminação trocada e nas duas foram construídas fontes luminosas, as obras foram entregues 04 de abril de 2017. É característico que as praças alvo de Operação Urbana recebem a coloração que compõe a identidade visual da administração de Adib Elias, um tom de amarelo, e nelas houve a construção de fontes luminosas revestidas por azulejos amarelos.

¹⁹ O trabalho de campo foi construído com o auxílio de dois estudantes do curso de Geografia da Universidade Federal de Catalão – UFCAT, Luiz Carlos Júnio Magno Dias dos Santos Luiz Eduardo Raimundo,, que foram contemplados com uma bolsa de iniciação científica dentro do projeto de pesquisa PI0146-2010 - A (RE)PRODUÇÃO DO URBANO: estudos sobre Catalão e sua rede urbana no sudeste goiano, nos subprojetos: A (re)produção do urbano: mapeamento de áreas públicas de lazer em Catalão – GO e A (re) produção do urbano em Catalão - Operações urbanas em praças públicas.

Mosaico 6: Praça Irineu Nicoletti

Fonte: Autoria própria (2023)

Deste modo, a praça Irineu Nicolleti que fica em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário, não tem bancos nem árvores, para além da fonte luminosa construída pela operação, tem apenas uma gruta de oração. O uso programado para esta praça é de ser um espaço de apoio às festividades da igreja, inclusive da tradicional Festa do Rosário, assim, é utilizada para montagem de tendas para realização de missas, apresentações das congadas, esta é a programação para este lugar. Sendo assim, durante o trabalho de campo, em todos os dias, observou-se que o local fica vazio a maior parte do tempo e recebe pessoas quando a Igreja está aberta, ou os comércios aos arredores – uma mercearia e uma lanchonete – em que as pessoas compram e vão consumir na praça, todavia acontece pouco. Em relação a manutenção, a praça estava suja nos dias observados, a fonte estava desligada, com água parada e suja (Mosaico 7).

Mosaico 7: Fonte luminosa com água parada e entulho na praça Irineu Nicoletti



Fonte: Autoria própria (2023).

Além da gruta em devoção à santa, a fonte é seu único equipamento, e mesmo assim durante as três visitas realizadas ela estava desligada, durante o dia e à noite, com água parada e suja. Mesmo estando situada em frente à igreja e no centro comercial da cidade, em um lugar movimentado a praça apresenta sinais de abandono, lixo, equipamentos quebrados e a fonte suja.

A praça Aguiar de Paula (Mosaico 8) fica perto da anterior, na mesma rua, fica próxima a lojas e tem programação diferente que é dar apoio a quem está no centro da cidade, por isso diferente da anterior tem alguns bancos e árvores. A alteração desta praça pela Operação Urbana foi mais branda, com a troca do piso, construção da fonte luminosa, algumas árvores foram mantidas, por isso é uma das poucas que apresenta sombra.

Para além da fonte, não há ponto de água potável, nem banheiros, durante as visitas do trabalho de campo, nos dias 21 de março de 2023, no período matutino e 29 de março de 2023 período noturno (Figura 2) e 02 de abril de 2023.

Mosaico 8: Praça Aguiar de Paula

Fonte: Autoria própria (2023).

Figura 2: Fonte luminosa funcionando na praça Aguiar de Paula

Fonte: Autoria própria (2023).

Foi observado que a praça recebe poucas pessoas, sendo utilizada mais no horário em que os comércios estão abertos. O local apresenta um espaço de sombra considerável, fazendo com que alguns bancos fiquem em condições melhores para a ocupação durante

o dia. Durante a visita noturna, viu-se a falta de energia, devido a um problema pontual, como fica evidente na Figura 10.

Devido ao apagão na praça na noite do campo dia 23/03/2023, não foi possível observar a iluminação da praça, entretanto, como ela é menor estava parcialmente iluminada pelos postes das ruas. Apesar do problema, a fonte da praça estava funcionando, mesmo com a identificação da água suja anteriormente, foi uma das poucas vistas funcionando durante esta pesquisa de campo.

Em 2018, a operação passou pela praça Brasil Cavalcante, conhecida como praça do Pio Gomes, o bairro em que ela se situa, a praça é composta por diferentes equipamentos, que de certa forma ficam amontoados em seu não tão grande espaço a praça é construída em um terreno irregular por isso, apresenta três níveis (Moisaco 9).

Mosaico 9: Praça Brasil Cavalcante em Catalão (GO)



Fonte: Autoria própria (2023).

Com a Operação Urbana ocorreu corte de árvores, substituídas por palmeiras, insuficientes para formar sombra. Foi construída uma quadra poliesportiva ao ar livre, quadra de areia, academia ao ar livre, bancos e mesas de jogos e a repetitiva fonte luminosa. Com o corte das árvores a praça apresenta assim como as outras, poucas

sombras. A praça não tem ponto de água potável e nem banheiro para atender quem a ocupa, visita ou mesmo aqueles/as que vão para a prática esportiva e necessitam desse apoio.

No quesito acessibilidade a praça apresenta rampas em suas calçadas, todas distantes umas das outras, mas se locomover no interior dela é difícil, pois a quantidade de construções faz com que os caminhos sejam irregulares e estreitos. Como é possível observar na Figura 11 são muitos equipamentos dispostos em um curto espaço, o que faz com que o caminhar e ocupações com mais pessoas se torne difícil. Os bancos desta bem como de outras praças, alvo da operação, não possuem encosto o que impede que seja utilizado para descanso, tornando-os desconfortáveis, como mostra a foto 4 do Mosaico 9.

O local recebe ocupações de pessoas que vão utilizar a academia ao ar livre, mais da terceira idade, outros/as que utilizam as quadras de esporte, crianças na quadra de areia, ocupações que se dão mais no início da manhã ou fim de tarde, pois a praça não apresenta sombra em sua amplitude (Figura 3).

Figura 3: Uso do estacionamento da praça Brasil Cavalcante por comércio



Fonte: Autoria própria (2023).

No período noturno, a quadra e outros espaços são utilizados para passeio e prática de esportes, mas a iluminação é insuficiente, inclusive na quadra, o que faz com espaços na praça fiquem escuros, sendo um obstáculo ao uso. Durante o dia os estacionamentos da praça são utilizados pelos comércios, principalmente as lojas mecânicas que ficam ao

redor da praça, inclusive uma bicicletaria que se situa ao redor, utiliza a praça como mostruário para expor seus produtos.

Este revela um uso privado da praça, ocorre cotidianamente, e não foi pensado quando ela foi projetada. Observou-se que a fonte da praça, também estava desligada e com a água suja, esta não apresenta lixeiras, mas ao seu redor há caçambas que em todas as visitas estavam cheias, pois são utilizadas pelos comércios aos arredores. O local não apresenta ponto de água potável e nem banheiros. Alguns dos equipamentos precisam de manutenção, o espaço *pet place*, para uso com animais em areia está sem condições de uso, ocupado por causa do capim, além disso, gatos e cachorros de rua utilizam o espaço, sem a manutenção correta ele se torna um transmissor de doenças (Figura 4).

Figura 4: Pet place ocupado por capim na praça Brasil Cavalcante



Fonte: Autoria própria (2023).

O maior problema desta praça, além da falta de sombra, é a quantidade de equipamentos em um espaço relativamente pequeno, o que atrapalha o caminhar no local são os muitos bancos, aparentando uma desorganização.

A praça Eulálio Pereira, conhecida como Praça dos Congos, que se situa no bairro Mãe de Deus, bem próxima da Praça das Mães, também foi alvo da operação urbanística em 2018, o piso foi trocado pelo de tijolinho, bancos foram construídos, nova iluminação e uma fonte luminosa, nos mesmos parâmetros das outras, redonda e revestida com azulejos amarelos.

Mosaico 10: Praça Eutálio Pereira em Catalão (GO)

Fonte: Autoria própria (2023).

Viu-se no trabalho de campo, dia 21/03/2023, 29/03/2023, 02/04/2023 que, a fonte além de suja, estava desligada em todas as visitas, transformando-a em criadouro de mosquitos da dengue, bem como mostra a quarta imagem do Mosaico 10. Em uma das visitas a praça estava recebendo manutenção de roçagem nos canteiros, entretanto, este cuidado durante as outras visitas, a praça estava com lixo espalhado, faltando uma limpeza e mais cuidado de quem visita (Mosaico 10).

No trabalho de campo, foram poucas as pessoas encontradas ocupando a praça Eutálio Pereira, entretanto, mais de uma vez o local estava sendo utilizado enquanto estacionamento (Figura 5), os carros ocuparam o pouco espaço de sombra da praça.

Figura 5: Uso da praça Eutálio Pereira como estacionamento



Fonte: Autoria própria (2023).

Durante as visitas a praça apresentava sombra, mesmo assim, durante o dia recebe pouca ocupação, talvez pela proximidade de outros aparelhos de lazer, por estar perto de uma via movimentada e até mesmo não possuir playgrounds, entretanto, a noite a praça recebe um *food truck* e assim as pessoas a ocupam para consumir, inclusive mesas são espalhadas pela praça, revelando mais de um uso privado do espaço público.

Na praça Francisco Tozzi, situada no bairro Vila Liberdade a operação ocorreu também no fim do segundo semestre de 2018, uma reforma rápida de um mês, o piso da praça foi reconstruído com concreto, diferente do padrão identificado em outras que era o piso de tijolinhos, as muretas foram reconstruídas, além disso, adicionou uma academia ao ar livre.

A fonte luminosa foi reconstruída e recebeu os azulejos amarelos. Foram plantados os canteiros e adicionados pergolados e mesas de jogos, além dos bancos reformados e sem encosto, de acordo com o site da Prefeitura Municipal de Catalão o objetivo foi construir um ambiente aconchegante, seguro, bem cuidado para comunidade daquela região (Catalão, 2018).

Como é possível observar nas imagens do Mosaico 11, a praça apresenta um padrão diferente das demais, tanto no piso de cimento quanto no número considerável de árvores e sombras. Entretanto, a academia ao ar livre e a fonte luminosa se mantêm, inclusive a fonte luminosa é o ponto central da praça e tem um tamanho maior se comparada às demais. Ainda, ela não apresenta playgrounds ou elementos esportivos para

além da academia ao ar livre, bem como não possui banheiro ou ponto de água potável (Mosaico 11).

Mosaico 11: Praça Francisco Tozzi em Catalão (GO)



Fonte: Autoria própria (2023).

No que tange a acessibilidade, ela é insuficiente, há poucas rampas e não apresenta piso tátil. A iluminação é parcial e não abrange toda a praça. A ocupação ocorre de forma diurna com famílias que levam crianças para passear e brincar, e a noite um comércio que atua do outro lado da rua limitante utiliza a praça para colocar mesas e cadeiras expandindo sua capacidade de atendimento e utilizando o espaço de forma privada.

Outra praça alvo da operação, também reformada, mas em 2020, foi a Getúlio Vargas, na Av. 20 de agosto, bem no centro comercial, a praça central da cidade, e quem tem como programação de ser uma praça cívica que enaltece grandes acontecimentos da cidade, representados pelos monumentos que a compõem como o relógio, o coreto, as placas.

Como esta praça é uma das mais antigas na cidade, um patrimônio histórico-cultural, é possível presumir que foi inviável a drástica alteração, logo a operação nesta praça não desconfigurou totalmente sua forma anterior (Mosaico 1).

Mosaico 12: Praça Getúlio Vargas em Catalão (GO)

Fonte: Autoria própria (2023).

É possível observar que o coreto, marca histórica da cidade, foi mantido, uma fonte luminosa, seguindo o padrão das outras praças, revestida de azulejos amarelos, as árvores da praça foram podadas e algumas retiradas, diminuindo consideravelmente a existência de sombras no local, os canteiros foram compostos por espécies ornamentais, também, foram instalados pergolados de madeira, característicos das praças após operação. O piso da praça, os bancos e a pintura foram trocados, ocorreu a construção de uma torre de relógio.

De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Catalão, tudo “foi feito para melhorar o aspecto da praça mantendo os padrões originais de décadas” (Catalão, 2023), entretanto, a fonte luminosa por exemplo contrasta com esses equipamentos que buscam relembrar as décadas anteriores. Assim, esta ideia de moderno imposta pela operação contrasta com os elementos antigos presentes na praça (Mosaico 13).

Mosaico 13: Elementos presentes na praça Getúlio Vargas

Fonte: Autoria própria (2023).

Durante as observações, nos dias 21/03/2023 e 29/03/2023, diurnas, notou-se que a praça durante a semana no período diurno serve de ponto de apoio a quem visita o centro da cidade, entretanto, as pessoas ficam nos espaços em que existe sombra, minoria na praça. A noite e fim de semana, fora do horário comercial, a praça é praticamente vazia com ocupações rarefeitas. A ocupação diurna, em meio ao calor é trocada pelas lojas climatizadas e mais atrativas o que transforma a Getúlio Vargas em apenas lugar de passagem.

Indo além, a praça que valoriza feitos históricos de Catalão e de catalanos/as é também atemporalmente palco das manifestações e protestos que ocorrem na cidade, sendo ressignificada por diferentes lutas políticas de grupos plurais, como trabalhadores/as e estudantes.

Em relação aos equipamentos, a torre do relógio e o obelisco compõem a paisagem histórica da praça, juntamente com o coreto que é cenográfico, fica trancado, os banheiros

dele também, não existe ponto de água potável, apenas as torneiras utilizadas para regar os canteiros. Como é possível observar, a fonte luminosa da praça funciona e é utilizada diferente das outras, observando a manutenção a praça é a mais limpa da cidade, sempre bem cuidada, durante o trabalho de campo foi identificado um profissional que fica o dia todo para cuidar de sua limpeza, diferente das outras.

Em relação à praça Duque de Caxias (Mosaico 14), também conhecida como Praça da Feira, localizada na Rua Nassim Agel, bairro Nossa Senhora de Fátima, também no centro da cidade, processo foi o mesmo e ocorreu com início no segundo semestre de 2020, corte de árvores, demolição da antiga estrutura e construção de um novo espaço.

Mosaico 14: Praça Duque de Caxias 2019 x 2021, antes e depois da operação urbana



Fonte: Arquivo do autor. **Organização:** Mendes (2023).

A praça foi visitada também nos dias 21 e 29 de março de 2023, 02 de abril de 2023 à noite e em outros dias esporádicos como em alguns dias à tarde para observar sua ocupação. A praça era associada enquanto moradia de pessoas em situação de rua e palco de atos criminosos e de violência (Blog do Badinho, 2019)²⁰, motivo utilizado para legitimar publicamente a drástica reforma.

O antes e depois da praça mostra o quão as formas e a paisagem desse local foram alteradas com a operação urbana, como é possível observar no Mosaico 14. Por mais que as fotos não sejam do mesmo ângulo é possível observar, novamente, as árvores foram cortadas, os canteiros gramados deram lugar a uma praça essencialmente cimentada e sem sombras.

A praça conta com algumas pequenas áreas ajardinadas, diferente dos gramados anteriores, não possui áreas com grama para as pessoas se sentar. Como as espécies de

²⁰ Disponível em: < <https://www.badiinho.com.br/praca-duque-de-caxias-popular-praca-da-feira-de-domingo-sera-reformada-lancamento-sera-nesta-quarta-feira-28/>>. Acesso em: 24/05/2023.

plantas foram plantadas recentemente e as palmeiras que substituem as árvores anteriores não fazem sombra, logo, durante o dia toda área da praça inclusive os bancos ficam sem sombras (Mosaico 15).

Mosaico 15: Praça Duque de Caxias em Catalão (GO)



Fonte: Autoria própria (2023).

Ainda, a praça possui uma queda d'água que simula um pequeno rio que corta a praça ao meio e uma fonte luminosa. Durante as visitas o rio estava seco e a fonte desligada, mais uma vez leva a questionar sobre a funcionalidade desses equipamentos. Outra questão é que a fonte desligada com água parada acumula sujeira e se torna criadouro de mosquitos da dengue, *Aedes Aegypt*, neste sentido foi observado nas visitas dos três dias mencionados, por mais que ela esteja no centro carece de manutenções tanto na fonte, suja, nas pontes que estavam com corrimão estragado e em outros equipamentos, além da limpeza do espaço.

Mosaico 16: Rio seco e fonte luminosa desligada na praça Duque de Caxias em Catalão (GO)



Fonte: Autoria própria (2023).

Durante as visitas, foi observado que a fonte estava com água parada e suja, enquanto a queda d'água estava desligada, tanto no período diurno quanto noturno. A fonte estava com água até de outra cor, com larvas podendo ser um vetor de doenças (Figura 6). A praça ainda apresenta um quiosque ocupado por uma lanchonete terceirizada, assim a noite este empreendimento privado direciona parte da programação de ocupação, que não tem playground, ela assume a função de praça de alimentação enquanto programa principal.

Entretanto, notou-se outros usos desta praça, como pessoas fazendo caminhada, crianças brincando – inclusive no rio seco – apesar de não possuir playground, famílias passeando, pessoas com animais de estimação, tudo isso durante a noite. Nas visitas diurnas a praça estava vazia, contando com pessoas apenas que passavam por ela sem grandes paradas, exceto no dia da feira livre²¹ aos domingos, no período matutino.

²¹ De acordo com Resende (2020) a feira livre “é uma forma de mercado periódico realizado contemporaneamente, mas que existe desde períodos longínquos na história da humanidade. A relevância desse tipo de comércio se destaca atualmente, pois as cidades se encontram inseridas em uma sociedade com modelos de consumo e produção de alimentos decorrentes do sistema capitalista, esse que lança mão da modernização por todo o planeta.

Para se aprofundar mais nos conceitos sobre a feira livre e conhecer a Feira da Praça Duque de Caxias recorrer à “FAZENDO FEIRAS E TECENDO ESTÓRIAS DE VIDA: feira livre e reprodução camponesa na Praça Duque de Caxias em Catalão (GO)” DE Resende (2020).

Figura 6: Fonte suja da praça Duque de Caxias em Catalão (GO)



Fonte: Autoria própria (2023).

A praça Duque de Caxias é local da feira livre a qual acontece apenas aos domingos, tradicionalmente, é ocupada de produtores do município e da região geográfica imediata de Catalão (GO) e até mesmo frutarias da cidade vendem produtos do campo, frutas, verduras, carne, quitandas, além de outros produtos diversos, atraindo pessoas de diferentes lugares da cidade. A feira ocorre essencialmente nas ruas nos arredores da praça, em seu espaço são poucas as pessoas que ocupam, geralmente para consumir algum produto comprado na feira, na maioria dos casos ficam sentados/as nas barracas para consumir pois a praça não possui bancos confortáveis e nem sombra para as pessoas permanecer nela.

Observando a praça após operação urbana fica claro que a reforma não foi pensada para atender os/as feirantes e nem mesmo as pessoas que vão a feira livre, o banheiro demolido não faz mais parte dos equipamentos das praças, ao redor dela tem dois banheiros químicos para uso na feira. Exceto as torneiras para regar as plantas, a praça não tem ponto de água potável nem bebedouros. Sem contar, as árvores, além da sombra, ofereciam conforto térmico para quem frequentava a feira (Mosaico 17).

Mosaico 17: Feira Livre ao redor da Praça Duque de Caxias em Catalão (GO)

Fonte: Autoria própria (2023).

Ainda, o rio corta a praça, então para atravessá-lo é necessário passar por pontes que não são nada acessíveis, são pequenas e verticais então é difícil a passagem por elas. Durante as visitas foi observado que crianças que brincavam na praça corriam e atravessavam o rio seco, o que leva a riscos de acidentes. Foi observado que as fontes luminosas e o rio que atravessa a praça estavam secos durante os três dias visitados.

Também durante as visitas de campo ficou evidente que a acessibilidade na praça é bastante precária (Mosaico 18), além das pontes que são pequenas, por isso são quase que vertical, fica difícil para quaisquer pessoas subir, os corrimãos estavam estragados com pregos a amostra. Além de escadas utilizadas para adequar ao terreno desnivelado, por mais que existam algumas rampas elas não são acessíveis a todos/as, ficam distantes umas das outras e dificilmente estão dispostas perto das escadas.

No site institucional da Prefeitura Municipal de Catalão a praça é definida como uma ação no sentido de manter a cidade bem estruturada, limpa, moderna, segura e bonita (Catalão, 2020)²², adjetivos que mascaram a postura higienista e gentrificadora da administração local que reformou a praça construindo um espaço em que é difícil permanecer, afastando as pessoas, inclusive, as em situação de rua.

²² Disponível em: < <https://www.catalao.go.gov.br/site/praaa-duque-de-caixas-ja-esta-entregue-a-comunidade-catalana-o-mais-belo-espao-pablico-de-goias,NTV,MTEzNTg1.html/>>. Acesso em: 27/10/2021.

Mosaico 18: Acessibilidade: pontes verticais, estragadas e escadas na praça Duque de Caxias



Fonte: Autoria própria (2023).

Serpa (2013) aponta que a sociedade capitalista tem valores éticos e estéticos que ultrapassam os limites espaciais, sendo assim, qualquer “que seja a época, esses valores estão sempre presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética” (Serpa, 2013, p. 173). Argumentos utilizados para esconder as misérias e mazelas produzidas por esta sociedade essencialmente desigual.

Assim, ao passar pela praça as pessoas em situação de rua não estão mais lá agrupadas, em uma das visitas inclusive foram avistadas algumas se refrescando na água da fonte, entretanto essas pessoas estão em outros lugares da cidade, escondidas e ofuscadas por uma praça que é moderna e bonita como a administração a apresenta, mas que é pouco foi pensada para atender as pessoas que ocupavam e ocupariam este espaço, foi construída para afastar as pessoas pobres e em situação de rua que habitam a praça antes da reforma, e por consequência, igual as outras praças relatadas até aqui se tornou um espaço que é muito difícil de se permanecer e ocupar.

As novas praças bem como os “novos parques públicos são, portanto, elementos de valorização do espaço urbano que contribuem para um processo de substituição da população nas áreas requalificadas” (Serpa, 2013, p. 173). O aumento do valor dos lugares cria pré-requisitos que vão do quanto a pessoas pode pagar, ao que ela pode vestir ou ter para estar nestes espaços.

Essa substituição populacional realizada através das operações urbanísticas acontece em uma dialética entre capital cultural e capital econômico, que condiciona novos modos de apropriação socioespacial nos espaços públicos, classes sociais diferentes com práticas de ocupações distintas. Transformando o espaço das praças para um discurso promocional, tanto para os promotores imobiliários, quanto para os políticos que utilizam as obras para se promover.

A Praça das Flores visitada nos dias 05/02/2023, um domingo, dia 17/05/2023, uma quarta-feira à tarde, e no dia 26/03/2023, um domingo à noite, é situada no residencial Eldorado, foi uma operação de construção e não de reforma, em 2020 a praça foi construída em uma área “de 4.138,55 m², sendo mais de 2 mil m² só de área verde” (Catalão, 2020) (Mosaico 19).

Mosaico 19: Praça das Flores em Catalão (GO)



Fonte: Autoria própria (2023).

Entretanto, ao observar a praça é notável que este verde não se refere as árvores, pois são poucas comparadas ao tamanho da praça, o foco como já vem no nome é a jardinagem vista de cima, a praça tem o formato de uma flor, mas ela não foi pensada para ter árvores, pois elas cobririam o desenho de flor da que a praça possui quando vista de cima. Foram construídos pergolados e bancos de madeira sem encosto, mesas de jogos,

iluminação e adicionou uma academia ao ar livre, o espaço conta com uma quadra poliesportiva sem cobertura, mal iluminado a noite (Moisaco 20).

Mosaico 20: Praça das Flores a noite



Fonte: Autoria própria (2023).

A visita noturna revelou que a iluminação na Praça das Flores é bastante precária, com postes queimados e mal distribuídos, portanto, ocupar este lugar à noite passa a ser perigoso, no trabalho de campo que a praça estava suja, necessitando que a grama fosse aparada, precisando de manutenções.

Conforme apresenta o mosaico, no local há sinais de abandono e vandalismo, o que é um obstáculo para ocupação, mesmo com todos estes equipamentos, a praça não apresenta ponto de água e banheiros, mas ainda assim é ocupada por adolescentes que utilizam a quadra poliesportiva, e famílias que levam crianças para brincar durante o dia e a noite também tem um food truck que vende lanches no local e atrai pessoas para o lugar (Moisaco 21).

Mosaico 21: Equipamentos estragados na Praça das Flores em Catalão (GO)



Fonte: Autoria própria (2023).

Esta praça foi pensada para ser um elemento paisagístico, principalmente vista de cima, pois estando na praça é imperceptível o seu formato planejado, entretanto a falta de árvores impede visitar a praça durante o dia.

A Praça das Flores fica numa das margens da cidade, em um bairro popular, é evidente a diferença de cuidado e manutenção se comparada às praças centrais como a Getúlio Vargas, equipamentos vandalizados se misturam com estragos causados pelo uso

e pelo tempo, o argumento do vandalismo não pode mascarar o abandono de algumas praças, inclusive esta analisada foi construída e inaugurada recentemente.

Outra a qual foi construída é a Praça Estrela, foi visitada nos dias 05/02/2023, um domingo, dia 17/05/2023, uma quarta-feira à tarde, e no dia 26/03/2023, um domingo à noite (Mosaico 22).

Mosaico 22: Praça Estrela, em Catalão (GO)



Fonte: Autoria própria (2023).

Esta se situa no bairro Estrela e foi construída em 2020, nos mesmos parâmetros das outras e se destaca por ser uma grande praça, com academia ao ar livre, quadra poliesportiva, mesa de jogos, pergolados, e com iluminação em Led. Entretanto, falta ponto de água potável e banheiros, além de outros problemas em seus equipamentos.

Os equipamentos, como a academia ao ar livre, as mesas de jogos e a quadra, apresentam sinais de abandono e depredação, a quadra já não tem as cestas de basquete, e os equipamentos da academia ao ar livre estavam quebrados. A acessibilidade da praça segue o padrão, com piso tátil sem funcionalidade e rampas em pontos extremos. A iluminação da praça se destaca por ser boa, o que propicia o seu uso noturno, e a diferença de outras já relatadas, entretanto ela apresenta problemas relacionados à falta de manutenção (Mosaico 23).

Mosaico 23: Problemas na Praça Estrela em Catalão (GO)

Fonte: Autoria própria (2023).

De acordo com a apresentação da praça no site institucional da Prefeitura Municipal de Catalão ela apresenta “uma ampla área verde (60% dos espaços de vegetação/jardinagem). São mais de dez espécies diferentes de mudas de árvores lá plantadas” (Catalão, 2020). Entretanto, esta porcentagem se refere aos canteiros de gramado, pois são poucas as árvores na praça, espécies que não produzem tanta sombra como as palmeiras, mas existem mudas de diversas espécies plantadas nos espaços da praça que no futuro propiciarão sombras a quem ocupa. No quesito manutenção a praça também apresenta sinais de abandono.

Em relação a ocupação, famílias com crianças passeando e brincando foram observadas, durante os dias visitados a quadra não estava em uso. O Mosaico 23 mostra

que durante o dia não existe sombra na praça, o que torna muito difícil a sua utilização. Outro problema é o lixo, a (Mosaico 23) mostra que um evento ocorreu no local e o lixo ficou, além disso em outra visita anterior já tinha muito lixo espalhado pela praça, as lixeiras lotadas, o que mostra que nem a limpeza pública está ocorrendo para esvaziar as lixeiras.

A Praça Anwar Safatle Júnior foi construída em 2021, situada no Bairro alto da Boa vista um bairro de classe média alta da cidade, as visitas ocorreram em 07/03/2023, uma terça-feira no período matutino, dia 17/05/2023, uma quarta-feira à tarde, e no dia 26/03/2023, uma terça-feira à noite, além de outros dias para ver sua ocupação mais no fim da tarde e à noite em fins de semana e feriados (Mosaico 24).

Mosaico 24: Praça Anwar Safatle Júnior em Catalão (GO)



Fonte: Autoria própria (2023).

Com um projeto grande a praça possui 9.744,12 m², também segue o modelo, com pergolados, *petplace* – espaço para passear com animais – academia ao ar livre, playground, quadra poliesportiva e quadra de areia.

A apresentação da praça no site institucional da Prefeitura Municipal de Catalão aponta que esta apresenta 50% em área verde (Catalão, 2021), entretanto essa área verde se refere aos canteiros e gramados, pois a praça também apresenta poucas árvores, porém,

diferente das outras, nesta as espécies não são apenas palmeiras e produzem sombras em parte do local, a sombra se concentra em uma parte da praça.

Mesmo que a praça se situe em um bairro destinado às pessoas mais abastadas, entretanto, mesmo assim apresenta sinais de vandalismo, a quadra sem os aros das cestas de basquete e outros elementos que estão deteriorados como os equipamentos das academias ao ar livre. A falta de limpeza e manutenção do espaço (Mosaico 25) revela que o local não tem profissionais que atuam na manutenção e orientação para os usos dos equipamentos, como a quadra e a academia ao ar livre, que sem a instrução correta pode causar lesões em quem a utiliza.

Mosaico 25: Problemas na praça Anwar Safatle Júnior em Catalão (GO)



Fonte: Autoria própria (2023).

Os bancos sem encosto impossibilitam que sejam utilizados para o descanso, eles acabam sendo desconfortáveis, juntamente com a falta de sombra tornam o espaço de difícil ocupação diurna. Quando a praça foi visitada no período noturno, estava com problemas elétricos e sem iluminação (Mosaico 25, foto 3 e 4). Por mais que ela apresente piso tátil, ele não está disposto de forma a propiciar a autonomia de pessoas com

deficiência visual, os caminhos são desconexos, as rampas são distantes uma em cada ponta da praça, dificultando a entrada e saída deste espaço. A ocupação acontece principalmente nas quadras e playgrounds quando famílias e crianças vão à praça para brincar nestes equipamentos, além de utilizar o local para caminhada e passeios, inclusive com animais de estimação.

Como já apontado, as praças alvo da operação urbanística que passaram por uma reforma com processo padronizado que tem seu início – em quase todos os casos – na demolição / destruição do antigo lugar, destruído para dar lugar ao “novo”, a demolição ocorre, principalmente, nas praças centrais e com maior investimento. Uma forma de apagar o que estava ali antes, de negar o modelo de praça anterior, uma troca de estética que é evidenciada com a imposição de novas formas, por consequência produzem novos usos nestes espaços (Mosaico 26).

Mosaico 26: Demolição da Praça das Mães em Catalão (GO) ponto inicial da operação urbana nas praças



Fonte: Arquivo do autor. **Organização:** Mendes (2023).

Os antigos equipamentos, as árvores, construções anteriores etc. são demolidos para abrir espaço a novas formas, essencialmente diferentes do que estava construído anteriormente, mudando a estética e principalmente os usos que são programados a estes lugares, a imagem retratada é da Praça das Mães, no bairro São João em frente a Santa

Casa de Misericórdia da cidade, mas a destruição da praça anterior pode ser identificada em outras praças como na Duque de Caxias, que teve sua área toda demolida e remodelada. Este paisagismo da destruição, não foi justificado publicamente, porém fica o questionamento sobre a demolição de uma praça inteira, para além do gasto maior, toda uma história construída ao longo de anos neste espaço acaba sendo destruída.

Esta praça antes era composta por árvores de grande e médio porte, faziam sombras em quase todo seu espaço, canteiros verdes cercavam as árvores cortados pelos caminhos e partes cimentadas, bancos e mesas também compunham seus equipamentos desta praça (Mosaico 27).

Mosaico 27: Praça das Mães antes da reforma, via Street View do Google Maps.



Fonte: Google Maps. **Organização.** Mendes (2023).

Como a praça foi alvo da operação antes da pesquisa ser idealizada, não foi possível fotografá-la, as fotos presentes no site do Google Maps mostram como a praça foi antes de sua reforma ser iniciada em meados de 2021. Em relação ao corte das árvores foi justificado que “em substituição às árvores exóticas (que não são originárias do Brasil) e que apresentaram problemas fitossanitários (situação de risco). O maior intuito é evitar quedas, outros danos e, claro, garantir a qualidade do ar e o embelezamento da cidade” (Catalão, 2021)²³, o que foi questionado pela população e até mesmo pelo Ministério

²³ Disponível em: < <https://www.catalao.go.gov.br/site/prefeitura-apresenta-projeto-moderno-de-transformacao-da-praça-das-mães,NTV,MTE0MTM3.html>>. Acesso em: 24/05/2023.

Público²⁴ que entrou com ação em relação a esse corte indiscriminado de árvores. Aparentemente não deu em nada e a reforma seguiu. Observando o paisagístico a praça se tornou um novo lugar, construída em dois níveis a praça apresenta quatro subespaços (Mosaico 28).

Mosaico 28: Praça das mães



Fonte: autoria própria (2023).

Em cima fica uma fonte e bancos para se sentar com pergolados e espécies florísticas exóticas, na parte de cima o playground e a praça de alimentação, divididos em dois níveis que são cortados por um rio artificial. As árvores exóticas anteriores foram

²⁴ Ver mais em: < <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/mp-questiona-supressao-indiscriminada-de-arvores-na-zona-urbana-de-catalao-e-exige-adequacao> > Acesso em: 24/05/2023.

retiradas e substituídas por um paisagismo e uma jardinagem que é ainda mais exótica com espécies de Bambu Mossô, Capim Texano etc. (Mosaico 28).

As imagens 1, 2 e 3 do Mosaico 28 mostram espaços da parte inferior da praça, enquanto a 4, 5 e 6 mostram o subespaço superior. Na parte de cima, além das duas lanchonetes –imagem 5 do Mosaico 28 –, tem um playground infantil, alguns bancos e espécies de palmeiras, como mostram as imagens 3 e 4. As duas partes são cortadas por uma queda d'água que imita um rio que atravessa a praça e deságua na fonte luminosa, entretanto, durante as visitas tanto a queda d'água, quanto rio estavam secos sem água e a fonte estava desligada com água parada (Mosaico 29). As espécies plantadas não parecem ser árvores que oferecem sombras. Sobre a manutenção da praça, notou-se que algumas plantas careciam de poda, alguns canteiros estavam sujos e tinha lixo espalhado.

Mosaico 29: Rio seco e fonte parada na Praça das Mães



Fonte: autoria própria (2023).

O mosaico nas imagens 1 e 2 mostram o rio seco em ambos os períodos, enquanto a 3 e 4 mostram a fonte desligada e a água suja e parada, um grande investimento foi feito nesta praça, e estes elementos foram colocados como foco, centralizados na praça, entretanto em boa parte do ano ambos estão sem funcionar e sem serem utilizados.

Estes equipamentos necessitam de manutenção, diferentes praças carecem deste olhar voltado a manter os equipamentos em funcionamento, então são dois problemas que somados geram este maior, os quais são elementos sem funcionalidade e com risco de reprodução de doenças e acidentes (Mosaico 30).

Mosaico 30: Desnível e escadas na Praça das Mães



Fonte: autoria própria (2023).

Pensar a acessibilidade nessa praça nos pós operação urbana é se deparar com um descaso, a praça foi reconstruída com um desnível maior que antes, tudo indica que isto seja para que o rio funcione e deságue na fonte. O resultado foi uma praça toda desnivelada que sem rampa se torna inacessível a todos/as, quem tem dificuldade de locomoção não consegue estar neste espaço sem auxílio. Além disso, as rampas são distantes e o declive é grande, um obstáculo para quem é cadeirante, a praça ainda não tem piso tátil.

Através da operação foi construído na praça dois quiosques para instalação de empreendimentos privados, lanchonetes compondo uma praça de alimentação, que desde a inauguração em maio de 2022 eles não eram ocupados por nenhum empreendimento e fechados em desuso, no meio do ano de 2023 um dos quiosques foi colocado em uso,

ocupado por uma lanchonete que atua durante o dia e noite, dando apoio a quem vai ao hospital.

Em relação a essa transformação das praças em local de alimentação, seja com os *food trucks* ou com estes quiosques construídos, tem como objetivo transformar a ida à praça em um momento de consumo. Serpa (2013) aponta que o lazer e o consumo das classes médias são os motores de complexas transformações urbanas, desenvolvendo espaços que se adequem a novas atividades comerciais e a um lazer festivo, sendo uma forma de transformar o tempo do não trabalho, em um tempo ainda sim lucrativo aos capitalistas.

Em relação a ocupação da praça, durante o dia a praça fica praticamente vazia, a falta de sombra somada ao clima quente de Catalão faz com que seja praticamente impossível permanecer neste espaço e em outro, durante o dia, em dias quentes é desconfortável estar na praça. Antes da operação, idosos se reuniam na praça para jogar carteados, nas observações este uso não foi identificado nesta pós-reforma. Mas no fim da tarde e à noite, observou-se ocupações de pessoas passeando e crianças brincando no playground.

Assim, é notável uma nova programação e novos usos, tendo em vista que por estar na frente de um dos maiores hospitais da região, a praça servia como apoio às pessoas que iam em busca do atendimento, até mesmo aos/as acompanhantes que aguardavam na sombra, pessoas da cidade e de toda região geográfica imediata de Catalão (GO) que são atendidas no município, o que agora é dificultado pela falta de sombra. Sem falar que a aflição daqueles/as que buscam atendimento médico na Santa Casa de Misericórdia, ou que até mesmo perderam pessoas queridas contrasta com a felicidade e gritos das crianças que estão brincando no playground. Deste modo, uma praça que historicamente foi utilizada para apoiar quem fosse ao hospital se tornou lugar onde o lazer tem o foco principal, criando programações conflitantes para o local.

Ainda em 2021, no fim do segundo semestre, a praça Irca Vitória da Fonseca, que se situa no Setor Universitário, próximo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) foi alvo da operação. Ela foi visitada nos dias 19/04/2023, uma quarta-feira de manhã, 20/04/2023, uma quinta-feira à tarde e 17/05/2023, uma quinta-feira à noite.

Após a Operação Urbana a praça foi renovada com o piso trocado, corte de algumas árvores e mudança de layout, se tornando outra, aconteceu troca dos antigos playgrounds por uma quadra de areia que sem gols ou redes acaba ficando incompleta, e por um *pet place*, foi instalado um novo playground, apesar de não perder suas árvores a

praça foi muito modificada com estes novos equipamentos. Foi construído um pergolado, iluminações novas foram adicionadas e a academia ao ar livre foi reformada juntamente com as pinturas. A praça se apresenta limpa, exceto por alguns lixos deixados pelos próprios ocupantes, ao que parece não possui limpezas semanais (Mosaico 31).

Mosaico 31: Praça Irca Vitória da Fonseca, em Catalão (GO)



Fonte: autoria própria (2023).

Dentre as ocupações da praça, além das famílias do bairro que agora ocupam para utilizar os playgrounds e a quadra de areia para a prática de esportes, esta recebe semanalmente uma Batalha de Mc's, a Batalha do Setor que há sete anos reúne uma vez por semana de 30 a mais de 100 pessoas para assistirem o movimento cultural que ocorre no período noturno, esta ocupação não foi levada em conta no processo da operação urbana, tanto que no local não tem ponto de água ou banheiro.

Em uma das ruas se situa um bar que utiliza a praça para colocar mesas e cadeiras, revelando mais um uso privado nas praças da cidade. Além disso, pela proximidade com a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) cotidianamente recebe alunos/as que estão entre aulas ou em outras atividades, sendo um ponto de encontro e de atividades culturais e políticas.

Em 2022, também foi alvo da operação a Praça da Fé, situada no bairro Vila Cruzeiro II, que teve as muretas reconstruídas, nova pintura, construção de bancos e instalação de piso de concreto. A praça teve um aumento no estacionamento e uma construção de um monumento que remete ao seu nome, ela não foi descaracterizada e nem mesmo perdeu grande parte de suas árvores, seguindo um padrão diferente das outras, logo ela é consideravelmente arborizada apresentando sombra em sua extensão e nos bancos.

Durante as visitas, em 19/04/2023, uma quarta-feira de manhã, 20/04/2023, uma quinta-feira à tarde e 17/05/2023, uma quinta-feira à noite, e em outros dias em que foram observadas as ocupações, foram poucas as pessoas ocupando a praça, ela não apresenta playgrounds ou outros equipamentos, nem mesmo o ponto de água potável e banheiro (Mosaico 32). A acessibilidade é bastante precária, apenas com rampas de acesso em pontos específicos.

Mosaico 32: Praça da Fé, em Catalão (GO)



Fonte: autoria própria (2023).

Em relação a manutenção e limpeza a praça estava até bem cuidada, pode ser devido a sua inauguração recente, se comparada às anteriores. Outra praça construída é a Dinos's park perto da Praça das Flores, no loteamento Eldorado, é um lugar que não apresenta divulgações de obras e nem inauguração pelo site institucional da Prefeitura Municipal de Catalão. Ela foi visitada no dia 05/02/2023, um domingo, em 17/05/2023, uma quarta-feira à tarde, e no dia 26/03/2023, um domingo à noite, dentre outros momentos em que a ficha não foi registrada, mas a ocupação da praça foi observada.

Mosaico 33: Praça Dinos Park

Fonte: autoria própria (2023).

A proposta do lugar é que fosse uma praça temática com a presença de playground e dinossauros, sendo assim ela se difere das outras por apresentar árvores e sombra em todo seu espaço, talvez isso explique a nomenclatura popular de parque e não de praça. O local apresenta equipamentos para crianças brincar e muita sombra, entretanto, os bancos são de cimento e sem encosto, não apresenta piso tátil, a acessibilidade é precária, sem ponto de água potável e banheiros.

O que marca em relação a esta praça é que em sua inauguração ela apresentava algumas réplicas de dinossauros feitas de metal, todas foram alvo do abandono do poder público e da depredação pública e acabaram sendo deterioradas (Mosaico 34), logo, a praça foi abandonada, descaracterizada, sem manutenção o que é um empecilho a ocupação plena deste espaço. Com este resultado é evidente que esta praça não cumpre a funcionalidade para que foi planejada pela operação.

Mosaico 34: Praça Dino's Park, em Catalão (GO)

Fonte: autoria própria (2023).

É evidente que as praças alvo da operação buscam simular a natureza, principalmente aquelas do centro da cidade que imitam rios, corredeiras que criam um cenário antropizado se assemelhando a natureza, tentando criar o ideal bucólico e romântico, conceituado por Robba e Macedo (2003). Entretanto, visualmente se cria algo que notavelmente antrópico e sem utilidade, tendo em vista que os dois rios artificiais da Praça das Mães e da Praça Duque de Caxias estavam desligados durante as visitas e em outros momentos, até mesmo sua função visual acaba sendo não cumprida. Por fim, os rios que cortam as praças, acabam sendo obstáculos para ocupações com muitas pessoas ou até mesmo brincadeiras entre crianças que ao correr precisa cruza-lo, podendo causar acidentes. Sem utilidade explícita estes elementos acabam não agregando tanto ao cenário quanto a funcionalidade da praça.

Também se aplica quando o assunto são as fontes luminosas, na maioria das praças em todas as vezes visitadas estavam desligadas, estando presentes nas praças Irineu Nicolleti, Aguiar de Paula, Brasil Cavalcante, Francisco Tozzi, Eulálio Pereira, Getúlio Vargas, Duque de Caxias e Praça das Mães, todas na região central na cidade e não

aparecendo na Praça das Flores, Estrela, Awar Safatle Júnior, Da Fé e Irca Vitória da Fonseca, que estão em bairros mais distantes do centro comercial da cidade. Em um dos momentos a fonte da praça Aguiar de Paula e da Getúlio Vargas estavam ligadas, entretanto em todas as outras praças as fontes sequer estavam limpas, com água parada sendo criadouro de mosquitos.

Sousa (2023) em seu estudo dialoga com um “velho ditado popular ‘água mole, pedra dura, tanto bate até que fura’ pode ser reescrito: ‘água mole e pedra dura, não bate e nem fura’, já que não tem água nas fontes artificiais, um problema de manutenção; e nem há fontes ou cursos d’água naturais” (Sousa, 2023, p. 83). O natural acaba sendo substituído por elementos antropizados que sequer cumprem funcionalidades nas praças, assim faltam respostas que expliquem a escolha destes elementos para compô-las. Tendo em vista que é um equipamento sem utilidade, nem para uso nem para embelezamento, se tornando até um possível problema, afinal ao que tudo indica além do desuso, falta manutenção.

Além das questões identificadas com os rios artificiais e fontes luminosas a falta de árvores e de sombras nestas praças é um problema visível, em todas foi observado que durante o dia as ocupações são quase zero. Até mesmo usos anteriores às reformas, como as pessoas que jogavam nas mesas da antiga Praça das Mães não ocorrem mais, é muito difícil permanecer nesses lugares durante o dia, o albedo, que é a reflexão da luz solar em contato com a superfície é muito alto, tendo em vista que, as praças são quase todas cimentadas, logo, sem um óculos escuro fica difícil permanecer nestes locais.

Ainda, a praça arborizada pode ser entendida como um oásis em uma selva de concreto, talvez a análise correta seria em um deserto de concreto, no qual as árvores e áreas verdes são localizadas e cada vez mais escassas. A praça arborizada para além do lazer serve como apoio a quem está caminhando pela cidade, esperando frente ao hospital, indo à feira ou às lojas, etc., é um lugar para se sentar, se refrescar, entretanto nas praças sem sombra isso é quase impossível,

as áreas verdes contribuem para a purificação do ar, reduzindo as partículas de poeira, fumaça, monóxido de carbono, dióxido de nitrogênio, dióxido de enxofre e ozônio e, conseqüentemente, atenua as chuvas ácidas, as doenças respiratórias, câncer de pele etc. A manutenção das áreas verdes contribui também para atenuar o clima quente, trazendo mais conforto térmico aos/as residentes (Sousa, 2023, p. 104).

Sendo assim, a sensação térmica de viver e estar em áreas arborizadas é melhor, diminuindo os efeitos do calor, a vegetação auxilia na permeabilidade do solo facilitando a infiltração e escoamento de água, auxilia na redução da produção sonora (Sousa, 2023), além disso, serve como moradia e alimento para a fauna urbana. Logo, as árvores são essenciais para um urbano mais equilibrado, e por mais que as das praças estivessem sob risco de queda, ou adoecidas como foi divulgado na apresentação dos projetos das praças isto não explica a troca de espécies que ofereciam sombras, por palmeiras que mesmo após o crescimento não vão oferecer este conforto, fora que não se vê nas praças espécies típicas do cerrado. Por mais que seja dada uma motivação diferente para cada praça, o fato disso ser replicado em outras revela também ser uma opção estética, como em algumas praças onde as árvores dão lugar a pergolados, quadras, playgrounds ou monumentos, isto foi observado na Getúlio Vargas e Irca Vitória da Fonseca, que não perderam todas as árvores, mas algumas.

Não é possível afirmar que as praças não são utilizadas, cada uma apresenta seus fluxos de usos, entretanto é notável que se concentram no período noturno, a falta de sombra, banheiro, ponto de água revelam que estes espaços não são pensados para o uso durante o dia. Refletindo sobre a rotina de trabalho do sistema capitalista, de oito horas diárias a sete dias por semana, a grande maioria das pessoas não tem tempo para ocupar durante o dia os espaços públicos, uma forma de garantir que elas não busquem esses usos diários é produzir espaços em que o uso diário seja praticamente inviável.

Em relação a acessibilidade, nenhuma das praças apresenta piso tátil, o que é um obstáculo à ocupação de pessoas com deficiência visual. Todas as praças apresentam rampas, entretanto foi observado que em algumas como a Das Mães, Duque de Caxias os locais apresentam dois níveis, sendo que o acesso se dá a parte superior via escadas o que é incoerente. A situação piora quando se observa a praça Getúlio Vargas, que tem uma rampa que dá direto para uma escada. Sendo assim, fica claro que os espaços não foram elaborados para todos/as. Ainda os playgrounds das praças não apresentam acessibilidade para crianças portadoras de deficiência, de acordo com Art. 4º da Lei nº 13.443 de 2017 no mínimo 5% de cada brinquedo e equipamento de lazer, presentes em espaços urbanos, devem ser adaptados e identificados, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2017). Elementos que não foram observados nas praças.

Por meio disto, fica evidente que a operação urbana a qual constrói e/ou reforma as praças fazem parte de um projeto paisagístico, buscando transformar as praças em

cenários os quais remetem ao progresso e à modernidade da cidade. Ao estudar o parque urbano Sousa aponta,

[...] essa contradição entre natureza real e natureza pasteurizada é verificada no Parque Marcos Veiga Jardim, fruto de um projeto paisagístico, no qual foi introduzida uma natureza majoritariamente fictícia e “teatralizada”. Ele não possui muitas árvores/plantas nativas, com raros animais selvagens e nenhuma fonte ou nascente natural (Sousa, 2023, p. 73).

Deste modo são espaços construídos para reforçar ideias e promover os políticos da administração atual, são cenográficos pois pouco são pensados para ocupação das pessoas que antes utilizavam estas praças, e a racionalidade desta construção paisagística teatralizada explica as irracionalidades das fontes, árvores e vegetações exóticas, falta de sombra e acessibilidade, sem contar que os usos anteriores foram inteiramente negligenciados. Estes cenários, buscam ser homogêneos, bem como uma mercadoria em uma prateleira capitalista, por isso as praças carregam os mesmos elementos, e replicam um ideal de beleza, que valoriza economicamente estes lugares e seu entorno, sendo assim,

Percebe-se que a natureza no PMVJ é resultante de uma arquitetura urbanística para valorização do lugar pelo encantamento da paisagem e do paisagismo, pois não há muitas espécies do cerrado, que geralmente são árvores com seus caules retorcidos, escleromorfos, de casca grossa e que em determinada época do ano ficam caducifólios perdendo suas folhas e sua “beleza” (Sousa, 2023, p. 74).

Por isso, as espécies cerradeiras não aparecem compondo o projeto paisagístico da praça, não são consideradas bonitas ao ponto de atrair pessoas. A natureza artificial simula o bucólico, relembra a origem, mas planejada para atender espaços feitos para serem consumidos visualmente, entretanto, fica evidente que estas construções antropizadas se afastam de um ambiente sem modificações humanas. Não oferecendo aquele espaço acessível para a quebra do estresse da vida urbana, seja pelo lazer contemplativo ou ativo, por isso as praças são trocadas pelas lojas e as práticas culturais de lazer pelo consumo.

As praças para além dos shows que ocorreram na inauguração de algumas, não apresentam programações culturais as quais fomentem a cultura local ou experiências artísticas aos/as moradores/as da cidade, a dimensão do lazer para além do esporte pouco fomentada nas praças. Outro ponto evidente é que falta manutenção periódica nestes

espaços, ao que tudo indica, os cuidados ocorrem, mas de forma rarefeita, em períodos distantes, principalmente na limpeza das praças, mas no que tange ao conserto dos equipamentos estragados isso não acontece, o resultado é que após a inauguração as praças entram em processo de sucateamento, o que faz com que novas reformas sejam necessárias em um curto espaço de tempo, a falta de cuidados diminui a vida útil das praças.

Dessa forma, pensar a materialidade do lazer nos espaços criados para atender a essa demanda “implica entender a sociedade contemporânea de consumo dirigido, na qual, cada vez mais, lazer e espaço estão inseridos no circuito das relações sociais e de produção” (Marçal, 2012, p. 13). E como já foi apontado neste trabalho, a centralidade econômica acaba sendo colocada acima das outras centralidades, seja a da qualidade de vida ou até mesmo a ambiental. Os resultados são evidentes pois estas reformas são utilizadas para valorizar o entorno das praças, como por exemplo na Duque de Caxias que após a Operação Urbana alguns imóveis do entorno foram reformados, outros demolidos e reconstruídos para acompanhar este processo de mudança e valorização estética e de valor de troca. Mesmo as praças que não tiveram seu entorno renovado, as casas anteriores também passaram por um processo de valorização.

Com isso, as praças alvo da operação urbana, são homogeneizadas, passaram por uma linha de produção que criou cenários parecidos, plastificados, sem muita conexão com a paisagem local, mas consumíveis – pelo menos aos olhos de quem planejou – praças de concreto que como toda mercadoria capitalista apresenta data de validade, sem manutenção feitas para se deteriorar para que num futuro próximo sejam novamente reformadas.

Fica claro que estas praças estão passando por um processo de higienismo, o qual através da renovação seleciona quais grupos estão e quais serão excluídos das novas programações destes espaços. A cidade do progresso e da modernidade é também o espaço da exclusão, o belo nem sempre está ligado a dar visibilidade à pluralidade de pessoas que habitam a cidade, por isso o centro econômico, histórico e principalmente os bairros de classe alta precisam estar programados para mostrar como a cidade é moderna, bela, e por isso as pessoas pobres precisam ser invisibilizadas neste violento processo de reformas e requalificação de espaços.

Ainda, esta estética bem definida que repete a de outros lugares, utilizando a água como elemento central e outros elementos antropizados os quais substituem as árvores mostra que não existe preocupação com uma estética ambiental, e nem com a valorização

da cultura ou bioma local nestes lugares, a regra é construir mais elementos antrópicos, mesmo que seja para reproduzir elementos encontrados na natureza como as quedas d'água. A preocupação estética aplicada nestes espaços caminha em contrariedade ao encontro, a reunião e ao convívio coletivo, são espaços que colaboram para a instituição de uma programação feita para que as pessoas não saiam de casa ou opte por estar em espaços privados e de consumo ao invés do espaço público.

Frente ao que foi dialogado até o momento “observa-se que as implementações de espaços públicos para o lazer são emblemáticas operações de urbanismo, representativas de interesses governamentais atrelados ao capital que visa à valorização de porções do solo urbano” (Marçal, 2012, p. 13). Sendo assim, a operação que remodela as praças de Catalão tem uma finalidade simbólica, a de promover os agentes políticos envolvidos no processo, e um fim econômico que é o de valorizar estes espaços e suas adjacências. Através desta ótica, é possível compreender o lazer enquanto uma mercadoria, e os espaços de lazer são construídos para que sejam consumíveis durante as experiências, reduzidas ao comprar, sendo assim, as praças são espaços de e para o consumo.

4.3 PRAÇAS DE CATAÇÃO (GO) USOS E APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER – POSSIBILIDADES EM TORNO DA LUTA PELO DIREITO À CIDADE

O tipo de economia que temos prefere pagar a dívida com os bancos a pagar a dívida com as crianças e os desempregados. Prefere uma agricultura latifundiária para exportação do que uma agricultura de pequenos e médios agricultores para o mercado interno. Prefere investir em infraestrutura econômica para beneficiar grandes empresas, que não pagam nem impostos, do que investir em escolas, água potável, saneamento e sistema de saúde (Mascarenhas, 2001, p. 53).

Vivemos em uma sociedade coordenada por um sistema que prefere praças vazias a lugares repletos de pessoas construindo o urbano em coletivo, parece ironia, mas a sociedade contemporânea é claramente governada para os capitalistas e a expansão do acúmulo de capital, as necessidades coletivas são pensadas em última instância. Frente a tudo discutido até o momento, fica evidente que os espaços são organizados pelos Estado para atender uma programação voltada para o consumo do e no espaço, com todas as reformas, transformações e operações urbanísticas os espaços públicos se tornam cada vez mais plastificados, produzidos como mais uma mercadoria capitalista. Neste contexto

os usos dos espaços acabam sendo condicionados a programação, sendo controlados para que não fujam do interesse central que é auxiliar na reprodução do capital.

Bem como já foi afirmado o espaço é construído através das relações sociais, e apropriado pelo/a indivíduo/a através de seu corpo, mas “no processo de reprodução do espaço da metrópole, hoje, o processo de apropriação tende a se reduzir aprisionando o corpo” (Carlos, 2017, p.10). Deste modo, o controle dos corpos, a seleção de quais corpos podem ou não ocupar os lugares interfere em quem usa e apropria dos espaços da cidade.

E “se o espaço urbano atrelado a paisagem urbana não é diverso e não promove o bem-estar, ele pode fracassar na missão de atender às complexas expectativas humanas” (Silva, 2018, p. 56). Neste sentido, espaços homogêneos e controlados, hierarquizados através da mercadoria são obstáculos para que ocorra umas ocupações diversas de corpos plurais.

As relações sociais bem como o ser humano são bastante complexos, o desejo ele extrapola as necessidades básicas de um/a indivíduo/a e vai além do que a dimensão material pode abarcar, sendo assim, a mercadoria e o consumo não podem saciar todos os desejos que quem habita o urbano. A sociabilidade é inerente a humanidade, a necessidade de estar com o/a outro/a existe, e com ela a busca por este convívio, para além das obrigações programadas no dia a dia. Este convívio ocorre essencialmente nos espaços públicos, pois são onde o encontro de diferentes corpos ocorre, para Marçal o espaço público é

Em suma, o espaço público é aquele em que ocorre o encontro da heterogeneidade social, é o lugar em que a sociabilidade requer o estabelecimento, o uso e o respeito a todos que dele participam. Possivelmente, a maior importância deste conceito é a superação da noção de público a partir da sua contraposição ao privado (Marçal, 2012, p. 38).

Sendo assim, carrega dimensões diversas que fazem com que seja um espaço diversificado e plural, sendo mais que a oposição da esfera privada da vida, com isso, “é possível entender que os espaços públicos são espaços de convívio, de encontro com o outro, onde se confrontam diferenças, se vive conflitos e se praticam também a urbanidade” (Silva, 2018, p. 54). Afinal, existe uma programação clara para vida da classe trabalhadora na contemporaneidade, que é trabalhar o máximo de horas possível e no período do não trabalho consumir. Algumas contradições que emergem disso são os/as capitalistas viverem com um conflito entre explorar ao máximo a classe trabalhadora, mas precisar do consumo dela para ampliar o capital, ainda mais os trabalhadores/es que não

conseguem consumir e até mesmo os/as que possuem esta possibilidade buscam estratégias para construções de vivências que por vezes extrapolam a mercadoria.

Para o azar dos capitalistas, é impossível aprisionar um grupo tão heterogêneo que são os/as trabalhadores/as em uma rotina, mesmo criando leis e utilizando a polícia braço armado do Estado para coagir as pessoas, ou a Escola, Imprensa e Igreja que são formadoras de opinião, ou até mesmo utilizando a internet e os influencers para bombardear trabalhadores/as de propagandas e padrões de comportamento. Não existem formas de controlar um ou vários corpos, pois é um movimento dialético, o corpo coagido, controlado por vezes é o corpo que resiste a imposições. Neste sentido,

Cabe aqui ressaltar que dizer que espaço público é aquele dotado de livre acesso não é suficiente para defini-lo. O uso de qualquer espaço requer obediência a normas e regras. Também o fato de ser de propriedade estatal não o define como espaço público. Observa-se pelos relatos apresentados que o espaço público, qualquer que seja ele e não apenas aquele programado para atender as demandas por esporte e lazer da população de uma cidade, apresenta as características selecionadas pela opção política de cada gestão, que da forma que canaliza investimentos determina funções, usos e formas de acesso (Marçal, 2012, p. 68-69).

Deste modo emergem usos e apropriações dos espaços de lazer que vão além do lazer e da prática de esportes, atividades culturais e artísticas, muitas delas surgindo contra a exclusão da população da vida urbana. Assim, por mais que espaços de lazer sejam homogêneos e imponham usos padronizados, no cotidiano aquele/a que habita a cidade, principalmente os/as que são excluídos do circuito de lazer pago na cidade buscam formas de vivenciar os espaços públicos, fugir da rotina de trabalho, aproveitando arte, cultura, lazer, vivendo a cidade enquanto lugar de festa, mesmo sem ter como pagar e consumir. Exemplo disso, as festas de rua, como o carnaval, os bailes funk, festividades religiosas, e eventos culturais. Com isso, o espaço urbano se torna público no cotidiano, quando é apropriado e ressignificado pelos/as cidadãos/ãs em diferentes usos. Sendo assim, o

lugar da diversidade, do encontro social e da possibilidade de trocas, por mais simples que sejam, como apenas encontros de olhares, saudações por sorrisos, por curtas frases, trocas de gentilezas num ajudar a atravessar uma rua, em curtas conversas em um ponto de ônibus, em conversas tranquilas dentre outros usos que os cidadãos exercem nos espaços públicos como as praças por exemplo (Silva, 2018, p. 55).

Se os/as sujeitos/as se relacionam “com o espaço através do corpo, este é a mediação necessária a partir da qual nos relacionamos com o mundo e com os outros –

uma relação com os espaços-tempos definidos no cotidiano” (Carlos, 2014, p.474), logo, as diversidades destes espaços são construídas através da pluralidade de corpos que o apropriam construindo relações socioespaciais diversas. Ao passo que o controle e homogeneização destes lugares passa pelo controle e seleção de quais corpos vão ocupar os espaços públicos, em direção oposta, as resistências são construídas nas buscas pela permanência dos diferentes corpos nos espaços públicos da cidade, bem como as praças.

Neste sentido, Silva (2018) coloca que é necessário um planejamento que leve em conta as relações cidadão/ã urbano, para que os usos sejam privilegiados é necessário que quem planeja esteja atento aos movimentos e apropriações diversas da cidade. Sendo as “práticas urbanísticas podem ser obtidas através das formas de observação compreendidas pela apropriação no uso do espaço público urbano e de pesquisas sobre literaturas específicas” (Silva, 2018, p. 55). Assim, observações e entrevistas seriam pontos chave para pensar o planejamento dos espaços urbanos, ainda

Há de se considerar que cada praça de uma cidade guarda singularidades histórico-culturais para a população que a frequenta. Nesse processo, criam-se identidades entre o usuário e o espaço público que irão desencadear no efetivo uso desse espaço por aquela população. Dessa forma, em qualquer intervenção feita nos equipamentos públicos, cujo uso seja da população em geral, é importante que se consulte os moradores da localidade (Gomes, 2007, p. 115).

Frente a isso, é que a frente serão reflexionados alguns usos observados nas praças da cidade de Catalão, buscando pensar se os espaços foram ou não pensados para estes usos, tudo que será descrito é fruto das observações levantadas durante os trabalhos de campo, infelizmente as entrevistas não foram viáveis frente à magnitude de conceitos trabalhados, burocracias a serem atendidas durante a pós-graduação e o tempo que é curto frente a tantas demandas, as quais deixam o pesquisar de fato em segundo plano.

Mas através das observações realizadas durante os trabalhos de campo, ficou evidente que os espaços não foram pensados para atender quem ocupa ou ocupava antes. As fontes desligadas, os bancos sem encostos, o corte das árvores, o fato da praça Duque de Caxias – onde se realiza a feira – não ter mais sombra e nem banheiros, da Praça das Mães – em frente a Santa Casa de Misericórdia – ter playgrounds e não ter sombra nas mesas de jogos que eram utilizadas antes da reforma, de não ter sombra para quem espera fora do hospital, ou a Praça Irca Vitória da Fonseca – onde ocorre uma batalha de rap – ter espaço *pet place* para brincar com animais de estimação, mas não ter banheiros, tomadas.

Ainda, o fato de a acessibilidade ser precária nas praças alvo da operação, principalmente, ao longo destes anos de reforma de 2017 a 2022 não ocorreu nenhuma reunião com moradores para discutir pontos de melhoria e adequação das praças que seriam renovadas, reconstruídas ou construídas, a população não teve voz durante este processo. Assim, todo o movimento desta operação urbana de requalificação das praças se caracteriza por ser autoritário, ao passo que a prefeitura decide qual praça será atingida, como será, o que vai ser alterado e como será a sua forma ao final do procedimento, programando o uso destes lugares através dessa operação urbanística.

Ao observar os usos das praças foram identificadas práticas de lazer ativo e contemplativo que estão no cotidiano das praças, passeios familiares, crianças brincando, o uso das quadras poliesportivas e das academias ao ar livre. Ficou evidente que não existe uma programação cultural nas praças, nem projetos que construam usos artísticos e culturais destes espaços. Entretanto existem algumas ocupações específicas, que criam novas programações nestes espaços, sendo assim,

Observamos assim a importância, portanto, de uma reflexão a partir das formas de apropriações, territorializações, assim como dos vieses ideários na vida social pela forma fragmentada e “guetificada”, que vai depender da leitura que é feita do mundo, dos recortes ideários, onde nos possibilita vermos novas coisas e tornamos outras mais perceptíveis (Silva, 2018, p. 59).

Estas ocupações, territorializadas nas praças, carregam grandes possibilidades e vivenciam a cidade de outra forma, para além da mercadoria. Ainda, ficaram evidentes que nestes espaços existem usos econômicos privados, de cunho individual e com busca de lucros, como por exemplo os *food trucks* nas praças Getúlio Vargas, Das Flores e Eutálio Pereira, além dos quiosques construídos na operação urbana na praça Duque de Caxias e Das Mães, que basicamente privatizam a praça em prol daquele uso durante o momento em que está em atividade, espalham mesas pelas praça, atraindo ocupantes entretanto o objetivo é consumir, o local se torna uma praça de alimentação parecida com a dos shoppings. O problema destes usos de cunho privado é que eles colocam condições e regras para ocupar o espaço, sendo um obstáculo para os usos coletivos.

Entretanto esta não é a única prática que privatiza os espaços da cidade, pois existe um processo claro de imposição de novas regras e condições em um processo de territorialização do espaço (Serpa, 2013). E com isso, o espaço deixa de ser acessível, sua acessibilidade, deixa de ser de para todos/as e passa a ser controlada, neste processo a imposição de regras é uma forma de neutralizar o/a “outro” /a impondo condições para o

uso de espaço que deveria ser acessível a todos/as cidadãos/ãs, que até pode ser fisicamente, mas simbolicamente não é (Serpa, 2013).

O espaço público se converte em uma justaposição de “espaços privatizados”; sendo compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes. Consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente (Silva, 2018, p. 56).

Neste sentido, esta justaposição de espaços privados, emerge destes territórios com regras de uso e convívio, mas também de usos mercadológicos que utilizam a praça enquanto local de atuação de comércio e outras atividades econômicas. Já as territorializações ocorrem quando grupos criam identidade com aquele espaço, criando códigos de uso que podem inclusive suprimir outros usos.

Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes “invisíveis”. É deste modo que o espaço público se transforma em justaposição de espaços privatizados; ele não é compartilhado, mas sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes (Serpa, 2013, p. 176).

Assim, grupos e sujeitos/as ao construir práticas nos espaços constroem sua identidade neles, e as praças acabam sendo conhecidas pela ocupação que se destaca como, a praça da feira, da festa do rosário etc. Processos que acabam atraindo pessoas que se identificam com o que é feito, mas que podem afastar quem não se identifica, entretanto, não se compara a privatização do espaço que impõe o ter ou não poder de compra para consumir estes espaços. Mesmo com barreiras identitárias é importante compreender que

o território faz parte de um conceito mais intrínseco ao espaço social, onde os elementos do espaço e o conjunto de ações afirmam a integralidade da dimensão física, simbólica e cultural. Ou seja, essa inseparabilidade entre o espaço e as ações nele praticadas, afirmam o valor cultural de cada sociedade e enfatiza a importância quanto a capacidade que os seres humanos têm de atribuir significados às coisas. Entender a territorialização é poder analisar o percebido, transpondo a materialidade, por possuir valores carregados de significados sociais estabelecidos (Silva, 2018, p. 69).

Este espaço da praça construído através do uso coletivo cotidiano, norteados pela cultura popular e formas de lazer que nem sempre são as ditadas pelos modismos do mercado acabam construindo espaços próprios de determinados grupos. Neste contexto, sempre que existe um uso que se sobressai com outros a acessibilidade coletiva acaba

sendo dificultada, e vai se criando nichos de ocupação com público definido, formando bolhas dentro do espaço urbano, impedindo que estes espaços sejam ocupados coletivamente, mas faz com que seja cada vez mais necessários mais espaços de lazer para todos as localidades.

Outro uso identificado foi a feira, que ocorre aos domingos na praça Duque de Caxias e nas ruas ao seu redor, a ocupação é antiga e tradicional na cidade, carrega a tradição dos/as camponeses/as que viviam nos arredores da cidade e na região e periodicamente vinham à cidade para comercializar seus produtos. A feira livre tem a venda de produtos de hortifruti, legumes, carnes e outros produtos como roupas, além de uma praça de alimentação com venda de salgados e quitandas.

Moradores/as da cidade tem a ida na feira como um programa semanal, a representatividade dela na cidade é tanta que a o local é conhecido como popularmente “Praça da Feira”. Por mais que este uso não tenha sido pensado durante a reforma ele segue acontecendo e ressignificando uma praça que não foi feita para o permanecer. Além de dar centralidade às pessoas que vivem no campo, a feira atrai diferentes públicos, mesmo sendo uma ocupação em prol do consumo como são produtos de preço relativamente mais acessíveis acaba sendo uma ocupação popular e plural.

Nas praças Irineu Nicoletti e Aguiar de Paula ocorre uma ocupação tradicional da cidade que é a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário, que já acontece há 147 anos, uma mistura de cultura e religiões afro-brasileira e católica. A festa tem um misto de programação cultural, religiosa, artística e comercial, para além das missas, terços ocorre a apresentação dos tradicionais ternos de congo da cidade que percorrem toda Catalão durante os dias da festa e se apresentam em frente à igreja na praça Irineu Nicoletti onde são colocadas tendas e o palco em que acontecem as missas.

Perto da praça ainda se situa o popular “Ranchão” em que acontecem shows, leilões e festividades. Já a praça Aguiar de Paula durante a festa é cercada pelas “barraquinhas” que compõem uma grande feira livre com produtos diversos que são vendidos com preços menores que do comércio convencional, a festa dura em torno de nove dias e atrai milhares de pessoas para desfrutarem das programações oferecidas. Por ser de uma festa de origem na cultura negra, a festa dá visibilidade e centralidade para públicos diversos, e ainda apresenta diversas programações gratuitas fazendo com que ela seja democrática, representando a essência da cultura popular. A festa geralmente ocorre nas duas primeiras semanas de outubro, anualmente e fora deste período as duas praças

servem como ponto de apoio a quem está indo ao centro da cidade, mas a programação principal delas é a festa.

Outra ocupação cultural identificada nas praças é a Batalha do Setor que ocorre na praça Irca Vitória da Fonseca, um movimento de jovens que organiza batalhas de rap há sete anos, semanalmente ocorrem encontros para realizar o evento ligado a cultura hip hop, instituindo na praça uma ocupação noturna que reúne dezenas de jovens. Esta ocupação propõe uma nova programação na praça, conflitante com a planejada para ela. Ainda, esta praça é utilizada como espaço de eventos políticos e culturais atrelados a coletivos e a Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

Nas outras praças alvo da operação não foram observados outros usos organizados que ressignificam esses espaços, mas com estes exemplos relatados fica claro que os/as cidadãos/ãs se movimentam para construir situações de lazer e de vivência da cultura popular. Assim, Caldeira (2014) aponta que o lazer pode ser um momento de experimentação, transgressão, risco e troca de experiências, é possível estender o pensamento para a vida cotidiana em si na qual as pessoas buscam experiências diversas.

As pessoas excluídas dos espaços de lazer buscam estar neles de diferentes formas como através da pichação, forma em que expressam na cidade seu descontentamento ou buscam uma espécie de reconhecimento, uma forma de ser vista mesmo que sem ser conhecida. “A pichação é certamente a prática que sintetiza essa tendência de modo mais explícito. Ela nunca esteve restrita às periferias: é do risco” (Caldeira, 2014, p.15). Uma forma de se expressar e que está em toda cidade de forma onipresente (Caldeira, 2014), uma arte de protesto e que reivindica o direito de estar em espaços não planejados.

As pichações representam também o conflito entre o que está planejado para um lugar, os planejadores entendem como belo e o que a população em sua pluralidade faz com este espaço depois de inaugurado. Deste modo pode ser identificada enquanto uma forma de lidar com o estranhamento causado pelas contradições da vida urbana, dentre elas a de estar em um espaço construído através de seu trabalho e ao mesmo tempo se deparar com diferentes obstáculos para a apropriação deste. Em Catalão não é diferente e é possível se deparar com pichações em diferentes praças (Mosaico 35).

Mosaico 35: Pichações nas praças de Catalão

Fonte: autoria própria (2023).

Durante o campo para além destas foram encontradas várias pichações nas praças, desde frases de protestos, desenhos e nomes diversos, sendo uma forma de linguagem urbana. Entretanto, a pichação é uma espécie de violação a praça enquanto mercadoria, vista enquanto vandalismo, é colocada por muitos como uma forma de estragar o patrimônio público, os mesmos espaços que não recebem a manutenção necessária recebem o rótulo de lugares vandalizados, jogando para a população o peso dos espaços não estarem em boas condições.

Usos que são plurais ao passo que apresentam mais objetivos do que a venda de uma mercadoria, construindo espaços de trocas afetivas, de conhecimento e experiências diversas. Harvey dialoga com Lefebvre e chama espaços como estas praças de espaços heterotópicos,

O conceito de heterotopia defendido por Lefebvre (radicalmente diferente do de Foucault) delineia espaços sociais limítrofes de possibilidades onde "algo diferente" é não apenas possível, mas fundamental para a definição de trajetórias revolucionárias. Esse "algo diferente" não decorre necessariamente de um projeto consciente, mas simplesmente daquilo que as pessoas fazem, sentem, percebem e terminam por articular à medida que procuram

significados para sua vida cotidiana. Essas práticas criam espaços heterotópicos por toda parte (Harvey, 2014, p. 22).

Assim, a busca por significado em uma vida marcada pelos fluxos acelerados, da falta de tempo para construção de laços com pessoas e espaços, e um período marcado pela intransigência imposta por um sistema que busca a todo tempo otimizar a produção econômica, faz com que surjam os espaços heterotópicos, os quais carregam o potencial revolucionário, antes mesmo da revolução, que caminham na contramão da programação capitalista do espaço. Estes espaços são alternativos ao que está posto, sendo a sementeira (Harvey, 2014), para que os movimentos revolucionários possam florescer.

A teoria de Lefebvre de um movimento revolucionário situa-se exatamente no polo oposto: a confluência espontânea em um momento de "irrupção", quando grupos heterotópicos distintos de repente se dão conta, ainda que por um breve momento, das possibilidades da ação coletiva para criar algo radicalmente novo (Harvey, 2014, p. 22).

Estes espaços, construídos através da cultura popular mesmo dentro da sociedade capitalista, representam um movimento de ruptura a toda organização capitalista que tem por objetivo controlar a vida da classe trabalhadora, assim, se tornam terrenos férteis para a construção de processos revolucionários. São usos que emergem da busca por romper com a segregação que é estrutural dentro do sistema capitalista. E com isso,

A discussão sobre a segregação como representação coloca também sob nova perspectiva a discussão sobre o direito à cidade. O direito à cidade deve incluir o direito aos espaços públicos de representação, o direito à produção de representações a partir da dialética entre o concebido e o vivido no cotidiano dos lugares urbanos na contemporaneidade (Serpa, 2013, p. 176).

Promovendo assim para além da acessibilidade física o acesso a estes espaços para todos/as, que possam permanecer nos espaços, bem como decidir como estes serão construídos e reformados.

O direito à cidade, portanto, aponta a negação do mundo invertido, aquele das cisões vividas na prática socioespacial, das representações que criam a identidade abstrata (na indiferença da constituição da vida como imitação de um modelo de felicidade forjado na posse de bens); da preponderância da instituição e do mercado sobre a vida; do poder repressivo que induz à passividade pelo desaparecimento das particularidades; da redução do espaço cotidiano ao homogêneo, destruidor da espontaneidade e do desejo. Assim, a superação da segregação socioespacial encontra seu caminho na construção do direito à cidade, como projeto social (Carlos, 2013, p. 109).

Pensar estes usos em relação ao direito à cidade, é entender que existem diferentes possibilidades no urbano, para além do que é programado nas reformas, requalificações e operações urbanísticas, por mais que as formas destes espaços sejam organizadas para evitar ocupações coletivas, tenham seus usos bem definidos as possibilidades emergem ou se modificam para se manter nesses novos espaços. O que nos leva a pensar a cidade para além do direito à propriedade privada, pensar através da busca coletiva pelo direito à cidade, este que é um conceito de Lefebvre (2001), e que é interpretado por diferentes autores/as, para Lefebvre (2001) o direito à é um ponto de convergência que reúne as diferentes exclusões, sendo também o inverso a possibilidade de aglutinação dos diferentes movimentos que lutam por uma sociedade mais plural.

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados (Harvey, 2014, p. 28).

Neste sentido, os/as cidadãos/ãs são na cidade para além de usuários/as passivos/as dos espaços, devem construir os espaços à sua maneira, para que estes atendam às suas reais necessidades. Mesmo frente às constantes reformas existem as ressignificações cotidianas dos espaços, mas a luta pelo direito à cidade caminha na busca de uma cidade que seja construída e vivenciada por todos/as, que tenha acesso aos espaços para além da acessibilidade. A luta pelo direito à cidade existe para que a vida urbana não seja vivida enquanto forma de privação (Carlos, 2013), dos corpos e desejos diversos. Isto por que,

O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais proibidos desejos (Harvey, 2014, p. 63).

A exclusão da cidade intersecciona causas diversas, dos/as trabalhadores, das mulheres, LGBTQIAP+, comunidade negra, das pessoas pobres e de todos os outros grupos que vivenciam uma série de exclusões sociais, econômicas e políticas, que se materializam na segregação de diferentes espaços da cidade. Todos estes grupos, em sua

maioria acabam habitando a margem da cidade e do sistema capitalista estando sujeitos/as às movimentações e imposições da burguesia.

Porém, se esses diversos movimentos de oposição se unissem de alguma maneira agregando-se, por exemplo, em torno da reivindicação do direito à cidade-, quais deveriam ser suas exigências? A resposta a essa pergunta é bem simples: maior controle democrático sobre a produção e o uso do excedente. Uma vez que o processo de urbanização é um dos principais canais de uso, o direito à cidade se configura pelo estabelecimento do controle democrático sobre a utilização dos excedentes na urbanização (Harvey, 2014, p. 61).

Deste modo, a democratização da cidade passa diretamente pela democratização dos espaços políticos de decisão, nos quais a classe trabalhadora poderá decidir como aplicar o excedente urbano. Decidir o que e como vai ser construído, utilizar os recursos da cidade em prol do coletivo e não só dos interesses capitalistas. Para Carlos (2013, p. 108),

O desenvolvimento da propriedade e da apropriação privada da riqueza social gerada encontra seus limites na existência social, na consciência que surge da massacrante desigualdade. Trata-se do trabalho do negativo que surge da práxis e aposta na construção de um projeto de “uma outra sociedade” capaz de contestar a propalada “missão civilizatória do capital”, questionando a ideia de cidadania no momento em que o cidadão desaparece, envolvido no mundo das coisas, transformado em consumidor de bens e serviços, e, nesta condição, reduzindo à passividade.

Em um movimento dialético, a própria situação de desigualdade faz com que emergja a consciência naqueles/as que são explorados/as de que estão vivenciando uma série de injustiças, e por consequência o instinto de sobrevivência faz com estratégias de vivências urbanas sejam criadas, para que os/as trabalhadores/as possam vivenciar a cidade em sua amplitude para além da mercadoria. Por isso, Carlos (2013) reforça que vão surgindo movimentos sociais urbanos que buscam a superação desta situação e a transformação radical da sociedade que vivencia o urbano enquanto diferentes formas de privação, estranhamento e caos.

Com isso, a essência da luta pelo direito à cidade está em questionar o sentido da cidade e da vida urbana, produzida através dos excedentes que são fruto da exploração das forças de trabalho, submersa em privações e segregações diversas as quais separam a cidade dos/as trabalhadores/as.

Neste sentido, Harvey (2014, p. 63) aponta que, o aumento da parcela do excedente “controle do Estado só funcionará se o próprio Estado reformular-se, e voltar

a se colocar sob o controle democrático do povo. Cada vez mais, vemos que o direito à cidade vem caindo nas mãos de interesses privados ou quase privados”. É por isso que enquanto bairros onde estão as classes dominantes recebem vários investimentos, os outros onde estão a grande parcela da população são deixados de lado, sem cuidados básicos, sujeitos a vandalismos e a dominações diversas do mercado financeiro. Para Carlos (2013) o direito à cidade pode ser entendido como uma necessidade de superação da contração valor de uso-troca, colocando a cidade enquanto mercadoria, e que só teria resultados se ocorresse a superação da propriedade privada, em diálogo com Lefebvre ela aponta que,

Nos termos apontados por Henri Lefebvre ele coloca em xeque a totalidade da sociedade submetida à economia e à política que sustenta e apoia. Para o autor, o direito à cidade manifesta-se como forma superior dos direitos na condição de direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto da propriedade) se imbricam dentro do direito à cidade, revelando plenamente o uso (Carlos, 2013, p. 108).

Por isso, os diferentes movimentos sociais podem encontrar na luta pelo direito à cidade um ponto de convergência e de luta coletiva, pois suas exclusões diversas são marcadas pela segregação da cidade e a vida urbana. Dessa forma, o caminho em direção ao “direito à cidade propõe a construção de uma nova sociedade, colocando em questão a própria sociedade urbana – suas estruturas – e a segregação como a forma predominante da produção do espaço urbano capitalista” (Carlos, 2013, p. 103). Com isso, luta pelo direito à cidade é em essência anticapitalista, pois questiona a exclusão da classe trabalhadora aos espaços, por sua vez existe materializada em lugares que são mercadoria, condicionados ao ter como pagar para consumir, mas também é simbólica e política pois os espaços de decisão na cidade contemporânea são ocupados pela burguesia.

Neste sentido, é uma luta contra a desigualdade entre as classes, seja ela política ou econômica, contra a exploração e alienação do trabalho. Harvey aponta,

Nossa tarefa política, sugere Lefebvre, consiste em imaginar e reconstituir um tipo totalmente novo de cidade a partir do repulsivo caos de um desenfreado capital globalizante e urbanizador. Contudo, isso não pode ocorrer sem a criação de um vigoroso movimento anticapitalista cujo objetivo central seja a transformação da vida urbana do nosso cotidiano (Harvey, 2014, p. 20).

Sendo assim, o urbano para todos/as passa pelo processo de luta contra as mazelas do capitalismo, que como Mascarenhas (2001) aponta é uma fábrica de pobreza, que atua

de forma desigual favorecendo as classes dominantes. O ponto chave é que todos estes espaços homogêneos e hierarquizados são planejados em prol da exclusão dos corpos, logo, enquanto o planejamento urbano for feito pela burguesia ele vai defender interesses do mercado acima dos direitos coletivos, e o urbano vai continuar sendo segregado a classe trabalhadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão construída na pesquisa evidencia que a produção espacial enquanto parte do sistema capitalista é também condição, meio e produto para a reprodução de desigualdades e exclusões diversas, dentre outras problemáticas inerentes a construção de uma sociedade pautada em relações socioespaciais atravessadas pela posição desigual que as classes sociais ocupam no sistema. Além da hegemonia e do controle da burguesia nos espaços, a classe trabalhadora, em meio a luta de classes, disputa o acesso e a reprodução dos espaços da cidade.

Para os trabalhadores/as a vida urbana é marcada pelo mal-estar de desejos e subjetividades não saciadas, em muitos casos nem as necessidades básicas para a vida são ofertadas. Isto porque, além de coordenar a produção, lucrar e dominar os espaços, a burguesia é responsável por definir qual será o uso deles, direcionando os usos para o consumo. A vida da grande maioria das pessoas acaba sendo programada para trabalhar e consumir, de modo que existe um controle real, nos mínimos detalhes da rotina da classe trabalhadora.

O Estado, que devia ser democrático e ocupado por diferentes grupos da sociedade civil, é controlado pela burguesia e atua como o seu representante institucional, materializando as condições necessárias para a realização dos empreendimentos capitalistas e defendendo os interesses desta classe. As instituições atuam em conjunto com o estado para manter vida da classe trabalhadora controlada nos mínimos detalhes para que estes/as apenas trabalhem e consumam.

O poder estatal é utilizado para implantar instrumentos urbanísticos como as Operações Urbanas, responsáveis por adequar o urbano alterando sua forma, funcionalidade e sentido. Nestes processos de alteração não importa o que os habitantes pensam, necessitam e possam colaborar, tudo isso é ignorado, pois o intuito é adequar os espaços a novos empreendimentos e os custos socioambientais destes projetos e os problemas a longo prazo são negligenciados em troca de um lucro momentâneo e individual de algum empreendedor. Por isso, o cotidiano passa a ser marcado pelo mal-estar dos desejos não saciados, pela exclusão aos espaços e pela vivência em diferentes conflitos num contexto de submissão-subversão.

Ficou claro ao longo da pesquisa que os processos globais de reprodução do espaço capitalista que ocorrem em grandes metrópoles se repetem em Catalão (GO), uma média cidade que está sendo incluída nessa divisão internacional do trabalho. O papel que

o município ocupa no contexto global de acumulação é responsável por coordenar as constantes alterações que ocorrem em seu espaço urbano.

Neste sentido, ao longo do processo de desenvolvimento do município houve um processo de atração de investimentos e tecnologia, por meio de uma série de administrações pautadas na governança urbana empreendedorista que se aproveitaram do fator da localização estratégica de Catalão (GO) para atrair estes investimentos públicos e privados responsáveis por incluir o município no meio técnico-científico-informacional. Devido a estes e outros fatores o município cresceu e se tornou um polo dinamizador, com uma economia forte e diversificada atraindo novos fluxos, capitais e pessoas. Este processo foi materializado no espaço através de diferentes obras que dinamizaram o espaço da cidade.

Os diferentes agentes transformadores do urbano de Catalão (GO) elevaram os dados econômicos do município, porém estes números destoam ao se comparar com a infraestrutura e serviços oferecidos na cidade, logo, o quantitativo das pesquisas mascaram a qualidade de vida, as grandes obras e operações urbanas criam uma cortina de fumaça frente aos diferentes problemas vividos pelos/as habitantes. A prática das obras faz parte de uma lógica populista para que além de atrair investimentos os governantes possam “mostrar serviço” e angariar votos.

Ao pensar as Operações Urbanas das praças ficou claro que os interesses coletivos da população foram negligenciados, também pelo fato de que a sociedade civil não participou do processo de planejamento dessas operações, não foram consultadas para que seus desejos e necessidades fossem evidenciados. Um projeto urbanístico foi criado e aplicado com a participação do Estado na figura do executivo municipal, e carrega o DNA e interesses de uma administração que parece não se importar com os problemas e necessidades de quem habita à cidade, um processo centralizado e que carregará a figura do prefeito seja para o bem ou para o mal. Assim, os interesses individuais foram colocados à frente do que o coletivo necessitaria, talvez numa tentativa de celebrar a figura de um prefeito que deixou sua marca com grandes obras, porém também ficará marcado por materializar os diferentes problemas que emergiram após as Operações Urbanas nas praças.

Dentre as questões observadas uma contradição chamou atenção existe uma glamourização destas praças, que são reinauguradas, com comícios políticos, algumas com shows e ampla divulgação na cidade para atrair os olhares das pessoas, porém ficou claro que existe um abandono destes locais, os quais não recebem a manutenção devida

para que fiquem conservados como após a Operação Urbana. Isto pode ter dois motivos, um é devido ao aumento do valor de manutenção destes espaços, e outro é que já estão em um processo de sucateamento para que daqui um tempo novas operações as renovem chamando de novo a atenção da população.

Porém, cotidianamente os equipamentos quebrados são um empecilho para que as pessoas possam praticar esportes, as fontes que passaram a maior parte do ano desligadas podem ser vetores de doenças, dentre os outros elementos estragados que podem causar acidentes e que deixam o lugar um tanto quanto “feio” e juntamente com os lixos são problemas para que as pessoas possam ocupar estes espaços. Além disso, qual o sentido dos rios artificiais e das fontes luminosas se na maioria do tempo ficam secos ou com a água parada? Isto leva a pensar que o pós destas construções não foram pensados por quem planejou.

Ainda, a falta de árvores é um grande problema, pois a sensação térmica nas praças ficou mais alta, o albedo ficou maior, durante o dia é praticamente impossível permanecer nestes espaços. A troca da natureza por elementos naturais antropizados como um rio construído se mostra problemática, a manutenção é mais cara, não existe uma funcionalidade para a ocupação como as sombras das árvores, e cria uma paisagem artificial distante de uma estética mais natural. Parece a repetição da estética de outras cidades do estado goiano que são baseadas no turismo aquático, como Caldas Novas (GO) e Rio Quente (GO) que apresentam praças e locais dentro de hotéis e clubes em que são criados rios, quedas d’água, praias dentre outros elementos que são artificiais, mas imitam a natureza. E fica clara a repetição das formas quando se nota que todas as praças possuem a mesma cor, os mesmos equipamentos, espécies ornamentais e principalmente a fonte luminosa revestida de azulejos amarelos que é uma marca deste processo.

Além disso, nada justifica o corte de espécies saudáveis, muito menos uma fútil opção estética, não obstante o município de Catalão (GO) foi condenado pelo Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) e não pode remover mais árvores saudáveis ou com problemas fitossanitários passíveis de recuperação para substituí-las em revitalizações, a condenação divulgada no Diário do Estado de Goiás é devido a retirada de diversas árvores que ocorreu na cidade desde 2017. Este é um resultado de diferentes processos realizados durante todo este período, e a sentença é de multa de R\$ 2. 000,00 por cada espécie retirada e limitada a R\$ 200.000,00, valor que é irrisório se comparado a receita do município e ao valor real dessas espécies que é impossível de ser mensurado.

Todavia, este é um importante passo para elaborar uma crítica às operações feitas de forma irresponsável, afirmando que o projeto arquitetônico tem que ser adequado para manter as árvores no local e não ao contrário. Atestando também a irresponsabilidade socioambiental da administração municipal por praticar tais atos, não é possível saber se a medida vai ser cumprida, entretanto cabe refletir sobre qual é o compromisso de um governo que pratica tais ações, a fala dos/as habitantes precisa ser respeitada e escutada em obras como estas, para não reproduzir tais problemas estruturais, socioambientais e principalmente para que a cidade tenha a cara de sua população e não do prefeito.

Por isso, a prefeitura ao pensar em realizar Operações Urbanas como as das praças deveria assumir o compromisso de escutar a população, em um processo de reuniões que formariam um fórum da reforma urbana, coordenado pelo poder municipal, profissionais da cidade, mas também por representantes dos bairros da cidade, com o objetivo de levantar e debater as necessidades de infraestrutura levantadas pela população que moram nestes espaços. Para isso, também são necessários abrir espaços de escuta em reuniões em que estes representantes colem as informações da população. O orçamento destinado à alteração das praças deveria ser discutido e votado pelo conselho.

Ainda, por que não abrir os projetos das praças para a população votar e escolher o qual deseja, tudo isso poderia como uma política pública voltada a regulamentar Operações Urbanas de revitalização/requalificação das praças do município. Além disso, a apresentação das Operações Urbanas de alteração destes espaços públicos deveria ser feita a toda população em sessão aberta e divulgada na câmara dos vereadores de modo que se justifique publicamente quais serão as alterações feitas nestes espaços, e na inauguração destes deveria ocorrer uma prestação de contas, referente ao valor gasto é referente às alterações feitas, de modo que alterações arbitrárias e irresponsáveis sejam coibidas. Afinal se existe uma feira livre, um movimento cultural ou esportivo que ocupa esses espaços nada mais justo que estas atividades sejam fomentadas em novas requalificações, e para isto estas pessoas bem como toda população precisam ser ouvidas.

Em relação às praças enquanto espaços públicos de lazer, observa-se uma visão do lazer enquanto momento de consumo que se sobrepõe a outras perspectivas, por isso, os espaços públicos sucateados fazem parte uma estratégia que designa as pessoas a passar seu tempo livre em espaços privados voltados ao consumo seja em casa, shopping centers entre outros. Assim, até mesmo o tempo em que a classe trabalhadora teria para usar da forma que desejar passa a ser controlado em prol do consumo.

No mais, foram notadas ocupações que fogem a este controle capitalista, construídas no cotidiano para superar os obstáculos materializados pela Operação Urbana e pela programação dos usos. Seja na feira livre, nos movimentos culturais, ou em outros usos individuais e coletivos, mesmo com estas morfologias que são feitas para espantar as pessoas destes espaços, elas buscam utilizá-los a com suas práticas próprias de si, que nem sempre caminham em consonância com a programação.

Lefebvre (2001) evidencia que o uso não econômico da cidade, pelo encontro, pela festa, são momentos em que a cidade é ressignificada, restaurando o seu potencial criativo e dos/as habitantes. O autor propõe que este caminho coletivo deve ser construído através de uma práxis que é crítica em uma produção teórica que questione esta lógica violenta e que é política em atitudes cotidianas contrárias ao que está posto.

A aqueles que desejam construir uma prática crítica nos estudos urbanos dos espaços públicos de lazer das médias e pequenas cidades propomos que sigam um caminho pautado no levantamento bibliográfico em autores que questionam esse modelo de produção do espaço pautado no urbanismo e na governança empreendedora, como Lefebvre, Carlos, Harvey, Corrêa dentre outros. É importante que se analise o contexto socioeconômico da cidade da pesquisa, para tentar entender e analisar o papel o qual ela ocupa nas divisões locais e internacionais do trabalho, isto mostrará quão intenso são as interferências capitalistas nestes espaços. Além disso, é de grande importância pensar o contexto político local, para compreender os interesses das burguesias locais e dos governantes a fazer tais Operações Urbanas.

Após isso, é importante analisar se existe um padrão na reprodução destes espaços, os trabalhos de campo com a ficha de catalogação são de grande ajuda, o exemplo de ficha utilizado nesta pesquisa segue no Apêndice A, mas é prudente adequar as questões às peculiaridades do local de pesquisa. Em relação às ocupações é necessário que faça visitas em horários diferentes manhã, tarde e noite, na semana, nos fins de semanas, feriados no maior número de vezes possível para observar os diferentes ritmos de ocupação. É possível realizar a aplicação de questionários e entrevistas com os ocupantes, pois isso é de grande valor para compreender o que estas pessoas praticam e acham destes espaços. Por fim, a análise precisa ser crítica pautada na relação entre teoria e empírico, com o intuito de se produzir um diagnóstico de reprodução e ocupação destes espaços.

Com esta pesquisa ficou claro que nas pequenas e médias cidades existem diferentes disputas e conflitos causados pela reprodução do espaço capitalista, que

confronta com os usos cotidianos. Mas ficou evidente que mesmo com as programações, opressões e coações diversas a população resiste às imposições produzindo um espaço que é próprio deste lugar, fruto das suas relações socioespaciais cotidianas. Ocupações as quais extrapolam os limites colocados pela Operação Urbana, e que carregam possibilidades revolucionárias diversas, por questionar o que foi padronizado e mesmo sem a intenção política clara propor novas formas de se viver a cidade. Entretanto este potencial precisa ser incluído nas lutas diversas por direitos, fundamentado pela ciência e direcionado ao caminho do questionamento político de tais problemas, pois se isto não for feito ele será perdido e absorvido ou oprimido pelo próprio sistema capitalista.

O direito à cidade é uma utopia que pulsa em cada gueto, periferia, bairro popular, cidade grande, pequena, média ou metrópole em que as pessoas lutam pelo direito de viver para além de uma sobrevivência pautada na exploração de seu trabalho e no consumo de mercadorias e signos diversos, estas pessoas que lutam por direitos diversos querem um espaço ativo em uma sociedade que a todo momento as excluem. Esta utopia precisa viver e se tornar uma práxis política de resistência e combate a toda e qualquer exclusão.

Afinal, todo/a e qualquer indivíduo que é excluído socialmente tem o mesmo desejo que expressam Cidinho e Doca em sua música “Eu só quero é ser feliz/ Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é/ e poder me orgulhar/ E ter na consciência que o pobre tem seu lugar”. Todo este desejo de ter sua existência respeitada, e de viver que cada pessoa carrega em si é revolucionário e precisa ser colocado enquanto combustível de uma práxis que busque mudar a condição desigual do urbano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Matheus, Em menos de uma hora, chove 23,5mm em Catalão e casa transtornos; veja vídeos, Zap Catalão, 2023. Disponível em: <<https://www.zapcatalao.com.br/em-menos-de-uma-hora-chove-236mm-em-catalao-e-cao-cao-transtornos-veja-videos/>> Acesso: 27/06/2023.

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório-O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista da RET, Marília**, v. 5, n. 8, p. 1-31, 2011.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O planejamento de pesquisas qualitativas. In _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 147-176.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-normaatualizada-pe.pdf>>. Acesso em: Acesso: 27/06/2023.

BRASIL, **Lei nº 6766, de 19 de dezembro de 1979, Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm>. Acesso em: Acesso: 27/06/2023.

BRASIL, **LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e das outras providências, Brasília, 10 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso: 27/06/2023.

BRASIL. **Lei nº 13.443, de 11 de maio de 2017. Altera a Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13443.htm>. Acesso em: Acesso: 27/06/2023.

BARBOSA, Eliana Rosa de Queiroz; SOMEKH, Nadia; MEULDER, Bruno De. Territórios expectantes e os instrumentos urbanísticos: o caso da Operação Urbana Água Branca. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, p. 451-471, 2019.

BUENO, Edir de Paiva. **Cidade de Catalão: Um espaço urbano em expansão e em mutação**. X EREGEO, Catalão, 2007.

CALDEIRA, T. Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. **Novos Estudos - CEBRAP**. 1. (2014) p. 13-20. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/nec/a/sGMBsf83p69mKmzyLb4bPsL/> > Acesso: 21/10/2021.

CARLOS, A. F. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 1-36.

_____. Ana Fani. A prática espacial urbana como segregação, In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato, PINTAUDI, Silvana Maria. (orgs.) **A cidade contemporânea- segregação espacial**, São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

_____. Ana Fani. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico, In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Borges (orgs.) **A Produção do espaço urbano – agentes e processos, escalas e desafios**. Editora Contexto, São Paulo, 2011a. P. 53-73

_____. Ana Fani. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

_____. Ana Fani. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014. Disponível em: < O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade | GEOUSP Espaço e Tempo (Online)> Acesso: 18/04/2023.

CATALÃO. Lei Complementar nº 3.441 de 08 de dezembro de 2016. **Lei de Uso e Ocupação do Solo no Município de Catalão (GO)**, Catalão, 2016 p. 29.

CATALÃO. Lei n.º 2.210, de 05 de agosto de 2004. **Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão e das outras providências**. Catalão: Prefeitura Municipal de Catalão. 2004.

CATALÃO, Lei 3.439, de 08 de dezembro de 2016. **Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão e das outras providências**. Catalão: Prefeitura Municipal de Catalão. 2016.

CATALÃO, **Lei orgânica nº 845, constituição do município**, Catalão: Prefeitura Municipal de Catalão. 1990.

CATALÃO, **Prefeitura Municipal, Catalão, 2023**. Disponível em: <<https://catalao.go.gov.br/>> Acesso: 27/06/2023.

CATALÃO. Prefeitura Municipal, **Revisão do plano diretor de Catalão: diagnóstico final** / Coordenadores Francisco C. Silva Coelho, Marcos Martins Borges, Vinicius

Gomes de Aguiar. – Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2017. 219 p. Disponível em: <<https://www.planodiretorcatalao.com.br/relatorio-final>> Acesso: 21/10/2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede urbana**, 2º ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. Roberto Lobato. Quem produz o espaço urbano In: **O espaço Urbano**, 4º ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.p. 11-31.

COSTA, Carmem Lúcia. **A Construção do Lugar a Partir do Espaço Programado – O Caso Da Vila Teotônio Vilela em Catalão-GO**, Dissertação de Mestrado, IESA/UFG Catalão, 1998.

CRUVINEL, Evelyn de Castro; MARINHO, Fernanda V. da Mota; SATEL, Clecia Ivânia R. **Índice de desempenho dos Municípios goianos – 2020/2021 – Goiânia**: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2021.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 24, 2022.

GOIÁS, **Emenda constitucional 01 de 5 de outubro de 1989, Dá nova redação ao § 2º do art. 180, da Constituição do Estado. Goiás, Goiânia**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70434/CE_GO_EC_74-2022.pdf?sequence=8&isAllowed=y> Acesso: 27/06/2023.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. De largo a jardim: praças públicas no Brasil— algumas aproximações. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 5, n. 1, p. 101-120, 2007.

HARVEY, David, **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, 251 pp.

_____, David. **Cidades rebeldes**, São Paulo, Boitempo, 2014.

IBGE. Cidades – **Catalão**. Rio de Janeiro: IBGE/CTR, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/catalao/panorama>> Acesso: 27/06/2023.

IBGE. Cidades – **Goiás**. Rio de Janeiro: IBGE/CTR, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>> Acesso: 27/06/2023.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. Tradução de Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Perspectiva, 1973

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadão. **Boletim Paulista de Geografia**: Trabalho de campo, São Paulo, n. 84, p.77-92, jul. 2006.

LEÃO, M. **Mães buscam por vagas nas creches em Catalão, Blog do Mamede, Catalão, 21 de jan. 2019.** Disponível em: <<https://www.blogdomamede.com.br/?p=64664>> Acesso em: 02/12/2022.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 1991.

LIMA, Lucas Francisco Sousa de. **Especulação imobiliária em catalão (go):** A inserção urbana para moradores dos bairros localizados a Sudeste da BR-050 (2000-2017). Dissertação de mestrado. PPGGC/ UFG-RC, Catalão, 2019.

LIMA, Thiago Hernandes de Souza. As praças: história, usos e funções. **Estudos. Revista de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Unimar**, v. 12, p. 97-110, 2008.

LIMA, Valdivino Borges de. **A espacialidade da indústria em Goiás:** a nova" marcha para o oeste"-o exemplo de Catalão. Dissertação de Mestrado, IESA/UFG, Goiânia, 2015.

MARX, Karl H; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** Versão eletrônica, Ridendo Castigat Moraes, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooks.brasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>> Acesso em: 15 de novembro de 2022.

MARÇAL, Patrícia Souza Rocha. **O clube do povo de Catalão (GO) – 1984-2011: histórias contadas, territórios vividos,** Dissertação de mestrado, PPGGC/ UFG-RC, Catalão, 2012.

MARTINS, P. C. **Os “Gigantes” na dinâmica urbana de catalão (GO):** A atuação do capital – da especulação à verticalização (1975-2010), Dissertação de Mestrado, PPGEU- UFG-RC, 2011.

MATOS, Olgária C. F. - A Cidade e o Tempo: algumas reflexões sobre a função social da lembrança. **Espaço e Debates**, n. 7, p. 45 a 52, out./dez, 1982.

MASCARENHAS, Fernando. O lazer e o príncipe eletrônico. **Licere**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 46-60, 2001.

MATOS, P. C. P. **O programa minha casa, minha vida na produção e apropriação do espaço urbano em Catalão (GO),** Dissertação de Mestrado, PPGEU/UFG-RC, Catalão, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018

ONU - Organização das Nações Unidas. **Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular**, Paris (França), 1989.

ONU. **Carta das Nações Unidas. 1948.** Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> – Acesso em: 28/06/2023.

PALLEN, J. O aparecimento das cidades. In: **O mundo urbano.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

PENINHA, **Chuva forte provoca alagamentos em cidades de nossa região, Jornal do Peninha, 2021.** Disponível em: < <https://jornaldopeninha.com.br/8541-2/>> Acesso: 27/06/2023.

PIRES, Cyntia Miguel, **CATALÃO (GO): uma contribuição ao estudo de cidades médias.** Dissertação de Mestrado, PPGeo/ UFU, Uberlândia, 2009.

ROBBA, Fabio, MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras**, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SERPA, Angelo. Segregação, Território e Espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato, PINTAUDI, Silvana Maria. (orgs.) **A cidade contemporânea- segregação espacial**, São Paulo: Contexto, 2013. p. 169 -188.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

SILVA, Débora Alice Machado da et al. **Importância da recreação e do lazer.** – Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SILVA, Magda Valéria. **O Meio Técnico-Científico-Informacional e a Estruturação Da Rede Do Pólo De Moda Íntima Em Catalão/Goiás**, Dissertação de Mestrado, IESA/ Goiânia, 2005.

SILVA, Max Wesley Florentino da. **Se essa praça fosse minha, eu mandava, eu mandava ocupar:** entre permanências e mudanças nas praças de Campina Grande-PB em suas revitalizações (2013 a 2017), PPDR/ UER, Campina Grande, 2018.

SOUZA, Flávia Kênia de Jesus. **Apropriação e Rtimanálise dos Parques Urbanos pelas práticas de lazer – Estudo de Caso parque Marcos Veiga Jardim – Goiânia – GO**, Dissertação de Mestrado, PPGeo/ UFG, Goiânia, 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação /** São Paulo: Atlas, 1987.

URRIOLA, Luis Miguel Gomez Cornejo; BARBOSA, Gisele Silva. Estado, capital privado e os processos de revitalização urbano-regional: o caso de Lima e Callao. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 24, 2022.

VAINER, Carlos, Pátria, empresa e mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos, **A Cidade Do Pensamento Único – Desmanchando Consensos**, Petrópolis, Editora Vozes, 2009, p. 72-104.

VIANA, Marcio Greik, **O Crescimento Econômico E Demográfico De Catalão (Go): as incongruências percebidas através das ruas**, Dissertação de mestrado. IGEO/ UFG-RC, Catalão, 2019.

APÊNDICE

Apêndice A: Ficha de catalogação das praças de Catalão (GO)

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO INSTITUTO DE GEOGRAFIA	 UFCA
--	--	--

FICHA DE CATALOGAÇÃO DE PRAÇAS

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Nome da praça: _____

Endereço/Localização: _____

Data de visita: __/__/__

Visita realizada no turno: () Matutino () Vespertino () Noturno

Hora de início: _____ Hora de término: _____

2 - ESTRUTURA

Os itens abaixo devem ser avaliados em SIM, NÃO ou EM PARTE.

	SIM	NÃO	EM PARTE
Calçada			
Bancos			
Iluminação adequada			
Rampa para cadeirantes			
Piso Tátil			
Arborização adequada para sombra			
Empreendimento privado			
Banheiro público			
Quadra poliesportiva e/ou quadra de areia			
Parquinho de diversão para crianças			
Lixeiras adequadas para coleta seletiva do lixo			
Tem pessoas na praça? nas observações pode descrever o que elas estão fazendo, como estão usando a praça, etc			
Ponto de água potável para beber e/ou higienizar as			

mãos			
Aparelhos de ginástica			
Cameras de vigilância			

3 - OBSERVAÇÕES:
